

DELMARÍ ANGELA RIBEIRO

**PIRANGA, ARQUITETURA RELIGIOSA E OBRAS
DE RESTAURAÇÃO EM BACALHAU:**

PRESERVAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2009

DELMARÍ ANGELA RIBEIRO

**PIRANGA, ARQUITETURA RELIGIOSA E OBRAS
DE RESTAURAÇÃO EM BACALHAU:**

PRESERVAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço. Linha de pesquisa: História e teoria da arquitetura, da arte e da cidade e seus desdobramentos contemporâneos.

Orientador: Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo.
Universidade Federal de Minas Gerais

FICHA CATALOGRÁFICA

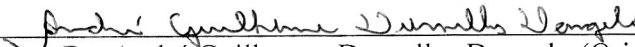
R484p RIBEIRO, Delmarí Angela
Piranga, arquitetura religiosa e obras de restauração em
Bacalhau: preservação e ação comunitária / Delmarí Angela
Ribeiro – 2009
228f.:il.

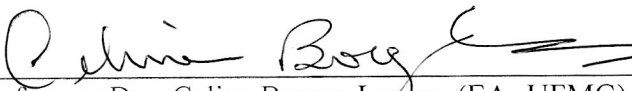
Orientador: André Guilherme Dornelles Dangelo
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio histórico – Conservação e restauração. 2.
Cidades e vilas – Santo Antônio do Pirapetinga, Bacalhau,
Pinheiros Altos, Mestre Campos, Manja Léguas (Piranga,
MG). 3. Comunidade. 4. Associações, instituições, etc. I.
Dangelo, André Guilherme Dornelles II. Universidade Federal
de Minas Gerais. Escola de Arquitetura III. Título

CDD : 720.288

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e aprovada em 28 de agosto de 2009 pela Comissão Examinadora:


Professor Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo (Orientador-EA-UFMG)


Professora Dra. Celina Borges Lemos (EA -UFMG)


Professora Dra. Selma Melo Miranda (PUC Minas)

Para Antônio, Alice e André.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado graças a uma licença parcial concedida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Agradeço ao corpo de dirigentes do IEPHA/MG, das duas gestões correspondentes ao período do curso, o apoio para realizar estes estudos. Em especial, ao Walter e à equipe técnica que me acompanhou em diversas viagens durante mais de dez anos.

Aos professores do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Celina Borges Lemos, André Guilherme Dornelles Dangelo, Fernanda Borges de Moraes, Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Carlos Antônio Leite Brandão, Maria Lúcia Malard, José dos Santos Cabral Filho, Silke Kapp e Jupira Gomes de Mendonça, que nos abriram novos horizontes de pesquisa e conhecimento.

À Renata Albuquerque de Araújo, secretária do NPGAU, pelo companheirismo e apoio.

À equipe de bibliotecários da Escola de Arquitetura da UFMG pelo atendimento e pelas aulas de normalização bibliográfica.

Aos colegas da turma de 2007 do Mestrado: Cristiane, Cristiano, Edmar, Elke, José Júlio, Josie, Juliana, Júnia, Lucas, Lúcia, Marcela, Paola, Rodrigo, Tadeu, Tatiana e Vanessa pela amizade em todos os momentos.

À Vanessa Borges Brasileiro, pela participação na banca intermediária, pelo entusiasmo e pelos apontamentos direcionados para a maior valorização da visão cultural.

À Celina Borges Lemos agradecimentos especiais pela participação nas duas bancas e pelo acompanhamento e incentivo em todo o processo do Mestrado.

À Selma Melo Miranda pela amizade e enriquecimento com sua participação na banca final.

Ao André Dangelo, como orientador, por compreender os períodos de luto como tempos de silêncio e de paralisação.

Aos meus irmãos, Amauri, Sandra e José Antônio e ao meu filho André pelo apoio nos momentos difíceis.

Aos amigos daqui, de Bacalhau e de Piranga que me proporcionaram a alegria de conhecê-los e de compartilhar de um período importante no trabalho para a preservação do patrimônio arquitetônico local.

RESUMO

A preservação do patrimônio histórico de Minas Gerais é marcada pela falta de recursos econômicos quando se trata de bens considerados de menor valor cultural frente aos mais significativos monumentos, sejam eles: as pequenas edificações religiosas; a arquitetura vernacular urbana ou rural; e os centros históricos de municípios de pequeno ou médio porte. As restaurações da Igreja de Santo Antônio e do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, bens tombados localizados no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, município de Piranga, foram possíveis graças às parcerias firmadas entre o IEPHA/MG, o Ministério Público, a Prefeitura e a Comunidade local. Nos pequenos distritos detentores de importância histórica, arquitetônica e artística procura-se, além das obras de restauração, a manutenção das tradições enraizadas no espaço geográfico e social, que permanece sem muitas transformações através dos séculos, num tempo de *longa duração*. Preservar a memória é, portanto, respeitar os hábitos da população e manter os ritos de um cotidiano que trouxe até nossos dias toda a riqueza deste patrimônio. A Recomendação nº R (95) 9 que adota o conceito de *paisagem cultural* para a preservação do patrimônio histórico e do meio ambiente integrado às ações sociais é a proposição mais adequada para a revitalização desses sítios históricos. A restauração dos bens imóveis e as intervenções nos centros históricos são processos intrínsecos onde atuam as determinantes culturais locais e, ao mesmo tempo, todas as forças mais amplas do mercado econômico tendo em vista que a produção do espaço arquitetônico e do urbano é referenciada pela produção social como um todo. As revitalizações de caráter global com objetivos turísticos e econômicos externos podem provocar mudanças e reverter o processo social e econômico dos lugares e transformá-los ou destruí-los com a expulsão e substituição da população original (gentrificação) e a conseqüente perda do patrimônio imaterial e da vivência das tradições locais. Os fatores para a preservação dos bens culturais são, portanto, as parcerias técnicas e econômicas, a manutenção da memória coletiva e o poder de decisão compartilhado entre os diversos sujeitos dessa história, com a participação efetiva da própria *Comunidade: a melhor guardiã de seu patrimônio*.

PALAVRAS CHAVES

Patrimônio Cultural. Piranga. Preservação. Ação Comunitária

ABSTRACT

The preservation of the historic site of "Minas Gerais" is marked by the lack of economic resources when front to most significant monuments is about goods considered of lesser cultural value, they are they: the small religious constructions; the architecture to vernacular urban or agricultural; e the historical centers of cities of small or average transport. The restorations of the Church of "Santo Antonio" and the "Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos", goods cultural protects located in the district of "Santo Antonio do Pirapetinga", town of Piranga, had been possible thanks to the partnerships firmed between the "IEPHA/MG", the Public prosecution service, the town hall and the local community. In the small districts detainers of historical importance, artistic architectural and, look themselves, beyond the restoration workmanships, the maintenance of the traditions taken root in the geographic and social space, that remains without many transformations through the centuries, in a time of long duration. To preserve the memory are, therefore, to respect the habits of the population and to keep the rites of a daily one that the wealth brought until our days all of this patrimony. The Recommendation R (95) 9 which adopts the concept of *cultural landscape* for the preservation of historical heritage and environment integrated with social actions is the most appropriate proposition to the revitalization of these historic sites. The restoration of the real properties and the interventions in the historical centers are processes which act as intrinsic determinants of local cultural and the same time, all the broader forces of market economic in order that the production of the architectural space and urban production is referenced by the social production as a whole. The revitalizações of global character with external tourist and economic objectives can cause changes and revert the social and economic process of the places and transform them or destroy them with the expulsion and substitution of the original population (gentrification) and the consequent loss of the incorporeal patrimony and the experience of the local traditions. The factors for the preservation of the cultural goods are, therefore, the partnerships economic techniques and, the maintenance of the collective memory and the shared power of decision enter the diverse citizens of this history, with the participation accomplish of the proper Community: the best guard of its patrimony.

KEY WORDS:

Cultural Heritage. Piranga. Preservation. Community action.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	PÁGINA
01	a) Detalhe do mapa de Minas Gerais com a localização de Piranga. b) Piranga e os municípios limítrofes. 34
02	Detalhe de mapa rodoviário com as estradas ligando Belo Horizonte à Piranga. 34
03	Mapa das Estradas da Corte e Real organizado pelo Engenheiro Demerval José Pimenta. Observa-se a ausência de Piranga que já existia e ficava muito próxima de Santa Rita de Ouro Preto. 35
04	Mappa da Comarca de Villa Rica de José Joaquim da Rocha. 36
05	Presença do colonizador branco e do índio na arte do século XVIII e XIX na Capitania do Rio de Janeiro (de 1693 a 1710); Capitania de São Paulo e Minas (de 1710 a 1721) ou Capitania de Minas Gerais (de 1721 a 1814). Johann Moritz Rugendas (1802-1858); Jean Baptiste Debret (1768-1848). a) Rugendas (Capitão do Mato – 1823); b) Rugendas (Tropeiros); c) Debret (Campeiros); d) Rugendas (Combate aos índios); e) Debret (Prisioneiros); f) Rugendas (Índio botocudo); g) Debret (Família de chefe camacã); h) Rugendas (Índios em uma fazenda de Minas Gerais – 1824). 38
06	Distribuição geográfica dos mineiríndios segundo Oiliam José 40
07	Escravidão de negros e costumes de época. Johann Moritz Rugendas (1802-1858); Jean Baptiste Debret (1768-1848). a) Rugendas (Navio negreiro); b) Rugendas (Habitação de negros ou Senzala); c) Rugendas (Castigo); d) Debret (Açoite ou Pelourinho); e) Debret (Negros no tronco); f) Debret (Castigo de escravo); g) Rugendas (Casa); h) Debret (Jantar de família rica) 43
08	a) Ex-voto representando a Guerra dos Emboabas (anônimo, século XVIII); b) Rugendas (Sistema de lavagem do ouro). 45
09	As moendas de cana-de-açúcar para produção de cachaça são comuns na região. Ainda existem tonéis centenários artesanais para a maturação da aguardente. 48
10	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Piranga, distrito sede). a) <i>Largo da Matriz em 1899 onde vemos a Matriz com suas torres triangulares que foram substituídas em forma abaulada na década seguinte.</i> b) <i>O grandioso Congresso Vocacional – Agosto 1959.</i> c) <i>A Praça em 1962 – E o coreto em estilo oriental inaugurado em 1923 – uma Charola octogonal.</i> d) <i>Piranga na Dec. De 60. Em primeiro plano a Matriz de N. Sra da Conceição de Piranga demolida em 1966.</i> e) Vista do adro, frontispício e casa paroquial aos fundos. f) Frontispício imponente construído em pedras e praça frontal. (Obs. As frases em itálico correspondem às legendas originais das fotos). 63
11	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Piranga: distrito sede). a) Frontispício e praça. b) Matriz e praça com coreto. c) Conjunto de cinco retábulos. d) Detalhe de dois retábulos com imaginária de grande porte, algumas hoje integrantes do acervo da Capela de Nossa Senhora do Rosário. e) Demolição da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 1966. f) Vista parcial da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição 64

- 12 Capela de Nossa Senhora da Boa Morte (Piranga, distrito sede): a) Frontispício e adro com escadaria frontal voltada para três vias. b) Fachada lateral direita (lado do Evangelho). c) Rua Santa Efigênia. d) Rua José Inácio Peixoto, antes conhecida como rua da Boa Morte. b) Fachada lateral direita com portão para o adro (lado do Evangelho). c) Porta lateral e tábuas de revestimento da estrutura autônoma de madeira. 67
- 13 Capela de Nossa Senhora da Boa Morte. a) Vista do arco-cruzeiro e dos três retábulos. b) Nave lateral e tribuna com púlpito (lado do Evangelho). c) Nave lateral e tribuna com púlpito (lado da Epístola). d) Púlpito. e) Vista do Coro e porta principal. 68
- 14 Capela de Nossa Senhora da Boa Morte. a) Capela-mor. b) Tribuna da Capela-mor. c) Retábulo-mor. d) Imagem de Nossa Senhora da Conceição pertencente à antiga Matriz. e) Retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado do Evangelho) f) Retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado da Epístola) com imagem de Nossa Senhora das Dores. 69
- 15 Capela da Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) Largo do Rosário. b) Adro e Praça de Nossa Senhora do Rosário. c) Frontispício. d) Fachada posterior. e) Fachada Lateral Direita (lado do Evangelho). f) Janelas rasgadas do coro. 75
- 16 Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) Janela sineira b) Janela sineira da tribuna da Epístola. c) Portada principal d) Janela em guilhotina da fachada lateral e) Vista do arco-cruzeiro, retábulos colaterais e retábulo-mor. 76
- 17 Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) Vista da nave, do coro e tribunas b) Vista do arco-cruzeiro, forro em abóbada da nave e coro. c) Arcadas e balaustrada do coro. d) Tribuna da Epístola. e) Detalhe do arco-cruzeiro e forros abobadados. 77
- 18 Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) Retábulo-mor. b) Retábulo colateral da Epístola. c) Retábulo colateral do Evangelho. Douramento e pintura no baldaquino do retábulo colateral de Nossa Senhora do Carmo conforme recibo de 1800 do Mestre Manoel da Costa Ataíde. A pintura do outro altar também é atribuída à Ataíde. Fatura de boa qualidade da talha que indica a presença (não confirmada) de Antônio Francisco Lisboa. 78
- 19 Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) b) Coroamento e baldaquino do retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado do Evangelho). Detalhe da pintura dos anjos de Manoel da Costa Ataíde, conforme documento de 1800. Inscrição: *Virgo Dei Genetrix Carmeli nomine montis Foederis ut Signun dat Scapulire Suum.* (A Virgem Genitora de Deus, com o nome do Monte Carmelo, como sinal de aliança, dá seu escapulário). c) d) Coroamento e baldaquino do retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado da Epístola). Detalhe da pintura dos anjos de Manoel da Costa Ataíde no baldaquino do retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado da Epístola.). Inscrição: *Si nos criminibus tantorum causa dolorum Plus nostra ausciet quan () tua corda dolor.* (Se nós por (nossos) crimes (fomos, somos, causa de tão grandes dores mais (são) os nossos () do que tua dor de 79

- coração).
- 20 Forro da nave da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto, pintado por Manoel da Costa Ataíde. 84
- 21 Forro da capela-mor da Igreja Matriz de Santo Antônio de Itaverava, pintado por Manoel da Costa Ataíde. 85
- 22 Detalhes do forro da capela-mor da Igreja Matriz de Santo Antônio de Itaverava, pintado por Manoel da Costa Ataíde. 86
- 23 a)Vista do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. b)Vista do arraial de Bacalhau e, no centro, Igreja de Santo Antônio. c) Santuário e Casa Paroquial. d) Frontispício. e) Conjunto do Santuário e Casas de Romaria. f) Vista das Casas de Romaria. 93
- 24 Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a) Retábulo-mor entalhado por José de Meirelles Pinto. Em 1789 o Sacrário foi abençoado. Manoel da Costa Ataíde faz o douramento da chave deste Sacrário. Pintura e douramento dos retábulos e demais peças entalhadas por Domingos e Manoel da Costa Ataíde. b-c) Vistas dos púlpitos. d) Retábulo colateral de Nossa Senhora do Carmo (lado do Evangelho). e) Retábulo colateral de São Francisco (lado da Epístola). 94
- 25 Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a-b) Pintura de perspectiva rococó de Francisco Xavier Carneiro que trabalhou no local durante 34 anos, de 1806 a 1840. c-d) Quadros da Paixão de Cristo. e-f) Imagens dos apóstolos São Pedro e São Paulo executadas, em 1804, pelo Padre Félix Antônio Lisboa, irmão do Aleijadinho. g) Imagem do Bom Jesus da Sala dos Milagres (3º quartel do século XVIII). 95
- 26 a-b-c) Vistas do arruamento e do casario do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga (Bacalhau). d) Igreja de Santo Antônio com Santuário nos fundos. 99
- 27 a) Igreja de Santo Antônio: frontispício. b) Fachada posterior. c-d) Vista do adro murado com alvenaria de pedras e escadaria com arranque em pedra sabão. e) Vista do arco-cruzeiro e dos três retábulos. f) Detalhe do coro e tribunas laterais com púlpito à esquerda. 100
- 28 a) Igreja Matriz de Santo Antônio: arco-cruzeiro e vista do conjunto de retábulos. b) Retábulo-mor. c) Retábulo colateral do lado do Evangelho. d) Retábulo colateral do lado da Epístola. 101
- 29 Igreja de Santo Antônio. a) Tribuna lateral esquerda com púlpito (lado da Epístola). b) Tribuna lateral direita (lado do Evangelho). c) Vista do batistério no primeiro piso e coro com tribuna no segundo. d) Porta principal. e) Porta do Batistério com elementos torneados. 102
- 30 a) Detalhe do cancelo em balaustrada de madeira e banco da Nave. b) Pia batismal talhada em madeira. c) Retábulo da Sacristia. d) Detalhe das esquadrias e do lavabo em pedra sabão da Sacristia. 103
- 31 Ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário. (Piranga: distrito de Santo Antônio do Pirapetinga). a) Edificação em 1984. b) Arruinamento do telhado, 1990. c-d-e-f) Paredes arruinadas e vista do Santuário nos fundos. 105

- g-h) Ruínas e cemitério ao lado.
- 32 a) Povoado de Mestre Campos. b-c) Capela de São Miguel e Almas. d) Imagem de Nossa Senhora da Conceição. 107
- 33 a) Capela de São Miguel e Almas do povoado de Mestre Campos: vista do adro. b) Fachada principal. c) Fachada lateral direita e edificação aos fundos. d-e) Fachada lateral direita. f) Janelas do coro. 108
- 34 Capela de Nossa Senhora da Conceição do povoado de Manja Léguas. a) Implantação e adro murado com cruzeiro. b) Frontispício. c) Fachada lateral direita (Evangelho) com sacristia aos fundos. d) Fachada lateral esquerda (Epístola) c) Vista da ponte e do povoado de Manja Léguas. d) Vista do entorno. 111
- 35 Capela de Nossa Senhora da Conceição do povoado de Manja Léguas. a) Tribuna da Epístola. b) Tribuna do Evangelho. c) Vista do coro. d) Vista geral do arco-cruzeiro e três retábulos. e) Retábulo da Sacristia. e) Retábulo da Capela do Santíssimo 112
- 36 Capela de Nossa Senhora da Conceição do povoado de Manja Léguas. a) Retábulo-mor. b) Retábulo colateral (Evangelho) c) Retábulo colateral (Epístola). c) Detalhe do camarim do retábulo colateral da Epístola com imagem de São Francisco. d) Detalhe do sacrário do retábulo colateral da Epístola. 113
- 37 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde de Pinheiros Altos. a) Vista geral do adro com praça e cruzeiro de madeira. b) Casa Paroquial e Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição. c) Frontispício e cruzeiro. d) Frontispício e detalhe da torre única. e-f) Detalhes da fachada lateral esquerda (lado da Epístola). g) Fachada lateral direita (lado do Evangelho). h) Fachada posterior. 116
- 38 Capela de Nossa Senhora do Rosário de Pinheiros Altos. a) Vista geral da Capela do Rosário e sua implantação. b) Arruamento e, aos fundos, Capela do Rosário. c) Frontispício e adro. d) Vista do entorno, ao alto situa-se o Casarão do Cesário Alvim. e) Fachada posterior. f) Fachada lateral esquerda (lado da Epístola). g) Casarão do Rosário. 119
- 39 Capela de Nossa Senhora do Rosário de Pinheiros Altos. a) Arco-cruzeiro e capela-mor. b) Detalhe da tribuna da Epístola. c) Vista do coro e das tribunas da nave. d) Vista da tribuna da nave, lado do Evangelho. e) Janela sineira com dois sinos. F) Retábulo-mor. g) Detalhe das campas de madeira e barroteamento mais escuro; no centro, campas de pedra. 120
- 40 Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos do ano de 2002. Missa campal. 124
- 41 Adoração ao Senhor Bom Jesus do Matozinhos na Sala de Milagres do Santuário. Tábuas votivas da Sala dos Milagres. 125
- 42 Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos do ano de 2002. Missa campal e nas ruas de baixo, barraquinhas com jogos, comidas típicas e comércio ambulante. 126

- 43 Missa no Santuário. Guarda de Nossa Senhora do Rosário de Piranga em 1998. Dança de Congo em frente ao Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos na época de realização do Jubileu do ano de 2008. 127
- 44 Procissão do Reisado de Nossa Senhora do Rosário percorrendo as ruas de Pinheiros Altos desde a Capela do Rosário até a Igreja de Nossa Senhora da Saúde. O rei, a rainha, a dama e o pajem abrem a procissão, acompanhados pela imagem da padroeira e pelos fiéis e, no final, pela banda de música. 128
- 45 Chegada dos festejos de Nossa Senhora do Rosário à praça da Igreja de Nossa Senhora da Saúde em Pinheiros Altos. Os mais devotos usam coroinhas feitas de latão. Depois da missa, o festeiro, Sr. Canuto e Dona Liça, distribuíram farta refeição à todos os devotos. 129
- 46 Festa do Mastro. Banda do Congo N. Sra. do Rosário de Piranga, fundada a partir da criação da Irmandade dos Homens Negros em 1748, quando do levantamento da Capela de N. Sra. do Rosário. 130
- 47 Procissão de anjos para coroação de Nossa Senhora e banda de música de meninos de Piranga. 130
- 48 Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piranga. Realização de missa e oferta de flores pelas mulheres. Os festejos remetem à preservação das tradições religiosas de Piranga promovidos pela família da Clelinha. Fotos da banda, da cruz enfeitada de papel, do altar com flores naturais e da família na hora do terço. 131
- 49 Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a) Planta da nave. b) Planta do coro. 138
- 50 Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a) Frontispício. b) Corte transversal. c) Fachada lateral direita (lado do Evangelho). 139
- 51 Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a) Fachada lateral esquerda (lado da Epístola). b) Planta de cobertura. c) Planta de situação. 140
- 52 Obras do Santuário. a) Frontispício do Santuário. b) Fachada posterior. 141
Desgaste do reboco. Infiltração de águas por capilaridade. c-d-e) Telhas porosas. Infiltração de águas pluviais nos forros e lavagem das pinturas. f) Apodrecimento das peças de madeira das esquadrias. g-h) Estrutura autônoma com vestígios de apodrecimento e cupins.
- 53 Obras do Santuário. a-b) Detalhe dos forros artísticos com pintura lavada pela infiltração de águas pluviais. Restauração da estrutura dos retábulos. 142
c-d) Restauração do montante da porta principal. f) Placa de obras: Programa Minas Para Sempre. g-h-i) Restauração de pés de esteio com reforço da sapata de concreto já existente e emenda com a madeira feita com chapa de ferro.
- 54 Obras do Santuário. a) Detalhe do esteio que suporta o tapa-vento que foi restaurado depois. b) Substituição de verga em arco das portas laterais. c) Execução de escada de acesso à Sala de Milagres. d-e-f-g) Detalhe de portas restauradas com a substituição de verga em arco abatido. 143

- 55 Obras do Santuário. a) Substituição de peças deterioradas da cobertura da nave: tesouritas e ripas. b-c) Visita técnica à obra: o Mestre de Obras, Sr. Adelino Patrocínio Dias, a arquiteta Delmarí e o engenheiro, Adauto Lourenço Mendes. f) Execução do forro do beiral da nave. g) Detalhe da restauração do telhado da nave por partes. h-i) Substituição de telhas do tipo capa e bica. 144
- 56 Obras do Santuário. a) Vista das telhas colocadas sobre as ripas e amarradas com arame galvanizado. b) Detalhe construtivo da ponteira do beiral. c-d) Vista da cachorrada original e aproveitada. e) Vista dos andaimes com peças de eucalipto. g) Detalhe da cabeça de frechal talhada com enxó. h) Vista da cobertura. 145
- 57 Obras do Santuário. Substituição de galbo deteriorado. Substituição com emenda de cabeça de frechal apodrecida. Proteção dos elementos integrados internos com madeirite e lona preta. Vista de peças da cambota desmontada e substituídas por novas. Restauração dos revestimentos dos pés de esteio com substituição de tábuas apodrecidas. Restauração dos forros pela Anima Restauração e Arte com retirada de algumas tábuas, higienização, imunização e fixação da pintura. 146
- 58 Obras do Santuário. Tábuas dos forros artísticos bastante deterioradas e retiradas para restauração da pintura com substituição do suporte de madeira. Vista do forro da nave. Vista geral do forro da nave e andaimes de ferro. 147
- 59 Obras do Santuário. Detalhe da ponteira do telhado. Vista do telhado da tribuna restaurado. Vista superior do camarim do retábulo-mor quando da restauração do telhado da capela-mor. Substituição de folhas de janelas com aproveitamento da ferragem original e instalação de sistema de alarmes. Restauração de esteio embutido na parede com emenda feita com chapa de ferro. Restauração de esquadria. 148
- 60 Obras do Santuário. Vistas das rampas de acesso aos andaimes e aos telhados da nave e da capela-mor já restaurados. Desmonte e montagem das esquadrias da capela-mor com substituição de peças deterioradas. Limpeza do forro e restauração do telhado do corredor lateral da capela-mor. Vista do telhado da capela-mor pronto. Placa de obras. Vista dos telhados da nave, da capela-mor e da tribuna prontos. Restauração do telhado do corredor lateral à capela-mor. 149
- 61 Obras do Santuário. Restauração do forro artístico da capela-mor com descida de tábuas apodrecidas para troca do suporte, higienização, imunização e fixação da pintura. Vista dos telhados da capela-mor e do corredor lateral esquerdo prontos. Início da restauração do telhado do corredor lateral direito. Substituição de frechal com escoramento do telhado. Restauração do soco dos esteios do frontispício. Sr. Amantino esculpindo verga para a porta principal. 150
- 62 Obras do Santuário. Colocação da verga em arco abatido na porta principal. Recomposição da sobreverga da porta principal. Execução de instalação elétrica e do sistema de alarmes. Restauração do forro da nave na área do coro. Substituição das luminárias existentes e instalação elétrica conforme projeto do IEPHA/MG. Recomposição da alvenaria do soco do frontispício. 151

- 63 Obras do Santuário. Vista de todos os telhados restaurados e com telhas novas. Execução de instalação elétrica definitiva e colocação de luminárias. Instalação dos equipamentos de combate à incêndio. A execução dos forros dos corredores laterais e a pintura das alvenarias e de todos os elementos de madeira foram executadas somente no ano seguinte. Inauguração das obras com missa rezada pelo Padre Julião e participação de toda a Comunidade e da equipe do IEPHA/MG. 152
- 64 Obras do Santuário. Festa de inauguração no dia 12 de dezembro de 1998. Imagens do Santuário pintado em 1999. 153
- 65 Igreja de Santo Antônio. a) Planta da nave. b) Planta do coro. 157
- 66 Igreja de Santo Antônio. a) Frontispício. b) Fachada posterior. c) Corte transversal. d) Corte longitudinal. 158
- 67 Igreja de Santo Antônio. a) Fachada lateral direita (lado do Evangelho). b) Fachada lateral esquerda (lado da Epístola). c) Planta de cobertura. d) Planta de situação. 159
- 68 Início das obras da Igreja de Santo Antônio. Execução de andaime fachadeiro com peças de eucalipto e tábuas. Execução de calha de madeira para a retirada das telhas escorregando pela mesma. Opção pela retirada de todas as telhas que se encontravam bastante porosas e sem permeabilidade. Desmonte, por partes, do telhado da nave para que a edificação não ficasse exposta ao tempo. Uso de lona para cobertura provisória. Calha para descida das telhas. Detalhe da estrutura do telhado em caibro armado, frechal e cachorrada com guarda-pó de madeira. Execução de rampa para acesso de pessoas e materiais até o alto do andaime e da cobertura. Frechal da fachada lateral direita (lado do Evangelho) esfarelado. 160
- 69 Obras da Igreja de Santo Antônio. O Mestre de Obras, Sr. Adelino, com catraca e correntes usadas para subida de peças maiores de madeira até o alto da cobertura. O Procurador, Dr. Marcos Paulo, em visita à obra. Reunião do Mestre de Obras, Sr. Adelino e o Engenheiro Aduato, responsável pelas obras. Visita técnica da arquiteta. Frechal novo substituindo o anterior que estava deteriorado. Telhado escorado por dentro e substituição de frechal da nave e substituição de peças deterioradas. 161
- 70 Obras da Igreja de Santo Antônio. Foram abertas covas ao redor dos pés de esteio, retirado os nabos, executada uma sapata com pilastra de concreto armado até a altura do esteio e emendado com placas de ferro. Os pés de esteios tinham sido cortados em intervenção anterior e os nabos que tinham sido deixados enterrados no solo foram agora retirados. Cravos retirados das madeiras apodrecidas que foram substituídos. Madeiramento comprado no estado do Pará especialmente para as obras desta edificação. Cabeça de esteio talhado com enxó, como era feito tradicionalmente. Reunião com a Comunidade para repasse das informações sobre os recursos existentes e o andamento das obras. 162
- 71 Obras da Igreja de Santo Antônio. Substituição do frechal com o telhado escorado e da cabeça de frechal esculpida em peito de pomba. Desmonte 163

da empena de adobe do frontispício para substituição de madre com reconstrução posterior da alvenaria de adobe. Detalhe do frechal substituído e dos tirantes de madeira escorados por dentro e suspensos. Vista interna do escoramento e suspensão do telhado com peças grossas de madeira. Detalhe dos caibros armados ou tesouritas, também, suspensos. Detalhe do tirante escorado e suspenso e vista do esteio revestido com tábuas. Imunização das peças de madeira do telhado com querozene e dragnet.

- 72 Obras da Igreja de Santo Antônio. Reconstrução da alvenaria de adobe da empena do frontispício com substituição de frechal e madre. Vista do frechal totalmente apodrecido e com insetos xilófagos. Placa de obras. Execução dos contrafeitos e colocação de ripas e telhas. As telhas usadas foram compradas durante a restauração do Santuário do Senhor Bom Jesus e guardadas durante cinco anos. Colocação das telhas amarradas com arame galvanizado e emboçadas na área dos beirais e das ponteiras. 164
- 73 Obras da Igreja de Santo Antônio. Vistas de um frechal sendo içado para o andaime para ser colocado arrematando a parede da capela-mor. Foram utilizadas correntes amarradas a uma catraca e a ajuda dos operários para elevarem as grandes peças de madeira. 165
- 74 Obras da Igreja de Santo Antônio. Detalhe dos cachorros entalhados em peito de pomba. Construção do telhado da tribuna. Vista dos caibros das tribunas. Detalhe dos tirantes e cachorros esculpidos. Detalhe do cruzamento e arremate das cabeças de frechal com cachorro central e arremate da telha em ponta. Vista interna da reconstrução do telhado da tribuna. Reconstrução da alvenaria da empena do frontispício. 166
- 75 Obras da Igreja de Santo Antônio. Restauração do piso da sacristia. Desmonte do cancelo e do piso de tabuado da nave para substituição de baldrame apodrecidos. Substituição de madre apodrecida e dos marcos da janela. Reconstrução da alvenaria de adobe da capela-mor. Recomposição do reboco. Descoberta de janela entaipada na fachada lateral esquerda (lado da Epístola), na área da capela-mor. 167
- 76 Obras da Igreja de Santo Antônio. Vista de nabo retirado de cava debaixo de esteio já cortado em intervenção anterior. Vista da cava com sapata de concreto no fundo. Esteio escorado com parte apodrecida cortada e substituída por sapata de concreto armado. Parede reconstruída com os adobes originais. Prospecção em todos os esteios pelo lado de fora, execução de escoramento e de cava para retirada do nabo deixado ali na última restauração, execução de uma sapata de concreto armado até a altura do esteio e emendado com placas de ferro. 168
- 77 Obras da Igreja de Santo Antônio. Detalhe do sistema de contrafeitos do telhado da capela-mor. Vista da cachorrada talhada em peito de pomba. Vista dos nabos retirados do fundo das cavas. Com o esteio escorado e cortado é feita a cava para a retirada do nabo e construção de sapata de concreto armado. Execução de furo no esteio para fixação da ferragem. 169
- 78 Remendo em todos os esteios com execução de sapata de concreto armado unido ao esteio com chapa de ferro. Restauração das esquadrias com substituição de peças de madeira deteriorada. Execução de janela rasgada com guarda-corpo. Execução de reboco sobre alvenaria de adobe. 170

- 79 Vila de Paranapiacaba: a) b) Parte Alta da Vila com Igreja dominando a paisagem. c) Vista da torre do relógio no pátio ferroviário. d) Museu funicular e-f) Vagões abandonados. 191
- 80 Vila de Paranapiacaba: a) b) Passarelas de pedestres. c) Árvore onde foi rezada a 1ª Missa. d) Museus e) f) Vista geral das oficinas e galpões ferroviários g) h) Conjunto de casas geminadas, atualmente usadas para o comércio de artesanato local. 192
- 81 Vila de Paranapiacaba a) Pousada b) Casas geminadas residenciais c) d) e) Urbanização regular e casas de madeira transformadas em residências e pousadas. e) Restauração de uma das casas de madeira. g) Castelinho antiga residência do Chefe da Estação. f) Conjunto Clube Lyra da Serra. 193

LISTA DE QUADROS

01	Topônimos Indígenas	208
02	Toponímia das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes . Comarca de Vila Rica (1778)	210
	Toponímia das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes . Comarca do Rio das Mortes (1778)	213
03	Resumo Cronológico – Séculos XVII e XVIII em Minas Gerais	214
04	Cronologia das Edificações Religiosas dos Municípios, Distritos e Povoados da Região de Piranga	215

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	- Assembléia Legislativa de Minas Gerais
ACM	- Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana
CECRE	- Curso de Especialização, Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos de Salvador, Bahia
CETESB	- Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo
CONDEPHAAT	- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONDEPHAAPASA	- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo - (atual) Instituto Brasileiro de Turismo
EMPLASA	- Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA
FAUUSP	- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FBN	- Fundação Biblioteca Nacional
BN	- Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCROM	- International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property - Centre international d'études pour la conservation et la restauration des biens culturels
ICOMOS	- International Council on Monuments and Sites - Conseil International des Monuments et des Sites - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IEPHA/MG	- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGA	- Instituto de Geociências Aplicadas
IHGB	- Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NPGAU	- Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG
ONG	- Organização Não Governamental
PMSA	- Prefeitura Municipal de Santo André
RFFSA	- Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SEC	- Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
TAC	- Termo de Ajustamento de Conduta
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	PIRANGA: HISTÓRIA E IDENTIDADE	29
2.1	A longa duração	30
2.2	O território de Piranga	32
2.3	Formação histórica de Piranga	37
2.4	A descoberta do ouro em Guarapiranga	44
3	ARQUITETURA RELIGIOSA DE PIRANGA	50
3.1	A sede do município	51
3.1.1	A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	56
3.1.2	A Capela de Nossa Senhora da Boa Morte ou dos Pardos	65
3.1.3	A Capela de Nossa Senhora do Rosário	70
3.1.4	Os anjos de Manoel da Costa Ataíde da Capela de Nossa Senhora do Rosário de Piranga	80
3.2	O distrito de Santo Antônio do Pirapetinga (Bacalhau)	87
3.2.1	O Conjunto do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos	88
3.2.2	A Igreja de Santo Antônio	96
3.2.3	A Capela de Nossa Senhora do Rosário (ruínas)	104
3.3	Mestre de Campos e Manja Léguas	106
3.3.1	A Capela de São Miguel e Almas de Mestre Campos	106
3.3.2	A Capela de Nossa Senhora da Conceição de Manja Léguas.....	109
3.4	O distrito de Pinheiros Altos	114
3.4.1	A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde	114
3.4.2	A Capela de Nossa Senhora do Rosário.....	117
3.5	Espacialidade cultural e social: as festas e o Jubileu	121
4	RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE BACALHAU....	132
4.1	As obras de restauração do Santuário do Senhor Bom Jesus do	

	Matozinhos	135
4.2	As obras de restauração da Igreja de Santo Antônio	154
5	CONTRADIÇÕES, DIFICULDADES E DIRETRIZES.....	171
5.1	A sociedade urbana ou a urbanização extensiva	172
5.2	O exemplo de revitalização da Vila Ferroviária de Paranapiacaba	178
5.2.1	Histórico da ocupação urbana da Vila de Paranapiacaba	180
5.2.2	Os tombamentos da Vila de Paranapiacaba	183
5.2.3	O conceito de paisagem cultural	186
5.2.4	O conceito de paisagem cultural na Vila de Paranapiacaba	188
6	CONCLUSÕES	194
	REFERÊNCIAS	199
	APÊNDICES	207
	QUADRO 1: TOPÔNIMOS ÍNDIGENAS	208
	QUADRO 2: TOPONÍMIA DAS COMARCAS DE VILA RICA E DO RIO DAS MORTES	210
	QUADRO 3: RESUMO CRONOLÓGICO: OS SÉCULOS XVII E XVIII EM MINAS GERAIS	214
	QUADRO 4: CRONOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS DOS MUNICÍPIOS, DISTRITOS E POVOADOS DA REGIÃO DE PIRANGA	215
	ANEXO	218
	RECOMENDAÇÃO nº R (95) 9: Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. Adotada pelo Comitê de Ministros em 11 de setembro de 1995, por ocasião do 543º Encontro de Vice-Ministros do Conselho da Europa – Comitê de Ministros.	219

1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A restauração de edificações religiosas situadas em pequenos povoados no interior de Minas Gerais e a preservação de suas identidades culturais e sociais associadas a uma gestão participativa de suas comunidades é o tema desenvolvido neste trabalho.

Essa pesquisa iniciou-se a partir da observação do patrimônio arquitetônico existente no município de Piranga durante os levantamentos cadastrais e as vistorias realizadas como arquiteta do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG para fiscalizar as obras de restauração do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e da Igreja de Santo Antônio no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga. Essas experiências levaram-me à constatação da importância do envolvimento da população local para o resgate de seus bens culturais e continuidade das suas tradições.

Algumas das questões aqui propostas foram anteriormente discutidas na monografia: *Comunidade, tombamento e gestão do patrimônio cultural* apresentada ao *Curso de Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica* da Escola de Arquitetura da UFMG e defendida em 2003. Sem esgotar o tema e procurando ainda novas abordagens, tais como a participação efetiva da comunidade local, tanto nas políticas de preservação quanto nas obras de restauração do seu patrimônio material e manutenção das suas tradições, é que traçamos os objetivos dessa dissertação.

Este estudo basear-se-á na identificação histórica das edificações religiosas de Piranga que remontam ao século XVIII e na interseção do patrimônio material com o intangível, justificando a importância da comunidade na preservação dos seus monumentos e dos seus centros históricos. Os distritos e povoados do município de Piranga (Minas Gerais): Santo Antônio do Pirapetinga, Pinheiros Altos, Mestre Campo e Manja Léguas são exemplos de locais com características rurais e com edificações religiosas e vernaculares que pelos seus valores arquitetônicos e históricos devem ser preservados. Destacaremos o distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, antigo arraial de Bacalhau, onde duas obras de restauração instaladas pelo IEPHA/MG só foram possíveis pelo apoio dado pela comunidade local.

A salvaguarda de núcleos ou conjuntos urbanos com acervos históricos de importância e a manutenção das características originais de cada área realizam-se pela implantação de planos diretores, processos de tombamento, intervenções nos bens imóveis, restaurações singulares em monumentos que se destacam no local e diretrizes urbanísticas especiais para a manutenção da identidade original de cada área. A revitalização dos conjuntos ou núcleos históricos tem como base o estudo e planejamento do território onde estão inseridos; o levantamento arquitetônico para fins de projetos de restauração dos bens

imóveis; os levantamentos histórico, social e econômico existentes; e a execução dos projetos propostos. No entanto, os trabalhos técnicos voltados para as diversas intervenções no âmbito de conjuntos urbanos históricos, na maioria das vezes, desconsideram as questões relacionadas com as populações que ocupam estes conjuntos. Como consequência, depois de revitalizados, a comunidade original de cada lugar é abandonada à própria sorte, quando não é, gradativamente, expulsa. A desterritorialização destes moradores originais determina a extinção da memória e da identidade existente no núcleo ou conjunto histórico. Esse processo de gentrificação desconsidera o conceito de patrimônio histórico que é bem maior e integra o patrimônio edificado, os bens móveis e, principalmente, os bens intangíveis, ou seja, a memória enquanto tradição de valores, de saberes e fazeres, que agregam vida e história ao patrimônio edificado. A preocupação de se trabalhar os núcleos urbanos fundamenta-se, portanto, no conceito de patrimônio histórico, que não se restringe só às materialidades e nem somente aos monumentos religiosos ou oficiais e seus bens móveis, mas considera a idéia de que o patrimônio material e o imaterial são as duas faces da cultura e por isto, inseparáveis. A partir deste princípio é que estudaremos a preservação dos monumentos religiosos tombados e a identidade da comunidade ligada as suas práticas tradicionais, no contexto do município de Piranga, destacando o distrito de Santo Antônio do Pirapetinga.

A proposta é relacionar as atividades das obras de restauração de edificações e de revitalização dos conjuntos históricos com o resgate ou manutenção da memória e identidade dos seus moradores e impedir a sua expulsão depois de realizada a valorização econômica da estrutura arquitetônica e urbanística existente. A inclusão social implica, quando da implantação de diretrizes de revitalização urbana ou de obras de restauração, a associação com a comunidade local com aproveitamento da sua mão-de-obra. Os objetivos principais são a manutenção da população original e a implantação de instrumentos de sustentabilidade voltados para esta mesma comunidade. A execução de um Plano Diretor ou de Diretrizes, que determinarão as ações futuras, só podem ser estabelecidos através de uma gestão participativa da população local. É no tempo presente que são necessárias tanto a formação de parcerias como a efetiva participação da comunidade nas decisões sobre a preservação de seu patrimônio.

Cabe lembrar que a minha experiência no IEPHA/MG acompanha, de perto, a própria trajetória do Instituto, pois ainda estudante, participei, em 1975, como desenhista da equipe técnica dirigida pelo arquiteto e professor Luciano Amedée Peret, quando realizei minhas primeiras viagens para vistoriar a Casa da rua Direita, nº 101 em Santa Luzia, a Fazenda Boa Esperança (propriedade do IEPHA/MG) no município de Belo Vale e a Casa de Alphonsus de Guimarães em Mariana, com direito à hospedagem no Grande Hotel de Ouro

Preto, insistindo em conhecer *in locu* as edificações que desenhávamos. Desde esse período, o arquiteto e, também, professor, Ivo Porto de Menezes organizava os primeiros arquivos do IEPHA/MG dando início ao grande banco de dados que hoje é disponibilizado ao público em geral.

Depois de um tempo fora do IEPHA/MG, retornei em 1984, incorporada à equipe multidisciplinar formada por arquitetos, historiadores, arqueólogos, espeleólogos e paisagistas para realizar o Inventário do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IPAC/MG. Comandados pelo arquiteto Olavo Pereira da Silva e pela historiadora Ruth Villamarim Soares inventariamos os bens culturais materiais, elaboramos os históricos e registramos a existência do patrimônio intangível dos municípios da Microrregião Metropolitana de Belo Horizonte e da Região Sanfranciscana de Januária e, depois, inventariamos o município de Itabira.

Além da atualização das informações e do estado de conservação dos bens tombados pela federação e pelo estado, estas pesquisas geraram um banco de dados organizado pela equipe técnica do IEPHA/MG; o tombamento municipal do núcleo histórico de Itabira; e os tombamentos estaduais da Capela de Nossa Senhora do Rosário de Brejo do Amparo de Januária e, mais recentemente, do núcleo histórico de Santa Luzia. A produção técnica gerada pelo IPAC/MG desta época valorizou de maneira particular o patrimônio arqueológico e espeleológico existente e contribuiu para a formação, pela sua importância, da Área de Proteção Ambiental - APA do Peruaçu situada no norte de Minas.

Uma primeira visão consolidou-se desde então: o significativo patrimônio cultural de Minas estava se perdendo de forma acelerada. A sensação era de que estávamos chegando atrasados para o seu cadastro e o *inventário* e, tão pouco, o *tombamento*, eram instrumentos capazes de assegurar a preservação desses bens culturais. Sem maiores incentivos, as prefeituras e a população investiam pouco na preservação da sua memória coletiva e o IEPHA/MG, sem maiores recursos econômicos para aplicar nas obras de restauração ou de manutenção do patrimônio tombado, permanecia isolado e só efetuava tombamentos de edificações que estavam extremamente ameaçadas e em fase de arruinamento. O próprio processo de inventário dos bens culturais por parte do estado perdeu seu fôlego durante os anos seguintes e seria retomado, bem depois, principalmente através de políticas voltadas para as ações municipais.

Depois de permanecer algum tempo no Setor de Tombamento do IEPHA/MG, quando os baixos salários afugentaram a maioria dos técnicos da instituição, transferi-me para o Setor de Projetos e Obras para acompanhar as obras de restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do município de Raposos. Dividida em diversas etapas, estas obras

prolongaram-se durante oito anos devido à total falta de recursos para serem empregados neste monumento tombado pela federação. Nesse período, a atuação da comunidade de Raposos foi fundamental para a finalização das obras quando foram cedidos aluguéis de lojas, vendidos carnês para contribuições mensais e realizadas barraquinhas que funcionavam depois das missas de domingos. Todos contribuíram para a efetivação das obras inclusive, na fase final, a Prefeitura Municipal de Raposos e a Mineração Morro Velho que, em parceria com o IEPHA/MG terminaram a restauração arquitetônica.

A certeza de que a “comunidade era a melhor guardiã de seu patrimônio”, frase de Aloísio Magalhães sempre repetida nos corredores do IEPHA/MG, foi constatada, inicialmente, na experiência com a população de Raposos que, com o seu empenho, superou todas as expectativas para atingir os resultados propostos que foi a finalização das obras de restauração arquitetônica.

Além de outros trabalhos, comecei a vistoriar os monumentos de Piranga, a partir de 1990, através de levantamentos cadastrais e fotográficos, elaboração de diagnóstico do estado de conservação, execução de projeto de restauração arquitetônica, de planilha de serviços e acompanhamento das obras do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos no distrito de Bacalhau. Esse processo, também, envolveu a comunidade local e repetia as mesmas características da experiência de Raposos: projeto e obras em um monumento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN¹ e poucos recursos somados às parcerias do IEPHA/MG com a Comunidade, a Paróquia e a Prefeitura. As obras de restauração do Santuário foram inauguradas em 1998 com a participação de todos os envolvidos.

Em 1990, é criado o ICMS - Patrimônio Cultural² quando os bens culturais do Estado de

¹ Será mantida a sigla IPHAN para nomear o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que recebeu diversos nomes desde a sua fundação, mesmo quando estivermos referindo a outros períodos de sua atuação. Observam-se as seguintes nomenclaturas para esse Instituto:

- 1936 - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN);
- 1937 – Decreto-Lei nº 25;
- 1946 - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN);
- 1970 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- 1979 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM)
- 1990 – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC);
- 1994 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.
- 2006 – Incorporação do Projeto Monumenta ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

² O ICMS – Patrimônio Cultural é regido pela atual lei 13.803 que regulamenta a distribuição do Imposto sobre circulação de mercadorias no estado de Minas Gerais. Os municípios desenvolvem a sua política cultural, realizam inventários, tombamentos, laudos do estado de conservação das edificações, etc. e encaminham a documentação ao IEPHA/MG que analisa e pontua cada município para que o mesmo receba uma parcela do ICMS referente à proteção do seu patrimônio cultural.

Minas Gerais passam a serem valorizados pela ação de proteção efetuada pelos municípios que possuíam, ou não, tombamentos nos níveis federal e estadual. Através de uma política cultural executada pelos conselhos municipais de cultura, ligados às prefeituras, passou-se a preservar, através de inventários e tombamentos municipais, os bens culturais ainda não protegidos e de interesse para a memória local. Finalmente, os recursos econômicos disponibilizados pela legislação do ICMS cultural, podem ser obtidos através da ação municipal. Uma nova etapa estabelece-se em relação à realização de inventários e tombamentos, agora, preferencialmente, instrumentos utilizados pelos municípios, capacitados desde a Constituição Federal de 1988 para protegerem o seu patrimônio cultural.

O retorno às obras de restauração, desta vez da Igreja de Santo Antônio, também em Santo Antônio do Pirapetinga, aconteceu, em 1998, quando o promotor Dr. Marcos Paulo Miranda, aplicou um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, a uma mineradora que, ao extrair pedra sabão para exportação, poluía um dos córregos do distrito de Bacalhau. A estes recursos foram somados: as arrecadações conseguidas pela Comunidade local durante as festividades do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e o apoio da equipe do IEPHA/MG. Nesta ocasião executei o projeto de restauração arquitetônica e realizei o acompanhamento técnico e com a participação da equipe do IEPHA/MG (engenheiros, eletricitas, mestres carpinteiros) foi possível finalizar a primeira etapa de obras.

Esta pesquisa justifica-se, principalmente, para a divulgação da experiência e dos trabalhos da equipe técnica do IEPHA/MG em obras diretas com parcerias firmadas entre diversos setores e o apoio dos recursos econômicos e mão-de-obra da Comunidade local que, registrados em relatórios de vistorias da Gerência de Projetos e Obras, ainda não estão disponibilizados para o público externo. Para o desenvolvimento desta dissertação, inicialmente, será traçado um panorama geográfico e histórico do município de Piranga, em seguida, o estudo da arquitetura religiosa de Piranga. No quarto capítulo, serão relatadas as intervenções realizadas no patrimônio arquitetônico religioso de Bacalhau e a efetivação das parcerias e, no quinto capítulo, com a análise da revitalização da Vila Ferroviária de Paranapiacaba visamos destacar as contradições, dificuldades e diretrizes esboçadas para a preservação de um núcleo histórico considerado a partir do conceito de paisagem cultural.

A revisão bibliográfica para o desenvolvimento deste trabalho, outro passo metodológico, tem como ponto de partida, além dos arquivos de fiscalização de obras do IEPHA/MG, a fundamentação teórica sobre história, memória e patrimônio cultural e uma leitura dos documentos já consolidados sobre o patrimônio histórico do município de Piranga. Os estudos sobre a arquitetura do vale do rio Piranga destacam-se, principalmente, pelas

importantes pesquisas da arquiteta Dra. Selma Melo Miranda (1984) que despertou nos órgãos de patrimônio o interesse pela preservação desta arquitetura religiosa e vernacular construída a partir do final do século XVII no território mineiro. Serão consultados, também, os textos de sua autoria elaborados para compor os processos de tombamento estaduais da Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga, da Igreja de Santo Antônio e da Capela de Nossa Senhora do Rosário do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga e para o tombamento pelo IPHAN do Conjunto arquitetônico do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e das Casas de Romaria no mesmo local.³

Os dossiês de tombamento do IEPHA/MG e do IPHAN dos diversos monumentos do município de Piranga e os trabalhos do ICMS – Patrimônio Cultural enviados pela Prefeitura de Piranga ao IEPHA/MG em atendimento à lei 13.803, que versa sobre a Distribuição do ICMS em Minas Gerais, serão fontes de pesquisa básicas.

Atualmente, Piranga é objeto de estudos de historiadores e arquitetos que desenvolveram monografias ou dissertações sobre a antiga freguesia de Guarapiranga que, localizada nas proximidades de Ouro Preto e Mariana, acrescenta dados históricos e econômicos para a memória de Minas Gerais. Esses textos, juntamente com os dossiês apresentados ao IEPHA/MG pelos municípios, também, serão analisados para compor esta dissertação.

Renomados pesquisadores como Lúcio Costa, Sylvio de Vasconcellos, Afonso Ávila, Corona e Lemos são fundamentais nos estudos de materiais e técnicas que remontam ao século XVIII. Os textos de Ivo Porto de Menezes que estuda o pintor Manoel da Costa Ataíde que morou e atuou no município de Piranga no século XVIII e de Nestor Goulart de Holanda e Murilo Marx que trabalham as questões urbanas no Brasil do setecentos serão objetos de estudos. Os historiadores também voltam seus olhares para o século do ouro em Minas e são fontes consolidadas de pesquisa e conhecimento.

Dois autores são fundamentais nas questões voltadas para a temporalidade cultural e para a definição das diferenças entre memória e história: Fernand Braudel (1949) com o conceito de “*longa duração*”; e Pierre Nora (1993) com o debate que diferencia “*memória e história*”. As questões sociais representadas no tempo e no espaço reportam conceitos desenvolvidos por: Henri Lefebvre (1999, 2004), Edward Soja (1993, 2000), David Harvey (2000) e Milton Santos (1978, 1996, 1999) onde se discute a globalização econômica e cultural frente às determinantes locais. Para a observação da realidade atual, acentuado o contraste entre o global e o local, constata-se, no presente, a dependência ou a extensão do urbano sobre o

³ Procurou-se normalizar o uso de maiúsculas no início das palavras nas referências a estilo ou período (Colonial, Barroco); na indicação de disciplinas (Arte, Arquitetura); de títulos profissionais (Professor, Arquiteto, Mestre-de-obras); na nomeação de Igrejas e Capelas e, pela importância da Comunidade de Bacalhau no contexto da pesquisa, mantivemos o nome com maiúscula.

rural naquilo que Roberto Luís Monte-Mór (2006) chama de “*urbanização extensiva*” para explicar o avanço do capitalismo industrial ou da reestruturação produtiva em todo o território. Ao estudar as particularidades locais, portanto, não se pode esquecer da importância da mundialização da cultura, da velocidade da informação e das suas influências no espaço e em todas as esferas: sociais, econômicas, históricas e identitárias.

O estudo das teses de doutoramento da arquiteta/professora Dra. Fernanda Borges de Moraes (2005) e do arquiteto/professor Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo (2006) atualizam o olhar que se volta para o século XVIII em Minas e serão de grande valia para o entendimento da produção urbana, cultural e arquitetônica trazida de Portugal para o sertão das Minas Gerais e recriada com os parâmetros locais.

Serão analisadas as determinantes para a gestão participativa das populações face aos seus bens culturais. A experiência de revitalização e implantação do Plano Diretor da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, em Santo André, São Paulo, é relevante, uma vez que adota o conceito de “*paisagem cultural*” que trata o objeto de estudo de maneira ampliada abordando tanto o meio ambiente, como o patrimônio cultural e os sujeitos sociais.

Desenvolvido pela Recomendação R (95) 9 do Conselho da Europa de 1995, “*paisagem cultural*” congrega vários aspectos: o patrimônio cultural e natural; o ambiente urbano e o planejamento integrado; considerando a multidisciplinariedade do patrimônio. Nele são agregados os conceitos de memória e história aos da geografia, antropologia e urbanismo, pressupondo a ação integrada do planejamento urbano e a gestão territorial com as políticas culturais, ambientais, econômicas e sociais. “*Paisagem cultural*” expressa fisicamente as relações que, através dos tempos, são estabelecidas entre um indivíduo ou sociedade e um território. O que se busca é conjugar o processo de preservação com o desenvolvimento das cidades direcionando o crescimento local através de políticas de sustentabilidade econômica e de valorização da população original. Importa nesse processo que a população residente seja inserida desde o início no projeto de revitalização do conjunto com uma participação efetiva. Para essa gestão participativa serão somados, também, os conceitos de *orçamento participativo* e de *economia solidária* que visam o resgate da população local como sujeito das suas tradições, memória e história.

No caso do estudo das cidades ou, especificamente, de núcleos históricos, o urbanista às vezes adota modelos de planejamento vindos de fora deixando de lado uma análise da totalidade, do espaço existente ou do território propriamente dito, das populações que ali moram e da história local. Esta visão parcial pré-concebida do arquiteto deixa de lado toda uma série de dimensões do espaço sem levá-las em consideração. Ao isolar fragmentos espaciais e deixar de lado os contextos histórico, social, econômico e, mesmo, o elemento

arquitetônico acaba-se tendo uma visão parcial e incompleta do espaço urbano e de toda a sua dimensão e riquezas múltiplas.

Na cidade e nos centros históricos é a dinâmica do seu processo de desenvolvimento junto com os seus protagonistas sociais que vão explicar a sua configuração territorial. O espaço urbano é determinado por fatores que ultrapassam as fronteiras do geográfico e que são múltiplos pois espelham os aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais logo, uma visão parcial não abrange toda a realidade dada pelas cidades. O arquiteto, impossibilitado de abarcar a totalidade dos processos espaciais, temporais e sociais ao adotar uma visão crítica e buscar a análise do processo de desenvolvimento local, aproxima-se das determinações da configuração atual das localidades, da interpretação da história e da identidade dos grupos sociais. Levar em consideração tanto o tempo histórico como a formação social espacial local, são fundamentais para a revitalização ou requalificação dos espaços urbanos e para a formulação das diretrizes de intervenções.

A questão econômica é, também, de suma importância para o entendimento do território e do social. Sabendo-se do avanço do capitalismo, que tem na cidade a sua melhor representação e todas as conseqüências advindas da obtenção da mais-valia ou dos lucros direcionados para alguns poucos grupos privilegiados em detrimento da grande parcela da população espoliada de todas as maneiras; um ponto chave é levar em consideração aquilo que nos diz Boaventura de Souza Santos (2004, 60-92) sobre a emergência do *paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente*. Estruturalmente diferente dos parâmetros da ciência advinda do século XVI, a revolução científica atual está baseada em quatro pontos onde: todo o conhecimento científico-natural é científico-social; todo o conhecimento é local e total; todo o conhecimento é autoconhecimento; todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum. Para Boaventura, existe uma nova concepção da matéria e da natureza dada pelos avanços do conhecimento nos últimos vinte anos, nos domínios da microfísica, da química e da biologia e exemplifica com as investigações do físico-químico Ilya Prigogine que propõe uma concepção de ciência que contrasta com a da física clássica, assim:

Em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez de reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente. (SANTOS, 2004, p.48).

As reflexões do autor contribuem para o estudo das cidades e dos centros históricos que se apresentam com um caráter multifacetado, descontínuo, fragmentado, diversificado, dado pela produção de um espaço característico do capitalismo. Perceber a cidade e os centros

históricos pela sua multiplicidade de aspectos culturais, econômicos, históricos e sociais, do ponto de vista local e total, é analisar de maneira crítica a realidade na tentativa de realizar intervenções no espaço de maneira mais justa e equilibrada para todos. Cada caso diferencia-se pela sua própria especificidade, baseado nos estudos empíricos, pode-se chegar a melhores soluções para as questões da preservação tanto do patrimônio material quanto do intangível que são inseparáveis, um reflete-se no outro, logo, a presença do sujeito que lida com o patrimônio local é indispensável em qualquer intervenção.

Interessa-nos, particularmente, a gestão democrática do patrimônio coletivo e a gestão do espaço urbano situado como o lugar do exercício da cidadania. Escolher, decidir e manter edificações como monumentos com valores coletivos e significativos para e pela Comunidade, é aprimorar o seu processo de salvaguarda. Contar com a participação da população local na preservação do seu patrimônio é garantir a sobrevivência das suas tradições tendo em vista que o que resiste aos tempos deve estar impregnado da idéia de pertencimento. O bem cultural só permanece se representar a identidade de uma determinada cultura, que não é abstrata em si, pertence a uma Comunidade que lhe dá vida através da sua presença, de seus cultos, de suas tradições, de seu cotidiano, religioso ou não. Assim, a gestão do patrimônio cultural através da cidadania é o que gera a sua preservação e o seu transporte para o futuro. Determinar alguns parâmetros para a gestão participativa dos bens culturais pelas comunidades locais são as propostas deste trabalho.

O resgate da memória do município de Piranga será feito inicialmente, no segundo capítulo, pelo relato de seus antecedentes históricos e, principalmente, no terceiro capítulo, pela análise do patrimônio arquitetônico religioso remanescente, que, pelas suas características técnicas, construtivas e artísticas denota toda a riqueza da sociedade colonial no setecentos em Minas Gerais.

ROMANCE II OU
DO OURO INCANSÁVEL

Mil bateias vão rodando
sobre córregos escuros;
a terra vai sendo aberta
por intermináveis sulcos;
infinitas galerias
penetram morros profundos.

De seu calmo esconderijo,
o ouro vem, dócil e ingênuo
torna-se pó, folha, barra,
prestígio, poder, engenho...
É tão claro! – e turva tudo:
Honra, amor e pensamento.

Borda flores nos vestidos,
sobe a opulentos altares,
traça palácios e pontes,
eleva os homens audazes,
e acende paixões que alastram
sinistras rivalidades.

Pelos córregos, definham
negros, a rodar bateias.
Morre-se de febre e fome
sobre a riqueza da terra:
uns querem metais luzentes,
outros, as redradas pedras.

Ladrões e contrabandistas
estão cercando os caminhos;
cada família disputa
privilégios mais antigos;
os impostos vão crescendo
e as cadeias vão subindo.

Por ódio, cobiça, inveja,
vai sendo o inferno traçado.
Os reis querem seus tributos
-- mas não se encontram vassalos.
Mil bateias vão rodando,
mil bateias sem cansaço.

Mil galerias desabam;
mil homens ficam sepultos;
mil intrigas, mil enredos
prendem culpados e justos;
já ninguém dorme tranquilo,
que a noite é um mundo de sustos.

Descem fantasmas dos morros,
vêm almas dos cemitérios:
todos pedem ouro e prata,
e estendem punhos severos,
mas vão sendo fabricadas
muitas algemas de ferro.

CECÍLIA MEIRELES
ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA

2 PIRANGA: HISTÓRIA E IDENTIDADE

2 PIRANGA: HISTÓRIA E IDENTIDADE

2.1 A longa duração

Os estudos históricos de um município realizados através da aproximação entre o tempo e a sua espacialidade; de suas redes de caminhos; de seus registros arquitetônicos mais louváveis ou vernaculares; de seus aspectos sociais, entendidos como bens imateriais, tais como tradições, festas e ritos; tendem a mostrar uma identidade registrada por Fernand Braudel (2005) como de “*longa duração*”.⁴ Isto assegura uma memória que é passada para cada nova geração pelo mecanismo de renovação e reconhecimento das suas práticas e valores na certeza da sobrevivência da própria comunidade.

A continuidade no tempo e no espaço, ou seja, o sentido de “*durée*” (longa duração) é dado por Braudel (2005) na visão de extensos territórios associados a um tempo histórico que se alonga sem grandes transformações. Os estudos de Michel Vovelle (1988, p.83) complementam o conceito e apontam que, nestes territórios, permanecem quase imóveis os indicadores do “*domínio do solo, habitat, produção, demografia, aparelhagem material e mental*” ou os traços das mentalidades, das técnicas, do saber-fazer, das festas, etc. Para Braudel (2005, p.50), o homem é prisioneiro de climas, vegetações, populações animais e culturas das quais não pode se desviar, como por exemplo: o lugar da vida montanhosa; a permanência de setores da vida marítima, enraizados em certos pontos do litoral; a durável implantação das cidades; a persistência das rotas e a fixidez do quadro geográfico das civilizações.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, para o historiador Jacques Le Goff (2003, p.13-15), a noção de duração inclui, além do “*tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos*”, o “*tempo da memória que atravessa a história e a alimenta*”. Contraposto ao estrato superficial e ao tempo rápido dos eventos, a *longa duração* consiste no nível mais profundo das realidades (*da geografia, da cultura material, das mentalidades, enfim: das estruturas*) que se transformam devagar e é reconhecida pelo historiador como um dos ritmos diferenciados dado pela história. As tradições locais (a memória), no caso de pequenos núcleos urbanos, são transmitidas de geração a geração pelos processos de vivência de festas, costumes, fazeres e repetições de comemorações anuais como é o caso

⁴ O conceito de *durée* – grosso modo: duração, extensão temporal, longa duração – foi desenvolvido por Fernand Braudel, fundador da *École des Annales*, em vários artigos e, sobretudo, em: *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 1949. 1160p. (MORAES, 2005, 54).

dos Jubileus do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos que acontecem todo mês de agosto em Bacalhau para onde são atraídos milhares de fiéis.

Da mesma maneira, é fundamental o detalhamento do conceito de “*estruturas*” elaborado por Pomian (1988, p.113), que “*são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que só evoluem de maneira quase imperceptível*”. Estas *estruturas* são elementos essenciais de longa duração que permanecem ainda hoje no vale do rio Piranga e nos seus principais núcleos urbanos, sejam eles, sedes de municípios, distritos ou povoados que guardam valores relacionados com o meio agrícola e um modo de vida simples passado de geração em geração.

O estudo do município de Piranga e de alguns de seus distritos indica a intenção de se conhecer melhor uma região de Minas Gerais e de identificá-la enquanto local de uma cultura com características próprias construída através de um tempo que se prolonga desde o final do século XVII. O que se busca nesta pesquisa é a descoberta de traços de extensão espacial e temporal de longa duração, de “*estruturas*” que identifiquem a “*área cultural*” do município de Piranga distinguindo-a ou aproximando-a de outras existentes no território mineiro. Esta reflexão apóia-se no conceito de “*durée*”, assim como no sentido de *civilização* vista como um espaço ou uma área cultural que para Fernand Braudel:

É o agrupamento regular, a freqüência de certos traços, a ubiqüidade desses traços numa área precisa, que são os primeiros signos de uma coerência cultural. Se a essa coerência no espaço se acrescenta uma certa permanência no tempo, eu chamo civilização ou cultura o conjunto, o “total” do repertório. Esse “total” é a “forma” da civilização assim reconhecida. (BRAUDEL, 1978, p. 269)⁵

Descoberta esta “*coerência cultural*”, que pode ser encontrada na rede de povoados e distritos, na arquitetura vernacular e, principalmente, na arquitetura religiosa da região da antiga Guarapiranga, procura-se ampliar seus valores simbólicos para o entendimento de uma parte do território de Minas enquanto espaço de tradições múltiplas e diversificadas, de “*estruturas*” de longa duração. Local que carrega a impressão espacial de um legado histórico luso-brasileiro marcado pelos que aqui o percorreram desde o final do século XVII e que, por outro lado, se integra às características da nação brasileira.

O percurso cultural do Vale do Rio Piranga, segundo relatos do Códice Costa Matoso (1999, p.257), é inicialmente habitado pelo *gentio*⁶, e depois marcado pela presença dos

⁵ Sempre que possível, mantivemos as citações dos documentos coevos consultados sem atualização ortográfica, para evitar interpretações dúbias e expressar as formas de escrita da época. Aplicamos tal procedimento à grafia dos topônimos encontrados nos mapas.

⁶ População indígena que habitava o interior de toda a Colônia.

bandeirantes paulistas que desbravaram o *sertão*⁷ à procura de riquezas minerais. O entrelaçamento das culturas dos indígenas e dos escravos negros, mesclado à permanência da herança cultural portuguesa, gera a identidade do território mineiro e, ao alcançar os nossos dias, esta produção transforma-se em um patrimônio histórico de grande importância para Minas Gerais. A história destas conquistas e o legado arquitetônico resultante permanecem ligados ao modo de viver e de fazer da comunidade local que, extremamente religiosa, preservou seus ritos e tradições.

2.2 O território de Piranga

A rede urbana do atual estado de Minas Gerais, no período colonial, distribuiu-se pelo imenso território do chamado “sertão” da América Portuguesa a partir de final do século XVII com a descoberta das riquezas minerais no centro da, então, Capitania do Rio de Janeiro⁸ quando vão surgindo os primeiros arraiais e vilas. A antiga Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana, elevada à cidade em 1745 (IGLÉSIAS, 1960, p.372) é o único assentamento urbano da Capitania de Minas Gerais que recebeu a categoria de cidade ao longo de todo o período de dependência portuguesa. Mesmo com a existência de diversos núcleos urbanos, até 1808, a Capitania possuía apenas quinze vilas, além da antiga Vila de Nossa Senhora do Carmo: Ouro Preto, Sabará, São João Del-Rei, Serro, Caeté, Pitangui, São José Del-Rei, Minas Novas, Itapeçerica, Barbacena, Queluz, Campanha, Paracatu, São Sebastião do Paraíso e Baependi. A atual Mariana, juntamente com Vila Rica (hoje Ouro Preto), localiza-se no centro da Capitania determinado, então, pela confluência do Ribeirão do Carmo, Sabará e Vila Rica. Estas vilas formavam um pólo articulador dos grandes eixos e caminhos que vinham de São Paulo e Rio de Janeiro e que seguiam para o Serro e Diamantina, para a Bahia no traçado do rio São Francisco ou para Minas Novas, na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, assim como para Goiás e Mato Grosso estendendo-se para o norte do Brasil (MORAES, 2005, p.167 e mapa p.309).

Muito próximo de Ouro Preto e Mariana, localiza-se o município de Piranga, no sudeste do Estado de Minas Gerais, na região da Zona da Mata Mineira, com os quais limita-se e, também, com Catas Altas da Noruega, Lamim, Senhora de Oliveira, Presidente Bernardes,

⁷ O *sertão* ou *desertão* refere-se ao interior do território brasileiro ainda não desbravado, considerado na época colonial o contraponto ao *litoral* onde aportaram os portugueses e fundaram as primeiras vilas e povoados. O termo é utilizado até os dias de hoje para indicar o interior de Minas Gerais.

⁸ A Capitania, no caso de Minas Gerais, foi nomeada segundo um período determinado e de acordo com o desbravamento do território: Capitania do Rio de Janeiro (de 1693 a 1710); Capitania de São Paulo e Minas (de 1710 a 1721); Capitania de Minas Gerais (de 1721 a 1814).

Porto Firme, Guaraciaba e Diogo de Vasconcelos⁹. Fica perto também de Itaverava, da antiga Queluz (atual Conselheiro Lafaiete) e da serra do Itatiaia atual Ouro Branco (ver mapas abaixo: figuras 1 e 2).

Piranga aproxima-se pelas suas origens e características históricas da, então, Vila de Nossa Senhora do Carmo e de Vila Rica, pois os territórios destes municípios são adjacentes e suas ocupações são contemporâneas, remontam ao final do século XVII, resultado da busca de ouro pelos bandeirantes na época colonial. A antiga Guarapiranga recebeu toda a influência do aparato administrativo-burocrático, judiciário, fiscal e militar implantado desde as primeiras décadas do século XVIII na, então Vila Rica, e do poder religioso de Mariana, onde é instalada, em 1775, a sede do bispado (MORAES, 2005, p.301).

A atual Piranga dista da capital do Estado, Belo Horizonte, 169 km, do Rio de Janeiro, 410 km e de São Paulo, 660 km. As principais rodovias de acesso ao município são asfaltadas, enquanto que somente estradas de terra ligam os distritos, povoados, fazendas e algumas cidades vizinhas. Como o asfalto só chegou à sede de Piranga a pouco menos de dez anos, o município ficou um pouco isolado pela própria dificuldade de acesso pelas estradas de terra primitivas, fator importante para a preservação dos bens imóveis de excelente qualidade construídos no período colonial e ainda existentes.

O rio Piranga corta o município e, ao se encontrar com o ribeirão do Carmo, forma o Rio Doce que segue para o leste, atravessa o Estado do Espírito Santo e deságua no Oceano Atlântico. Desde 1809, quando John Mawe (1978, p.137) visitou a região, a importância da navegação pelo rio Doce é apontada para facilitar o escoamento da produção local formada pela grande quantidade de açúcar, algodão e a excelente madeira de exportação que formariam uma base comercial e estimulariam a agricultura. Este caminho fluvial foi no início interdito pela Coroa Portuguesa tendo em vista a existência de índios botocudos na região leste da Capitania e, principalmente, para evitar o contrabando e os descaminhos do ouro. As primeiras estradas abertas para o Espírito Santo são tardias, datam de 1816 e foram solicitadas pelo Intendente Câmara (IGLÉSIAS, 1960, p. 379). A rede de caminhos sempre foi melhor articulada com o sul, com o Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje, o rio Piranga, o ribeirão do Carmo e o rio Doce não são totalmente navegáveis, no entanto, para estreitar as ligações entre Minas Gerais e o litoral, uma estrada segue de Conselheiro Lafaiete até Ponte Nova acompanhando o leito do rio Piranga e, depois, segue pela bacia do rio Doce, diminuindo as distâncias para quem vem do Rio de Janeiro e pretende alcançar o Espírito Santo.

⁹ Informações disponíveis no sítio eletrônico: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (*Cidades / Piranga*) <http://www.iga.br/mapas/cgi/iga_000.php> Acesso: 22 de junho de 2007.



FIGURA 01: a) Detalhe do mapa de Minas Gerais com a localização de Piranga. b) Piranga e os municípios limítrofes.

Fonte: PIRANGA – MG (Mapas). Disponível em <<http://piranga.com.br/>>. Acesso: 17/04/2009.

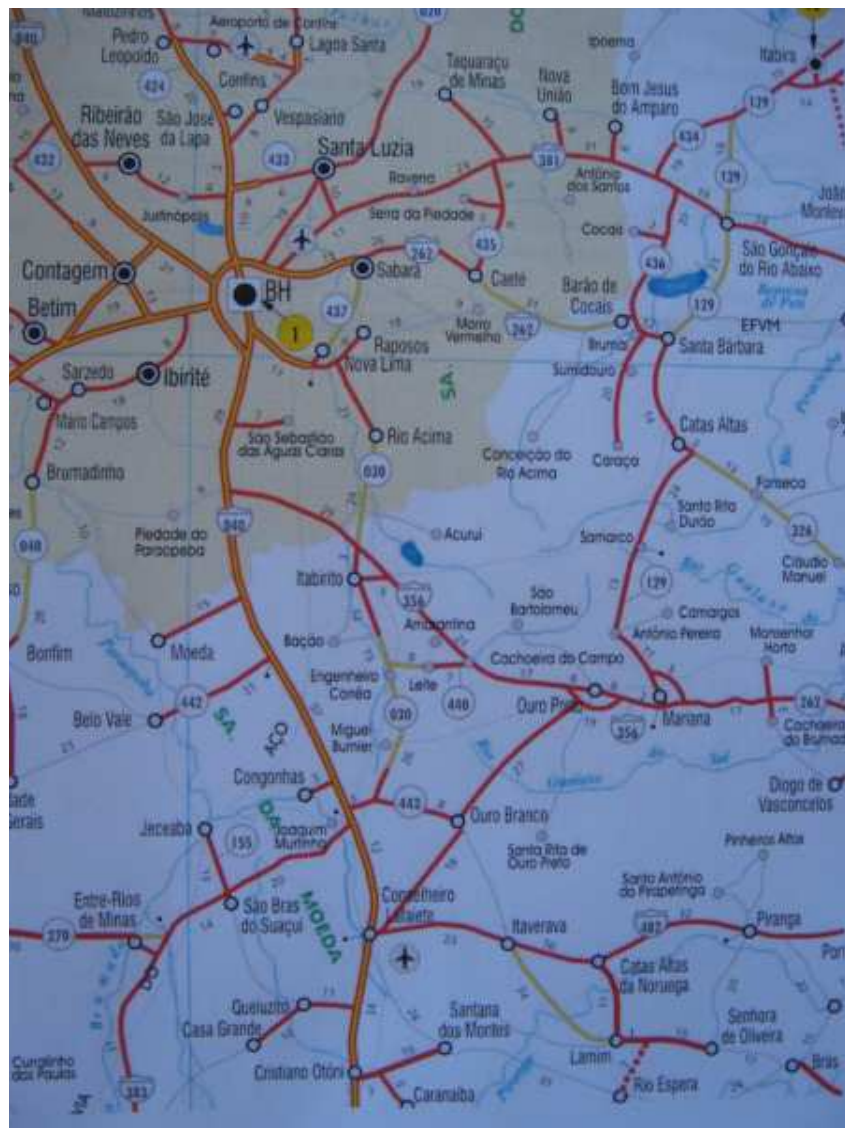


FIGURA 02: Detalhe de mapa rodoviário com as estradas ligando Belo Horizonte à Piranga.

Fonte: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS – DER (Mapa rodoviário)

Disponível em <http://200.198.22.36/html/mapa_rodoviario/novo_mapa/cmmz/call/19.html>. Acesso: 22/02/2008.



Figura 04: Mappa da Comarca de Villa Rica, José Joaquim da Rocha.
 Fonte: Cart 1090219 Mapa da Biblioteca Nacional. (ROCHA, 1995, mapa de bolso).

2.3 Formação histórica de Piranga

Piranga, inicialmente conhecida como Guarapiranga (*guará, vermelho, piranga, pequeno*), nome indígena que, segundo os relatos do Códice Costa Matoso (1999, p.257), designava as pequenas aves de cor avermelhada que habitavam a região, localiza-se ao sudeste do Estado de Minas Gerais na região da Zona da Mata Mineira, no vale do rio Piranga.

Os primeiros bandeirantes paulistas que percorreram o chamado “sertão de Guarapiranga” encontraram uma região inóspita e um “sítio infestado de sezões” (CÓDICE, 1999, p.257), onde habitavam índios dos grupos Carijó, Cataguá e Botocudo¹⁰ (JOSÉ, 1965, p.13). Era marcante a presença, na atual região da Zona da Mata, dos índios Cataguá (também chamados Goytacá, Goitacazes ou Cataguases). Temidos por sua ferocidade, embora o nome catauá, de raiz tupi, signifique gente boa, foram rudemente combatidos pelos bandeirantes paulistas do ciclo do ouro.

Como a ocupação luso-brasileira ocorreu de forma hostil, a maior parte dos povos indígenas foram dizimados ou, cada vez mais, expulsos para o interior do território brasileiro através de combates sangrentos ocorridos nesta região a partir das últimas décadas do século XVII. Dos índios que foram escravizados, muitos chegaram à morte pelo contágio com as doenças trazidas pelos colonizadores e os que sobreviveram acabaram perdendo a sua identidade cultural absorvida pelos costumes dos conquistadores brancos.

Mesmo tendo sido incorporada uma parte da cultura indígena aos hábitos dos primeiros colonizadores, poucos são os registros que chegaram aos nossos dias. Permaneceu a nomenclatura indígena dos acidentes geográficos da região que perduram até hoje: Guarapiranga, Itaverava, Itatiaia, Itacolomi, Xopotó. Desta maneira, a toponímia indígena marca a geografia da região denominando municípios, distritos, povoados, arraiais, fazendas, rios, serras e picos. (ver anexo o Quadro 1: Topônimos indígenas).¹¹

¹⁰ O nome genérico Botocudo engloba diversas tribos e nações do grupo lingüístico Jê, que ornavam os lábios e orelhas com botoques (rodela usadas nos lóbulos da orelha e no lábio inferior como enfeite e ornamentação). Os botocudos habitavam extensas terras nos vales do rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri, compondo as nações Araná, Catolé, Crenaque, Pataxó, Pote, Machacali e muitas outras.

¹¹ A toponímia indígena marca a geografia da região mineira denominando municípios, distritos, povoados, arraiais, fazendas, serras, picos e rios. O quadro de topônimos elaborado e anexado no final desta dissertação indica o significado e a riqueza dos topônimos.

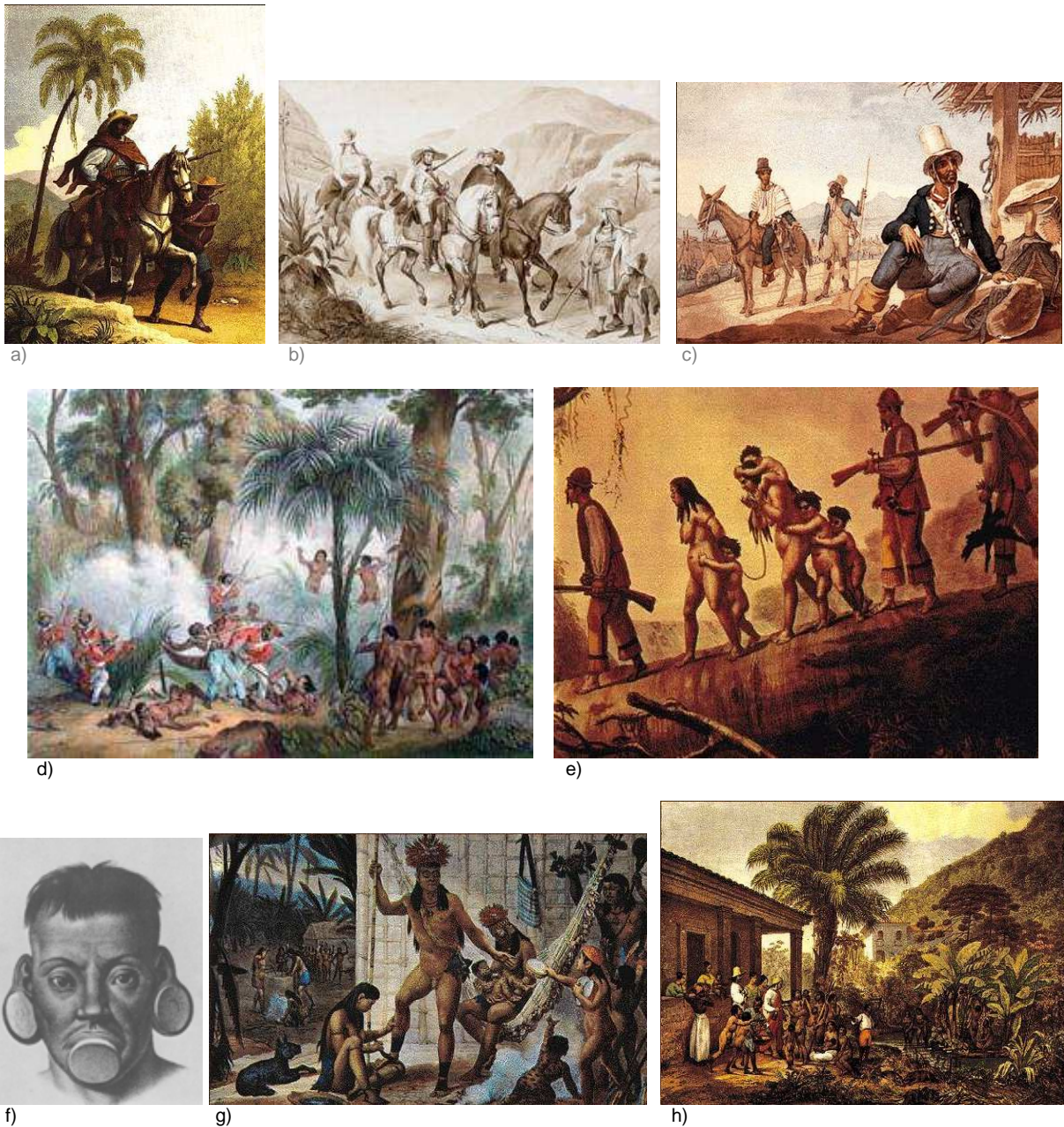


FIGURA 05: Presença do colonizador branco e do índio na arte do século XVIII e XIX na Capitania do Rio de Janeiro (de 1693 a 1710); Capitania de São Paulo e Minas (de 1710 a 1721) ou Capitania de Minas Gerais (de 1721 a 1814).

Johann Moritz Rugendas (1802-1858); Jean Baptiste Debret (1768-1848).

a) Rugendas (Capitão do Mato – 1823). b) Rugendas (Tropeiros). c) Debret (Campeiros). d) Rugendas (Combate aos índios). e) Debret (Prisioneiros). f) Rugendas (Índio botocudo). g) Debret (Família de chefe camacã). h) Rugendas (Índios em uma fazenda de Minas Gerais – 1824).

Fontes: CLIO HISTÓRIA (Johann Moritz Rugendas – Alemanha - 1802-1858). Disponível em:

<http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens_rugendas.htm>. Acesso: 14/02/2009;

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre (Johann Moritz Rugendas – Alemanha - 1802-1858). Disponível em:

<http://commons.wikimedia.org/wiki/Johan_Moritz_Rugendas>. Acesso: 14/02/2009;

CLIO HISTÓRIA (Jean Baptiste Debret – França – 1768-1848). Disponível em:

<http://commons.wikimedia.org/wiki/Jean_Baptiste_Debret>. Acesso: 14/02/2009.

John Mawe, comerciante inglês que dominava o conhecimento da Geologia e da Mineralogia, visitou a região das minas entre 1809 e 1810 e deixou impresso nas suas memórias uma visão da vida dos brasileiros do interior. Em uma das suas passagens, relata os aspectos da raça e da vida indígena, a partir do ponto de vista do civilizado europeu desconhecendo-a como cultura diferenciada de um outro povo. Nos relatos de Mawe (1978, p.99), os aborígenes habitavam as florestas em casas construídas com ramos de árvores cobertas com folhas de palmeira e em leitos de capim seco. Possuíam pouco conhecimento da lavoura e por isto dependiam da alimentação que buscavam com os arcos e flechas, além de raízes e frutos selvagens das florestas. A raça indígena tinha como características: a pele bronzeada, rosto redondo, nariz chato, cabelo negro e liso, estatura regular, com tendência para o tipo baixo e musculoso. A descrição do gentio feita por Mawe remete-nos à visão do estrangeiro, do homem civilizado que percorre o Brasil no século XIX.

Seus hábitos são asquerosos; estão apenas um passo acima da antropofagia; devoram quase todos os animais da maneira mais primitiva, como por exemplo, um pássaro sem as penas, semi-cru, com entranhas. Não são acanhados ou de caráter indolente, mas têm grande aversão ao trabalho, e não se consegue persuadi-los a submeterem-se a qualquer emprego regular. Raramente se encontra um índio servindo como criado, ou trabalhando por salário, e a esta circunstância atribui-se o atraso da agricultura no distrito. Os fazendeiros, quando começam a fazenda, raramente possuem fundos suficientes para comprar negros no Rio e suas operações, por longo tempo, são muito limitadas, extinguindo-se, com freqüência, as fazendas por falta de braços. Que lucros resultariam para o Estado e como seria beneficiada a causa geral da humanidade, se estes índios fossem civilizados e domesticados! Uma tribo de selvagens errantes e preguiçosos se converteria em lavradores úteis e produtivos; todo o aspecto do distrito melhoraria; as estradas, que atualmente o ligam à capital livrar-se-iam dos milhares de inconvenientes que agora os embaraçam, e abrir-se-iam novas para dar maior escoamento a seus produtos. (MAWE, 1978, p.99).

Nos relatos sobre a sua viagem até as jazidas de diamantes de Minas Gerais, Mawe (1978, p.136-137) parte do Rio de Janeiro para chegar à Vila Rica, a então Capital da Província de Minas Gerais e sede do governo, segue até Mariana e, depois, vai à Fazenda do Barro e, em seguida, à Fazenda do Castro, propriedade de Matias Barbosa, situada na confluência do Ribeirão do Carmo e do Rio Gualaxo¹² que na sua junção, formam o rio São José. O viajante alcança a aldeia de São José de Barra Longa, próxima à aldeia de Piranga, nos confins do território habitado pelos Botocudos e relata a presença destes temidos selvagens. De acordo com suas observações, os selvagens, habituados a viver nos bosques e a caçarem animais selvagens, não ousam combater abertamente, escolhem uma casa, atei-

¹² Rio hoje conhecido como Gualaxo do Sul que, juntamente com o Gualaxo do Norte situam-se na região de Mariana e eram ricos em ouro.

fronteiras e combater os selvagens. Interessante observar a proclamação do Príncipe Regente, descrita por Mawe, que *convida os selvagens* a seguirem o caminho da civilização portuguesa a abandonarem sua cultura e, principalmente, o seu território cobiçado pela existência de ouro e a *viverem em boa inteligência com os portugueses*. A lei, neste caso, favorecia ao europeu e, provavelmente, ficou desconhecida dos indígenas que desconheciam a palavra escrita:

O ultraje que esses selvagens cometem contra os colonos excitaram a atenção do governo, que baixou lei decisiva contra eles. O Príncipe Regente publicou uma proclamação na qual os convida a habitar nas aldeias, a se fazerem cristãos, prometendo-lhes, se viverem em boa inteligência com os portugueses, que seus direitos serão reconhecidos e como os outros vassallos gozarão da proteção do Estado; mas, se persistirem em sua vida bárbara e feroz, os soldados do Príncipe terão ordem de lhes fazer guerra de extermínio. Os que forem capturados pelos portugueses serão seus escravos durante dez anos. Há motivo para duvidar que as ofertas de conciliação, contidas nesta proclamação, produzam o efeito desejado, porque os Botocudos têm aversão invencível à vida sedentária e antipatia inveterada contra todas as outras nações; não possuem bastante inteligência para apreciarem os benefícios da civilização, de sorte que parece não haver esperança de dominá-los senão com a terrível alternativa estabelecida na parte final do decreto. Uma das razões para se recorrer a este processo sumário de tratamento, que, provavelmente, pesará sobre todos os argumentos em favor de medidas mais brandas, é que a região por eles habitada possui ouro, e os colonos e aventureiros estão ansiosos para dela se apoderarem o mais depressa possível (MAWE, 1978, p.137).

Pouco estudada, também, é a presença, neste território, da cultura negra, advinda do processo escravocrata quando africanos eram trazidos à força para o Brasil Colônia para trabalhar nas fazendas e minas. Os nomes de dois povoados, Guiné e Cunha, comprovam o seu estabelecimento na, então, Guarapiranga.¹⁴ Mawe, na primeira década do século XIX, descreve a situação dos negros da Fazenda do Barro situada próxima à Mariana e que serve como exemplo da vida dos negros na região.

Empregam nesta propriedade cento e cinqüenta e seis negros, de todos os tipos, que em tão bom lugar, que produz todo o necessário à alimentação e à vestimenta, deveriam supõe-se, ganhar mais que o suficiente para sua manutenção; um dos gerentes anteriores administrou-a, entretanto, tão mal durante vinte anos seguidos que, embora tivesse apenas de comprar muito pouca ferramenta e as minas de ouro fossem mais ricas do que hoje, a fazenda ficava, ainda assim todos os anos, em débito com os negociantes de Vila Rica. Uma única circunstância pode explicar tão má gestão; o nobre proprietário residia em Portugal. Hoje a propriedade, confiada aos cuidados de um administrador e de três feitores, todos crioulos, está próspera. Os feitores recebem, além do sustento, um salário anual de trinta mil réis (nove libras esterlinas.). Executam as ordens do administrador e fiscalizam o trabalho dos negros. Levam vida de extrema indolência – nunca põem as mãos em qualquer espécie de trabalho (MAWE, 1978, p.138).

¹⁴ Não é objetivo deste trabalho, realizar um estudo pormenorizado da presença indígena e africana na região que, carente de informações, fica aberto para pesquisas futuras.

A alimentação na região das minas, tanto do administrador, do intendente e dos inspetores, no século XIX, é de extrema simplicidade e, no caso dos negros é mais reduzida ainda. Nos relatos de Mawe (1978, p. 138-139) constata-se que o trivial era o feijão preto misturado com farinha de milho e um pouco de torresmo ou carne cozida; no jantar eram servidos, nas panelas de barro: porco assado, feijão cozido, farinha de milho misturada com água e couve. A água era a bebida que acompanha as refeições e na ceia sustentavam-se com sopa de hortaliças cozidas com toucinho para dar gosto; nos dias de festa eram feitas galinhas cozidas. Os negros, que permaneceram longos anos em cativeiro, eram alimentados com farinha de milho misturada com água quente e um pedaço de toucinho e, no jantar, acrescentava-se o feijão. Vestiam-se com camisas e calça de pano de algodão plantado e tecido por eles mesmos durante os domingos e feriados. Nos dias de trabalho, as árduas tarefas acompanhadas pelos feitores duravam desde antes do amanhecer, quando um sino os chamava à oração, até o pôr-do-sol, quando depois se ocupavam das suas tarefas domésticas.

Consta que no dia 2 de fevereiro de 1721, faleceu em Guarapiranga, o Coronel João Amaro Maciel Parente, que foi enterrado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, dando alforria aos escravos da região do Guiné. Este fato foi marcado pelo plantio de um Jequitibá pelos escravos alforriados para comemorar sua liberdade. Localizada na região de Palmeiras, onde está situado o antigo Quilombo de Santo Antônio do Guiné-Piranga, o conhecido Jequitibá dos Palmares, possui hoje 23 m de altura, 6,20 m de circunferência e mais de 280 anos. Este símbolo da liberdade da região de Palmares, um dos poucos remanescentes da presença dos negros desde o período colonial, atualmente, é protegido pela lei orgânica do município.¹⁵

Dobra da memória: o que ficou na sombra, o que não foi dito, esquecido, assim, a presença indígena e africana na descrição da paisagem do sertão de Guarapiranga que ainda continua obscura. Sabe-se da existência mas não é possível descrever a permanência. “É que o território é um ‘palimpsesto’, continuamente escrito e redesenhado” (CAUQUELIN, 2007, p.94).¹⁶ No caso, os conquistadores brancos impuseram uma outra civilização e apagaram a que encontraram, permaneceram os nomes registrados na topografia local.

O nome é definição essencial, é parte constituinte do objeto que nomeia. Ele evoca ou interpela uma origem, marca um desígnio, um uso, faz valer aquilo que nesse lugar é mais lugar que o próprio lugar. A aposição do nome é um ato de fundação, para o qual os elementos de paisagem facilmente se prestam. Eles dispensam a proteção de sua virtude moral, é sob sua proteção que nos situamos (CAUQUELIN, 2007, p.161).

¹⁵ PIRANGA – MG (*A história e cultura piranguense*). Disponível em <<http://www.piranga.com.br/historia/index.htm>>. Acesso: 23fev2009.

¹⁶ Anne Cauquelin aplica a metáfora da *dobra*, daquilo que fica escondido, do que não é visto, diversas vezes no seu livro *A invenção da Paisagem* (2007). Palimpsesto é um manuscrito em pergaminho raspado pelos copistas medievais para executar uma nova escrita.



FIGURA 07: Escravidão de negros e costumes de época.

Johann Moritz Rugendas (1802-1858); Jean Baptiste Debret (1768-1848).

a) Rugendas (Navio negreiro). b) Rugendas (Habitação de negros ou Senzala). c) Rugendas (Castigo). d) Debret (Açoite ou Pelourinho). e) Debret (Negros no tronco). f) Debret (Castigo de escravo). g) Rugendas (Casa). h) Debret (Jantar de família rica)

Fontes: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. (Jean Baptiste Debret – França 1768-1848). Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_Debret>. Acesso: 14/02/2009.

Disponível em: <<http://www.hitorianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=688>>. Acesso: 14/02/2009

2. 4 A descoberta do ouro em Guarapiranga

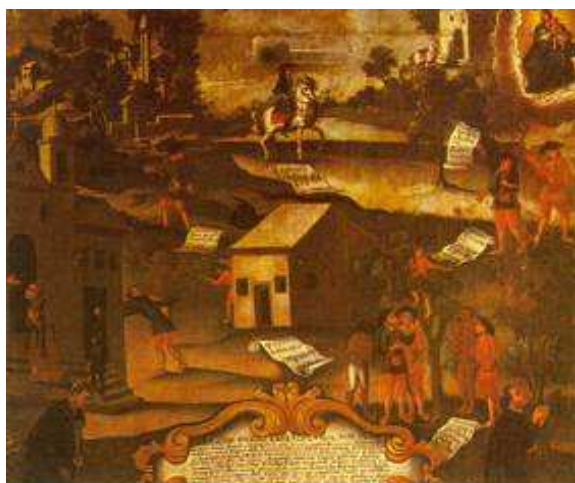
A antiga Guarapiranga, de acordo com o Códice Costa Matoso (1999, p.258), iniciou-se a partir da descoberta de ouro no Córrego das Almas que faz barra com o rio Piranga quando os capitães paulistas: Francisco Rodrigues Sirigueio e Antônio Pires Rodovalho percorreram a região em duas bandeiras, uma de 1691, que tinha como roteiro a Casa da Casca, e outra de 1693. Ao chegarem ao rio Guarapiranga, os componentes da primeira bandeira chegaram a sérios desentendimentos quando foram mortos, o capitão Sirigueio e o seu filho Antônio Rodrigues Sirigueio, fato que dividiu as bandeiras em duas que, logo, se retiraram. Dois anos mais tarde, em 1693, uma outra bandeira do mesmo Antônio Pires Rodovalho voltou à região e ao encontrar no riacho os ossos dos mortos enterrados da primeira bandeira passaram a denominá-lo córrego das Almas. Formou-se um arraialzinho à beira-rio, na capoeira do gentio, onde continuaram a lavagem do ouro (CÓDICE, 1999, p.258).

Conforme estas notícias do Códice Costa Matoso (1999, p.258), a mineração no córrego propiciou a conformação do pequeno arraial de Guarapiranga onde em 1694 foi erigida uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Os primeiros registros de batizados, casamentos e óbitos são datados de 1718 e a freguesia tornou-se colativa em 1724, quando Guarapiranga constava entre as vinte paróquias coladas criadas no reinado de D. João V.

De Piranga ao antigo povoado do Sumidouro, hoje conhecido como Padre Viegas, ainda segundo os mesmos relatos (CÓDICE, 1999, p.257-258), foi aberto um caminho, em 1694, por Bernardo de Chaves Cabral e seus irmãos Inácio Moreira, João de Godói e o cunhado, o sargento-mor Luís de Barros Franco. Esta é a atual estrada, ainda de terra, que liga Piranga a Pinheiros (atual distrito de Pinheiros Altos) passando por Mainart até chegar a Padre Viegas e, finalmente, à sede do bispado em Mariana. Um outro caminho tradicional sai de Piranga, passa pelo distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, pelo povoado de Manja Léguas, por Santa Rita nas proximidades de Chapada, até alcançar a cidade de Ouro Preto pela Estrada Real.

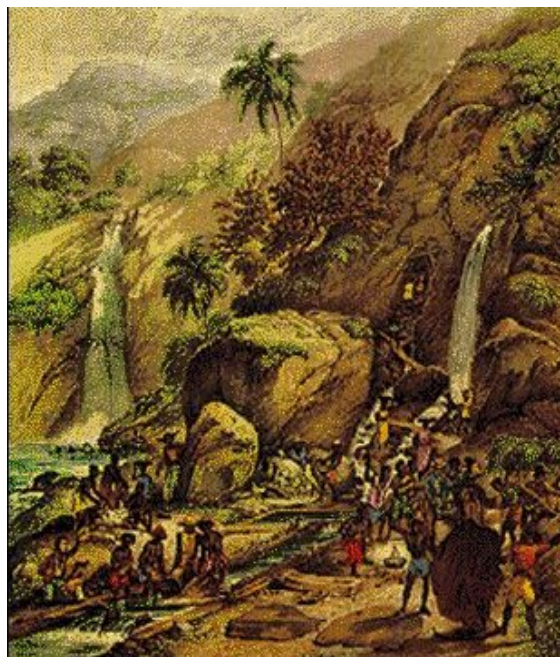
Na antiga Guarapiranga, a construção da primitiva capela ou oratório de Nossa Senhora da Conceição remonta a esta data e, em 1695, foi erguida a Igreja com a mesma invocação¹⁷. O povoado cresceu e consolidou-se ao redor desta edificação e o traçado urbano evoluiu das margens do rio Piranga até depois do largo da Capela do Rosário, também, construída no setecentos.

¹⁷ As edificações religiosas de Piranga serão analisadas no capítulo III.



Pintura na forma de ex-voto representando a Guerra dos Emboabas, anônimo, século XVIII, Bahia

a)



b)

FIGURA 08: a) Ex-voto representando a Guerra dos Emboabas (anônimo, século XVIII). b) Rugendas (Sistema de lavagem do ouro).

Fontes: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. (*Guerra dos Emboabas*). Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Emboabas>. Acesso: 14/02/2009.

CLIO HISTÓRIA. (Johann Moritz Rugendas). Disponível em:

<http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens_rugendas.htm>. Acesso: 14/02/2009.

Com a notícia da abundância de ouro na região das minas, no início do setecentos, portugueses, baianos e outros aventureiros vieram para tomar posse das riquezas encontradas pelos bandeirantes paulistas. Os bandeirantes ofereceram resistência e procuraram expulsá-los em diversas disputas conhecidas como Guerra dos Emboabas, fato histórico importante da região mineradora. Waldemar de Almeida Barbosa (1971, p.363) resume que em 1708, um combate decisivo da Guerra dos Emboabas chegou a atingir o território de Guarapiranga. O capitão-mor Rafael da Silva e Souza aparece na historiografia como adversário dos emboabas aos quais combateu e derrotou quando o arraial foi atacado. De acordo com uma carta patente de um Coronel da Companhia de Ordenanças dos Privilegiados, datada de 1714, Rafael da Silva e Souza evitou que Guarapiranga fosse destruída ao desviar o combate para a região do Bacalhau onde, na fazenda da Cutia, ocorreu terrível batalha entre as forças paulistas e os emboabas que acabaram expulsos da região¹⁸ e se refugiaram para os lados de São João d'el Rei. Esta batalha nas proximidades

¹⁸ PIRANGA –MG (*A história e cultura piranguense*). Disponível em <http://www.piranga.com.br/historia/index.htm> Acesso em 23fev2009. A batalha na fazenda da Cutia, município de Piranga, integrante da Guerra dos Emboabas, ainda é um tema pouco estudado e fica aberto para novas pesquisas.

de Santo Antônio do Pirapetinga é informação que permaneceu na tradição oral dos habitantes de Piranga e do atual distrito de Santo Antônio do Pirapetinga e é sempre lembrada aos visitantes.

Além do ouro encontrado no Córrego das Almas em Guarapiranga, foram prósperas, no setecentos, as minas de *Bacalhao*, hoje Santo Antônio do Pirapetinga, e de Pinheiro, atual Pinheiros Altos, dois distritos de Piranga. Segundo John Mawe (1978, p.128), na Comarca de Vila Rica (Ouro Preto), *as minas atingiram ao seu mais alto grau de prosperidade, entre 1730 e 1750*. O viajante relata que o ouro era encontrado num stratum de seixos redondos e calhau, denominado cascalhão. Nos locais onde havia água, as escavações dos garimpeiros eram feitas em extensões consideráveis e bem profundas. O sistema de trabalho nas minas era, em geral, o de lavagem nos leitos dos rios onde eram cavados degraus no desnível do terreno por onde a água corria e ia depositando as partículas de ouro controladas tanto pelos mineiros como pelos escravos negros que as recolhiam, no final, nas bateias. O ouro em partículas ou pepitas, sempre supervisionado por vigias, era levado, em seguida, para casa para secar e, depois, conduzido ao escritório de troca, onde era pesado, reservando-se um quinto para o Príncipe Regente. O ouro era reduzido a barras pela fusão com muriato de mercúrio¹⁹, era selado de acordo com o seu valor e com ele fornecido um certificado e, depois da entrada deste documento na Casa da Moeda, as barras passavam a circular como moeda corrente (MAWE, 1978, p.69-70). A ocorrência do ouro aluvional²⁰ e a sua cata vão propiciar a criação e o desenvolvimento dos arraiais que, por isto, se espalham aleatoriamente no território, mas sempre perto dos rios.

A atual cidade de Piranga com os distritos de Pinheiros Altos (18 km distante da sede) e Santo Antônio do Pirapetinga (12 km), onde também foram prósperas as minas do setecentos, assim como as outras diversas localidades: Mestre de Campo, Manja Léguas, Santo Antônio do Guiné e Cunhas, espalham-se pelo território do município conservando a distribuição em rede que vigora desde o final do século XVII. Distribuição urbana que Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1948), aponta como a de uma sementeira de povoados onde a metáfora do sementeiro português revela o processo de expansão colonizadora da América Portuguesa, oposto ao modelo ladrilhador espanhol.

¹⁹ O mercúrio, metal tóxico que separa o ouro do cascalho, é usado ainda nos dias de hoje, apesar dos males e poluição que causa.

²⁰ **Aluvião** é um depósito sedimentar, formado por materiais em geral grosseiros, mal rolados, e mais ou menos soltos, transportados por águas correntes (rios, ribeiros, etc.). O mesmo que *alluvium* ou alúvio. Sedimento clástico (areia, cascalho e/ou lama) depositado por um sistema fluvial no leito e nas margens da drenagem, incluindo as planícies de inundação e as áreas deltaicas, com material mais fino extravasado dos canais nas cheias. O material aluvial, formado graças à desagregação das rochas do leito das correntes, pode conter outros constituintes de interesse econômico, como ouro, platina, cassiterita ou diamante. (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO)

A ordem que [o português] aceita não é a que compõem os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; a ordem do semeador, não a do ladrilhador. É também a ordem em que estão postas as coisas divinas e naturais, pois que, já o dizia Antônio Vieira, se as estrelas estão em ordem, “he ordem que faz influência, não he ordem que faça lavor. Não fez Deus o Céu em xadrez de estrellas...” (HOLANDA, 1948, p.168)

A pertinência desta metáfora no quadro geral dos assentamentos humanos da América Portuguesa do ponto de vista microrregional é confirmada por Fernanda Borges de Moraes (2005, p.116) e determinada por diversos fatores tais como: questões de defesa; características do extenso território; desenvolvimento econômico; e a facilidade de escoamento da produção. A metáfora da semeadura da rede urbana sobre o sertão é adequada sob o ponto de vista de um crescimento descuidado; que se dá lentamente na conquista de um território de grandes proporções; e na busca eterna do eldorado, das riquezas minerais não encontradas ao longo da costa e nem tão rapidamente, como se deu com o domínio espanhol da mesma época na América Espanhola.

A rede de caminhos traçada desde o setecentos para se chegar às minas da Vila de Nossa Senhora do Carmo e de Vila Rica é imensa, intrincada e cheia de desvios. O Caminho de São Paulo ou Caminho Velho no território mineiro indica um percurso penoso até chegar ao rio das Mortes e às plantações de Garcia Rodrigues onde se dividia em dois, próximo à Serra de Itatiaia (serra de Ouro Branco), o caminho se bifurcava, de um lado, para o Ribeirão do Carmo e Ouro Preto e, por outro curso, para o rio das Velhas (Sabará) onde existiam indicações da existência de roças para os que lavravam nas minas (MORAES, 2005, p.135-137).

Esta bifurcação perto da Serra de Ouro Branco, além do trecho conhecido hoje como Estrada Real, que se estende entre os municípios de Ouro Branco e Ouro Preto, pode indicar também o desvio que levava à Itaverava onde tinham sido encontrados ricos minerais no final do século XVII. Este caminho é o que liga, até hoje, Conselheiro Lafaiete e Itaverava à Mariana e Ouro Preto passando por Catas Altas da Noruega e Piranga e depois pelos seus distritos, Bacalhau e Pinheiros Altos, seguindo por Mainart e Padre Viegas até Mariana ou, por outro lado, de Bacalhau à Manja Léguas, Santa Rita e Ouro Preto. Este trecho, entre Conselheiro Lafaiete e Piranga, permaneceu até pouco tempo sem asfalto e, atualmente, forma a BR-482 que se dirige para o leste seguindo o vale do rio Piranga, passando por Ponte Nova e serve de escoamento de cargas para o Estado do Espírito Santo.

Fundada pela ação mineradora, Piranga, por volta de 1780, período final das reservas auríferas, procura, a partir do setecentos, a sua autonomia através de um desenvolvimento

agropecuário que serve até para o abastecimento das outras vilas mineradoras. O predomínio da produção agrícola remonta ao século XVIII quando o ouro aluvional fica escasso e novas fontes são buscadas inclusive para o abastecimento da Vila de Nossa Senhora do Carmo e Vila Rica. Consta um crescimento demográfico em Piranga por volta de meados do século XVIII quando diversas concessões de sesmarias para “*roças de milho, casas de vivenda, paiol, senzalas, bananais e outras árvores*”, nos anos de 1753 a 1756, atestam um período de grande crescimento da população de Piranga. Na verdade, é o próprio território de Piranga que se modifica com o acréscimo ou eliminação de outros municípios que são agregados ou emancipados a partir de diversos atos legislativos (LANA, 2007, p.39).



FIGURA 09: As moendas de cana-de-açúcar para produção de cachaça ainda são comuns na região. Ainda existem tonéis centenários artesanais para a maturação da aguardente.
Fonte: fotos da autora. Data: 01 outubro 2004.

O município apresenta, hoje, uma economia baseada na agropecuária, principalmente, na produção da cana-de-açúcar e de produtos de subsistência como o milho e o feijão e na criação de bovinos, galináceos e suínos. O clima quente e úmido da Zona da Mata propicia o plantio da cana-de-açúcar que tem longa tradição na região de Piranga. A produção é realizada em fazendas, micro-engenhos de menor porte do que os grandes latifúndios do

Nordeste, mas com núcleos familiares e agregados reunidos em função da agricultura para produção principalmente de aguardente e produtos de subsistência.

O domínio da economia agrícola produz, de acordo com Vovelle (1988, p.70), um mundo imóvel de longuíssima duração. O município de Piranga, assim determinado, ao ficar isolado e deixar de ter a experiência industrial, permanece sem grandes evoluções ou progressos. Contrasta com a sociedade urbano-industrial, como é a economia do Brasil de hoje, onde o *modus vivendi* se propaga e se dissemina por territórios de franjas de industrialização ou pelos espaços que ainda mantém características agrárias.

Nos distritos e povoados de Piranga -- Bacalhau, Pinheiros Altos, Manja-Léguas, Mestre de Campo -- as estradas e os caminhos ainda não são pavimentados e a disposição dos arruamentos nas áreas urbanas sofreu pouquíssimas mudanças desde os idos coloniais. Longa duração de uma geografia bastante acidentada cortada por trilhas iniciadas por bandeirantes e tropeiros que permanecem atualmente servindo para o trajeto de pouquíssimos ônibus, carros e motos e, durante o período de chuvas, ficam muitas vezes interditadas, impossibilitando o tráfego de veículos e isolando por semanas inteiras tanto os arraiais como as fazendas. Como nos distritos só existem escolas até o primeiro grau, nestas ocasiões, os adolescentes deixam de freqüentar as aulas diurnas ou noturnas em Piranga quando os ônibus ficam impedidos de trafegar nas estradas.

A rede elétrica abastece todo o município e pode-se ouvir rádio ou ver televisão nestas localidades e até nas fazendas, no entanto, nos distritos ainda não existem computadores ou internet e nem antenas para comunicação entre celulares, sendo que na maioria dos povoados só existe um aparelho de telefone público para servir a toda a comunidade. No distrito sede de Piranga, no ano de 2008, as primeiras *lan house* abriram suas portas para as comunicações pela Internet. As contradições econômicas e o desenvolvimento cultural são evidentes entre os distritos, predominando as características e o modo de vida do meio rural na maior parte deles.

Piranga, Pinheiros Altos, Bacalhau, Mestre de Campo, Manja Léguas, lugares de memória, apresentam uma identidade vigente baseada no ciclo do tempo natural, de uma economia agropecuária construída por séculos de tradições que remontam ao período colonial e por práticas coletivas de um tempo de longa duração, no entanto situam-se no tempo presente e recebem a influência de todo o sistema econômico globalizado.

A riqueza histórica do vale do rio Piranga, na nossa descrição, ficou restrita a estudos resumidos sobre as informações dos tempos iniciais da descoberta do ouro na região e serão complementados pela documentação referente aos diversos monumentos religiosos do município, estudados a seguir.

CENÁRIO

Eis a estrada, eis a ponte, eis a montanha
sobre a qual se recorta a igreja branca.

Eis o cavalo pela verde encosta.
Eis a soleira, o pátio, e a mesma porta.

E a direção do olhar. E o espaço antigo
para a forma do gesto e do vestido.

E o lugar da esperança. E a fonte. E a sombra.
E a voz que já não fala, e prolonga.

E eis a névoa que chega, envolve as ruas,
move a ilusão de tempos e figuras.

-- A névoa que se adensa e vai formando
nublados reinos de saudade e pranto.

CECÍLIA MEIRELES
ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA

3 ARQUITETURA RELIGIOSA DE PIRANGA

3 ARQUITETURA RELIGIOSA DE PIRANGA

3.1 A sede do município

A formação e a conformação dos primeiros núcleos urbanos surgidos a partir da mineração de ouro nos primórdios da colonização do sertão mineiro, apresenta, segundo Murilo Marx (1991, p.17), uma influência decisiva da Igreja, com seu papel político, social, normativo e institucional, em detrimento da pouca atuação do Estado português neste período. Os princípios eclesiais, muito mais do que as determinações civis, foram incorporados através de costumes e práticas portuguesas constituídos pelos cânones da religião católica apostólica romana e nortearam o espaço urbano dos povoados e vilas do interior da então chamada Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Segundo o Cônego Raimundo Trindade (1945, p.5) data do século IV a criação das primeiras igrejas paroquiais no mundo europeu.²¹ A cristandade, inicialmente, buscava os socorros espirituais nas freguesias rurais e, depois com o crescimento do número de fiéis, nas paróquias urbanas. Competiu aos bispos, únicos juizes das necessidades espirituais de seus diocesanos, o direito da criação, divisão e subdivisão de paróquias. O direito de criar paróquias ou freguesias, confirmado e normalizado pelo Concílio Tridentino, é, portanto, de jurisdição episcopal.

No caso do Brasil, Trindade (1945, p.6) informa que as terras pertenciam à Ordem de Cristo que possuía o direito da criação de igrejas e da apresentação dos ministros que nelas servissem, ou seja, do direito do padroado. A coroa portuguesa tinha o título legítimo do padroado das igrejas do continente e incorporou a si o direito que competia à Ordem de Cristo sobre as igrejas do ultramar. Esse direito, que bulas pontifícias consentiram e confirmaram aos reis de Portugal era exercido através do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, como Grão-Mestres, ou Administradores do Grão-Mestrado, Cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Em razão desse direito, até a Independência do Brasil, eram os soberanos de Portugal que propunham ao Santo Padre a criação de dioceses e apresentavam bispos e párocos. O Cônego Raimundo Trindade (1945, p.7) conclui informando que *“para a criação de paróquias no Brasil-Império, pouco interessa a ação do*

²¹ *Parochia* vem do grego *parà*, que significa *junto da*; *oichia*, quer dizer *casa*: *parochia*, portanto, é o conjunto de casas vizinhas (TRINDADE, 1945, p.&). Paróquia é uma subdivisão de uma diocese ou bispado, dentro da Igreja Católica Romana ou da Comunhão Anglicana, da Igreja Ortodoxa Oriental, da Igreja da Suécia e de algumas outras igrejas.

Padroado; o que importa, diante do Direito Eclesiástico, é a Instituição Canônica ou confirmação episcopal do ato meramente civil da criação de uma freguesia.”

Na região das minas, os arraiais formavam-se a partir da concentração de algumas moradas e uma ermida ou pequena capela nas proximidades das minerações, que, depois, se tornava capela-curada ou visitada por um padre e mais tarde poderia chegar à paróquia. De acordo com o arquiteto Murilo Marx (1991, p.18), a institucionalização das comunidades dava-se pelo processo de oficialização da sua ermida, que depois de elevada à paróquia “*significava a ascensão de toda uma região inóspita, ou de ocupação mais antiga e em expansão, ao novo status de paróquia ou, como ficou conhecida entre nós, freguesia*”. O próximo passo almejado era o reconhecimento como vila e a obtenção da autonomia municipal instituída com seus símbolos, o pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia. Estes elementos estatais eram implantados, tardiamente, em sítios menos distintos pois o templo, preexistente, já ocupava a área topográfica privilegiada do núcleo urbano, onde era constituído o largo principal com o casario à sua volta (MARX, 1991, p.11-12).

Para Marx (1991, p.22), o costume de se implantar o templo em locais de destaque da paisagem ultrapassava as questões de lógica, tradição ou de vontade plástica. O que se fazia era obedecer a uma legislação clara, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia elaboradas pela Igreja Católica, para que a capela ao ser construída pudesse obter a sua sagração e futura promoção pelos representantes da Igreja que lhe confeririam a qualidade de local onde se poderiam oferecer os sacrifícios e os sacramentos e que lhe indicariam um sacerdote permanente ou não.

As constituições ou legislações advindas da Igreja, como é o caso das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*,²² redigidas em 1707 e publicadas em 1718, de acordo com Marx (1991, p.20), nos regeram por muito tempo. Sobre os locais mais adequados para a construção das capelas, a Constituição 687 destaca:

Conforme direito Canônico, as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quando for possível, de lugares immundos, e sórdidos... (MARX, 1991, p.22)

²² Para maiores informações procurar: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* feitas e ordenadas pelo illmo. e Rev. Sr. D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito arcebispado, e do conselho de sua Magestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa, PASCHOAL DA SILVA, 1718. 526 p.

As edificações religiosas do município e distritos de Piranga²³ seguiram este preceito eclesiástico e estão localizadas na cumeada dos morros, ao longo dos caminhos, em largos mais elevados e onde o relevo propiciava o destaque do templo e a sua supremacia espacial em relação ao restante do casario e das edificações oficiais. Cumpria-se, segundo Marx (1991, p.22) o versículo de Mateus: *A Igreja he cidade fabricada sobre o monte, patente a todos: he candea posta sobre o castiçal, que alumea a todos*. As construções das Capelas e a doação dos terrenos eram feitas, entretanto, pela ação dos primeiros fundadores dos lugares ou pelos mais abastados da região. A terra para o santo, seu patrimônio ou o da sua capela eram doados por um ou mais detentores de glebas vizinhas.

A leitura da malha urbana dos diversos povoados de Piranga é marcada pelo predomínio na paisagem das edificações religiosas. Na sede, a Igreja Matriz implanta-se em sítio elevado voltada para a praça principal do núcleo urbano. Esta localização privilegiada tem como acesso a antiga rua Direita que vem das margens do rio Piranga e vai até esta praça. Seguindo a topografia acidentada do centro urbano, mais acima, em local bem plano, localiza-se a Capela do Rosário e entre as duas, a Capela da Boa Morte. Estes três templos foram implantados em locais nobres, mais altos no sítio urbano e com uma grande área livre à frente o que valorizou cada frontispício em função do vazio existente. Outras quatro capelas, bem menores e já demolidas, compuseram antes a paisagem urbana de Piranga: a Capela de São José, a Capela de Santo Antônio, a Capela de São Sebastião e a Capela de Santa Rita (LANA, 2007, p.84). Patrimônio perdido onde, das edificações demolidas, restaram apenas os seus nomes nas ruas onde antes se localizavam.²⁴

O sistema construtivo adotado nas capelas de Piranga é a estrutura autônoma de madeira com vedações de adobe ou, em alguns casos, complementados com pau-a-pique. A gaiola estrutural que acompanha o programa adotado é aparente e modela plasticamente a arquitetura como reconheceu inicialmente a arquiteta Selma Melo Miranda no seu conhecido estudo sobre a *arquitetura religiosa no Vale do Piranga* (1985). A estrutura autônoma de madeira é revestida com tábuas e, assim como as esquadrias, são pintadas com cor contrastante (geralmente o azul) em relação à alvenaria, sempre com pintura branca. A estrutura aparente e os materiais e a técnica construtiva existente, registra a herança do sistema construtivo herdado dos portugueses trazido até a região das minas no século XVIII.

No caso das capelas de Piranga, é tradicional o partido em três naves, com o coro na

²³ Os dados sobre as primeiras informações das Capelas e freguesias da região podem ser consultados no “Quadro 3: Resumo Cronológico – Séculos XVII e XVIII em Minas Gerais” e no “Quadro 4: Cronologia das Edificações Religiosas dos Municípios, Distritos e Povoados da Região de Piranga”, disponíveis no final deste trabalho.

²⁴ Adriano Silva Lana, na sua monografia: “Evolução urbana e arquitetônica de Piranga” (UFMG, 2007), elabora diversos mapas e plantas demonstrando a localização das principais edificações e o desenvolvimento urbano da sede municipal.

entrada e as tribunas sobrepostas às naves laterais onde os púlpitos se sobressaem.²⁵ A nave central, por sua vez, integra-se, através do arco-cruzeiro, à capela-mor que dá acesso, na sua lateral, à Sacristia e à Capela do Santíssimo. O ambiente interno, assim conformado, representava o espaço social por excelência onde cada classe ocupava o seu lugar determinado e, mais ainda, espaço político, mais do que teatral, onde o poder eclesiástico, no período colonial, predominava. Só mais tarde, com a introdução das Casas de Câmara e Cadeia, o poder da coroa portuguesa, exercido desde o início, terá sua representação simbólica.

O sistema da estrutura autônoma de madeira determina a nave com volumetria mais alta amparada pelos esteios que separam as naves laterais onde se sobrepõem as tribunas. O arco-cruzeiro introduz a capela-mor que, por sua vez, repete o esquema, apoiá-se também nos corredores laterais, designados como Sacristia e Capela do Santíssimo. Nos fundos, a área atrás do retábulo-mor conformava-se em consistório, local de reuniões dos paroquianos ou, simplesmente, quando muito pequenos, como é o caso dos exemplares de Piranga, em depósito de material litúrgico.

Lúcio Costa, ao estudar as igrejas construídas pelos arquitetos jesuítas ou pelos arquitetos leigos a serviço da Companhia de Jesus,²⁶ no que se refere à planta-baixa das igrejas, indica que o partido adotado era exclusivamente de uma só nave e aponta dois exemplos. No caso da Igreja de São Pedro d'Aldeia, o partido é em três naves e para o autor: “os esteios centrais, aliviando o peso da cobertura, permitem maior amplitude e daí a possibilidade de abrigar um maior número de fiéis.” (COSTA, 1961, p.65-66). Na igreja da antiga Reritiba, também em três naves, Lúcio Costa explica:

Nesta, a sustentação do madeiramento da cobertura e conseqüente separação do corpo da igreja em três naves – ou pseudo-naves – é feita por duas ordens de arcadas, disposição que parece ser a original; não só porque as colunas apresentam características de trabalho muito antigo, como também porque, considerando-se a largura desusada do corpo da igreja, a pouca espessura das paredes dos oitões parece indicar não terem sido feitas para resistirem, sozinhas, aos esforços laterais resultantes do sistema de armação adotado na cobertura. (COSTA, 1961, p.66)

Nos exemplares de Piranga, a cobertura divide-se em telhados de duas águas que acompanha a volumetria mais alta da nave e mais baixa da capela-mor e em meia água,

²⁵ Nas descrições arquitetônicas, alguns autores nomeiam as capelas estudadas como possuindo *três naves*, outros preferem designar como *nave com corredores laterais*. Utilizamos o termo *nave lateral* para os espaços laterais à nave principal onde se sobrepõem as tribunas.

²⁶ Os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1773 e não chegaram a atuar na região de Piranga mas deixaram uma herança cultural de grande importância que influenciou a arquitetura religiosa dos primeiros tempos na Capitania de Minas Gerais.

mais baixos, sobre as tribunas, a sacristia e a capela lateral. A inexistência de torres é característica regional, com exceção das duas torres da antiga Matriz demolida de Nossa Senhora da Conceição e da Igreja de Nossa Senhora da Saúde que recebeu, posteriormente, torre central.

A simplicidade arquitetônica externa contrasta, como é da feição do barroco, com a riqueza dos elementos integrados internos e com o conjunto de imaginária. Mesmo que muitos destes elementos artísticos tenham se perdido, como é o caso da maioria dos forros artísticos, o que restou demonstra a grandeza dos artistas do período colonial que atuaram em Minas e, segundo Aracy Amaral (1982-3, p.282), riqueza criativa que ainda não se repetiu. Para a autora, em um tempo de difíceis comunicações e transportes, no setecentos, as igrejas surgem quase miraculosamente em fazendas, arraiais ou pequenas vilas pelo compromisso dos habitantes movidos pela espiritualidade, pela importância da religião como único recurso para a cura dos males do corpo, do espírito ou diante de um ambiente desconhecido. Para Aracy, referindo-se a toda a produção cultural das Minas colonial, nunca mais se viveu, na América Latina, período de tal esplendor artístico. Com a sua sinceridade construtiva e interiores requintados, os templos de Piranga, remontam a esta época de florescência da arquitetura religiosa da Capitania de Minas Gerais. Ainda hoje, à singeleza e ao valor estético das edificações religiosas do município, soma-se a religiosidade latente do povo de Piranga que, diariamente, renova a sua fé e as suas tradições.

Uma visão de cada edificação religiosa será registrada a seguir, organizada de acordo com cada distrito a que pertencem. Na sede, serão estudadas a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (demolida), a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte ou dos Pardos e a Capela de Nossa Senhora do Rosário. No distrito de Santo Antônio do Pirapetinga destacam-se o Conjunto do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e as Casas de Romaria, a Igreja de Santo Antônio e as ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Serão apresentados alguns dados sobre a Capela de São Miguel e Almas do povoado de Mestre de Campos e da Capela de Nossa Senhora da Conceição do povoado de Manja Léguas. No distrito de Pinheiros Altos, as informações giram em torno da Igreja de Nossa Senhora da Saúde e da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Para finalizar este capítulo, a espacialidade cultural e social representativa dos bens intangíveis será vista pela apresentação dos festejos anuais do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos de Bacalhau e das festas e tradições religiosas praticadas em Piranga.

3.1.1 A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Logo depois que os paulistas começaram a cata do ouro no córrego das Almas, na região de Guarapiranga, formou-se pequeno arraial e, segundo os primeiros registros assinalados pelo Códice Costa Matoso (1999, p.257-258), a primeira capela (ou oratório) foi ali edificada, em 1694, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, *em que lhe dizia missa um frade terceiro por nome frei José de Jesus, por alcunha o Caturra*. No ano seguinte, foi construída uma nova edificação com o mesmo orago, atribuindo-se a iniciativa das obras ao padre Manuel Fernandes Tenreiro.

Por ser este sítio muito infestado de sezões e ter morrido muita gente e despejado outro, veio por vigário para ela, por provisão do senhor bispo do Rio de Janeiro, o padre Roque Pinto de Almeida, e a benzeu e foi caso milagroso que logo que foi benzida e os ares cessaram as sezões, sarando os que as tinham, e ficou este distrito mais sadio das Minas. A este veio suceder o padre dom José Dom-Dom, castelhano; a este, o padre José de Moraes; a este o padre André da Silva Ribeiro; a este, outra vez o padre dom José Dom-Dom; a este, o padre Manuel da Cruz; a este, o padre Gaspar Marcante; a este, o padre Antônio de Siqueira Quental; a este sucedeu, em 1724, o padre Manuel Fris Tenreiro, *colado; este se recolheu para o Reino em 1736, veio por *encomendado o padre Manuel Ribeiro Guimarães; a este sucedeu o padre João Barbosa Maciel; a este sucedeu o padre Luís Pinto de São Jerônimo, a este o *cônego magistral Manuel de Pinho Cardido, que existe (CÓDICE MATOSO (1750), 1999, p.257-258).

Os primeiros registros de batizados, casamentos e óbitos realizados na edificação datam de 1718 (TRINDADE, 1998, p.371). E, de acordo com a citação acima, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga (atual município de Piranga) foi declarada de natureza colativa por alvará régio de fevereiro de 1724²⁷. Três anos depois, segundo as Ephemerides mineiras (VEIGA, 1897, p.194-196), Guarapiranga constava entre as vinte paróquias criadas na região das minas no reinado de D. João V.

De acordo com Paulo Krüger Corrêa Mourão (1964, p.104), a reconstrução da Matriz de Piranga foi feita em 1736, pelo Pe. Manuel Fernandes Tenreiro e, em 1758, a edificação foi ampliada, solidificando-se em alvenaria de pedras e elevando-se a altura do corpo da edificação com novo frontispício. As duas torres quadrangulares foram modificadas e a suas obras concluídas em 1845.

²⁷ Livro de Lotação das Freguesias deste Bispado, fl. 105, Arquivo Eclesiástico de Mariana (BARBOSA, 1971, p.362).

Na terceira visitação às freguesias do Bispado de Mariana, no ano de 1823, Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825, p. 181-182) chega até à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, situada a oito léguas a leste de Mariana e 74 da corte do Rio de Janeiro, que possuía, segundo o mapa de 1819, 11 Capelas Curadas e 12.095 almas e rendimento com cômgrua de 1:900\$000. Na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, de acordo com estas informações, foram crismadas, nesta visita, 2.319 pessoas e confirmadas 14.000 almas na soma da população desta Matriz e das Capelas.

Nos relatos das visitas pastorais de Dom Frei José (1821-1825, p.181-182 e p.371-372), consta que pertenciam à freguesia de Guarapiranga, nesta época, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (edificação demolida), a Capela do Rosário dos pretos²⁸ e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte (na sede de Piranga), além da Capela curada de Santana dos Ferros (município de Guaraciaba); a Capela curada de São José do Xopotó (município do Alto Rio Doce); a Capela de São Caetano do Xopotó (município de Cipotânea); a Capela de São José do Barroso (município de Paula Cândido); a Capela do Mestre de Campos de São Miguel e Almas (povoado de Mestre de Campos em Piranga); a Capela de Nossa Senhora do Rosário de Brás Pires (município de Brás Pires); e a Capela de Santo Antônio do Calambau (município de Presidente Bernardes).

Tem esta freguesia 5.200 pessoas, de comunhão 3.630, rende ao vigário de cinco para seis mil cruzados por ano. Têm-se feito três igrejas, todas à custa dos moradores. A que existe tem de comprido até o arco 90 palmos,²⁹ de largura 42; a capela-mor, de comprido 41, de largo 30; as duas sacristias, de comprido 61, de largura 25; a casa do consistório, por detrás da igreja, da mesma largura, de sobrado com três janelas. Tem quatro irmandades de compromisso: a de Nossa Senhora da Conceição, ereta em maio de 1718 pelo senhor bispo dom Francisco de São Jerônimo; a do Santíssimo, ereta por compromisso, que até aí era devoção, em maio de 1744, pelo senhor dom frei João da Cruz; a das Almas, ereta em setembro de 1727 pelo senhor dom frei Antônio de Guadalupe; a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ereta em 1745 pelo senhor dom frei João da Cruz. Tem seis altares: altar-mor, Almas, Senhora Santana, Senhora do Rosário, Senhor dos Aflitos. Está esta igreja em um nobre terreiro, com o cemitério à roda, no meio do arraial. Este se compõe de duas ruas para a parte do rio e uma para sair do terreiro para fora, para a parte da estrada, com vinte e cinco moradas de casas de sobrado, 55 térreas, com capacidade para se fazer uma povoação muito grande pelo terreno, águas, muita terra para mantimentos e o rio que passa pelo pé dele, navegável por toda freguesia (CÓDICE MATOSO, 1821-1825, p.257-258)

²⁸ No original “*pretos*” com letra minúscula.

²⁹ O palmo é uma antiga medida de extensão equivalente a 8 polegadas ou 0,225m. Medida tomada com a mão aberta e que vai da extremidade do dedo polegar à ponta do dedo mínimo (CORONA & LEMOS, 1972, p.357).

A edificação primitiva da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, segundo estes dados, apresentava grande porte e partido tradicional com nave (aproximadamente 20,25m x 9,45m) interligada pelo arco-cruzeiro à capela-mor (9,225m x 6,75), duas sacristias laterais (13,725m x 5,625m) complementadas pelo consistório aos fundos. Nas fotografias existentes (ver figuras 10 e 11 no final deste texto), o prédio apresentava as modificações que tinha sofrido com a fachada principal reconstruída em alvenaria de pedras e corredor lateral à nave em único pavimento.

Das três igrejas citadas, duas ainda são remanescentes na sede de Piranga: a Capela de Nossa Senhora do Rosário e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, enquanto que a própria edificação da Matriz foi demolida para a construção de nova edificação. Um engano nesta citação é feito em relação à quantidade de altares da primitiva Matriz que somam cinco, total confirmado pelos relatos das visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1998, p.181) que encontra estes altares, as alfaias, os ornamentos e vasos sagrados com muita decência. Relata, também que a Igreja está “*um tanto arruinada*” e com falta de cemitério que de acordo com o Códice Matoso (1821-1825, p. 257-258) situava-se ao redor da Matriz.

Fazemos saber que no dia 20 de setembro do corrente ano de 1823 visitamos pessoalmente a igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, na presença de seu pároco colado o doutor Joaquim José Lopes Mendes, sacerdotes, irmandades, nobreza e povo. Vimos os altares, sacrário, pia batismal, ornamentos e alfaias e procedemos à procissão de almas.

O nosso coração se encheu de júbilo observando o asseio e esplendor de todos os utensílios³⁰ e vasos sagrados, e louvamos muito o zelo dos paroquianos com que se empregam no santuário para a glória e honra do Senhor.

Porém não podemos deixar de estranhar gravemente a indecência do atual cemitério, que de fato se acha profanado. Portanto, ordenamos ao fabriqueiro³¹ que, sem demora, se proporcione terreno pela parte posterior da igreja para cemitério cercado de muro de pedra, de altura suficiente, ou ao menos de madeira de lei, com porta e cruz, e para ele se devem trasladar as relíquias dos corpos dos fiéis que acham profanado, e encarregamos muito ao reverendo pároco o completo desempenho dessa tão justa como sagrada determinação, e qualquer impugnação do fabriqueiro nos deverá ser participada para providenciarmos (TRINDADE, 1821-1825, p.182-183)

A partir da lei imperial de 1828 renova-se a proibição do enterramento dentro dos templos. Na época, as opiniões dividiram-se, houve um movimento contrário representado por algumas irmandades, párocos e fiéis que se posicionaram contra as mudanças. O vigário

³⁰ Utensílios: o original apresenta a grafia acima.

³¹ Fabriqueiro: primeiro membro do Conselho de Fábrica da igreja que, com os conselheiros e sob a dependência do Pároco, administra seus bens e é o único representante jurídico. Para o exercício deste cargo, era necessária uma provisão passada pela Cúria (TRINDADE, 1998, p.399).

geral doutor Inácio José de Sousa Ferreira interpretava a legislação no sentido de prescrever a construção dos cemitérios mas não de proibir o enterramento dentro da igreja. O desembargador Melo e Souza, por sua vez, era favorável à construção dos cemitérios longe dos templos *alegando motivo de utilidade pública em função dos males advindos da proximidade com os cadáveres, bem como, e mais importante, a necessidade de sujeição dos poderes eclesiásticos às novas concepções da ordem civil*. Entretanto, o costume continuou e, só depois da promulgação do Código do Direito Canônico, os sepultamentos nas igrejas foram proibidos definitivamente (OLIVEIRA, In: TRINDADE, 1821-1825, p.34).

A Capela de Nossa Senhora do Rosário de Pinheiros Altos é a única em Piranga que ainda possui, na nave, as campas originais onde ainda estão enterrados seus mortos. Tendo em vista a sua próxima restauração, serão iniciadas negociações com a Arquidiocese de Mariana para a remoção dos restos existentes no interior das campas e tomadas providências para o seu sepultamento neste ou em outro local. Por sua vez, na sede de Piranga, o cemitério e a sua Capela de linhas ecléticas foi construído, em 1898, afastado do centro urbano, durante o mandato do então Presidente da Câmara de Piranga, Major José Eugenio Monteiro Dias de Carvalho e Castro (LANA, 2007, p.46).

As pesquisas de Adriano Lana (2007, p.36-37) apontam que as primitivas torres da Igreja de Nossa Senhora da Conceição apresentavam coberturas piramidais revestidas por telhas tipo capa e bica e que, em inícios do século XX, foram substituídas por um sistema de cúpulas. Informa ainda que um antigo morador de Piranga, Cliveland Maciel reportou ao IPHAN/MG, em 1959 e relatou que as torres tinham sido reformadas em 1919 a cargo do mestre de obras Sr. Vitarelli, residente em Viçosa. Segundo o morador, a Igreja Matriz que chegou ao século XX seria a quarta edificação, pois realizou medidas do templo em 1959 e as comparou com a especificação de Luís José Ferreira de Gouveia, de 1750 e verificou “*uma diferença para mais em todas partes: nave, capela-mór e as 2 sacristias*”.³²

No inventário dos altares e imaginárias da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, realizado pelo DPHAN, em agosto de 1946, citado por Lana (2007, p. 37) temos a seguinte descrição:

³² Documento de 22/09/1959, assinado por Cliveland Maciel que compõe o histórico e a pasta da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piranga no acervo do IPHAN/MG. Ver, também, Almanaque de Minas (1863) e PINTO, Diccionario Geographico do Brasil. P-Z. p. 237. (LANA, 2007, p.37).

É um templo de bela aparência, construída com muita solidês: Foi ultimamente reparado e pintado de novo, com muito carinho pelo Cônego Felício. Dentro, é amplo o edifício, a nave separada por gradil torneado e o coro também dotado de bela balaustrada. O altar mor é simples, por ter sido substituído o antigo. Somente os dois altares laterais conservam o aspecto primitivo com sua talha antiga. No trono do altar-mór está colocada a padroeira, N. S. da Conceição: mais em baixo a imagem de S. Sebastião, de um lado José e Santa Tereza, nos nichos ao lado N^a Senhora e S. Geraldo. No altar-mór da esquerda estão – Santa Ana, N. S. do Carmo, S. Joaquim, S. José, Santa Luzia, e S. Roque. No da direita S. Gabriel, N. S. do Perpetuo Socorro. Em outro altar – N. S. dos aflitos N. S. das Dores, S. Francisco, S. Caetano e Santa Rortunata. No quarto altar: N. S. do Rosário, S. Bento, S. Domingos e Santo Antonio, imagens todas antigas e bonitas. Existe na sacristia uma bela cômoda de Jacarandá preto, em três lanços com preciosa talha. No teto e nas paredes laterais vêm-se belos painéis, de motivos bíblicos, porém de pintura recente (IPHAN/MG apud LANA, 2007, p. 37).³³

Por volta de 1965, segundo pesquisa de Adriano Lana (2007, p.58-59) baseada em relatos dos moradores de Piranga, o então pároco Pe. Antônio Teixeira Filho propôs a demolição da Igreja e a construção de uma nova Matriz. Alegava que a cobertura e as paredes estavam instáveis e a torre do lado esquerdo apresentava trincas e ameaçava cair sobre uma das casas vizinhas. Nesta ação foi apoiado pelo então Arcebispo da Arquidiocese de Mariana, Dom Oscar de Oliveira enquanto os habitantes de Piranga, inicialmente, não se manifestaram contra a demolição. Um tardio abaixo-assinado da população local contra a demolição foi dirigido ao Bispo Dom Oscar de Oliveira mas foi inútil e o próprio pároco só tomou conhecimento do mesmo muito tempo depois, segundo suas próprias anotações. Um registro no Livro de Tombo da Paróquia de Piranga aponta uma declaração do Pe. Antônio sobre o sistema construtivo e materiais empregados na Matriz demolida.

No início de 1968 o trabalho da demolição da Matriz estava praticamente concluído. Interessante será notar que a construção levantada na metade do século dezoito, se compunha de duas partes de contraste: enquanto todo o corpo era inteiramente de terra argilosa (taipa), sem nenhum material de resistência, mesmo nos alicerces, a frente, de alto a baixo, e em toda a sua largura, era erguida com numerosas e imensas pedras, causando admiração a todos e surgindo sempre a pergunta: que meios foram usados para alçar pedras tão gigantes e pesadas a tão elevada altura? (LANA, 2007, p.59)³⁴

Lana (2007, p.61) relata que parte do acervo da Igreja passou a compor o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana e que os moradores locais informaram que os retábulos e diversas imaginárias e alfaias foram vendidos para antiquários e colecionadores

³³ Mantivemos a grafia original.

³⁴ Livro de Tombo da Paróquia de Piranga, MG. 1968, p. 80-81. Assentamento realizado por Pe. Antônio Teixeira Filho (LANA, 2007, p.59).

do Brasil e do exterior e ainda não foram recuperados. O conjunto de imaginária e alfaias que restou compõe, na sua maioria, o acervo de bens móveis da Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. A grande imagem da padroeira foi transferida para o retábulo-mor da Capela da Boa Morte, iniciativa da Comunidade preocupada com a preservação da peça tendo em vista a climatização adequada desta edificação, melhor do que a do edifício moderno da Matriz.

A nova Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com estrutura de concreto armado e características modernistas, foi construída no mesmo local e inaugurada em 21 de setembro de 1975, de acordo com o projeto do engenheiro arquiteto Hilton da Paixão Grossi.

Além da edificação da Matriz, na sede de Piranga foram demolidas as Capelas de São José, de Santo Antônio, de São Sebastião e a Capela de Santa Rita (LANA, 2007, mapa p.86) Não foi só em Piranga que estas perdas aconteceram, sabe-se que em Minas Gerais, através de apenas uma pequena análise do Inventário do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IPAC/MG realizado pelo IEPHA/MG, constata-se, infelizmente, a demolição de diversas matrizes na década de 70 do século passado, como é o caso das Matrizes de Itabira, Betim, Esmeraldas, Rio Acima, Bom Despacho, entre muitas mais.

Em relação à substituição da edificação da Matriz de Piranga por uma arquitetura de feições modernas, remetemo-nos ao pensamento de David Harvey (1994, p.171) que, ao analisar a cidade contemporânea, distingue as diversas camadas da sua formação, sendo que cada camada corresponde a um período histórico, arquitetônico, urbano ou econômico. Esta concepção é nomeada a partir da metáfora do: *palimpsesto, uma paisagem composta de várias formas construídas, sobrepostas umas às outras ao longo do tempo.*³⁵ Segundo o autor, as camadas anteriores que constituem as cidades podem ser de origem antiga, sobrevividas de civilizações mais velhas e que resistiram no tecido urbano de hoje. Para Harvey, as camadas que compõem as cidades são formas que se acumulam mais rapidamente nos últimos tempos em razão do crescimento da população, do forte desenvolvimento econômico e das consideráveis mudanças tecnológicas. Na nossa realidade tornou-se comum a substituição de algumas edificações ou sítios históricos, em ondas de mudança especulativa e de modernização. As ações dos órgãos preservacionistas, muito burocratizadas ou com poucos recursos econômicos e técnicos, enfrentam estas questões na corrida para se preservar os espaços tradicionais. A preservação dos monumentos do passado é feita com muita luta, com ações que vão contra

³⁵ Palimpsesto: Manuscrito em pergaminho raspado pelos copistas medievais e polido com marfim para permitir nova escrita, sob a qual, modernamente, se tem conseguido avivar os caracteres primitivos. Tábua cuja escrita se podia apagar, para escrever novamente por cima. (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO, VOL 14).

a correnteza dos processos de mudança, pois a investida do progresso, assim como o processo de demolições e substituições de edificações históricas é muito rápido e devastador.

Ao considerarmos o núcleo urbano de Piranga percebe-se que a substituição da Matriz e, ainda hoje, de outras edificações significativas no centro histórico, transformam a cidade em um palimpsesto, um tecido urbano com inserções de edificações de má qualidade que, desfigurado, tal como um remendo, não se encaixa na leitura da paisagem histórica.

A demolição da Igreja Matriz de Piranga é uma perda irreparável para a história da arquitetura de Minas e para os habitantes locais que lamentam a sua perda. A escolha da imagem da cidade, composta por edificações de diversas épocas, faz parte do processo identitário ao qual a população e os técnicos têm que ter acesso. O direito à memória e à identidade, no caso das cidades, é um direito coletivo e que, por mais difícil que seja o processo democrático de escolha para a sua preservação, ele deve ser exercido. O desafio é, segundo Harvey (1994, p.171): *como planejar a construção da próxima camada no palimpsesto urbano de forma a combinar aspirações e necessidades futuras sem violentar em demasia tudo o que já foi feito antes*. Mesmo que se perca algumas construções degradadas e em ruínas, ou locais abandonados, o que não se pode é varrer totalmente o passado, como na concepção modernista e reconstruir a paisagem urbana totalmente diferente. A proposta é achar meios para a criação de paisagens novas complementando e intensificando as velhas. As edificações representativas do passado devem conviver com as do presente, este o papel da preservação. Interessa muito mais, o significado daquilo que o espaço contém, a imagem e a qualidade do lugar, ou seja, os espaços arquitetônicos e urbanos que determinam o senso de lugar e de relações de pertencimento, de raízes, de memória coletiva, ou seja, de símbolos estáveis da identidade coletiva neste mundo em mutação.

**IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



a)



b)



c)



d)



e)



f)

FIGURA 10: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Piranga, distrito sede). a) *Largo da Matriz em 1899 onde vemos a Matriz com suas torres triangulares que foram substituídas em forma abaulada na década seguinte.* b) *O grandioso Congresso Vocacional – Agosto 1959.* c) *A Praça em 1962 – E o coreto em estilo oriental inaugurado em 1923 – uma Charola octogonal.* d) *Piranga na Dec. De 60. Em primeiro plano a Matriz de N. Sra da Conceição de Piranga demolida em 1966.* e) *Vista do adro, frontispício e casa paroquial aos fundos.* f) *Frontispício imponente construído em pedras e praça frontal.*

(Obs. As frases em itálico correspondem às legendas originais das fotos).

Fonte: PIRANGA – MG (*Histórico - Acervo Marco Antônio Gomes, Arquivo do Conhecimento Cláudio Manoel da Costa*). Disponível em: <<http://www.piranga.com.br>>. Acesso: 12/10/2007.

**IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



a)



b)



c)



d)



e)



f)

FIGURA 11: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Piranga: distrito sede). a) Frontispício e praça. b) Matriz e praça com coreto. c) Conjunto de cinco retábulos. d) Detalhe de dois retábulos com imaginária de grande porte, algumas hoje integrantes do acervo da Capela de Nossa Senhora do Rosário. e) Demolição da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em 1966. f) Vista parcial da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Fonte: PIRANGA – MG (*Histórico – Acervo Marco Antônio Gomes, Arquivo do Conhecimento Cláudio Manoel da Costa*). Disponível em: <<http://www.piranga.com.br>>. Acesso: 12/10/2007.

f) Foto da autora em 18 dezembro 2008.

III.1.2 A Capela de Nossa Senhora da Boa Morte ou Capela dos Pardos

A Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, também denominada Capela dos Pardos, implanta-se em sítio elevado no núcleo histórico de Piranga, no final da rua Vereadora Maria Anselmo (antiga rua Santa Rita) que faz esquina com a rua Santa Efigênia e rua José Inácio Peixoto (antes chamada rua Boa Morte). Estes arruamentos iniciaram-se em 1750 e se consolidaram desde o século XIX, sendo que a rua Santa Rita (com ocupação anterior à 1750) liga a praça da Matriz (atual praça Cel. Amantino Maciel) até a Capela da Boa Morte. Por sua vez, a rua Santa Efigênia leva à Capela de Nossa Senhora do Rosário (LANA, 2007, mapa p.97). Este cruzamento, onde a Capela da Boa Morte é destaque na paisagem urbana, determina os caminhos que seguem de um lado para Pinheiros Altos até Mariana e de outro para Bacalhau que segue depois até Santa Rita de Ouro Preto.³⁶

As referências documentais sobre a construção da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte na antiga freguesia de Guarapiranga são escassas, mas consta que *a irmandade foi criada em 1779, embora se tenha notícia da existência de um processo patrimonial dessa irmandade, datado de 1728* (TRINDADE, 1998, p.371).

Conforme o relatório do mensageiro de El Rei Don, Luiz Joseph Ferreira de Gouveia, a edificação foi ereta em 1727 pelo Pe. Frei Antônio de Guadalupe. A Irmandade das Almas foi responsável pela construção da capela para dar guarida aos mestiços, mulatos e capatazes que eram reunidos na Irmandade dos Homens Pardos. Foi reconstruída no início do século XIX sendo pároco o Pe. Manoel Francisco do Carmo e o tesoureiro da Irmandade, o capitão Ricardo Bernardino de Melo, que administrou a obra.³⁷

A Capela da Boa Morte funcionou como Matriz, no período de 1966 a 1975, quando houve a demolição da antiga Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Atualmente abriga a imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. A edificação foi restaurada no final da década de oitenta sob a coordenação do Padre José Julião da Silva, pároco anterior que realizou diversas obras no município.

Em 2007, pela sua importância arquitetônica e histórica, a edificação recebeu tombamento pelo município, de acordo com o Decreto nº 1523.

Implanta-se em adro aberto na frente com uma grande escadaria voltada para o cruzamento das três vias e fechado nas laterais com alvenaria arrematada por balaustrada de concreto e

³⁶ Para o estudo da evolução urbana de Piranga, ver a monografia de Adriano Lana, UFMG, 2007.

³⁷ PIRANGA – MG (*Histórico - A Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, de Thiago de Dias Neves*). Disponível em : <<http://www.piranga.com.br/igrejas/boamorte/index.htm>>. Acesso: 27maio2009.

acesso por portões de madeira. A edificação apresenta grandes proporções mas com a mesma técnica construtiva das igrejas da região: estrutura autônoma de madeira e vedações em adobe e pau-a-pique com revestimento interno tanto dos forros como dos esteios, pórticos e guarda-corpos em madeira. A volumetria corresponde às coberturas separadas da nave e coro e, também, em duas águas e mais baixa na capela-mor e inteiriça nas duas laterais com telhados em meia água no comprimento quase total da construção. Como no Rosário de Pinheiros Altos, o coro é avantajado e compõe a volumetria maior do corpo do frontispício que esconde o desenvolvimento mais baixo das tribunas laterais à nave alongadas até a capela-mor. Este recurso transforma estas duas igrejas em construções mais altas e robustas, executadas com desenvoltura mais tardiamente na virada do setecentos, substituindo as pequenas capelas originais.

A tipologia arquitetônica é a mesma das edificações religiosas do vale do rio Piranga: ausência de torres; modulação aparente da estrutura de madeira contrastando com a alvenaria rebocada de branco; partido retangular com planta dividida em três naves ladeadas de tribunas e capela-mor que, também, apresenta tribunas abertas nas laterais acima da Sacristia e da Capela do Santíssimo e, atrás do retábulo-mor, possui grande Consistório. As tribunas voltadas para a Capela-mor é a única ocorrência entre as capelas de Piranga. No coro, o piso eleva-se em relação às tribunas e, devido a grande altura da edificação, foi instalado um lance de escadas que leva ao patamar correspondente ao relógio instalado na empena da fachada principal.

Os retábulos da Capela da Boa Morte pertencem à última fase do barroco mineiro ao gosto rococó e são bem simplificados, com pilastras retilíneas e camarim central com trono escalonado. Nos intercolúnios, as peanhas recebem imagens secundárias e, no alto, um grande arco de fundo côncavo acrescido de elementos decorados com flores, folhas e conchas, arremata a parte superior. Uma tarja central fecha o arco superior com desenho leve em conchóides. No retábulo-mor está, atualmente, a excelente imagem de Nossa Senhora da Conceição pertencente à antiga Matriz.

O retábulo-mor apresenta fatura de melhor qualidade do que os retábulos colaterais que possuem pilastras simples nas laterais do camarim e recebem os arcos do coroamento e o baldaquino com arremate em pequena sanefa. Recebem poucos ornamentos talhados que foram repintados, sem acompanhamento de restauradores, na intervenção feita pela Paróquia. De maneira geral, o retábulo desta fase, segundo Paulo Krüger (1986, p.164) não é nem tão bordado e talhado como os da primeira fase mas apresenta-se claro, sóbrio, arrumado. A simplicidade do conjunto de retábulos preenche de maneira austera o interior da Capela da Boa Morte.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE ou CAPELA DOS PARDOS
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



a)



b)



c)



d)



e)



f)

FIGURA 12: Capela de Nossa Senhora da Boa Morte (Piranga, distrito sede): a) Frontispício e adro com escadaria frontal voltada para três vias. b) Fachada lateral direita (lado do Evangelho). c) Rua Santa Efigênia. d) Rua José Inácio Peixoto, antes conhecida como rua da Boa Morte. e) Fachada lateral direita com portão para o adro (lado do Evangelho). f) Porta lateral e tábuas de revestimento da estrutura autônoma de madeira.
Fonte: fotos da autora em 30 junho 2009.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE ou CAPELA DOS PARDOS
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



a)



b)



c)



d)



e)

FIGURA 13: Capela de Nossa Senhora da Boa Morte. a) Vista do arco-cruzeiro e dos três retábulos. b) Nave lateral e tribuna com púlpito (lado do Evangelho). c) Nave lateral e tribuna com púlpito (lado da Epístola). d) Púlpito. e) Vista do Coro e porta principal.
Fonte: fotos da autora em 30 junho 2009.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE ou CAPELA DOS PARDOS
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



FIGURA 14: Capela de Nossa Senhora da Boa Morte. a) Capela-mor. b) Tribuna da Capela-mor. c) Retábulo-mor. d) Imagem de Nossa Senhora da Conceição pertencente à antiga Matriz. e) Retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado do Evangelho) f) Retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado da Epístola) com imagem de Nossa Senhora das Dores.

Fonte: fotos da autora em 30 junho 2009.

3.1.3 A Capela de Nossa Senhora do Rosário

Dom Frei José da Santíssima Trindade (1998, p.181) registra, em 1823, a existência da Capela do Rosário dos Pretos e a de Nossa Senhora da Boa Morte em Piranga: “*ambas com decência*”. A Irmandade do Rosário dos Pretos foi instituída em 1775 e presume-se que a edificação tenha sido reconstruída nesta época. Em 1883, sofreu ampla reforma, conforme inscrição na arcada do coro (TRINDADE, 1998, p.371).

A edificação da primeira capela, provavelmente, é da metade inicial do século XVIII. Paulo Krüger (1986, p.104) informa que “*sobre este templo, há apenas um documento que prova a existência da capela em 1723*”. Nas duas décadas do setecentos, entre 1745 e 1765, consta a ampliação ou reconstrução da capela-mor e da nave.

O *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial e freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga*,³⁸ datado de 1765, foi aprovado por D. José I em 1766 e chancelado pelo Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens em 1767. Neste documento consta que os “*pretos forros e cativos moradores no Arraial e freguesia de Nossa Sra da Conceição de Guarapiranga*” solicitavam a confirmação da Irmandade do Rosário para tanto, seriam eleitos “*quatro homens brancos, bem abonados*” que ocupariam os cargos de Protetor, Escrivão, Tesoureiro e Procurador, “*por cuja conta correrá a receita, e despesa, Livros e todos os mais bens*”. Um Capelão seria eleito para rezar missas pelos vivos e defuntos e para acompanhar os sepultamentos. Os irmãos fariam eleição anual para Rei, Rainha, Juízes, Juízas, 32 Irmãos e 16 Irmãs. Seriam também responsáveis pela doação de esmolas. Poderiam ter assentos como irmãos “*todos os pretos Forros, Cativos, Cabras, Mulatos, e inda outras pessoas, que por sua devoção o quizerem fazer, contanto, que só os pretos serão oficiais de eleição e os mais que não forem serão os anuais.*” A Irmandade tinha como obrigação assistir aos defuntos com “*duas luzes*”, acompanhar os corpos e dar-lhes sepultura na capela e rezar seis missas por cada irmão falecido.

A Irmandade, conforme esse Compromisso de 1765, possuía nessa época 700 irmãos e tinha despendido cinco mil cruzados em sua capela, sem contribuição nenhuma da Igreja Matriz e, por isso, solicitava que as sepulturas que fossem demarcadas “*dentro e em roda*” da capela ficassem livres e desobrigadas de pagar ônus à Matriz. Seriam em número de 30, as sepulturas engradadas ou em campas no interior da capela.

³⁸ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial e freguesia de Nossa Senhora de Guarapiranga (Manuscrito). Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Piranga, 1765.

A fundição de um sino, em 1789, indica a existência de janelas sineiras e, portanto, das tribunas. Por volta de 1800, foi executada uma reforma interna e, segundo documentos, executados os altares colaterais com participação do Mestre Ataíde na pintura dos anjos do baldaquino do retábulo de Nossa Senhora do Carmo (MIRANDA, 1984-5, p.62). No final do século XIX, no ano de 1883 realizou-se uma reforma interna que resultou na substituição ou reforma do altar-mor e modificações no frontispício e no coro que passa a ter piso mais elevado do que as tribunas.

No paróquiato do Padre Hermenegildo Adami Carvalho, de 1947 a 1964, houve a remodelação da capela, com execução do piso em ladrilho hidráulico e compra de bancos. Na Praça do Rosário, em 1964, foi construído um parque paroquial infantil e o terreno da Capela recebeu muro baixo na lateral e nos fundos com acesso por portão de ferro na frente. Logo depois, em 1968, o terreno lateral da esquerda foi cedido para a construção de uma fábrica de bloquetes e manilhas da Prefeitura de Piranga.

No paróquiato do Padre José das Mercês Araújo, a Capela do Rosário recebeu um “*bom retoque*”. De 1985 a 1988 são relatadas a infestação generalizada de ataques de insetos xilófagos e o comprometimento estrutural com esteios abatidos e tirantes desencaixados. Inicia-se uma reforma interna com uma firma local, para a substituição dos forros, a vedação dos painéis laterais e a descupinização. Sem acompanhamento técnico dos órgãos de preservação, estas obras resultaram na queda total do telhado da nave e danificação dos retábulos colaterais. A restauração do telhado foi feita pela Comunidade local com orientação do Padre Julião.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário foi tombada, em 1989, pelo IEPHA/MG que passa então a fiscalizar o processo de restauração, que ficou interrompido por falta de recursos. Desta época até 1992, recebe grande reforma com plantio, na frente, das palmeiras imperiais; construção do muro de alvenaria na lateral e nos fundos do terreno; e construção do portão de madeira. Em 1997, são pintados os elementos arquitetônicos e, até 2007, são realizados serviços de manutenção executados pela própria Comunidade: troca de ferragens e peças de madeira, instalação de um lavabo na sacristia e tanque coberto no pátio lateral, além da execução, no centro da nave, de uma passarela em piso de tabuado corrido.

Localizada no centro urbano do distrito sede, a Capela de Nossa Senhora do Rosário é um exemplar típico da arquitetura religiosa difundida desde o setecentos no Vale do Piranga. Sua arquitetura singela marcada pela trama estrutural é de grande importância para a identidade piranguense e a preservação da memória de Minas Gerais. A propriedade

pertence à Arquidiocese de Mariana e a edificação recebeu tombamento pelo IEPHA/MG de acordo com o Decreto nº 29.399 de 21 de abril de 1989.

Situa-se na Praça do Rosário e implanta-se na esquina da quadra, em terreno plano, no alinhamento da rua. Um portão de madeira protegido por pequena cobertura em telhas cerâmicas conduz ao pátio lateral esquerdo.

Como é típico das construções religiosas da região, seu partido é retangular e não apresenta torres, desenvolve-se com nave central que se articula com a capela-mor pelo arco-cruzeiro e duas naves laterais onde se sobrepõem as tribunas. Na entrada, o coro foi construído em intervenção posterior sobre o átrio vedado por tapa-vento. A capela-mor é ladeada por dois corredores sem tribunas que serviam de Capela do Santíssimo e sacristia, mas esta foi deslocada para o espaço atrás do retábulo-mor que dá acesso ao depósito no segundo piso.

A volumetria corresponde ao programa tradicional: nave central e laterais sobrepostas com tribunas mais altas, seguidas de capela-mor mais baixa e corredores laterais à capela-mor com telhados mais baixos. A característica principal é a ausência de torres e a singeleza construtiva. O telhado da nave e das tribunas, coroado por cruz em madeira, forma um corpo único em telhas cerâmicas com duas águas e acabamento dos beirais com telhas transversais finalizadas em peito-de-pombo. A inclinação do telhado alonga-se com o galbo-do-contrafeito e com os beirais em cachorrada aparente com guarda-pó em tabuado. As coberturas da nave e da capela-mor são executadas em duas águas e as das capelas laterais em meia água.

O sistema construtivo é a estrutura autônoma de madeira com vedações em adobe e pau-a-pique que determina o espaço interno em três naves pois as naves laterais servem de apoio estrutural à nave central. O peso do telhado da nave central é distribuído pelos esteios que formam os pórticos e arcadas alinhadas das tribunas e, também, pelas paredes externas. Da mesma maneira, a estrutura da capela-mor é apoiada pelas paredes externas mais baixas, onde se localizam, de um lado a sacristia e, do outro, a Capela do Santíssimo.

O frontispício apresenta composição tradicional com portada principal sobreposta por duas janelas rasgadas por inteiro na altura do coro e duas janelas sineiras laterais na altura das tribunas. Nas fachadas laterais, a gaiola estrutural, também, é aparente e completa, de maneira geométrica, a disposição das esquadrias. A fachada posterior mostra a empena cega e a marcação geométrica da estrutura autônoma de madeira que aparente, como em todas as fachadas, contrasta com o pano das alvenarias, característica das edificações religiosas do Vale do Piranga.

As naves laterais, internamente, são separadas da central pelo alinhamento dos esteios que formam pórticos revestidos em madeira. Na parte superior, as arcadas que acompanham os esteios, delimitam as tribunas e o coro na entrada que possui balaustrada em madeira torneada e envernizada enquanto que os guarda-corpos das tribunas são apenas recortados em madeira.

O interior é enriquecido pelo conjunto de bens integrados e de bens móveis onde se destacam os altares talhados em madeira policromada. Os retábulos colaterais ao arco-cruzeiro foram executados com talha de boa qualidade ao gosto rococó numa transição para o neoclássico, estilo comum na Capitania de Minas Gerais no final do século XVIII.

O retábulo colateral de Nossa Senhora do Carmo (lado do Evangelho) apresenta boa qualidade de talha e alto nível de execução. Mostra base simplificada com mesa de altar à frente, área central estruturada por duas pilastras laterais simétricas e ornadas, com camarim central e trono escalonado, acima do sacrário. As pilastras misuladas são arrematadas por capitéis e volutas ornadas de folhas estilizadas. Na parte superior, o retábulo é composto por baldaquino arrematado por sanefas. Alguns estudiosos apontam a fatura dos retábulos colaterais à Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Segundo documentação datada de 1800, Manoel da Costa Ataíde executou a pintura dos três anjos e a cartela no baldaquino do retábulo de Nossa Senhora do Carmo (lado do Evangelho), assim como o seu douramento. A pintura do baldaquino do outro retábulo, semelhante ao primeiro, também foi atribuída ao mesmo pintor (MIRANDA, 1984-5, p.62). Além dos três querubins e da tarja destaca-se a inscrição em latim: “*Virgo Dei Genetrix Carmeli nomine monts Foederis et Signun dat Scapulaire Suum*” que pode ser traduzida por: “*A Virgem Genitora de Deus, com o nome do Monte Carmelo, como sinal de aliança, dá seu escapulário.*”³⁹

A composição estilística do retábulo colateral da Epístola repete o modelo do retábulo do Evangelho: a base é simples com mesa à frente e, na área central, as pilastras apresentam capitéis com volutas ornadas por folhas de acanto. O camarim central recebe trono escalonado com três degraus decorados com motivos geométricos e folhas de acanto sobre sacrário com talha fina. A parte superior é composta por baldaquino com sanefas, forro abobadado no centro e tarja central simplificada. Um trio de querubins e cartela, semelhantes aos do outro retábulo e atribuídos à Ataíde, decoram o forro central do baldaquino. A cartela central ladeada por conchóides e flores recebe a inscrição em latim: “*Si nos criminibus tantorum Causa dolorum Plus nostra ausciet, quan () tua corda dolor*”,

³⁹ Tradução feita, em 2009, pelo Padre Jesuíta Francisco Taborda da Faculdade Jesuíta a pedido de Adalgisa Arantes Campos.

traduzida como: “*Se nós por (nossos) crimes (pecados), (fomos, somos) causa de tão grandes dores, mais (são) os nossos () do que tua dor de coração.*”⁴⁰

O retábulo-mor, executado bem mais tarde, em 1892, apresenta solução mais simples e sem o apuro técnico da talha elaborada dos colaterais. Na parte superior desenvolve-se em arco acompanhando a abóbada do forro da capela-mor e é arrematado com tarja desenhada com coroa central, símbolo da irmandade do Rosário. Destaca-se no centro, acima do sacrário, o camarim que recebe trono escalonado e a grande imagem de Nossa Senhora do Rosário. Três pilastras sustentadas por mísulas de cada lado dividem os panos laterais onde se encontram as peanhas com os dosséis. A parte inferior completa-se com a mesa de altar. Recebe um conjunto de imaginária de grande importância atribuída ao Mestre Piranga, acervo, na sua maior parte, remanescente do século XVIII e pertencentes à demolida Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

O conjunto de esquadrias é formado por portada em duas folhas almofadadas com enquadramento em madeira maciça e verga reta, enquanto que as portas laterais são enquadradas em madeira, possuem verga reta e folha única almofadada. As janelas situadas no nível da nave apresentam verga reta, enquadramento em madeira, duas folhas de abrir almofadadas e grades de madeira. As duas janelas do coro são rasgadas por inteiro com guarda-corpo em madeira recortada e vedação em guilhotinas envidraçadas. A janela sineira do frontispício suporta sino único em bronze e possui vedação em folha de madeira cega de abrir e bandeira fixa com caixilhos de vidro. A janela sineira da tribuna do lado da Epístola é vedada com folha única de abrir e bandeira fixa envidraçada e comporta dois sinos em bronze. As janelas da fachada direita apresentam quadros em madeira, verga reta e vedação em caixilho de madeira e vidros fixos e, na fachada esquerda, as janelas da tribuna são em guilhotina com caixilhos de madeira para vidros transparentes.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário recebe os cuidados da Comunidade que a utilizam para seus ritos tradicionais e cultos religiosos da Igreja Católica Apostólica Romana, para as rezas diárias e para a catequese de crianças. A religiosidade de seus fiéis traduz-se na preocupação pela preservação do monumento e dos seus bens integrados e móveis, principalmente, das imagens centenárias atribuídas ao Mestre Piranga. Solicitado pela Comunidade, o IEPHA/MG, em 2008, contratou todos os projetos de restauração da Capela de Nossa Senhora do Rosário que entrará em obras em 2010.

⁴⁰ Tradução Padre Jesuíta Francisco Taborda.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



a)



b)



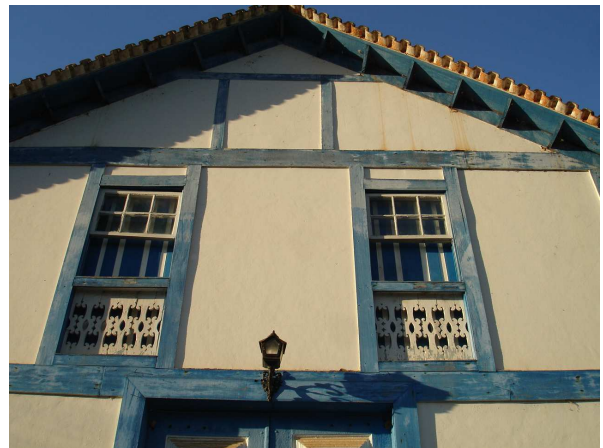
c)



d)



e)



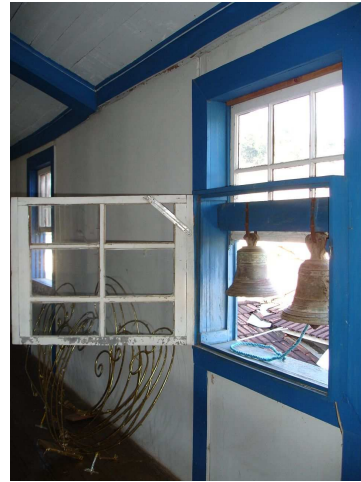
f)

FIGURA 15: Capela da Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) Largo do Rosário. Fonte: PIRANGA – MG (*Histórico – Foto: Marco Antônio Gomes, Arquivo do Conhecimento Cláudio Manoel da Costa*). Disponível em <<http://www.piranga.com.br/passado/index.html>>. Acesso: 12/06/2008. b) Adro e Praça de Nossa Senhora do Rosário. c) Frontispício. d) Fachada posterior. e) Fachada Lateral Direita (lado do Evangelho). f) Janelas rasgadas do coro. Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 09 maio 2008.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



a)



b)



c)



d)



e)

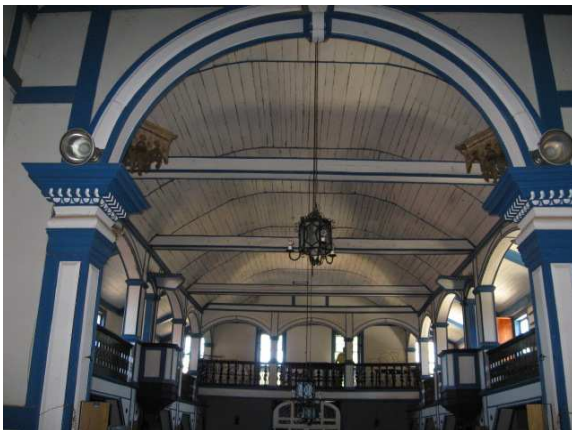
FIGURA 16: Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) Janela sineira b) Janela sineira da tribuna da Epístola. c) Portada principal d) Janela em guilhotina da fachada lateral e) Vista do arco-cruzeiro, retábulos colaterais e retábulo-mor da Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 09 maio 2008.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



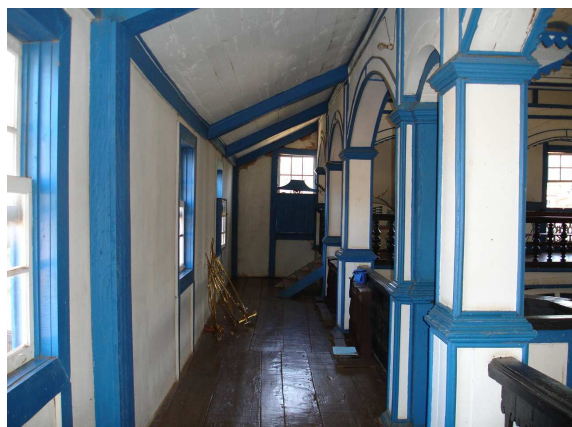
a)



b)



c)



d)



e)

FIGURA 17: Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) Vista da nave, do coro e tribunas b) Vista do arco-cruzeiro, forro em abóbada da nave e coro. c) Arcadas e balaustrada do coro. d) Tribuna da Epístola. e) Detalhe do arco-cruzeiro e forros abobadados.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 09 maio 2008.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



a)



b)



c)

FIGURA 18: Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) Retábulo-mor. b) Retábulo colateral da Epístola. c) Retábulo colateral do Evangelho. Douramento e pintura no baldaquino do retábulo colateral de Nossa Senhora do Carmo conforme recibo de 1800 do Mestre Manoel da Costa Ataíde. A pintura do outro altar também é atribuída à Ataíde. Fatura de boa qualidade que indica a presença (não confirmada) de Antônio Francisco Lisboa.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 09 maio 2008.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
PIRANGA – DISTRITO SEDE**



a)



b)



c)



d)

FIGURA 19: Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga. a) b) Coroamento e baldaquino do retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado do Evangelho) Detalhe da pintura dos anjos de Manoel da Costa Ataíde, conforme documento de 1800. Inscrição: *Virgo Dei Genetrix Carmeli nomine montis Foederis ut Signum dat Scapulare Suum* (A Virgem Genitora de Deus, com o nome do Monte Carmelo, como sinal de aliança, dá seu escapulário).

c) d) Coroamento e baldaquino do retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado da Epístola). Detalhe da pintura dos anjos de Manoel da Costa Ataíde no baldaquino do retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado da Epístola.). Inscrição: *Si nos criminibus tantorum causa dolorum Plus nostra ausciet quan () tua corda dolor* (Se nós por (nossos) crimes (fomos, somos) causa de tão grandes dores mais (são) os nossos () do que tua dor de coração).

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 09 maio 2008.

III.1.4 Os anjos de Manoel da Costa Ataíde da Capela de Nossa Senhora do Rosário de Piranga

Manoel da Costa Ataíde⁴¹, grande pintor que, no final do século XVIII e início do XIX, executou as pinturas de forro das principais igrejas de Minas Gerais, merece atenção especial pois sua presença na região engrandece o patrimônio aqui estudado. Algumas notas sobre as suas principais realizações são importantes, neste contexto, para destacar a sua atuação, pouco conhecida, na Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede de Piranga.

Em 1962, no bi-centenário de nascimento do pintor Manuel da Costa Ataíde, diante do altar-mor da Igreja de São Francisco de Assis de Mariana, onde, entre obras de arte, está sepultado o genial artista marianense, o professor Carlos Del Negro (1962, p. 78) profere conferência exaltando a obra e a personalidade deste mestre e traça a sua biografia. Manoel da Costa Ataíde, filho do português Luis da Costa Ataíde e de D. Maria Barbosa de Abreu, foi batizado no dia 18 de outubro de 1762 e faleceu em 02 de fevereiro de 1830. Seus primeiros trabalhos remontam a 1781, na encarnação de duas imagens de Cristo no Santuário de Nosso Senhor do Bom Jesus do Matozinhos de Congonhas do Campo e, em 1782, por trabalho não especificado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Mariana. Segundo documentos listados por Del Negro (1962, p.78-79 e 82), Ataíde executou, entre 1791 e 1797, diversos trabalhos na Igreja de São Francisco de Assis de Mariana, entre eles: a pintura do pano da porta da Igreja; a encarnação de três imagens da Paixão da Semana Santa; o douramento do retábulo; o ajuste de pintura e douração do altar-mor; o douramento do altar de Santa Isabel. Sua obra prima é a pintura do forro da nave da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, acompanhadas da pintura da capela-mor da Igreja de Santo Antônio de Itaverava e da pintura da nave da Matriz de Ouro Branco.

Manuel da Costa Ataíde, reconhecido por sua grandiosa obra, é descrito por Del Negro (1962, p.82) como: *Artista de idéias largas, com domínio sobre a arquitetura, excelente colorista, senhor de uma técnica profissional inigualável no meio em que viveu*. Nas pinturas de forro das igrejas setecentistas, foi reconhecido pelo refinamento, pureza e pesquisa das cores, assim como pelo espírito inventivo, Ataíde desenvolveu nos forros abobadados um partido de composição pictórica que se desenvolvia a partir de um quadro ricamente emoldurado, como o teto de um novo andar, sobre ordem arquitetônica assentada na parte

⁴¹ A grafia do nome do Mestre Manoel da Costa Ataíde foi mantida desta maneira, mesmo observando algumas variações usadas pelos diversos historiadores.

média das paredes laterais reais da Igreja, apoiando-se ora no arco-cruzeiro ora no muro do coro por meio de portal (óculo ou arco de triunfo). Expressava-se na pintura através da forma rococó, como nos confirma Adalgisa Arantes Campos (2005, p.81), onde há o predomínio dos vazios (fundos claros e homogêneos) sobre os cheios (figuras) e com cores claras e vivazes (azuis, vermelhos e ocres). Os temas são desinteressados: flores, guirlandas, vasos, rocalhas e um conjunto de anjos com feições mestiças, traço que se repetirá em toda a sua obra.

Segundo Del Negro (1962, p. 83), o pintor não estreou na Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto onde, em 1794, o Aleijadinho, artista reconhecido, terminava o retábulo-mor e concluía toda a escultura ornamental da capela-mor, pois os mesários não dariam a um desconhecido a tarefa da pintura de tal monumento. A pouca documentação disponível indica que numa ação de 1800, Manuel da Costa Ataíde declara que trabalhara no seu ofício de pintor no arraial da Passagem do Ouro Branco e tinha domicílio no arraial do Bacalhau: “*Há informações da existência de pintura em forro de igreja nesse último arraial*”.⁴² A autoria de pintura de forro atribuída a este mestre neste distrito, ainda não foi confirmada e esta informação merece estudos aprofundados, que ainda não foram realizados. Selma Melo Miranda (1984/5, p.67) deixa a pesquisa em aberto e aponta apenas que Ataíde recebe meia pataca de ouro pelo douramento da chave do sacrário do altar do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos do arraial do Bacalhau. Confirma-se que a família de Ataíde possuía fazenda nos arredores de Bacalhau, que na tradição dos moradores de Piranga ainda existe e tivemos a oportunidade de visitar juntamente com o pesquisador Marco Antônio Gomes, do Arquivo do Conhecimento Cláudio Manoel da Costa de Piranga, onde constatamos que a tradicional edificação da sede da fazenda em estrutura autônoma de madeira não apresenta pinturas artísticas.

A historiadora Adalgisa Arantes Campos (2005, p.67-68) ao descrever o testamento e inventário do pai do pintor, o português Luiz de Costa Ataíde, datados de 1800 e 1802, relata, além da religiosidade familiar e a existência de quatro irmãos, o fato de que o mesmo não possuía muitas posses. Destacam-se as duas casas de Mariana e o sítio, com casa de telha, paiol, plantação de milho, três cativos com cerca de 40 anos cada, dois escravos foragidos, várias ferramentas agrícolas e de mineração, uma criação de porcos, mobiliário, utensílios domésticos, objetos pessoais e várias armas. Possuía três livros: *Horas portuguesas pequenas*, *o Mestre da vida*, e *o Erário mineral de cirurgia*, além das imagens da Virgem Maria com coroa de prata e respectivo oratório e um Cristo Crucificado. Este sítio

⁴² Autos de queixa-crime de Manuel da Costa Ataíde existente no Cartório do I Ofício de Ouro Preto – Avulso – 1800 (DEL NEGRO, 1962, p. 83).

que consta no inventário pode ser a fazenda de Bacalhau que pertenceu à família.

No seu testamento (CAMPOS, 2005, p.212), Ataíde declara deixar quatro filhos e, comprovando sua religiosidade, pertencer às seguintes Irmandades: *da Venerável Ordem de Nossa Senhora do Carmo da Imperial Cidade de Ouro Preto, da Terra Santa de Jerusalém, do Senhor Bom Jesus de Mattozinhos de Congonhas, Senhora May dos Homens do Carassa, Senhora da Lapa de Antonio Pereira, Senhora Boa Morte da Imperial, Senhora das Mercês do Perdões da mesma, Senhor dos Passos do Ouro Preto.*

Por sua vez, a pesquisa documental realizada pelo Professor Ivo Porto de Menezes comprova, entre outras informações, a presença de Ataíde como morador e Sargento da Companhia de Ordenança do distrito de Bacalhau.

DOCUMENTO N°6

1797 – “Manoel da Costa Ataíde Sarg^{to} supra de Ordenança do Destr^o do Bacalhau”

Por se achar vago o Posto de Sargento Supra da Companhia de Ordenança do Destricto do Arrayal do Bacalhau de que sou Capitão por escusa que teve o que o que o era João Ferreira Veiga. Nomeio para exercer o dito Posto ao Cabo de Esquadra da mesma Companhia Manoel da Costa Ataíde, em quem concorrem os requezitos necessarios, aprovado o meu Capitão Mor o Senhor José da Silva Pontes. Arraial do Bacalhau o primeiro de abril de 1797 annos. O Capaitão Commandante Francisco Álvares da Costa. Approvo a nomeação de Sargento Supra na pessoa do Cabo de Esquadra Manoel da Costa Ataíde, levando assim a bem o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor General. Cidade de Marianna a 5 de Abril de 1797. José da Silva Pontes. Confirmo este Numbramento, que será registrado nos Livros da Secretaria do Governo, de Matricula Geral da Gente de Guerra e da Câmara respectiva. Villa Rica. 5 de Abril de 1797. Com a rubrica de Sua Ex^{ma}. Arquivo Público Mineiro – Códice 257 – Secção Capitania fls. 152. (MENEZES, 1965, p.56-57 e MENEZES, 2005, p.172)

DOCUMENTO N°8 e N°63

Auto de denúncia que da o Alferes Manoel da Csota Athayde morador no Arrayal do Bacalhau, freguesia de Piranga, termo de Marianna – junho de 1800 – fls. 4 verso.

... que estando elle Denunciante assestindo no dito Arrayal do Ouro Branco ... junho 1800 – f.4 verso e 5.

Autor – Alferes Manoel da Costa Athaíde

Reo – Francisco Julião Ferreira

Cód. 269 – Auto 5226 – Cartório do 1ºofício – Ouro Preto.

(MENEZES, 1965, p.59-60 e 141 e MENEZES, 2005, p.174)

A importância de Manuel da Costa Ataíde para as artes aplicadas em Minas Gerais é documentada pelos seus trabalhos na Igreja de São Francisco de Assis, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição e na Sé-Catedral, na Igreja do Rosário e na Sala da Câmara da sede de Mariana; na Igreja de São Francisco de Assis, na Igreja do Carmo, na Igreja de Nossa

Senhora das Mercês e Perdões de Ouro Preto; na Matriz de Santo Antônio da cidade de Santa Bárbara; no Santuário de Nosso Senhor Bom Jesus do Matozinhos de Congonhas do Campo; na Matriz de Santo Antônio de Itaverava; e no salão nobre do Colégio do Caraça com a pintura sobre tela da Ceia assinada em 1828, entre outras (DEL NEGRO, 1962, p.78-87). A existência de suas obras nos antigos arraiais e vilas de Mariana, Ouro Preto, Santa Bárbara, Caraça, Itaverava, Congonhas do Campo, juntamente com a obra do Aleijadinho, de Francisco Xavier Carneiro e de outros pintores, marca o trânsito dos artistas da época colonial entre os principais núcleos urbanos consolidados até então e ligados por estradas de terra que passavam por Piranga, localizada no centro deste território.

Claudina Dutra Moresi (2005, p.143) depois de um longo estudo sobre a técnica e materiais e tintas usados pelo Mestre conclui que as pinturas sobre madeira são à têmpera com preparação branca de uma ou duas camadas misturadas à cola animal e recoberta com os seguintes pigmentos da paleta do artista: branco de chumbo, giz, vermelhão, preto de carvão vegetal (spolvero),⁴³ azul da Prússia, verde-gris, resinato de cobre, ouro-pigmento, ocre amarelo, ocre vermelho, terra marrom e as lacas vermelhas (garança européia, pau-brasil e cochonila). Mais do que os materiais empregados, a excelência da técnica da sua pintura e, principalmente, a inserção de personagens mulatos retratados nas figuras celestiais das igrejas mais importantes do período na Capitania de Minas, que adapta a herança artística portuguesa e a decompõe em identidade regional, transformaram Manoel da Costa Ataíde no mais importante e celebrado pintor mineiro do período colonial.

A presença de Ataíde em Piranga é constatada documentalmente pela pintura dos anjos do camarim do retábulo colateral de Nossa Senhora do Carmo (lado do Evangelho) e do douramento deste mesmo altar datado de 1800 (MARTINS, 1974, p.82) e da atribuição dada aos anjos do retábulo colateral da Epístola da Capela de Nossa Senhora do Rosário na sede do município e do douramento da chave do sacrário do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos do antigo distrito de Bacalhau (MIRANDA, 1984/5 p.79, MENEZES, 2005, p.27).⁴⁴ As características e as semelhanças iconográficas do estilo rococó dos anjos e cartela pintados nos retábulos colaterais do Rosário de Piranga são comuns aos outros trabalhos: rocalha espraçada, uso do tom do azul (da Prússia) e do vermelhão.

Além de Manoel da Costa Ataíde, diversos outros artistas atuaram na região da antiga Guarapiranga, comprovadamente no Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos de

⁴³ Spolvero: técnica de incisão ou pontilhados a carvão vegetal a partir de molde de papel sobre a base onde será feita a pintura.

⁴⁴ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livro nº 26 – Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matozinhos do Bacalhau – Prat. T, fl. 31/38 (numeração original alterada) Recibo nº 10: “*Rce. Do Snr. Capp.m Franc.o Alves da Costa, como Thizoureiro do Snr. de Matozinhos do Arraial do Bacalhau, meia pataca de ouro de lhe dourar a chave do Sacrário da d.a Capella, e para Sua Clareza passo este m.a Letra e Signal. Bacalhau 15 de Fevr.o de 1791. Manoel da Costa Athaide*”.

Bacalhau, entre eles: os mestres carpinteiros José Coelho da Silva e Antônio Pereira da Costa, o entalhador português José de Meirelles Pinto, os pedreiros José Esteves de Araújo e Domingos Ferreira da Costa, Domingos da Costa Ataíde, o Padre Félix Antônio Lisboa (irmão do Aleijadinho), Francisco Xavier Carneiro e, na execução de um conjunto singular de imagens, o Mestre Piranga, ainda pouco estudado. Mesmo com a reduzida documentação encontrada até agora, os elementos artísticos integrados dos edifícios religiosos e o conjunto de bens móveis e imagens do município de Piranga são indícios da presença de artistas de renome na região central das minas no período colonial e abrem perspectivas para pesquisas mais aprofundadas que ficam em aberto.

**CAPELA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
OURO PRETO**



FIGURA 20: Forro da nave da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto, pintado por Manoel da Costa Ataíde.

Fonte: foto da autora em 11 março 2009.

IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
ITAVERAVA



FIGURA 21: Forro da nave da Igreja Matriz de Santo Antônio de Itaverava, pintado por Manoel da Costa Ataíde. Fonte: foto da autora em 01 abril 2009.

**IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
ITAVERAVA**



a)



b)

FIGURA 22: Detalhes do forro da capela-mor da Igreja Matriz de Santo Antônio de Itaverava, púlpitos com os doutores da Igreja, pintado por Manoel da Costa Ataíde.
Fonte: fotos da autora em 01 abril 2009.

3.2 O distrito de Santo Antônio do Pirapetinga (Bacalhau)

A formação do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga do município de Piranga remonta à primeira década do século XVIII, a princípio efetuada pelos bandeirantes paulistas com a exploração do ouro aluvional no ribeirão Pirapetinga, em torno do qual o arraial foi se expandindo e, posteriormente, devido à produção agrícola, o que se manteve até os dias atuais. A descoberta das minas do Pinheiro, Bacalhau, Rocha, Pirapetinga e Prazeres ou Lavras Novas no “sertão entre o Carmo e Guarapiranga”, em 1704, resultaram num grande afluxo de aventureiros para a região (MIRANDA, 1984-5, p.54; BARBOSA, 1971, p. 483). No antigo Bacalhau, foram construídas casas simples, agrupadas em ruas tortuosas, desenvolvimento urbano inicial que se formou a partir da construção da primitiva Capela de Santo Antônio situada no centro do povoado.

Consta que por volta de 1788, o arraial apresentava pequeno número de moradores, conforme referência em um dos capítulos do compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Matozinhos (MIRANDA, 1984-5, p.66). O distrito de Santo Antônio do Pirapetinga abrange os povoados de Bacalhau, Manja Léguas e Mestre Campos. Atualmente, apresenta uma população em torno de 2.648 habitantes, com 568 domicílios, uma população urbana em Bacalhau, de 131 habitantes, com apenas 35 domicílios urbanos e permanece com as suas tradições que contrasta com as investidas do progresso.

Bacalhau, como era o nome do antigo povoado minerador, foi elevado à freguesia, pela lei nº 2.139, de 28 de outubro de 1875, sob o título de Santo Antônio do Bacalhau. Não conseguiu, porém, instituição canônica.

“Em termos enérgicos, Dom Benevides, aliás sempre manso e condescendente, negou-se perentoriamente a instituir essa freguesia, criada apenas para satisfação de mesquinhos interesses políticos locais. E Santo Antônio do Bacalhau é ainda hoje, capela filial de Piranga” (TRINDADE, 1821-1825, p.7).

A designação Bacalhau originou-se do nome de José Gonçalves Bacalhau, português natural do Faro que possuía terras na região (MIRANDA, 1984-5, p.76). A lei nº 556, de 30 de agosto de 1911, deu-lhe a denominação atual, Santo Antônio do Pirapetinga (BARBOSA, 1971, p.443), Santo Antônio, por causa da primeira igreja e, Pirapetinga, que significa peixe

de água doce, chato e branco, o nome do rio que banha a região (Ver Quadro 1: Topônimos Indígenas).

O distrito localizado a 14 km da sede de Piranga, apresenta um expressivo acervo arquitetônico que mostra além da religiosidade, a engenhosidade dos construtores e artistas do século XVIII, onde se destaca o Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos com o conjunto de Casas de Romaria (tombamento federal de 1996); a Igreja Matriz de Santo Antônio (tombamento estadual de 1986); a Capela de Nossa Senhora do Rosário (tombamento estadual de 1986 e hoje em ruínas); e o casario, remanescente do século XVIII e XIX, que forma um excelente conjunto arquitetônico urbano mas que se encontra em processo de substituição. O núcleo histórico e urbanístico de Santo Antônio do Pirapetinga recebeu tombamento municipal pelo Decreto nº 1478, no ano de 2006.

3.2.1 O Conjunto do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos

A Capela do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, conhecida como Santuário, destaca-se entre todas as edificações religiosas do conjunto arquitetônico do Vale do Piranga pela integridade construtiva e pelo acervo remanescente de bens integrados de excelente qualidade representados pelos retábulos, púlpitos, pinturas de forro e, também, pelo conjunto de imaginária. O Santuário e as Casas de Romaria formam um conjunto arquitetônico de extremo significado para as tradições religiosas da cultura mineira.

O início da construção da igreja é anterior a 1781 pois, nesta data, o entalhador José de Meirelles Pinto é contratado pela Irmandade do Senhor Bom Jesus do Matozinhos para executar o retábulo da capela e o camarim do trono do Senhor do Matozinhos conforme risco a ele apresentado pelos irmãos da Mesa. O sacrário está concluído em 1789, no entanto, pouco tempo depois, em 1795, a capela-mor sofre acréscimo de cinco palmos na sua altura e, o mesmo entalhador, José de Meireles Pinto fica responsável pela complementação do retábulo (MIRANDA, 1985, p.67 e 79). Por sua vez, o carpinteiro, José Coelho da Silva, é contratado para executar toda a carpintaria da nave conforme o Termo da Irmandade do Bom Jesus de 20 de dezembro de 1801 (MIRANDA, 1985, p.67 e 77).⁴⁵

Os serviços para as obras do Santuário coincidem com o início das festas e dos jubileus, uma tradição religiosa portuguesa de culto ao Bom Jesus que permanece até os nossos

⁴⁵ Ver texto completo sobre o Santuário, principalmente as descrições dos retábulos e pinturas em MIRANDA, 1984-5, p.69-74.

dias. Os Jubileus remontam à década de 1780 quando, provavelmente, as primeiras Casas de Romaria já haviam sido construídas acompanhando o sistema construtivo vigente na antiga Capitania, ou seja, estrutura autônoma de madeira com vedações em pau-a-pique, alicerces de pedras com assoalhos de tabuados assentados sobre grossos barotes de madeira, esquadrias de madeira maciça e cobertura estruturada em duas águas com peças também de madeira e telhas artesanais de barro do tipo capa e bica. Cada uma das edificações geminadas divide-se em duas ou mais Casas de Romaria que possuem no seu interior três pequenos cômodos, uma sala e um quarto e uma cozinha ou alpendre aberto para os fundos onde um pequeno fogão à lenha pode servir para preparo dos alimentos. Não possuem banheiros que foram construídos posteriormente em uma edificação isolada que se integra ao conjunto.

A Irmandade do Bom Jesus, segundo os livros guardados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Marina, contou com a participação ativa do pai do Mestre Manoel da Costa Ataíde, o Capitão Luiz da Costa Ataíde que foi mesário da Irmandade em 1781 e juiz em 1790. Consta que a família de Ataíde possuía terras perto do arraial de Bacalhau onde o pai residia com sua mulher, Maria Barbosa de Abreu e os dois filhos: Domingos e o capelão local, Antônio da Costa Ataíde, que, também, apresentam vínculos documentados com a Irmandade. O Mestre pintor, Manoel da Costa Ataíde, está presente no arraial quando, em 1797, é promovido de cabo-de-esquadra a sargento da Companhia de Ordenanças do Distrito de Bacalhau indicado por um parente próximo, o Capitão Francisco Alves da Costa, proprietário de terras e tesoureiro da Irmandade e um dos maiores responsáveis pelo empreendimento das obras do Santuário. Consta, no entanto, um único registro documentado da atuação de Manoel da Costa Ataíde nesta Igreja, o douramento da chave do sacrário pelo qual recebe meia pataca de ouro (MIRANDA, 1984-5, p.66).

No Santuário, na primeira década do século XIX, a Irmandade contrata diversos artífices para executar os serviços de talha, pintura e imaginária, na decoração da nave e da capela-mor. O Mestre carpinteiro Antônio Pereira da Costa, além do forro da nave, fica responsável pela execução de janelas e portas almofadadas e de serviços de carpintaria em geral. Alguns registros apontam a presença dos pedreiros José Esteves de Araújo e Domingos Ferreira da Costa (este com trabalhos em Mariana e em Congonhas do Campo). As obras estendem-se até 1820 quando os trabalhos de arquitetura estão terminados e são contratados artistas diversos para as últimas pinturas e douramentos que, por volta de 1840 estão encerradas (MIRANDA, 1984-5 p. 67-68).

A arquitetura do Santuário remete ao tradicional partido das igrejas da região com nave central ladeada por naves laterais sobrepostas por coro e tribunas fechadas com marcos abertos em falsas janelas. A capela-mor recebe corredores laterais que dão acesso à

sacristia nos fundos e, no segundo piso, à Sala dos Milagres. A ausência de torres caracteriza o modelo das capelas de Piranga. A volumetria acompanha o traçado da planta com nave mais alta seguida por capela-mor mais baixa com telhados diferenciados em duas águas. Nas laterais, tanto as tribunas da nave quanto os corredores da capela-mor recebem telhados em meia água, mais baixos. Nos fundos, um pequeno cômodo servia, no século passado, para a instalação do sistema de energia de carbureto que iluminava a Igreja antes da atual energia elétrica.

A unidade estilística do interior do monumento, ao gosto rococó, é dada pela execução das pinturas de forro na nave e capela-mor, pelos retábulos colaterais ao arco-cruzeiro, pelo retábulo-mor e pelos dois púlpitos. O retábulo-mor foi executado, a partir de 1781, por José de Meirelles Pinto e os colaterais, mais simples, representantes da transição do rococó para o neoclássico, são dedicados a Nossa Senhora do Carmo e à São Francisco e podem ter sido executados por Vicente Fernandes Pinto ou pelo mesmo Meirelles. Os púlpitos, provavelmente, foram executados em 1804 (MIRANDA, 1984-5, p.79).

O retábulo-mor estrutura-se com quatro colunas lisas com seu terço inferior assinalado por cinta de acantos estilizados, apoiados sobre plintos em forma de ânfora invertida, decorados com rocalhas. O sacrário apresenta-se de forma movimentada e, na lateral, entre as colunas, instalam-se dosséis sobre os nichos compostos por folhagens de linhas soltas e esgarçadas. O friso do entablamento é ornado em baixo-relevo, que avança e integra-se às cimalthas da Capela-mor dando unidade ao conjunto. O arco do camarim é recortado e ornado com elementos entalhados, enquanto o trono escalonado em quatro níveis recebe apliques de talha dourada. O coroamento do retábulo foi alterado quando do acréscimo do pé-direito da Capela-mor e, mesmo com os anjos, não se eliminam os vazios. (SPHAN – Pró-Memória, Ministério da Cultura – Inventário de Bens Móveis e Integrados).

O retábulo colateral ao arco-cruzeiro (lado do Evangelho) é dedicado a Nossa Senhora do Carmo e apresenta estrutura simples marcada por pilastras retas que ultrapassam a altura do entablamento. As pilastras internas são decoradas com rocalhas e as externas apresentam nichos com peanhas e sanefas douradas, todas possuem capitéis estilizados. O camarim é delimitado por rendilhado em angras e recebe em seu interior, pinturas de pequenas flores e ramos e trono escalonado enfeitado com ornatos entalhados. Sobre o entablamento, o dossel superior é decorado com sanefa e lambrequins e pintura de cartela em concheado representando as armas da ordem Carmelita. (SPHAN – Pró-Memória, Ministério da Cultura – Inventário de Bens Móveis e Integrados).

O retábulo colateral da Epístola é dedicado a São Francisco e apresenta, como o anterior, estrutura simples, marcada por pilastras que ultrapassam a altura do entablamento. As

pilastras internas são decoradas com rocalhas e as externas com nichos formados por peanhas e sanefas em dourado; os capitéis são estilizados. O camarim é delimitado por rendilhados em angras, com o interior pintado com pequenas flores e ramos e trono escalonado enfeitado com ornatos entalhados. Sobre o entablamento o dossel superior é decorado com sanefa e lambrequins e com pintura de cartela em concheado representando as armas da ordem Franciscana. (SPHAN – Pró-Memória, Ministério da Cultura – Inventário de Bens Móveis e Integrados).

Na nave destacam-se os dois púlpitos em madeira esculpida e policromada. Na parte superior apresentam abaixa-voz à maneira de baldaquino com arremate inferior em sanefa com lambrequins. O coroamento é feito com imagem de figura feminina com bandeira. Os tambores dos púlpitos são compostos por caixa fechada de três faces, em chanfros, ornamentados por cartelas emolduradas por rocalhas e motivos florais. A bacia é em forma de sino invertido apresentando três pequenos atlantes nas faces, envoltos em mantos e motivos ornamentais fitomorfos. O arremate inferior é composto por friso ornado por folhagens e pingente. O acesso ao púlpito é feito por porta almofadada, com sobreverga trabalhada e, acima dela, representação do Divino Espírito Santo. (SPHAN – Pró-Memória, Ministério da Cultura – Inventário de Bens Móveis e Integrados).

As pinturas artísticas de excelente qualidade desenvolvem-se no interior de toda a edificação: nos forros abobadados da nave e capela-mor, nos painéis marmorizados do átrio, nos quadros da Paixão de Cristo da capela-mor e no altar do Bom Jesus da Sala dos Milagres. A maior parte desta pintura foi executada por Francisco Xavier Carneiro, durante 34 anos e que, segundo Selma Miranda (1984-5, p,71) é um dos expoentes do ciclo rococó da pintura mineira. Os recibos assinados por Xavier Carneiro são datados desde 1809 até o ano da sua morte em 1840. A pintura e douramento dos retábulos e demais peças entalhadas, conforme referências nos livros da Irmandade estão ligados a Domingos e Manoel da Costa Ataíde, fato que merece maiores pesquisas que poderão ser desenvolvidas posteriormente.

O forro da nave foi executado em tabuado corrido em abóbada de berço. A pintura decorativa de Francisco Xavier Carneiro apresenta trama arquitetônica em perspectiva ilusionista, sustentando medalhão central apoiado em muro-parapeito simulado sobre a cimalha. A trama arquitetônica consiste em quatro apoios principais de pilares e colunas, dispostos em par no eixo longitudinal do forro. Os vãos entre os apoios são ritmados pela presença da arcada com sustentação mais leve, também presente no eixo transversal. Muro-parapeito marcado por plintos e balcões que recebem acabamento em ornatos de flores. Nos ângulos laterais situam-se os quatro evangelistas. O medalhão central é emoldurado por conchas, rocalhas e enrolamentos assimétricos, arrematados nas

extremidades por cartela com inscrição (lado do coro) e coroa (lado do arco-cruzeiro). A cena central representa a Santíssima Trindade. (SPHAN – Pró-Memória, Ministério da Cultura – Inventário de Bens Móveis e Integrados).

O forro da capela-mor é em abóbada de berço executada em tabuado corrido. Apresenta fundo com pintura lisa em cinza e medalhão central solto, emoldurado por rocalhas, concheados, enrolamentos e guirlandas de flores, nas cores azul, vermelho, branco e ocre. Um friso interno em ocre circunscreve a pintura central que representa a cena da Ressurreição do Senhor. A policromia predominante é em cinza, ocre e azul. No sentido longitudinal, o forro é arrematado por pintura em perspectiva de muro-parapeito que se apóia sobre as paredes da capela-mor e recebe ornatos em rocalhas e flores. O balcão recebe as cores cinza e vermelho e a cimalha, pintura marmorizada. (SPHAN – Pró-Memória, Ministério da Cultura – Inventário de Bens Móveis e Integrados).

O rico acervo de bens integrados completa-se pelo conjunto de imaginária. Destacam-se no acervo de bens móveis, as imagens do Cristo Crucificado do retábulo-mor, as de São Pedro e São Paulo, executadas pelo Padre Félix Antônio Lisboa, irmão do Aleijadinho e a imagem de Nossa Senhora das Dores que foram colocados no altar-mor em 1804. A imagem do Senhor Bom Jesus do altar-mor foi feita pelo entalhador Manoel Dias da Silva. De grande importância, também, é a imagem de São Francisco colocada no retábulo colateral da Epístola e a imagem mais antiga do Bom Jesus da Sala dos Milagres (MIRANDA, 1984-5, p.74). A fatura desta imagem de São Francisco remete à imagem de Santo Antônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Manja Léguas, todas duas ainda pouco estudadas.

A imagem do Senhor Bom Jesus do Matozinhos da Sala dos Milagres destaca-se pela fatura e policromia e é adorada pelos romeiros. Apresenta expressão dolorosa, olhar esquerdo direcionado para cima e o direito para baixo, barba curta, cabelos curtos em madeixas e corpo contorcido, marcado por ferimentos e sangue. Os pés paralelos são fixados por cravos separados e joelhos flexionados ligeiramente para a direita. Possui perizônio atado à cintura encobrendo parcialmente a perna esquerda. Apóia-se sobre cruz em madeira lisa e possui resplendor em metal formando raios sobre a cabeça. (SPHAN – Pró-Memória, Ministério da Cultura – Inventário de Bens Móveis e Integrados).⁴⁶

⁴⁶ Não foi objeto de nosso estudo, o conjunto de imagens e alfaias das igrejas de Piranga que, de grande importância no cenário mineiro, foram inventariadas pelo IPHAN, IEPHA/MG ou pelo município e são fontes de pesquisas que ficam em aberto.

**O CONJUNTO DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS
E AS CASAS DE ROMARIA
PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)**



a)



b)



c)



d)



e)



f)

FIGURA 23: a) Vista do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. b) Vista do arraial de Bacalhau e, no centro, Igreja de Santo Antônio. c) Santuário e Casa Paroquial. d) Frontispício. e) Conjunto do Santuário e Casas de Romaria. f) Vista das Casas de Romaria.

Fonte: Fotos de Izabel Chumbinho e da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 09 abril 2008.

**O SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS
PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)**



a)



b)



c)



d)



e)

FIGURA 24: Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a) Retábulo-mor entalhado por José de Meirelles Pinto. Em 1789 o Sacrário foi abençoado. Manoel da Costa Ataíde faz o douramento da chave deste Sacrário. Pintura e douramento dos retábulos e demais peças entalhadas por Domingos e Manoel da Costa Ataíde. b-c) Vistas dos púlpitos. d) Retábulo colateral de Nossa Senhora do Carmo (lado do Evangelho). e) Retábulo colateral de São Francisco (lado da Epístola).
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 10 abril 2008.

**O SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS
PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)**



a)



b)



c)



d)



e)



f)



g)

FIGURA 25: Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a-b) Pintura de perspectiva rococó de Francisco Xavier Carneiro que trabalhou no local durante 34 anos, de 1806 a 1840. c-d) Quadros da Paixão de Cristo. e-f) Imagens dos apóstolos São Pedro e São Paulo executadas, em 1804, pelo Padre Félix Antônio Lisboa, irmão do Aleijadinho. g) Imagem do Bom Jesus da Sala dos Milagres (3º quartel do século XVIII). Fonte: fotos de Izabel Chumbinho e da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 09 abril 2008.

3.2.2 A Igreja de Santo Antônio

A Igreja de Santo Antônio é um monumento que se destaca no pequeno distrito de Santo Antônio do Pirapetinga e pela sua importância no contexto do acervo arquitetônico colonial de Minas Gerais, recebeu tombamento estadual através do Decreto 29.399 de 21/04/1989 de onde a importância para a sua preservação.

As primeiras notícias referentes à Igreja de Santo Antônio datam de 1725, quando foi emitida licença para sua reconstrução, provavelmente, substituindo pequena capela da década anterior quando já haviam mineradores no pequeno arraial. Em 1729, respondia às suas funções religiosas sendo ali registrada uma celebração de casamento. No ano de 1737 a edificação foi ampliada e, em 1875, torna-se Matriz por lei mineira, mas não teve instituição canônica permanecendo filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piranga (TRINDADE, 1945, p.7).

A Igreja de Santo Antônio é um notável exemplar da arquitetura religiosa de médio porte produzido no período aurífero do século XVIII, em Minas Gerais. As especificações e técnicas construtivas desta construção foram documentadas nas “*Condições na forma em que se há de fazer a capela do Glorioso Santo Antônio do Bacalhau*”, documento conservado até os dias atuais (MIRANDA, 1984-5, p.66). As proporções existentes e o sistema construtivo atestam a adoção de parâmetros arquitetônicos herdados da cultura portuguesa aqui implantados pelos primeiros habitantes, no decorrer do século XVIII.

Situa-se no arruamento principal, no centro do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga. Implanta-se em adro cercado por muro baixo de pedras e, na frente, possui escadaria com arranque de pedras trabalhadas em volutas, único exemplar existente na região.

O programa determina o partido desenvolvido segundo a disposição tradicional das igrejas mineiras da primeira fase do barroco: nave central ladeada por naves laterais onde se sobrepõem as tribunas e o coro, capela-mor introduzida por arco-cruzeiro, sacristia única na lateral direita (lado do Evangelho) e pequeno depósito atrás do retábulo-mor. A volumetria acompanha a disposição da planta com corpo mais elevado na nave, mais baixo na capela-mor e pé-direito ainda menor nas tribunas e na sacristia. Nesta Igreja não foi construída a Capela do Santíssimo o que a diferencia de todas as outras. A ausência de torres é tradicional na região e o sino é instalado na janela-sineira da tribuna da fachada principal.

As fachadas são moduladas pela estrutura autônoma de madeira aparente que, com as peças de madeira pintadas de azul, contrasta com as paredes caiadas de branco, plasticidade que define as edificações do Vale do Piranga. O frontispício desenvolve-se segundo composição central formada por dois retângulos delimitados pelas linhas das madres e dos esteios somado aos retângulos compridos que formam as tribunas arrematadas pelos cunhais. A modenatura determina a posição central da portada, das janelas do coro e do óculo quadrangular da empena, triangulação comum determinada para as fachadas das igrejas do setecentos. Na tribuna da direita abre-se uma janela sineira e na outra, uma janela simples equilibra a distribuição de vãos do frontispício. Nas outras fachadas, as janelas distribuem-se ordenadamente de acordo com a disposição dos elementos da gaiola estrutural. As esquadrias são emolduradas em madeira com vergas retas e vedadas por folhas, também, de madeira. Na fachada principal destaca-se o portal com duas folhas almofadadas e os balaústres das janelas rasgadas do coro que ornamentam o guarda-corpo entalado. Na empena, a abertura quadrangular foi vedada com caixilharia de madeira e vidros.

O sistema construtivo é a estrutura autônoma de madeira, revestida por tábuas, vedada com alvenaria de adobes sobre alicerces de pedras. Verificamos, na época de sua restauração, o grande comprimento dos esteios de braúna e, principalmente, o tamanho dos nabos que mediam de três a quatro metros de comprimento. A cobertura divide-se em vários telhados que na nave e capela-mor são em duas águas executadas com caibro armado ou tesouritas de madeira e as tribunas e sacristia cobertas em meia água com caibros sobrepostos às madres e frechais. Os beirais são suavizados pelos galbos do contrafeito e arrematados com cachorros de madeira e são forrados.

Internamente, o espaço central da nave alonga-se abrindo-se para as naves laterais em pórticos formados pelos esteios e madres que sustentam as tribunas. Logo na entrada, à direita, situa-se o batistério e atrás deste, a escada de madeira para acesso ao coro e à tribuna lateral direita. A tribuna esquerda, que foi totalmente reconstruída pela Comunidade depois de desabamento, não possui mais o piso e o único púlpito ali instalado não tem escada de acesso. O guarda-corpo do coro é em balaustrada de madeira e os das tribunas em madeira recortada. Os forros de madeira em abóbada de aresta na nave e abóbada de berço na capela-mor já foram substituídos e os atuais não apresentam elementos pictóricos e estão pintados de branco. Os forros das tribunas estavam totalmente apodrecidos e foram retirados na última intervenção e, por falta de recursos, ainda não foram restaurados.

Possui dois retábulos colaterais ao arco-cruzeiro e o retábulo-mor executados ao gosto rococó mas que apresentam repinturas e ainda não foram restaurados. Na sacristia, um retábulo mais simples abriga a imagem de Cristo carregando a cruz e, na parede lateral,

está instalado um lavabo esculpido em pedra sabão. Na nave, o belíssimo cancelo torneado e a pia batismal, ambos de madeira, são elementos que comprovam a mão de obra especializada e de grande valor que ali trabalhou no século XVIII. O acervo de imagens remanescentes do setecentos completa o conjunto de bens.

Os retábulos da nave e da capela-mor apresentam entalhe simplificado cujo esquema decorativo prende-se às linhas neoclássicas de final do setecentos. O altar-mor possui colunas interrompidas por ornatos no terço médio inferior e quartelões centrais. Na base, as mísulas são decoradas por acanto. O camarim, com perfil recortado em curvas e contracurvas, abriga trono escalonado, encimado pela imagem do santo padroeiro. No entablamento, no eixo das colunas externas, destacam-se fragmentos de frontão curvo, que ladeiam dossel com sanefa movimentada. Ao centro, uma tarja arremata a estrutura.⁴⁷

Os retábulos colaterais ao arco-cruzeiro seguem modelo semelhante e abrigam as imagens de Santana e São Gonçalo. Nele, destacam-se os quartelões centrais, marcados por curvas e contracurvas, apoiados sobre mísulas ornadas por acanto, o perfil da tribuna recortado em angra e em S, e o detalhe ornamental coroando a estrutura com desenho semelhante ao de uma cartela. A pintura floral do pano de fundo do camarim contrapõe-se ao entalhe comedido dos ornamentos. Existem referências documentais de serviços executados nestes retábulos pelo pintor Gonçalo Francisco Xavier, no entanto, os altares foram repintados e escondem a pintura original que poderão ser redescobertas depois de futuras prospecções e restaurações.

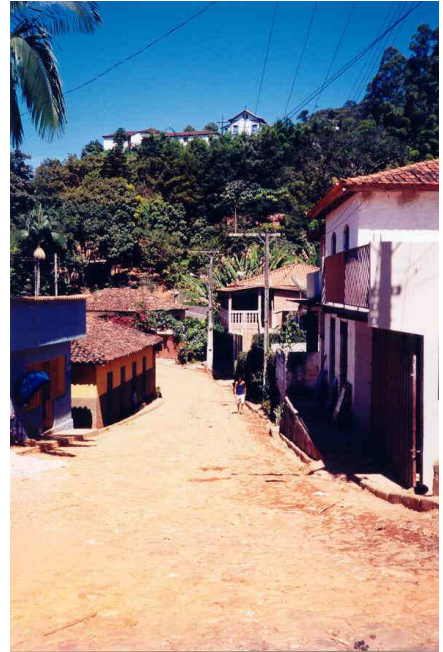
Esta Igreja localiza-se “*na rua*” (expressão usada pelos habitantes para designar o centro urbano perto do comércio local). É utilizada para o culto cotidiano da Comunidade na hora do terço diário e das missas mensais enquanto o Santuário só recebe os fiéis durante os Jubileus, por isto, a importância pela sua preservação, uma preocupação constante dos moradores de Bacalhau. A Igreja de Santo Antônio de Bacalhau destaca-se pela sua qualidade plástica e arquitetônica, assim como, pelos parâmetros volumétricos aliados ao programa e partido com planta tradicional que exemplificam a implantação em território mineiro de toda a tradição da arte de construir trazida pelo colonizador português.

⁴⁷ As descrições dos retábulos baseiam-se em informações retiradas do *Processo de Tombamento da Igreja de Santo Antônio de Santo Antônio do Pirapetinga – Piranga Mg, do IEPHA/MG*, disponível para consulta na Gerência de Documentação do Instituto.

PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)



a)



b)



c)



d)

FIGURA 26: a-b-c) Vistas do arruamento e do casario do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga (Bacalhau).
d) Igreja de Santo Antônio com Santuário no fundo.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 10 abril 2008.

**IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)**



a)



b)



c)



d)



e)



f)

FIGURA 27: a) Igreja de Santo Antônio: frontispício. b) Fachada posterior. c-d) Vista do adro murado com alvenaria de pedras e escadaria com arranque em pedra sabão. e) Vista do arco-cruzeiro e dos três retábulos. f) Detalhe do coro e tribunas laterais com púlpito à esquerda.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 10 abril 2008.

**IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)**



a)



b)



c)



d)

FIGURA 28: a) Igreja Matriz de Santo Antônio: arco-cruzeiro e vista do conjunto de retábulos. b) Retábulo-mor. c) Retábulo colateral do lado do Evangelho. d) Retábulo colateral do lado da Epístola.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 10 abril 2008.

**IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)**



a)



b)



c)



d)



e)

FIGURA 29: Igreja de Santo Antônio. a) Tribuna lateral esquerda com púlpito (lado da Epístola). b) Tribuna lateral direita (lado do Evangelho). c) Vista do baptistério no primeiro piso e coro com tribuna no segundo. d) Porta principal. e) Porta do Baptistério com elementos torneados. (18 abril 2002)
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 10 abril 2008.

**IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)**



a)



b)



c)



d)

FIGURA 30: a) Detalhe do cancelo em balastrada de madeira e banco da Nave. b) Pia batismal talhada em madeira. c) Retábulo da Sacristia. d) Detalhe das esquadrias e do lavabo em pedra sabão da Sacristia. Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 10 abril 2008.

III.2.3 A Capela de Nossa Senhora do Rosário (ruínas)

Situada na entrada do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, ao lado do cemitério, a Capela de Nossa Senhora do Rosário encontra-se atualmente em ruínas provocadas pelo desabamento do telhado que caiu por volta de 1988. Depois disto, a edificação ficou exposta ao tempo e foi se arruinando totalmente nestes 20 anos, sem que houvesse recursos para a sua recuperação. Em 1993, o engenheiro Luiz Mauro de Resende, na época funcionário do IEPHA/MG, fez o projeto de restauração desta Capela que foi apresentado ao Curso de Especialização, Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos – CECRE de Salvador, Bahia, no entanto, tal projeto nunca foi implantado.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário, apesar de estar atualmente em ruínas, é um bem tombado pelo Estado de acordo com o Decreto-Lei nº 29.399, de 21 de abril de 1989.

As ruínas situam-se ao lado do cemitério do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga. Um muro de pedras baixo divide os dois terrenos. A área da Capela encontra-se descuidada e com muito mato que tomou toda a área e encobre o que restou das alvenarias.

A Capela apresentava partido tradicional dividido em nave com tribuna na lateral esquerda (lado da Epístola) e capela-mor ladeada por sacristia e Capela do Santíssimo. O sistema construtivo era a estrutura autônoma de madeira com vedações em alvenaria de tijolos cozidos. Os vãos recebiam vedação em folhas de madeira e a porta principal apresentava folha almofadada. No frontispício era tradicional a triangulação formada pela portada e as duas janelas do coro que foram executadas em guilhotina com caixilharia de madeira. O frontão recebia um óculo central emoldurado por verga em canga.

A edificação arruinou-se cada vez mais e, hoje, apresenta muito pouco da alvenaria original. Alguns elementos integrados de madeira, tais como, altar, púlpito e colunas com capitéis coríntios estão guardados na Igreja de Santo Antônio deste mesmo distrito.

Torna-se necessário a reconstrução do templo dedicado à Nossa Senhora do Rosário pois a comunidade local inclusive já tentou fazê-lo à sua maneira. Na ocasião, como não havia projeto, tanto o Ministério Público como o IEPHA/MG, não permitiram a empreitada. No entanto, não foi apresentada nenhuma outra solução para esta edificação e, nem tampouco, para o fato de ser um tombamento estadual totalmente abandonado à própria sorte.

A irmandade do Rosário reivindica a reconstrução da Capela, o que foi abertamente solicitado na audiência pública que ocorreu em dezembro de 2008 em Piranga. Enquanto isto não acontece, as festividades dos homens pretos de Bacalhau são realizadas no Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos ou na improvisada capela construída por eles na subida do Santuário mas que não abriga todos os membros da Irmandade.

**CAPELA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (RUÍNAS)
PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)**



a) 1984



b) 1990



c)



d)



e) 10 abril 2008



f) 10 abril 2008



g) 29 setembro 2008



h) 29 setembro 2008

FIGURA 31: Ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário. (Piranga: distrito de Santo Antônio do Pirapetinga). a) Edificação em 1984. b) Arruinamento do telhado, 1990. c-d-e-f) Paredes arruinadas e vista do Santuário nos fundos, 10 abril 2008. g-h) Ruínas e cemitério ao lado. Fontes: Foto a): Alexandre P. Magalhães. In: MIRANDA, 1984-5, p. 89. As outras são fotos da autora, acervo do IEPHA/MG, datas acima.

3.3 Mestre de Campos e Manja Léguas

3.3.1 Capela de São Miguel e Almas de Mestre Campos

O povoado de Mestre Campos ou Mestre-de-Campo, localizado a 12 km da sede do município, é banhado pelo córrego de mesmo nome. Possui casas comerciais, posto de saúde, escola estadual de 1^a à 4^a séries, escola municipal e uma capela. A Capela de São Miguel e Almas, edificação centenária, destaca-se no pequeno arraial ainda com características rurais.

A Capela de São Miguel e Almas foi declarada curada por provisão de 1748 e confirmada no ano seguinte. Durante as visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, no ano de 1823, a edificação foi assim descrita:

Capela do Mestre de Campos de São Miguel e Almas, é decente com bom batistério, mas os vasos são de chumbo, contudo a capela tem suas ruínas e não tem capelão, e o adro é murado de pedra; quanto a ornamentos tem alguma decência (TRINDADE, 1998, p.182).

Implantada no lado mais elevado da estrada na entrada do povoado, apresenta partido tradicional com nave central, introduzida por átrio sob coro, naves laterais sobrepostas com tribunas, capela-mor ladeada por Sacristia e Capela do Santíssimo. A volumetria acompanha o desenvolvimento do partido com telhado em duas águas, mais alto na nave, mais baixos na capela-mor e tribunas e diferenciados na altura e em meia água na sacristia e Capela do Santíssimo. As telhas são de barro do tipo capa e bica. Não apresenta torres.

A técnica construtiva é a estrutura autônoma de madeira com vedações em alvenaria de adobe com pintura anterior contrastante em azul no madeiramento e caiada de branco nas paredes. Atualmente, apresenta pintura nas cores, amarelo/ocre nas alvenarias e branco nos esteios. No frontispício, é tradicional a triangulação dos vãos formada por grande portal na entrada e duas janelas na altura do coro, complementados por janela sineira no centro da empena e janelas nas tribunas laterais. Os vãos emoldurados em madeira, recebem verga reta e vedações em folhas de madeira, sendo que, no frontispício, as janelas das tribunas possuem folhas em guilhotina com caixilharia de vidro e as janelas do coro, rasgadas por inteiro, apresentam guarda-corpo entalado recortado em madeira.

Apesar da sua importância histórica e arquitetônica e do acervo de imagens significativas, a edificação ainda não recebe tombamento.

**CAPELA DE SÃO MIGUEL E ALMAS
PIRANGA – POVOADO DE MESTRE DE CAMPOS**



a)



b)



c)



d)

FIGURA 32: a) Povoado de Mestre Campos. b-c) Capela de São Miguel e Almas. d) Imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: fotos da autora, data: 07 maio 1998 e 14 setembro 2009.

**CAPELA DE SÃO MIGUEL E ALMAS
PIRANGA – POVOADO DE MESTRE DE CAMPOS**



a)



b)



c)



d)



e)



f)

FIGURA 33: a) Capela de São Miguel e Almas do povoado de Mestre Campos: vista do adro. b) Fachada principal. c) Fachada lateral direita e edificação aos fundos. d,e) Fachada lateral direita. f) Janelas do coro.
Fonte: fotos da autora, data: 14 setembro 2009.

3.3.2 A Capela de Nossa Senhora da Conceição de Manja Léguas

Manja Léguas é um pequeno povoado que pertence ao distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, localizado a 23 km da sede do município de Piranga. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa (1971, p. 275), no recenseamento de 1831, contava 360 habitantes e 67 fogos e, no final da década de sessenta do século XX, apresentava apenas vinte e poucas casas, o que permanece quase inalterado até os dias atuais. A sua população hoje soma por volta de 110 habitantes. Possui casas comerciais, posto de saúde, escola estadual de 1º grau e escola municipal. Manja situa-se entre Bacalhau e o distrito de Santa Rita pertencente ao município de Ouro Preto. O difícil acesso ao povoado é feito por um caminho, ainda sem calçamento, que remonta aos idos coloniais e vai, passando entre as fazendas, circundando montanhas, vales e rios e fica intransitável nos períodos chuvosos.

Manja Léguas ainda possui poucas ruas e a Capela de Nossa Senhora da Conceição, edificação proporcional ao tamanho do povoado, situa-se na ponta do arruamento que fica próximo à ponte. O entorno é composto de poucas casas que apresentam sistema construtivo em estrutura autônoma de madeira e remontam ao final do século XVIII ou início do XIX. Da mesma maneira, a Capela é construída em estrutura autônoma de madeira e, mesmo sem referências da data de sua construção, as suas características arquitetônicas indicam que tenha sido edificada no século XVIII (TRINDADE, 1998, p.372).

Dom Frei José da Santíssima Trindade (1998, p.184), ao visitar a igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, ao saber que algumas Capelas da freguesia encontravam-se desprovidas de capelão, o que ele atribuía à *falta de zelo dos aplicados*, determina um provimento que deveria ser *lido em três dias festivos, contínuos à estação da missa, não só na matriz mas em todas as capelas curadas*. O provimento data de 20 de setembro do ano de 1823 e mostra além dos costumes da época, o poder hierárquico do bispado de Mariana.

Representações de igual falta nos foram dirigidas da parte dos aplicados das capelas da Senhora do Rosário de Brás Pires e da Senhora da Oliveira, assim como nos constou estar desprovida a do Bacalhau e a da Senhora da Conceição de Manja Léguas, suprida gratuitamente (pelo) padre Luís Caetano, octogenário. Seja por que princípio forem semelhantes faltas, é certo que de necessidade padecerá o público no pasto espiritual, cuja falta jamais devemos consentir. E considerando nos meios mais proporcionados, recomendamos ao reverendo pároco aplique todo o seu esforço em prover as capelas mencionadas, ou por ajuste com sacerdotes, ou desistindo dos emolumentos ordinários para os respectivos aplicados procurarem capelães para nos apresentarem para o competente provimento, na conformidade das regras, ordens e respectiva pastoral sobre esta matéria, bem entendido

que, em semelhantes casos, sempre ficam reservadas ao reverendo pároco todas as solenidades festivas e fúnebres, e ainda mesmo alguma casa de família para se manter ileso a preeminência paroquial na forma do direito e quando, em qualquer dos casos ponderados, se não provam as capelas por falta do zelo e resignação do povo, ainda mesmo anexando-se duas capelas que sofram este remédio, pela proximidade e pequena população, ordenamos nesse último caso se declarem interditas as mencionadas capelas. Por este motivo, suscitamos a saudável providência, estabelecida pelos nossos Excelentíssimos Predecessores, de declararmos interditas a todas as capelas que se acharem desprovidas de capelão e suspenso *ipso facto* de todo o exercício de ordens a todos os sacerdotes, que nelas assim constituídas se atreverem a celebrar o santo sacrifício da missa; e somente ficarão hábeis para a administração do Batismo aos recém-nascidos e sepultarem-se os mortos debaixo da escrupulosa inspeção paroquial (TRINDADE, 1989, p.184).

Hoje, estas capelas continuam filiais da paróquia de Piranga e sem capelães, pois o número de padres diminuiu consideravelmente. As missas são rezadas apenas uma vez por mês em Bacalhau ou em Manja Léguas, cabe à comunidade a manutenção das rezas diariamente.

A edificação recebe tombamento municipal segundo o Decreto nº 1524 do ano de 2007.

A Capela de Nossa Senhora da Conceição de Manja Léguas implanta-se em terreno plano em adro murado com cruz de madeira à frente. Apresenta partido arquitetônico retangular e sistema construtivo similar às edificações religiosas da região. A volumetria acompanha o desenvolvimento do programa arquitetônico: nave central mais alta ladeada por naves laterais onde se sobrepõem as tribunas e, intermediada pelo arco-cruzeiro, a capela-mor apresenta corredores laterais ainda mais baixos. Estes corredores, correspondentes à sacristia e à Capela do Santíssimo, em planta, sobressaem do corpo da edificação. O jogo de telhados, da nave e capela-mor com duas águas e das laterais em meia água, determinam a simplicidade construtiva. A cobertura estruturada em madeira recebe telhas de barro do tipo capa e bica.

O frontispício é marcado verticalmente pelos esteios que delimitam o corpo central e sustentam o telhado da nave e pelos cunhais das tribunas. Na horizontal, as madres aparentes do sistema estrutural dividem ao meio a parede de alvenaria e determinam a altura do coro, logo acima, o frechal, peça robusta, arremata o frontão triangular e se alonga cruzando até a ponta do beiral. No centro, o esquema triangular dos vãos composto de porta e duas janelas situadas no nível coro completa-se com as janelas sineiras das tribunas coladas aos esteios centrais. Os vãos, enquadrados em madeira, apresentam vergas retas com exceção da porta principal com verga em arco abatido e tarja singela com cruz. Na empena, um oratório guarda uma imagem do Rosário. As fachadas laterais são moduladas pela gaiola estrutural em madeira pintada na cor azul que contrasta com a alvenaria caiada de branco.

Internamente, o sistema estrutural fica à mostra com as tribunas laterais e o coro emoldurando a nave que recebe forro abobadado em tabuado. Colaterais ao arco-cruzeiro, dois retábulos com talha de boa fatura remetem ao ciclo rococó. O retábulo-mor não possui ornamentos de talha mas arremata com eficiência o espaço da capela-mor. Nas laterais, dois retábulos bem simples compõem a sacristia e a Capela do Santíssimo.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
PIRANGA – POVOADO DE MANJA LÉGUAS**



a)



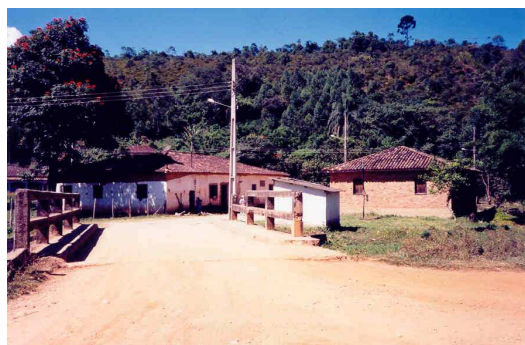
b)



c)



d)



e)



f)

FIGURA 34: Capela de Nossa Senhora da Conceição do povoado de Manja Léguas. a) Implantação e adro murado com cruzeiro. b) Frontispício. c) Fachada lateral direita (Evangelho) com sacristia aos fundos. d) Fachada lateral esquerda (Epístola) e) Vista da ponte e do povoado de Manja Léguas. f) Vista do entorno. Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Datas: 18 abril 2002 e 19 abril 2009.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
PIRANGA – POVOADO DE MANJA LÉGUAS**



a)



b)



c)



d)



e)



f)

FIGURA 35: Capela de Nossa Senhora da Conceição do povoado de Manja Léguas. a) Tribuna da Epístola. b) Tribuna do Evangelho. c) Vista do coro. d) Vista geral do arco-cruzeiro e três retábulos. e) Retábulo da Sacristia. f) Retábulo da Capela do Santíssimo
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 19 abril 2009.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
PIRANGA – POVOADO DE MANJA LÉGUAS**



a)



b)



c)



d)



e)

FIGURA 36: Capela de Nossa Senhora da Conceição do povoado de Manja Léguas. a) Retábulo-mor. b) Retábulo colateral (Evangelho) c) Retábulo colateral (Epístola). c) Detalhe do camarim do retábulo colateral da Epístola com imagem de São Francisco. d) Detalhe do sacrário do retábulo colateral da Epístola. Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 19 abril 2009.

3.4 O distrito de Pinheiros Altos

Pinheiro era o topônimo do antigo arraial, segundo Barbosa (1971, p.361), pela divisão administrativa de 1911, ficou conhecido como Pinheiros e, por decreto-lei de 1943, mudou a denominação para Pinheiros Altos. O atual distrito, criado desde 1879, faz parte do município de Piranga limitando-se com o Sumidouro, atual, Padre Viegas, distrito de Mariana. Ainda hoje, uma estrada de terra, antigo trajeto percorrido pelos desbravadores do século do ouro, liga Piranga à sede de Mariana passando por Mainart e estes povoados.

Consta que nos primeiros anos do século XVIII, Antônio Fernandes Furtado de Mendonça e seu irmão Feliciano Cardoso de Mendonça, atendendo ordens de seu pai o Cel. Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, exploraram a região de Guarapiranga quando descobriram várias faisqueiras, entre elas a mina de Pinheiro. O arraial surgiu logo em seguida, pois, em 1738, já possuía Companhia de Ordenança (BARBOSA, 1971, p.361).

Pinheiros Altos, distrito formado por uma comprida rua que se estende ao longo da cumeeira do morro, possui duas igrejas: a Matriz de Nossa Senhora da Saúde, que sofreu diversas modificações com acréscimo de uma torre central no frontispício e a Capela de Nossa Senhora do Rosário que, com poucas intervenções, manteve as suas características originais. Conta ainda com posto de saúde, farmácia, cartório, casas comerciais e residenciais, escola estadual com curso fundamental completo e escola municipal com curso pré-escolar. A população local voltada para a economia predominantemente rural, ocupa, hoje, o pequeno núcleo urbano histórico com cerca de 450 habitantes e continua morando nas antigas casas construídas ao longo dos tempos que apresentam materiais e técnicas construtivas preservados desde sua introdução, trazidos pelos bandeirantes paulistas e portugueses que ali se estabeleceram no século XVIII.

3.4.1 A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde

Inicialmente, a capela do Pinheiro foi filial da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro que, por volta de 1742, foi erigida em Matriz e tornada colativa em 1752, mas, em 1867, de acordo com os estudos de Waldemar de Almeida Barbosa (1971, p.334), a sede da freguesia foi transferida para a povoação de Pinheiro que passou, em 1867, à regalia de paróquia. De acordo com o historiador (1971, p.361), a freguesia de Nossa Senhora da Saúde do Pinheiro foi instalada muito depois, em outubro de 1875. A freguesia foi instituída canonicamente em janeiro de 1879 (TRINDADE, 1998, p.372).

Segundo informações dos anexos das Visitas Pastorais (1998, p.372), a Capela curada de Nossa Senhora da Conceição do Pinheiro (nomeação equivocada) foi fundada em 1763, com licença do ordinário. Há uma contradição entre as informações destes historiadores e dos padres que vieram recentemente para a região pois, conforme documentos mais antigos, a matriz recebeu, no setecentos, invocação de Nossa Senhora da Saúde.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde implanta-se em adro aberto voltado para grande praça, de frente para cruzeiro de madeira e ao lado do Centro de Saúde de Pinheiros Altos, da Casa Paroquial e da Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição. Localiza-se no centro do distrito de Pinheiros Altos, ao lado da rua principal mas destacando-se na parte mais alta do terreno.

Esta edificação foi muito modificada, principalmente, com acréscimo de torre única no centro do frontispício e introdução de copiar para acesso à nave. Com exceção da antiga Matriz demolida da sede de Piranga que era ladeada por duas torres, esta é a única Igreja que apresenta torre no município, fugindo ao padrão das construções religiosas locais.

Possui partido original em nave principal com naves/corredores laterais, capela-mor ladeada por Sacristia e Capela do Santíssimo. Sofreu outras intervenções, tais como: a substituição das alvenarias das fachadas laterais por paredes de tijolos cozidos com acréscimo de contrafortes na fachada lateral direita (lado do Evangelho); troca das esquadrias do frontispício por janelas com vergas em arco pleno e caixilhos de vidros e introdução alguns óculos com aberturas trapezoidais. Conservam-se as portas e janelas com vergas retas, molduras e folhas de madeira das outras fachadas. No interior, os pisos, forros e altares foram substituídos e renovados.

Com exceção da torre frontal, a volumetria indica o programa original e acompanha o modelo adotado nas outras capelas da região: nave mais alta apoiada por naves laterais, interligada por arco-cruzeiro à capela-mor mais baixa e, ao seu lado, sacristia e Capela do Santíssimo com pé-direito ainda menor.

Permanece o sistema construtivo executado em gaiola de madeira estrutural, sem tábuas de revestimento, ainda visível nos cunhais da nave, da capela-mor, Sacristia e Capela do Santíssimo. A cobertura estruturada com peças de madeira, divide-se em duas águas na nave e capela-mor e em meia água nos demais espaços. Em uma das intervenções, as telhas originais foram substituídas por telhas do tipo “plan” mas a inclinação dos telhados com os galbos e os beirais em cachorrada foram mantidos.

Apesar das modificações, na Igreja de Nossa Senhora da Saúde, permanecem os ritos tradicionais religiosos praticados pela Comunidade local relacionados com a Capela do Rosário e representativos do patrimônio cultural imaterial de Pinheiros Altos.

**IGREJA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE
PIRANGA – DISTRITO DE PINHEIROS ALTOS**



a)



b)



c)



d)



e)



f)



g)



h)

FIGURA 37: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde de Pinheiros Altos. a) Vista geral do adro com praça e cruzeiro de madeira. b) Casa Paroquial e Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição. c) Frontispício e cruzeiro. d) Frontispício e detalhe da torre única. e) f) Detalhes da fachada lateral esquerda (lado da Epístola). g) Fachada lateral direita (lado do Evangelho). h) Fachada posterior.
Fonte: fotos da autora em 29 julho 2008 e 17 janeiro 2009.

3.4.2 A Capela de Nossa Senhora do Rosário

Localizada no distrito de Pinheiros Altos no município de Piranga em Minas Gerais, a Capela de Nossa Senhora do Rosário remonta ao século XVIII, época das primeiras minerações e povoamento do local. É um monumento de valor arquitetônico, artístico, histórico e cultural situado entre aquelas pequenas construções que existem na região, perto de Ouro Preto e Mariana, que traduzem uma arquitetura vernacular de importância relevante em Minas Gerais. O monumento recebe tombamento municipal pelo Decreto nº 1522, do ano de 2007. No seu entorno, o Casarão do Rosário, conhecido como Casarão do Cesário Alvim, também, é tombado pelo município de acordo com o Decreto nº 1479, de 2006.

Implanta-se em adro aberto, ao lado da estrada/tronco que vai de Piranga a Mariana e que, no perímetro urbano, conforma-se em rua principal do distrito. O adro, somente gramado, não recebe tratamento paisagístico e nem muro ou gradil, integrando-se à via local. No terreno atrás da Capela existe uma arborização natural que compõe a ambientação da edificação. Com exceção das duas pequenas casas situadas no adro, a edificação destaca-se, isoladamente, na paisagem emoldurada pelas montanhas e matas.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário apresenta sistema construtivo em estrutura autônoma de madeira com vedações de adobes e fundações em pedras. Muitas intervenções foram realizadas ao longo dos tempos, principalmente, a substituição de parte da alvenaria de vedação original. Em intervenção realizada pela Comunidade de Pinheiros Altos, algumas paredes de adobe externas e internas foram substituídas por paredes de alvenaria auto-portantes de tijolos cozidos e as fundações originais foram modificadas com introdução de concreto armado. Os esteios entalados das paredes externas da estrutura autônoma de madeira foram incorporados à alvenaria de tijolos cozidos. Foram mantidos os esteios internos em madeira de lei, revestidos com tábuas emolduradas com capitéis simples, principalmente, os que sustentam as arcadas e o telhado da nave.

Segundo informações dos moradores locais, a edificação sofreu acréscimo na área do coro e frontispício, o que aumentou a área e volumetria inicial. Assim, do partido original construído em nave principal e laterais sobrepostas com tribunas laterais, interligada à capela-mor pelo arco-cruzeiro, onde se unem a Sacristia e a Capela do Santíssimo, foi acrescida toda a grande área do coro. Observa-se a diferenciação da cobertura, com telhado em duas águas alongado na área do coro e em meia-água ao longo das tribunas no restante da nave. Permaneceram os outros telhados em duas águas na capela-mor e meia água nas capelas laterais. Além disso, todo o madeiramento do telhado foi substituído em uma intervenção mais recente realizada, também, pela Comunidade local. A atual estrutura do telhado é em madeira aparelhada de boa qualidade com a preservação das inclinações

originais, dos galbos do contrafeito e beirais em cachorrada. A cobertura é realizada com telhas de barro do tipo capa e bica. Verifica-se, também, o acréscimo de instalação sanitária nos fundos, na área interna do depósito atrás do retábulo-mor.

As paredes rebocadas recebem pintura látex na cor branca enquanto que todos os elementos de madeira da estrutura, assim como as esquadrias, recebem pintura a óleo na cor verde, o que diferencia a Capela do Rosário de Pinheiros Altos de todas as outras da região, sempre com o madeiramento pintado de azul. Os forros apresentam pintura branca e os revestimentos do arco-cruzeiro, dos esteios, das arcadas e guarda-corpos são pintados em azul claro e verde. Os atuais forros de madeira substituíram os originais. Uma tábua pregada atrás do retábulo-mor revela que antes existiam pinturas artísticas nos forros que se perderam há tempos.

As portas recebem enquadramento e folhas almofadadas de madeira. As janelas também apresentam moldura e folhas de madeira ou caixilharia de madeira e vidros. A portada do monumento não possui elementos artísticos mas se destaca por sua simplicidade construtiva com verga reta encostada na madre. Na fachada repete-se a composição em triangulação com as duas janelas do coro sobrepostas ao portal, óculo quadrangular na empena e, ao lado, janela simples na tribuna esquerda e com suporte para dois sinos na janela da tribuna do Evangelho.

A nave principal da Capela de Nossa Senhora do Rosário possui piso em campas de madeira, único remanescente na região. Na área do átrio, as campas foram substituídas por piso de tabuado de madeira e na capela-mor e presbitério, o piso, também, é em tabuado. Os pisos da Capela do Santíssimo, da Capela-mor e da Sacristia são cimentados.

O retábulo-mor destaca-se pela sua fatura representativa do ciclo rococó. Apresenta quatro colunas clássicas sobre mísulas compondo o corpo principal onde se abriga, no centro, o camarim para a imagem da padroeira e, nos intercolúnios, duas peanhas utilizadas para as imagens de santos secundários. O coroamento do retábulo é em arco espraiado arrematado por coroa, símbolo do Rosário. Este retábulo, desvalorizado por diversas repinturas, precisa ser restaurado e, por sua vez, as imagens foram guardadas pela Comunidade.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário é uma edificação religiosa que, atualmente, está sendo pouco usada pela população local pois o distrito encontra-se sem pároco. As principais celebrações, missas e orações restringem-se à Igreja de Nossa Senhora da Saúde, mesmo assim, a Comunidade comemora periodicamente, no mês de outubro, a festa anual de Nossa Senhora do Rosário. A Prefeitura Municipal de Piranga contratou o projeto de restauração desta Capela que será restaurada com recursos do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais a partir deste ano.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
PIRANGA – DISTRITO DE PINHEIROS ALTOS**



a)



b)



c)



d)



e)



f)



g)

FIGURA 38: Capela de Nossa Senhora do Rosário de Pinheiros Altos. a) Vista geral da Capela do Rosário e sua implantação. b) Arruamento e, aos fundos, Capela do Rosário. c) Frontispício e adro. d) Vista do entorno, ao alto situa-se o Casarão do Cesário Alvim. e) Fachada posterior. f) Fachada lateral esquerda (lado da Epístola). g) Casarão do Rosário.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 20 agosto 2008 e 18 dezembro 2008.

**CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
PIRANGA – DISTRITO DE PINHEIROS ALTOS**



a)



b)



c)



d)



e)



f)



g)

FIGURA 39: Capela de Nossa Senhora do Rosário de Pinheiros Altos. a) Arco-cruzeiro e capela-mor. b) Detalhe da tribuna da Epístola. c) Vista do coro e das tribunas da nave. d) Vista da tribuna da nave, lado do Evangelho. e) Janela sineira com dois sinos. f) Retábulo-mor. g) Detalhe das campas de madeira e barroteamento mais escuro; no centro, campas de pedra.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 20 agosto 2008 e 18 dezembro 2008.

3.5 Espacialidade cultural e social: as festas e o Jubileu

“– Toda a pessoa que se quiser assentar por irmão nesta Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, seja homem ou mulher, Branco, Pardo, ou Preto, Escravo, ou Livre, se lhe fará assento em hum Livro...”

(MIRANDA, 1984-5, p, 55)

A transcrição de parte do Capítulo 1º do Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Matozinhos de Bacalhau convida a todos a se reunirem nesta Confraria como irmãos, sem entraves sociais ou raciais. Esta Irmandade propiciou a construção do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e das Casas de Romaria e a realização dos tradicionais e concorridos Jubileus, que são concretizados desde o século XVIII, conforme recibos de pagamentos a músicos e sacerdotes para os sermões e confissões. O Livro de Compromisso da Irmandade do Bom Jesus de Bacalhau constava de 16 capítulos que regulavam as entradas e modo de dirigir a Irmandade no respeito ao culto divino e bem espiritual tanto dos vivos como dos mortos. Não se sabe ao certo a fundação da Irmandade que foi anterior a 1781, sabe-se que os Jubileus já existiam a partir da solicitação ao rei da provisão dos estatutos datada de 1792 (MIRANDA, 1984-5, p).

As Irmandades ou Confrarias, associações leigas com fins religiosos consolidaram-se, no setecentos, na Capitania de Minas Gerais, quando, a partir de 1773, a Companhia de Jesus foi proibida de atuar na região pela legislação portuguesa, para impedir a evasão do ouro. As Confrarias existiram desde o início do Cristianismo e se fortaleceram na Idade Média na Europa quando, de um modo geral, todas as organizações de ofícios e de profissionais tiveram caráter religioso. Nos primeiros tempos, a Irmandade do Senhor do Bom Jesus do Matozinhos e, hoje, a Associação local ficaram responsáveis tanto pela organização dos Jubileus quanto pela preocupação e preservação dos monumentos e das Casas de Romaria.

Em Bacalhau festeja-se, até hoje, anualmente, o Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, a mais importante tradição comemorativa da região. As datas festivas do Jubileu fixaram-se, por quinze dias, entre os dias 1º a 15 de agosto de cada ano. Nesta ocasião, o distrito de Bacalhau recebe uma multidão de fiéis que em peregrinação, permanecem nas Casas de Romaria por duas semanas para acompanhar as festividades no Santuário, onde são realizadas: missas, rezas, terços, confissões e barraquinhas. Se o cerimonial das missas remonta aos primórdios da fé cristã (VOVELLE, 1988, p.69), em Bacalhau as romarias também são festividades de longa duração, remontam ao século XVIII

e seus organizadores, a Irmandade e a Comunidade local, ficam responsáveis pela conservação das edificações religiosas monumentais. Ritual que se repete a cada ano.

No Santuário, além da afluência às missas, a Sala dos Milagres renova-se com a fila de uma multidão de fiéis que buscam as bênçãos da grande imagem do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e, ao saírem deixam no local, ex-votos,⁴⁸ em forma de fotografias, pinturas, fitas, cabeças, braços ou pés de cera, que indicam a cura de alguma doença ou mal e o milagre acontecido. Experiência de longa duração, como estuda Vovelle (1988, p.79) pois na Sala dos Milagres encontram-se tábuas votivas do século XIX, convivendo com as atuais.

A religiosidade encontrada na época do Jubileu estende-se à cidade de Piranga com sua população extremamente religiosa que se expressa pelas festas da padroeira e dos diversos santos celebrados durante o ano todo em rezas, terços, missas, procissões, coroações de Nossa Senhora e oferenda de flores. Na sede, são tradicionais as festas da Irmandade do Rosário dos Pretos e a puxada do Mastro que é fincado na praça do Rosário numa iniciativa da Banda de Congado de N. Sra. do Rosário que remonta a 08 de dezembro de 1758.

Até hoje, as comemorações religiosas iniciam-se a partir do dia 07 de outubro com a festa de Nossa Senhora do Rosário seguida, no dia 08 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, pela Festa do Mastro, depois se comemora a Festa de Reis e, finalmente, no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, as festividades terminam com a retirada do Mastro. O mastro de madeira com a bandeira de Nossa Senhora do Rosário, Santa Padroeira dos escravos, é fixado em uma casa da zona rural e, no dia 08 de dezembro, vários homens carregam o mastro nas costas até a praça do Rosário onde ele permanece fincado até o dia 20 de janeiro quando é levado para outra casa na roça. Várias bandas de Congo e toda a população de Piranga participam das atividades religiosas.

As festividades coletivas do distrito de Pinheiros Altos, por sua vez, giram em torno das comemorações religiosas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde e da Capela de Nossa Senhora do Rosário, edificações que remontam ao setecentos. Outras festas, tais como os torneios de rodeios, fazem parte do roteiro anual quando os espaços internos das edificações e os adros ou praças externos aos monumentos são tomados por multidões com suas barraquinhas. Unem-se, então, práticas religiosas e leigas, consolidando culturalmente esta comunidade com as celebrações do Reisado de Nossa Senhora do Rosário,

⁴⁸ Misto de devoção e Fé, os ex-votos são uma manifestação de criação artística do povo que testemunham não apenas a sua religiosidade como ainda nos fornecem elementos importantes e um retrato da vida das comunidades. Engloba um conjunto muito vasto de objetos que podem ir desde as simples fotografias aos membros de cera que normalmente são deixados nos santuários.
Fonte: Disponível em: (<http://www.raizesportugal.com.br/cgomes/exvotos.htm>. Acesso em 22/01/2008).

celebrados pelas Guardas de Congo, onde são escolhidos reis e rainhas, representados pelos festeiros de cada ano escolhidos entre os fazendeiros da região.

A origem das festas do Congado está ligada à Igreja de Nossa Senhora do Rosário da antiga Vila Rica, atual Ouro Preto. Consta que, nas Minas do século XVIII, um escravo de nome Chico-Rei perdeu quase toda sua família na viagem da África para o Brasil, restando-lhe apenas um filho. Instalado em Vila Rica, com as economias obtidas pelo trabalho aos domingos e dias santos, comprou a alforria do filho, a sua própria e dos demais súditos de sua nação que o apelidaram de Chico-Rei. Todos unidos compraram a riquíssima mina da Escandideira, organizaram a Irmandade do Rosário e de Santa Efigênia e levantaram, com recursos próprios a Igreja do Alto da Cruz em Ouro Preto. Chico-Rei casou-se novamente e com o prestígio que adquiriu com os de sua raça começou a participar das solenidades típicas da festa dos Reis Magos, em janeiro, e da festa de Nossa Senhora do Rosário, em outubro. Nestas festas, Chico-Rei, de coroa e cetro, apresentava-se com sua rainha, os príncipes e sua corte formada pelos negros de sua nação, cobertos de ricos mantos e trajes de gala bordados a ouro, precedidos de batedores e seguidos de músicos e dançarinos, batendo caxambus, pandeiros, marimbas e canzás e entoando ladainhas.⁴⁹ As Congadas e as festas do Rosário originárias da lenda de Chico-Rei disseminaram-se em todo o estado e são representativas na região de Piranga.

O advento e a manutenção de festas e costumes religiosos fazem parte do conjunto de bens intangíveis que, como sabemos, são determinantes para a manutenção da identidade local e, principalmente, dos bens materiais, no caso representado pela arquitetura religiosa, pelos traçados urbanísticos originais, pela conservação do acervo de imagens e de bens integrados como os diversos altares de cada Igreja. Preservar os bens culturais materiais e, ao mesmo tempo, os intangíveis, é um caminho a ser trilhado para a manutenção da vida cotidiana e da memória coletiva.

⁴⁹ PIRANGA / MG - Histórico. Disponível em: <http://www.piranga.com.br/congado/indez.html>. Acesso em 17/03/2008.



FIGURA 40: Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos do ano de 2002. Missa campal.
Fonte: fotos da autora, data: 15 agosto 2002

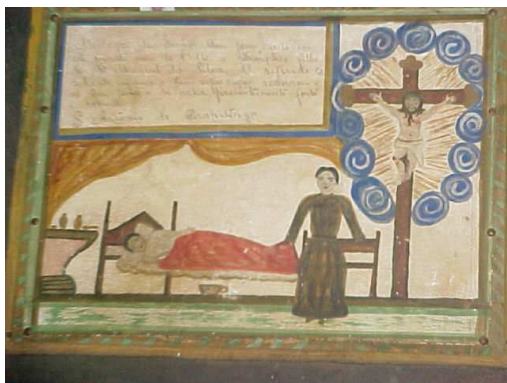


FIGURA 41: Adoração ao Senhor Bom Jesus do Matozinhos da Sala de Milagres do Santuário. Tábuas votivas da Sala dos Milagres.
Fonte: fotos da autora, data: 15 agosto 2002

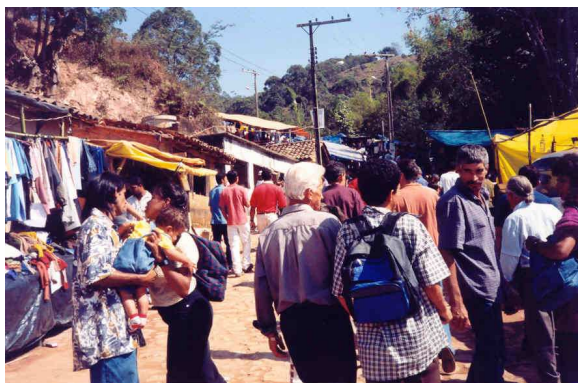
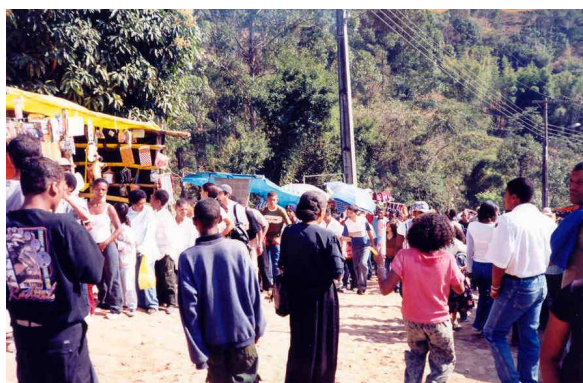
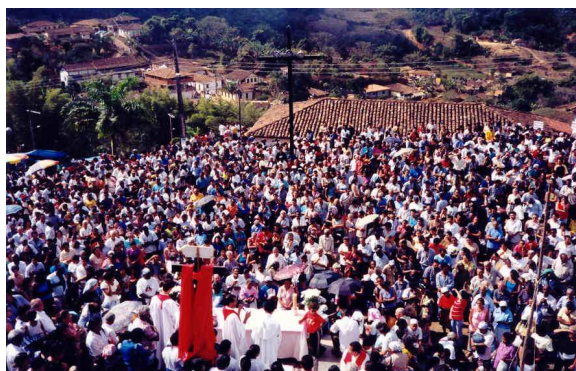


FIGURA 42: Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos do ano de 2002. Missa campal e nas ruas de baixo, barraquinhas com jogos, comidas típicas e comércio ambulante.
Fonte: fotos da autora, data: 15 agosto 2002



FIGURA 43: Missa no Santuário. Guarda de Nossa Senhora do Rosário de Piranga em 1998. Dança de Congo em frente ao Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos na época de realização do Jubileu do ano de 2008. Fonte: fotos da autora, data: 13 agosto 2008



FIGURA 44: Procissão do Reisado de Nossa Senhora do Rosário percorrendo as ruas de Pinheiros Altos desde a Capela do Rosário até a Igreja de Nossa Senhora da Saúde. O rei, a rainha, a dama e o pajem abrem a procissão, acompanhados pela imagem da padroeira e os fiéis e finalizada pela banda de música.
 Fonte: fotos da autora, data: 12 outubro 2002.



FIGURA 45: Chegada dos festejos de Nossa Senhora do Rosário à praça da Igreja de Nossa Senhora da Saúde em Pinheiros Altos. Os mais devotos usam coroinhas feitas de latão. Depois da missa, o festeiro, Sr. Canudo e Dona Liça, distribuíram farta refeição à todos os devotos.
 Fonte: fotos da autora, data: 12 outubro 2002



FIGURA 46: Festa do Mastro. Banda do Congo N. Sra. do Rosário de Piranga, fundada a partir da criação da Irmandade dos Homens Negros em 1748, quando do levantamento da Capela de N. Sra. do Rosário.

Fontes: Jornal O Tempo, 21/01/1999.

Congada: Disponível em <http://www.piranga.com.br/passado/index.html>. Acesso em 17/03/2008.



FIGURA 47: Procissão de anjos para coroação de Nossa Senhora e banda de música de meninos de Piranga.

Fonte: fotos da autora, data: 18 maio 2004.



FIGURA 48: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piranga. Realização de missa e oferta de flores pelas mulheres. Os festejos remetem à preservação das tradições religiosas de Piranga promovidos pela família da Clelinha. Fotos da banda, da cruz enfeitada de papel, do altar com flores naturais e da família na hora do terço. Fonte : fotos da autora, data: 09 outubro 2008.

4 RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE BACALHAU

4 RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE BACALHAU

Os princípios que, hoje, nos levam à proteção do patrimônio cultural, passando por todas as especificidades de ações desenvolvidas pelos órgãos de preservação, desde as pesquisas históricas e arquitetônicas; o inventário do patrimônio a ser protegido; os processos de tombamento; os levantamentos métricos e fotográficos; as intervenções para manutenção dos bens materiais; até os projetos e as obras de restauração; levaram anos para serem consolidados e fazem parte do processo histórico de salvaguarda dos bens culturais.

As legislações, posturas e atitudes mais abrangentes para a proteção do patrimônio cultural são postas em prática, a partir do século XX, baseadas nas Cartas Patrimoniais que surgem como resultado de diversos congressos internacionais e levam o nome das cidades onde foram realizados. As Cartas são formadoras de princípios e apresentam recomendações ligadas à preservação dos chamados bens culturais. Estes documentos estabelecem normas e procedimentos adotados por diversos povos e criam e circunscrevem conceitos às vezes globais, outras vezes locais.

A Carta de Atenas, que surge em 1931, é o manifesto urbanístico que resultou do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Preconiza que as chaves do urbanismo estão nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear e circular, que servem para determinar o zoneamento e ordenar o território urbano. A cidade, definida como uma unidade funcional, deve crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes para se definir, equilibradamente, as etapas de seu desenvolvimento. A Carta de Atenas discute a racionalização de procedimentos em arquitetura e propõe normas e condutas de caráter internacional em relação à preservação e conservação de edificações para garantir a perpetuação das características históricas e culturais dos monumentos a serem preservados. Esta Carta é um exercício prescritivo sobre a preservação do patrimônio, na época, entendido tão somente como monumento.

Uma abordagem bem mais criteriosa sobre restauro acontece, em 1964, com a elaboração da Carta de Veneza que passou a incorporar um novo conceito: a noção de “bem cultural”. É resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos e do – ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos. Nesta Carta são instituídas noções básicas de preservação onde cada bem, para ser salvaguardado e preservado, necessita ter uma função junto à comunidade onde está instalado. Assim, a utilização do bem cultural o distancia da desterritorialização e do esquecimento. O texto preconiza a educação e a informação como ferramentas capazes de

salvaguardar os bens culturais. Passa a ser assegurada, também, a manutenção das ruínas de bens patrimoniais culturais, bem como as medidas para a preservação e a conservação permanente dos elementos arquitetônicos e dos testemunhos históricos encontrados.

Na Carta de Veneza, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares e são patrimônios comuns da humanidade. A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Estende-se às grandes criações mas também às obras modestas que tenham adquirido significado cultural. A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade. A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos.

Em 1972, foi assinada em Paris, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que preconiza os direitos vinculados à preservação. Segundo o documento, a educação e a formação pessoal são os grandes instrumentos para a perpetuação das memórias e dos bens culturais que devem ter uma função na vida da coletividade e devem estar integrados a um plano mais amplo de programas e estratégias urbanas. Identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir são os princípios básicos da cooperação internacional que visa à salvaguarda dos bens.

A Carta do México de 1985 auferiu o caráter educacional da preservação, levantando o conceito de identidade como fator fundamental para a manutenção do ato preservacionista. O desenvolvimento de projetos de preservação passa a abranger não apenas o bem tombado em si, mas também o seu entorno, favorecendo as relações entre o mesmo e as populações que residem nas suas adjacências. Esta carta também trata da responsabilidade social da preservação e da democratização da informação como meio mais rápido e eficiente no combate ao esquecimento.

As outras Cartas Patrimoniais tratam da especificidade do patrimônio em seus diversos aspectos: bens materiais, intangíveis, urbanos, rurais, arqueológicos, espeleológicos e desaparecidos, entre outros. Interessa-nos, particularmente, o conceito de *“paisagem cultural”* estabelecido pela Recomendação R (95) 9 que estudaremos no Capítulo 5 e que evoca a necessidade de se atingir um equilíbrio harmonioso de relações entre a sociedade e seu meio ambiente, com vistas à promoção de um desenvolvimento econômico sustentável.

A experiência de restauração de dois monumentos será relatada a seguir destacando-se a importância da atuação da comunidade local como parceira indispensável ao processo.

4.1 As obras de restauração do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos

Como arquiteta do IEPHA/MG executei, em 1998, o projeto e fiscalizei as obras de restauração do Santuário do Senhor Bom Jesus dos Matozinhos como parte do Programa “Minas para Sempre”, patrocinado pela CEMIG, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura que, na época, atendeu preferencialmente as obras necessárias para a restauração da Igreja.

As parcerias foram formadas para atender aos quesitos do Projeto Patrimônio Tombado de Minas Gerais – Segurança e Conservação Preventiva (Minas para Sempre) do IEPHA/MG, que tinha como Presidente, a arquiteta Jurema Machado. Firmou-se um convênio com a Fundação Renato Azeredo, que geria os recursos; com o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio do Pirapetinga, através do seu Presidente, Sr. José Geraldo de Paula, e do Vice-presidente, Sr. Adelino Patrocínio Dias; e com a Prefeitura Municipal de Piranga, sendo Prefeito, o Sr. Carlos de Araújo Silva.

Ao IEPHA/MG coube a execução dos projetos de restauração arquitetônica e dos projetos complementares: elétrico, prevenção contra incêndios, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e as planilhas orçamentárias, assim como, a fiscalização e a aprovação das obras com diárias para os técnicos e o transporte até o distrito de Bacalhau.

A Prefeitura entrou com os recursos para a execução dos andaimes e para o pagamento do engenheiro responsável técnico pela obra, Aduino Lourenço Mendes, durante todo o período das obras. O Conselho de Desenvolvimento Comunitário, com recursos do Programa Minas Para Sempre, ficou responsável pela contratação dos serviços de arquitetura, a compra dos materiais e pela contratação de mão-de-obra auxiliar para a conservação dos elementos artísticos, com a hospedagem das equipes. Os valores disponibilizados totalizaram R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais) e as obras iniciaram-se em 12 de maio de 1998.

Uma declaração do Presidente do Conselho, José Geraldo de Paula, datada de 03 de setembro de 1998, mostra a trajetória das obras anteriores feitas pela Comunidade em Bacalhau, principalmente no Conjunto do Santuário. Foi executada a reforma do telhado da Igreja do Bom Jesus do Matozinhos, de 1989 a 1990, pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio do Pirapetinga. Foram construídos os sanitários feminino e masculino no adro do Santuário do Bom Jesus do Matozinhos, em 1996, com Projeto da Prefeitura de Ouro Preto. Foram reconstruídas as Casas de Romaria do Santuário: as

primeiras 15 casas em 1993, 14 casas, em 1997 e em 1998 foram reformadas 09 casas. Estas edificações são geminadas e possuem uma ou duas residências cada uma, por isso aparece um número tão grande de casas. Além disso, o Conselho, em 1998, começou a construir a casa de Farinha de Mandioca e Polvilho para atender à Comunidade de Bacalhau. Nas construções, o encarregado de obras foi o mestre carpinteiro, Sr. Adelino Patrocínio Dias, juntamente com o Sr. Pedro de Paula Dias. O Sr. Amantino Gomes, carpinteiro, especialista em restauração de Igrejas de Piranga, Mestre Campos e Catas Altas da Noruega, também, trabalhou nestas intervenções, assim como, os pedreiros: Onésimo Câmara e Onofre Márcio Câmara e o servente, Vanderlei Teixeira de Jesus. As obras foram coordenadas pelo Padre José Julião da Silva e, neste período, não houve acompanhamento dos órgãos de preservação.⁵⁰

A atuação da população local foi importante neste processo pois contribuíram com parte dos recursos para a restauração, arrecadados no aluguel das Casas de Romaria durante o Jubileu anual e fizeram parte da própria equipe de obras. O sistema adotado foi o de obra direta, sem contratação de empresas, com a orientação do engenheiro local, Adauto Lourenço Mendes, e execução feita pelo mestre de obras de Bacalhau, Sr. Adelino Patrocínio Dias, pelo carpinteiro, Sr. Amantino Gomes, por pedreiros e serventes da própria comunidade e apoio, projeto e fiscalização das obras da equipe do IEPHA/MG com a minha coordenação.

Nesta intervenção foi recuperada a estrutura autônoma de madeira do Santuário; foram consolidadas as alvenarias; refeito os rebocos; executadas as pinturas das alvenarias e elementos arquitetônicos de madeira; restauradas as esquadrias; e, principalmente, restaurada toda a cobertura, inclusive com a substituição das peças deterioradas de madeira e sua imunização e troca de todas as telhas. Foi feita a imunização de todo o madeiramento do restante do monumento, restauradas as estruturas dos retábulos e instalados os equipamentos para combate a incêndio. Toda a instalação elétrica foi trocada, de acordo com projeto do IEPHA/MG. Na época, foram feitas obras de substituição das Casas de Romaria pela própria Comunidade com recursos próprios arrecadados na época do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos.

Internamente, os elementos artísticos integrados foram consolidados e foi feita a recuperação das partes deterioradas do tabuado dos forros; as pinturas de forros da nave e da capela-mor foram higienizadas e fixadas e os retábulos tiveram as estruturas restauradas. Foi feita a restauração dos forros da capela-mor e da nave pela firma Anima

⁵⁰ Informações contidas nas pastas de obras do arquivo da Gerência de Projetos e Obras do IEPHA/MG.

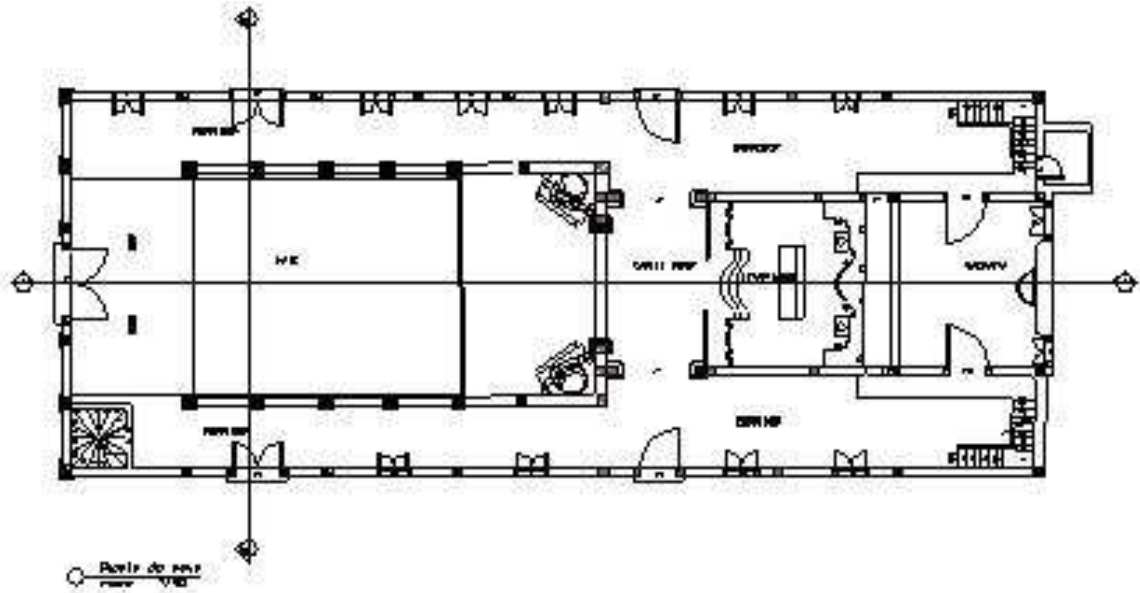
Restauração e Arte, do restaurador Carlos Magno de Araújo. Foram executados os trabalhos de higienização, imunização, fixação da policromia, desmonte parcial de diversas tábuas do forro da nave, consolidação e complementação e limpeza dos forros da nave e capela-mor. A intervenção nos elementos integrados durou de setembro a dezembro de 1998. O valor do contrato foi de R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais) para o forro da nave e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para o forro da capela-mor, sendo responsabilidade do convênio, os andaimes, pela Prefeitura Municipal de Piranga, três auxiliares, um marceneiro e a hospedagem dos técnicos da contratada, pela Comunidade e Paróquia.

O Santuário foi inaugurado no dia 12 de dezembro de 1998 durante as festas de Nossa Senhora da Conceição. No entanto, as obras continuaram no ano seguinte, depois do período de chuvas, quando foi executada toda a pintura das alvenarias e elementos de madeira da edificação.

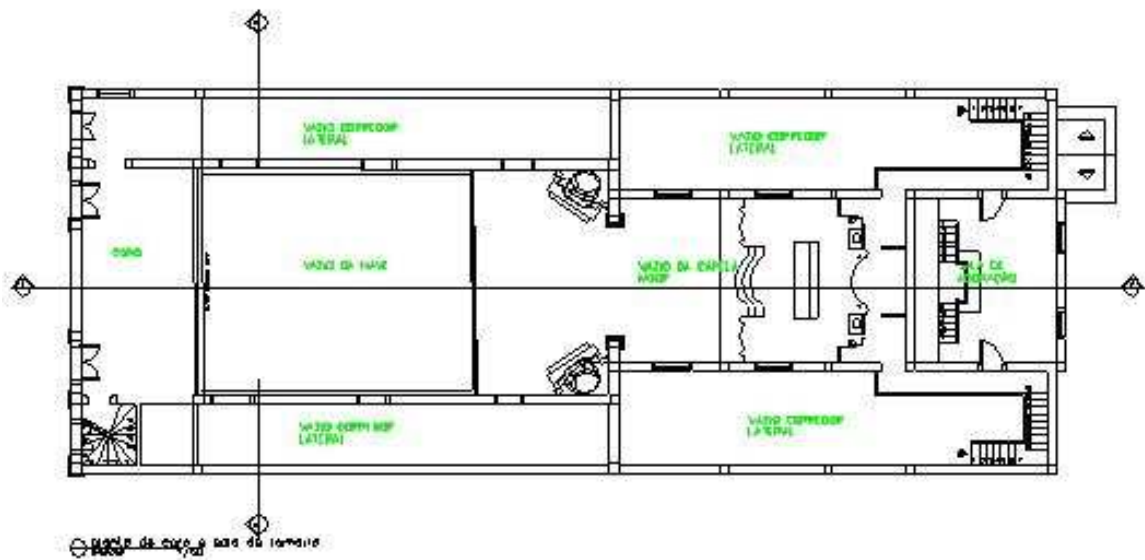
A comunidade de Bacalhau, no decorrer dos anos, realizou diversas obras de substituição das Casas de Romaria que se situam à esquerda e aos fundos do Santuário, sem maiores acompanhamentos técnicos dos órgãos de preservação. A Casa Paroquial, também, foi parcialmente restaurada depois de diversas intervenções com acréscimos executados em estrutura de concreto armado. A partir de 2008, os recursos captados pela Paróquia e pela Comunidade de Bacalhau, através do Ministério do Turismo com contrapartida da Prefeitura Municipal de Piranga, foram empregados na restauração do conjunto de Casas de Romaria que se localizam ao lado da Casa Paroquial. As intervenções nas Casas de Romaria ainda não foram finalizadas.

Como já se passaram dez anos depois das obras que o IEPHA/MG realizou no Santuário e não houve nenhuma intervenção nesta igreja depois disto, com a ação do tempo e o desgaste dos materiais, a edificação encontra-se com diversos elementos construtivos danificados e serão necessários reparos e manutenção destes elementos, principalmente, restauração das tábuas de revestimento da gaiola estrutural, colocação de rufos nos telhados dos corredores da capela-mor, imunização do madeiramento e pintura geral. Novamente, a população local e a Paróquia acionaram tanto a Assembléia Legislativa, na figura de seus deputados; o IPHAN, o IEPHA/MG e a Prefeitura de Piranga; e numa ação conjunta, através de audiência pública, conseguiram a captação de recursos e a execução de projetos e obras emergenciais. Os recursos disponibilizados pelo Deputado Padre João, através de emenda parlamentar, serão aplicados na reforma dos sanitários coletivos conforme solicitação da Comunidade em reunião e deverão se completar no ano de 2010.

SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS
 PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)



a)



b)

FIGURA 49: Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a) Planta da nave. b) Planta do coro.
 Fonte: Projeto de restauração executado pela autora e desenhos da equipe do IEPHA/MG.

SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS
 PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)

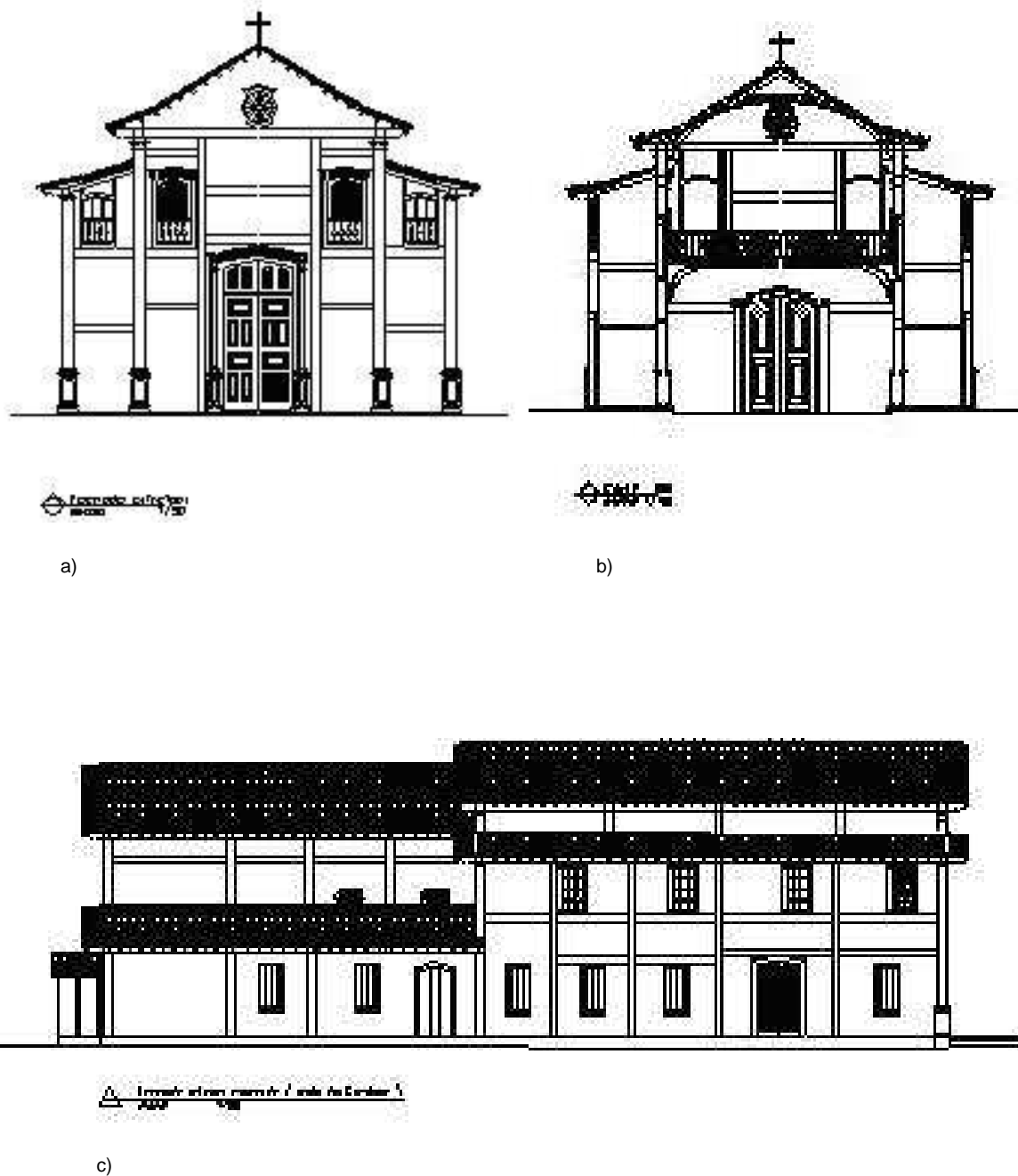
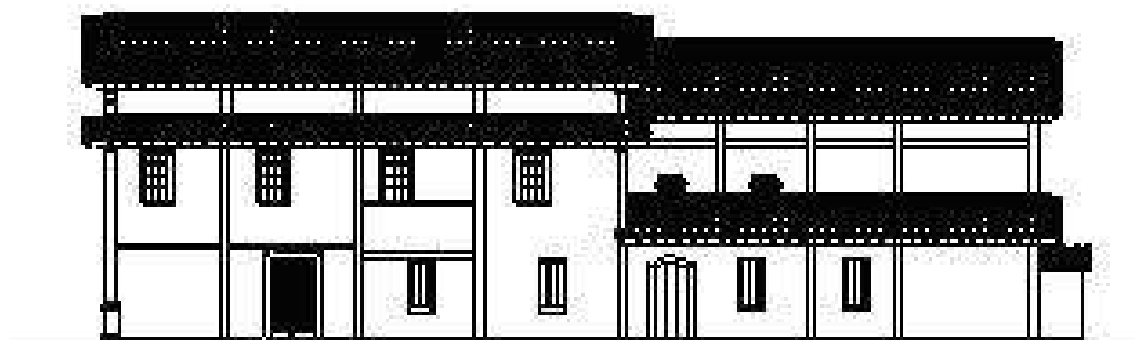


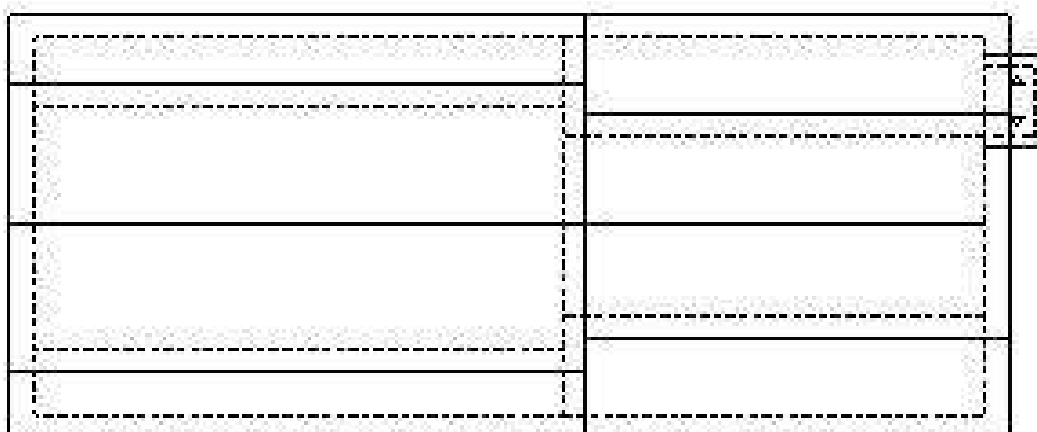
FIGURA 50: Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a) Frontispício. b) Corte transversal. c) Fachada lateral direita (lado do Evangelho).

Fonte: Projeto de restauração executado pela autora e desenhos da equipe do IEPHA/MG.

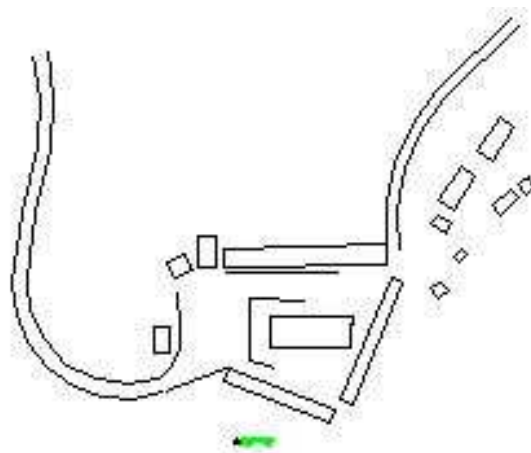
SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS
 PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)



a) Fachada lateral esquerda (lado da Epístola)



b) Planta de cobertura



c) Planta de situação

FIGURA 51: Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. a) Fachada lateral esquerda (lado da Epístola). b) Planta de cobertura. c) Planta de situação.

Fonte: Projeto de restauração executado pela autora e desenhos da equipe do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



a) 10 dezembro 1997 Foto Wellington Farias



b) 05 maio 1998



c) 18 fevereiro 1998



d) 18 fevereiro 1998



e) 18 fevereiro 1998



f) 06 maio 1998



g) 06 maio 1998



h) 06 maio 1998

FIGURA 52: Obras do Santuário. a) Frontispício do Santuário. b) Fachada posterior. Desgaste do reboco. Infiltração de águas por capilaridade. c-d-e) Telhas porosas. Infiltração de águas pluviais nos forros e lavagem das pinturas. f) Apodrecimento das peças de madeira das esquadrias. g-h) Estrutura autônoma com vestígios de apodrecimento e cupins.

Fonte: fotos do Wellington Farias e da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



a) 06 maio 1998



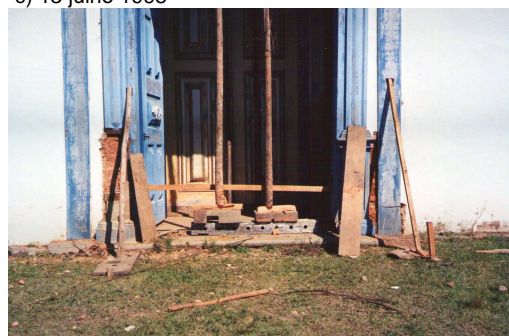
b) 06 maio 1998



c) 13 julho 1998



d) 13 julho 1998



e) 13 julho 1998



f) 13 julho 1998



g) 13 julho 1998



h) 13 julho 1998

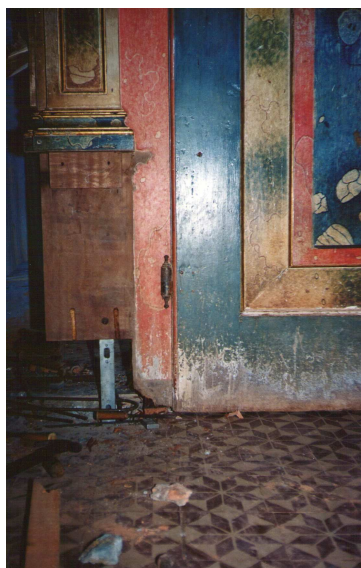


i) 13 julho 1998

FIGURA 53: Obras do Santuário. a-b) Detalhe dos forros artísticos com pintura lavada pela infiltração de águas pluviais. c-d) Restauração da estrutura dos retâbulos. e) Restauração do montante da porta principal. f) Placa de obras: Programa Minas Para Sempre. g-h-i) Restauração de pés de esteio com reforço da sapata de concreto já existente e emenda com a madeira feita com chapa de ferro.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



a) 13 julho 1998



b) 13 julho 1998



c) 13 julho 1998



d) 13 julho 1998



e) 13 julho 1998



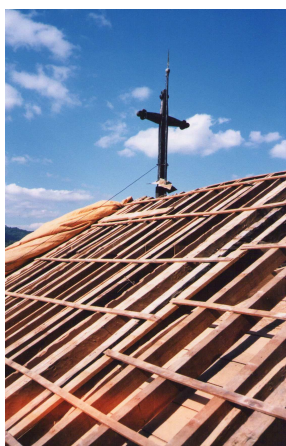
f) 13 julho 1998



g) 20 agosto 1998

FIGURA 54: Obras do Santuário. a) Detalhe do esteio que suporta o tapa-vento que depois foi restaurado. b) Substituição de verga em arco abatido das portas laterais. c) Execução de escada de acesso à Sala de Milagres. d-e-f-g) Detalhe de portas restauradas com a substituição de verga em arco abatido.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



a) 04 setembro 1998



b) 04 setembro 1998



c) 04 setembro 1998



d) 15 setembro 1998



e) 15 setembro 1998



f) 15 setembro 1998



g) 15 setembro 1998



h) 02 outubro 1998



i) 02 outubro 1998

FIGURA 55: Obras do Santuário. a) Substituição de peças deterioradas da cobertura da nave: tesouritas e ripas. b-c) Visita técnica à obra: o Mestre de Obras, Sr. Adelino Patrocínio Dias, a arquiteta Delmarí e o engenheiro, Adauto Lourenço Mendes. d-e) Andaimos de eucalipto e rampa de madeira. f) Execução do forro do beiral da nave. g) Detalhe da restauração do telhado da nave por partes. h-i) Substituição de telhas do tipo capa e bica. Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



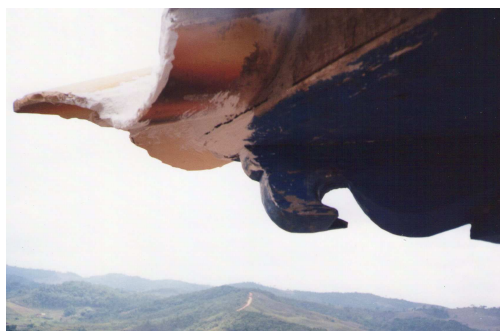
a) 02 outubro 1998



b) 02 outubro 1998



c) 02 outubro 1998



d) 02 outubro 1998



e) 02 outubro 1998



f) 02 outubro 1998



g) 02 outubro 1998



h) 02 outubro 1998

FIGURA 56: Obras do Santuário. a) Vista das telhas colocadas sobre as ripas e amarradas com arame galvanizado. b) Detalhe construtivo da ponteira do beiral. c-d) Vista da cachorrada original e aproveitada. e-f) Vista dos andaimes com peças de eucalipto. g) Detalhe da cabeça de frechal talhada com enxó. h) Vista da cobertura.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



02 outubro 1998



08 outubro 1998



08 outubro 1998



08 outubro 1998

FIGURA 57: Obras do Santuário. Substituição de galbo deteriorado. Substituição com emenda de cabeça de frechal apodrecida. Proteção dos elementos integrados internos com madeirite e lona preta. Vista de peças da cambota desmontada e substituídas por novas. Restauração dos revestimentos dos pés de esteio com substituição de tábuas apodrecidas. Restauração dos forros pela Anima Restauração e Arte com retirada de algumas tábuas, higienização, imunização e fixação da pintura.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



08 outubro 1998



11 novembro 1998



11 novembro 1998

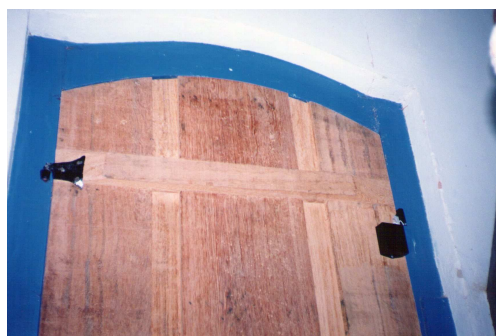
FIGURA 58: Obras do Santuário. Tábuas dos forros artísticos bastante deterioradas e retiradas para restauração da pintura com substituição do suporte de madeira. Vista do forro da nave. Vista geral do forro da nave e andaimes de ferro.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

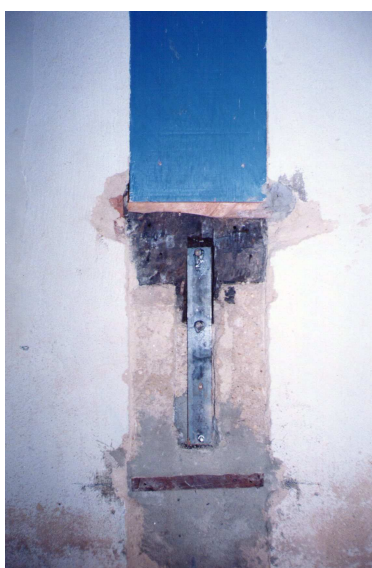
OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



11 novembro 1998



11 novembro 1998



11 novembro 1998
alarme

FIGURA 59: Obras do Santuário. Detalhe da ponteira do telhado. Vista do telhado da tribuna restaurado. Vista superior do camarim do retábulo-mor quando da restauração do telhado da capela-mor. Substituição de folhas de janelas com aproveitamento da ferragem original e instalação de sistema de alarmes. Restauração de esteio embutido na parede com emenda feita com chapa de ferro. Restauração de esquadria.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



11 novembro 1998



23 novembro 1998



23 novembro 1998



23 novembro 1998



FIGURA 60: Obras do Santuário. Vistas das rampas de acesso aos andaimes e aos telhados da nave e da capela-mor já restaurados. Desmonte e montagem das esquadrias da capela-mor com substituição de peças deterioradas. Limpeza do forro e restauração do telhado do corredor lateral da capela-mor. Vista do telhado da capela-mor pronto. Placa de obras. Vista dos telhados da nave, da capela-mor e da tribuna prontos. Restauração do telhado do corredor lateral à capela-mor.
 Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



23 novembro 1998



26 novembro 1998



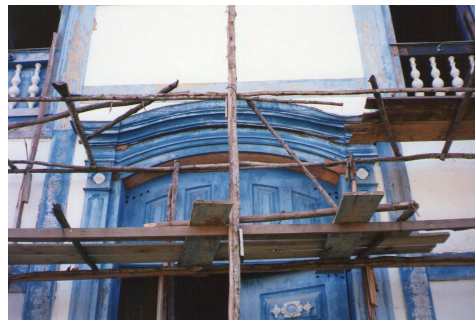
26 novembro 1998



26 novembro 1998

FIGURA 61: Obras do Santuário. Restauração do forro artístico da capela-mor com descida de tábuas apodrecidas para troca do suporte, higienização, imunização e fixação da pintura. Vista dos telhados da capela-mor e do corredor lateral esquerdo prontos. Início da restauração do telhado do corredor lateral direito. Substituição de frechal com escoramento do telhado. Restauração do soco dos esteios do frontispício. Sr. Amantino esculpindo verga para a porta principal.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



10 dezembro 1998



10 dezembro 1998



10 dezembro 1998



10 dezembro 1998

FIGURA 62: Obras do Santuário. Colocação da verga em arco abatido na porta principal. Recomposição da sobreverga da porta principal. Execução de instalação elétrica e do sistema de alarmes. Restauração do forro da nave na área do coro. Substituição das luminárias existentes e instalação elétrica conforme projeto do IEPHA/MG. Recomposição da alvenaria do soco do frontispício.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



12 dezembro 1998



12 dezembro 1998



12 dezembro 1998



12 dezembro 1998



FIGURA 63: Obras do Santuário. Vista de todos os telhados restaurados e com telhas novas. Execução de instalação elétrica definitiva e colocação de luminárias. Instalação dos equipamentos de combate à incêndio. A execução dos forros dos corredores laterais e a pintura das alvenarias e de todos os elementos de madeira foram executadas somente no ano seguinte. Inauguração das obras com missa rezada pelo Padre Julião e participação de toda a Comunidade e da equipe do IEPHA/MG.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

OBRAS DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DO MATOZINHOS



12 dezembro 1998



FIGURA 64: Obras do Santuário. Festa de inauguração no dia 12 de dezembro de 1998. Imagens do Santuário pintado em março 1999.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG.

4.2 As obras de restauração da Igreja de Santo Antônio

O IEPHA/MG tem procurado, durante décadas, a preservação da Igreja de Santo Antônio através de ações de sua equipe técnica, que realizou levantamentos cadastrais e fotográficos, diagnósticos do estado de conservação, projetos de restauração arquitetônica, projetos complementares, planilhas orçamentárias, obras de restauração, instalação de equipamentos de segurança e de prevenção e combate a incêndio e vistorias periódicas. Mesmo com recursos econômicos escassos e, sim, disponibilizando a equipe técnica e seus projetos de restauração e fiscalizando as obras, o IEPHA/MG procurou firmar parcerias com a Comunidade local, com a Prefeitura Municipal de Piranga e, também, com o Ministério Público (através de Termo de Ajustamento de Conduta) para a preservação deste monumento. No entanto, os poucos recursos destinados a este tipo de edificação resultaram em um processo longo de restauração, com diversas etapas de obras e, principalmente, a necessidade de celebrar parcerias entre as diversas instituições e a própria comunidade local.

Depois do tombamento da Igreja e do levantamento métrico da edificação, o IEPHA/MG participou, também, das obras emergenciais feitas entre 1993 a 1994. Nesta intervenção foram executadas obras de conservação e reforma da Igreja de Santo Antônio pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio do Pirapetinga, quando o telhado e o forro da nave foram refeitos. As obras foram acompanhadas por técnicos do IEPHA/MG.

Em 2004, a Igreja de Santo Antônio necessitava de restauração urgente pois seu telhado estava muito deteriorado e não suportaria o próximo período de chuvas, o que comprometia a edificação como um todo. Na ocasião, a equipe técnica do IEPHA/MG forneceu os levantamentos arquitetônicos executados anteriormente e participei na elaboração do projeto de restauração arquitetônica, na elaboração da planilha orçamentária e na fiscalização. As obras foram realizadas, sem maiores lucros, por membros especializados do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio do Pirapetinga, que, alguns deles, inclusive já haviam trabalhado na restauração do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos como é o caso do Mestre de Obras, Sr. Adelino Patrocínio Dias, do pedreiro e Onézimo Câmara e do próprio Engenheiro Adauto Lourenço Mendes .

Mesmo com recursos econômicos escassos e, sim, disponibilizando a equipe técnica e seus projetos de restauração e fiscalizando as obras, o IEPHA/MG, com a atuação da Presidente Vanessa Brasileiro, procurou, novamente, firmar parcerias com a Comunidade local, com a

Prefeitura Municipal de Piranga e, também, com o Ministério Público (através de Termo de Ajustamento de Conduta) para a preservação deste monumento. A presença do então Promotor Público de Piranga, Dr. Marcos Paulo de Miranda, foi fundamental para a realização da parceria para as obras.

Como arquiteta do IEPHA/MG elaborei os projetos e juntamente com a equipe do Instituto acompanhei as obras executadas pela própria Comunidade onde participaram carpinteiros, pedreiros, serventes, o Mestre de Obras, Sr. Adelino Patrocínio Dias, moradores de Bacalhau e acompanhamento técnico do engenheiro de Piranga, Adauto Lourenço Mendes, todos os dois com experiência adquirida anteriormente nas obras do Santuário.

Nos anos de 2004 e 2005 foi finalizada toda a restauração da cobertura (madeiramento e substituição de telhas); da estrutura autônoma de madeira (pés de esteio, baldrames, madres e frechais); da alvenaria de adobes e/ou de tijolos cozidos e rebocos; dos pisos em tabuado; da instalação elétrica e da instalação de prevenção e combate a incêndio.

As obras da Igreja de Santo Antônio foram paralisadas, em 2005, por falta de recursos econômicos faltando poucos itens para o término da restauração arquitetônica, conforme planilha de julho de 2006. Para terminar a restauração arquitetônica serão necessários: a recomposição de piso em cimentado liso para a nave lateral da Epístola; a execução de forros de tabuado liso com tábuas em madeira de lei e encaixe em macho e fêmea para as tribunas laterais à nave; a imunização de todo o madeiramento e dos retábulos; a substituição de vidros quebrados das janelas; a execução de instalações de equipamentos de som e alarme; e a execução da proteção contra descargas atmosféricas – SPDA. Na proposta de agenciamento do adro consta ainda: a limpeza do terreno, a capina e queima dos resíduos; o passeio de proteção em volta da Igreja; a drenagem pluvial com sistema de 10 bueiros e dutos; a recomposição do muro de pedra e drenagem; a desmontagem e recomposição de escada de arranque de pedra e substituição de degraus de pedra; a rampa e o passeio cimentado para portador de necessidades especiais; o plantio de gramado inclusive desaterro e nivelamento do terreno; e a recuperação de calçamento de seixo rolado na área central do adro. O item principal que ficou faltando foi a pintura da Igreja, a cal, com sete demãos, para as alvenarias e com pintura em esmalte sintético para todo o madeiramento exposto: forros, portas, janelas, óculo, grades, esteios, tábuas, beirais, cachorros e cabeças de frechais.

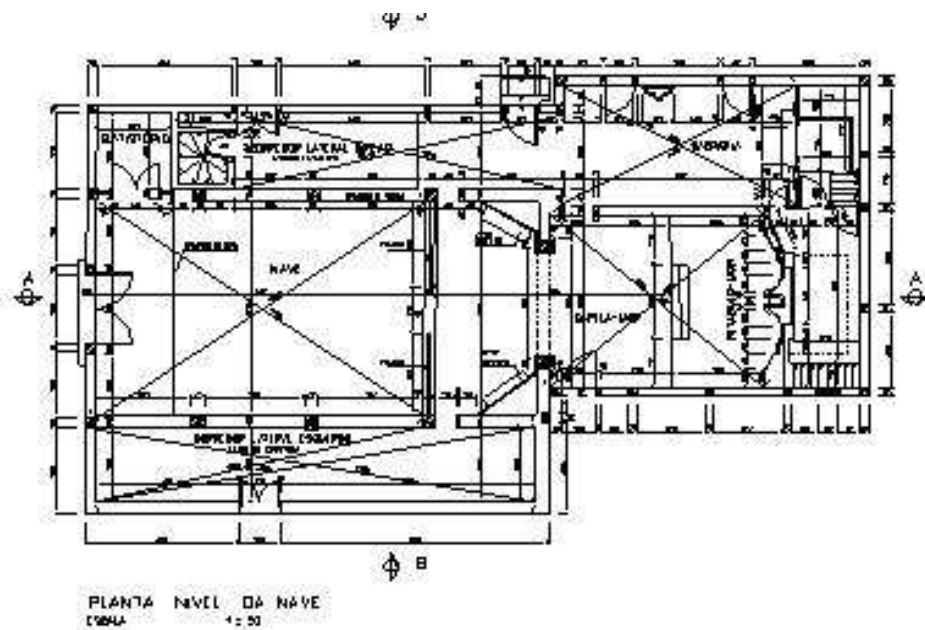
O valor total para execução do projeto arquitetônico encaminhado pelo IEPHA/MG, em 2008, ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça para captação de recursos, girava por volta de cento e quarenta e quatro mil reais e contava com a contrapartida de vinte por cento da Prefeitura Municipal de Piranga e os projetos e

acompanhamento das obras por parte do IEPHA/MG. Infelizmente, o processo resultou vazio e a mesma proposta, com atualização da planilha, foi apresentada este ano ao Ministério da Justiça para captação de recursos e finalização das obras interrompidas desde 2005.

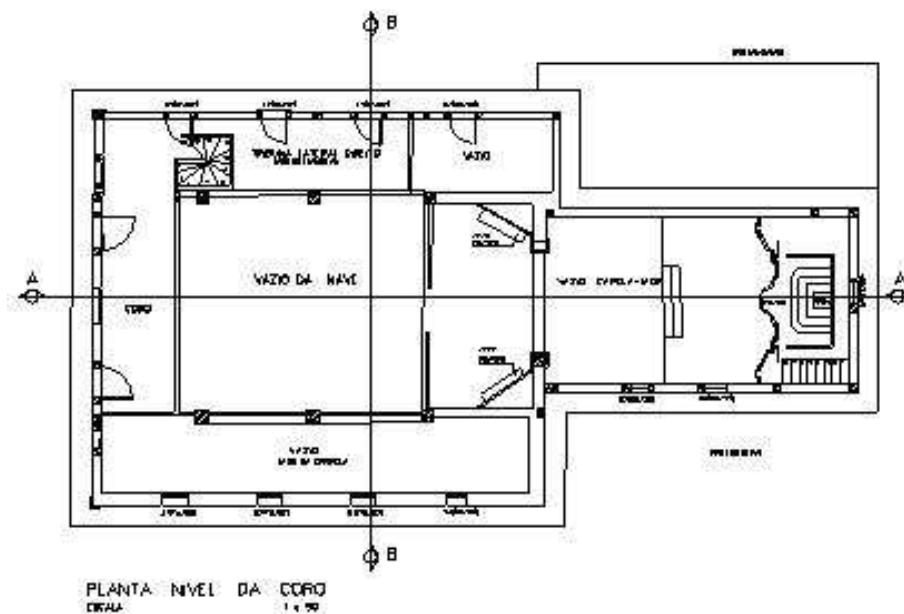
A restauração da Capela de Santo Antônio implica na preservação de um monumento de capital importância no contexto da malha urbana do pequeno núcleo de Santo Antônio do Pirapetinga. Restaurar este monumento significa preservar os costumes da população local, extremamente religiosa e, sobretudo, propiciar a sua utilização pelas próximas gerações. Permitir que sobrevivam monumentos que resgatem a nossa história arquitetônica é influir no nosso futuro e, sobretudo, determinar a qualidade do mesmo.

Cabe a nós, como parte integrante da equipe do IEPHA/MG, a elaboração dos projetos de restauração arquitetônica e de restauração dos elementos integrados, a atualização das planilhas orçamentárias e o cadastro da Igreja de Santo Antônio nas Leis de Incentivo Cultural e no Fundo Estadual de Cultura. A preservação deste monumento é de interesse de todos e as parcerias com a Comunidade e a Prefeitura Municipal de Piranga serão firmadas quando os recursos econômicos forem disponibilizados, por enquanto estamos aguardando o resultado deste processo. Constata-se que somos, hoje, aquilo que foi construído no passado portanto, a preservação do patrimônio histórico resgata a nossa identidade futura.

IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
 PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)



a)



b)

FIGURA 65: Igreja de Santo Antônio. a) Planta da nave. b) Planta do coro.
 Fonte: Projeto de restauração executado pela autora e desenhos da equipe do IEPHA/MG.

IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
 PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)

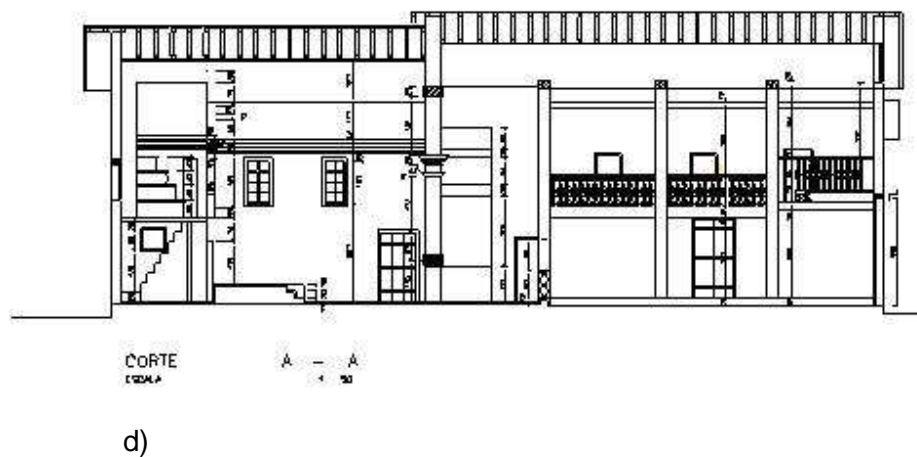
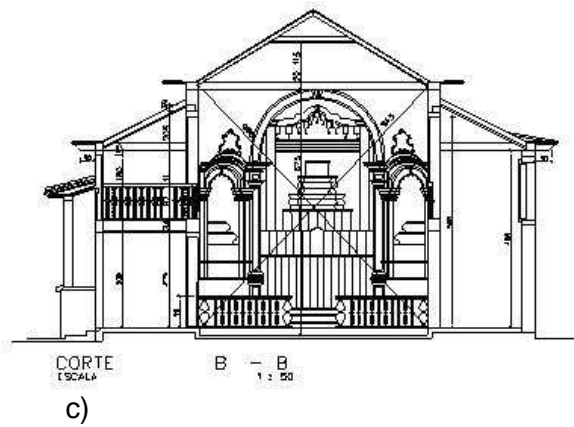
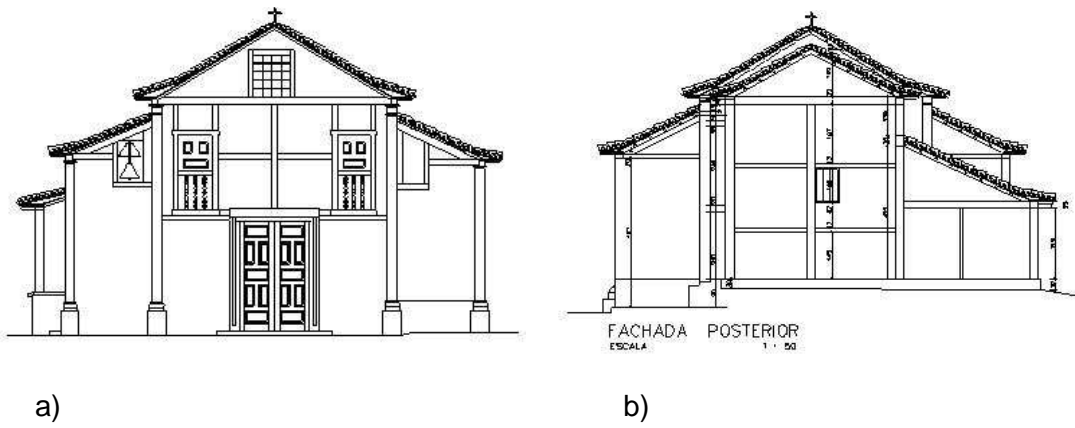
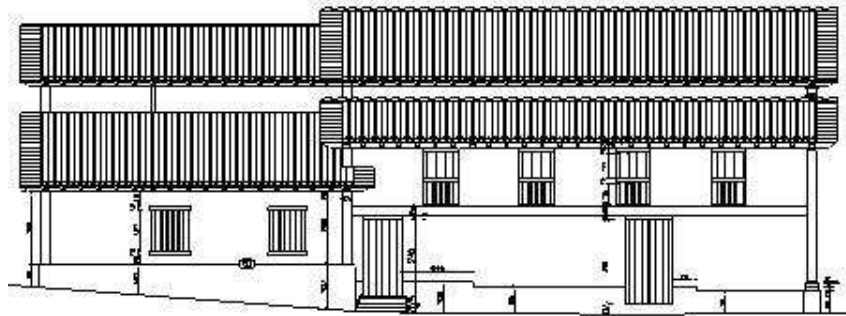


FIGURA 66: Igreja de Santo Antônio. a) Frontispício. b) Fachada posterior. c) Corte transversal. d) Corte longitudinal.

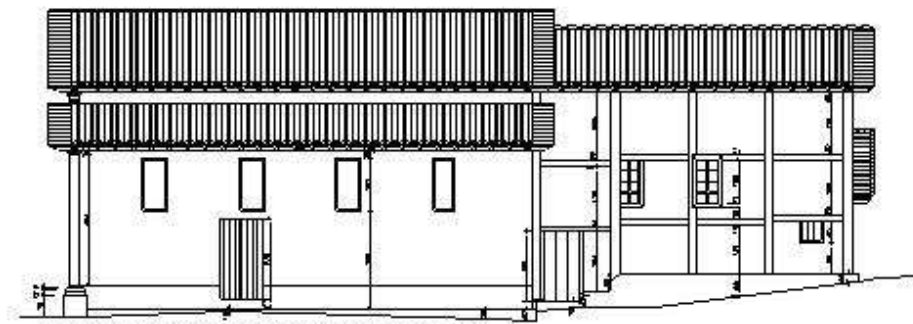
Fonte: Projeto de restauração executado pela autora e desenhos da equipe do IEPHA/MG.

IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
PIRANGA – DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO PIRAPETINGA (BACALHAU)



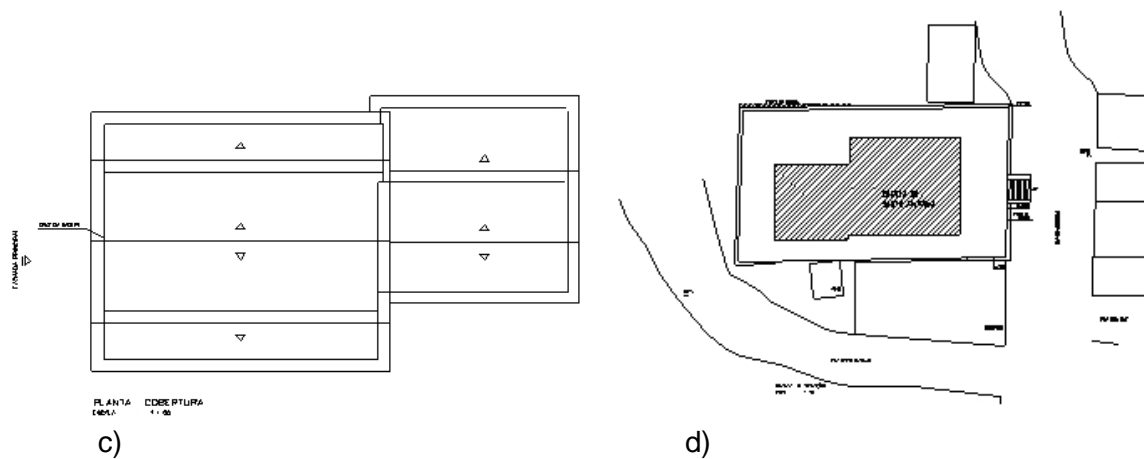
FACHADA LATERAL DIREITA (lado do Evangelho)
ESCALA 1 : 50

a)



FACHADA LATERAL ESQUERDA (lado da Epístola)
ESCALA 1 : 50

b)



c)

d)

FIGURA 67: Igreja de Santo Antônio. a) Fachada lateral direita (lado do Evangelho). b) Fachada lateral esquerda (lado da Epístola). c) Planta de cobertura. d) Planta de situação.

Fonte: Projeto de restauração executado pela autora e desenhos da equipe do IEPHA/MG.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 14 MAIO 2004



FIGURA 68: Início das obras da Igreja de Santo Antônio. Execução de andaime fachadeiro com peças de eucalipto e tábuas. Execução de calha de madeira para a retirada das telhas escorregando pela mesma. Opção pela retirada de todas as telhas que se encontravam bastante porosas e sem permeabilidade. Desmonte, por partes, do telhado da nave para que a edificação não ficasse exposta ao tempo. Uso de lona para cobertura provisória. Calha para descida das telhas. Detalhe da estrutura do telhado em caibro armado, frechal e cachorrada com guarda-pó de madeira. Execução de rampa para acesso de pessoas e materiais até o alto do andaime e da cobertura. Frechal da fachada lateral direita (lado do Evangelho) esfalfando.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 18 maio 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 01 e 16 JUNHO 2004



FIGURA 69: Obras da Igreja de Santo Antônio. O Mestre de Obras, Sr. Adelino, com catraca e correntes usadas para subida de peças maiores de madeira até o alto da cobertura. O Procurador, Dr. Marcos Paulo, em visita à obra. Reunião do Mestre de Obras, Sr. Adelino e o Engenheiro Adauto, responsável pelas obras. Visita técnica da arquiteta. Frechal novo substituindo o anterior que estava deteriorado. Telhado escorado por dentro e substituição de frechal da nave e substituição de peças deterioradas.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 01 junho e 16 junho 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 16 JUNHO 2004



FIGURA 70: Obras da Igreja de Santo Antônio. Foram abertas covas ao redor dos pés de esteio, retirado os nabos, executada uma sapata com pilastra de concreto armado até a altura do esteio e emendado com placas de ferro. Os pés de esteios tinham sido cortados em intervenção anterior e os nabos que tinham sido deixados enterrados no solo foram agora retirados. Cravos retirados das madeiras apodrecidas que foram substituídos. Madeiramento comprado no estado do Pará especialmente para as obras desta edificação. Cabeça de esteio talhado com enxó, como era feito tradicionalmente. Reunião com a Comunidade para repasse das informações sobre os recursos existentes e o andamento das obras.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 16 junho 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 28 JUNHO 2004

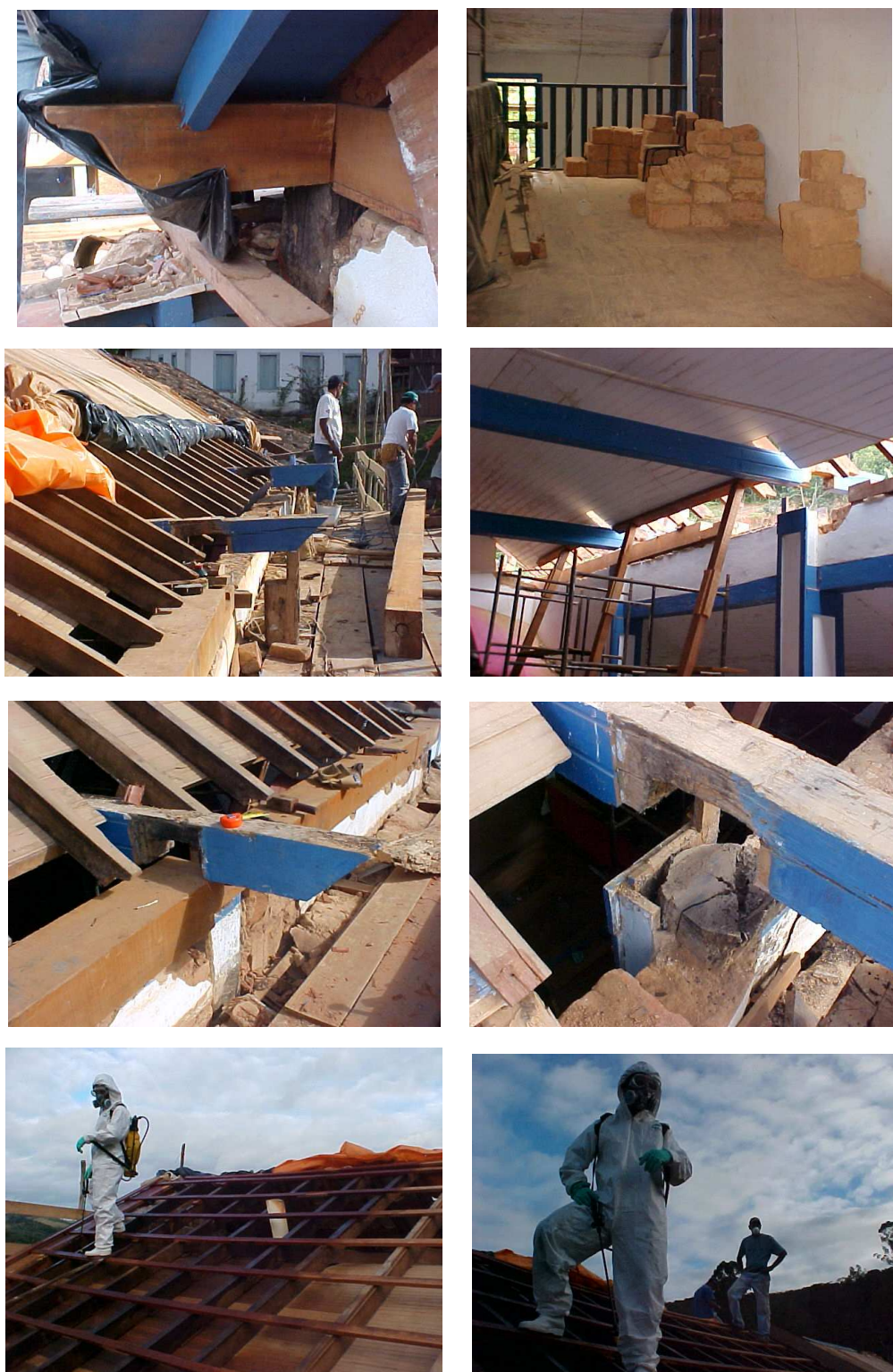


FIGURA 71: Obras da Igreja de Santo Antônio. Substituição do frechal com o telhado escorado e da cabeça de frechal esculpida em peito de pomba. Desmonte da empena de adobe do frontispício para substituição de madeira com reconstrução posterior da alvenaria de adobe. Detalhe do frechal substituído e dos tirantes de madeira escorados por dentro e suspensos. Vista interna do escoramento e suspensão do telhado com peças grossas de madeira. Detalhe dos caibros armados ou tesouritas, também, suspensos. Detalhe do tirante escorado e suspenso e vista do esteio revestido com tábuas. Imunização das peças de madeira do telhado com querozene e dragnet.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 28 junho 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 28 JUNHO 2004

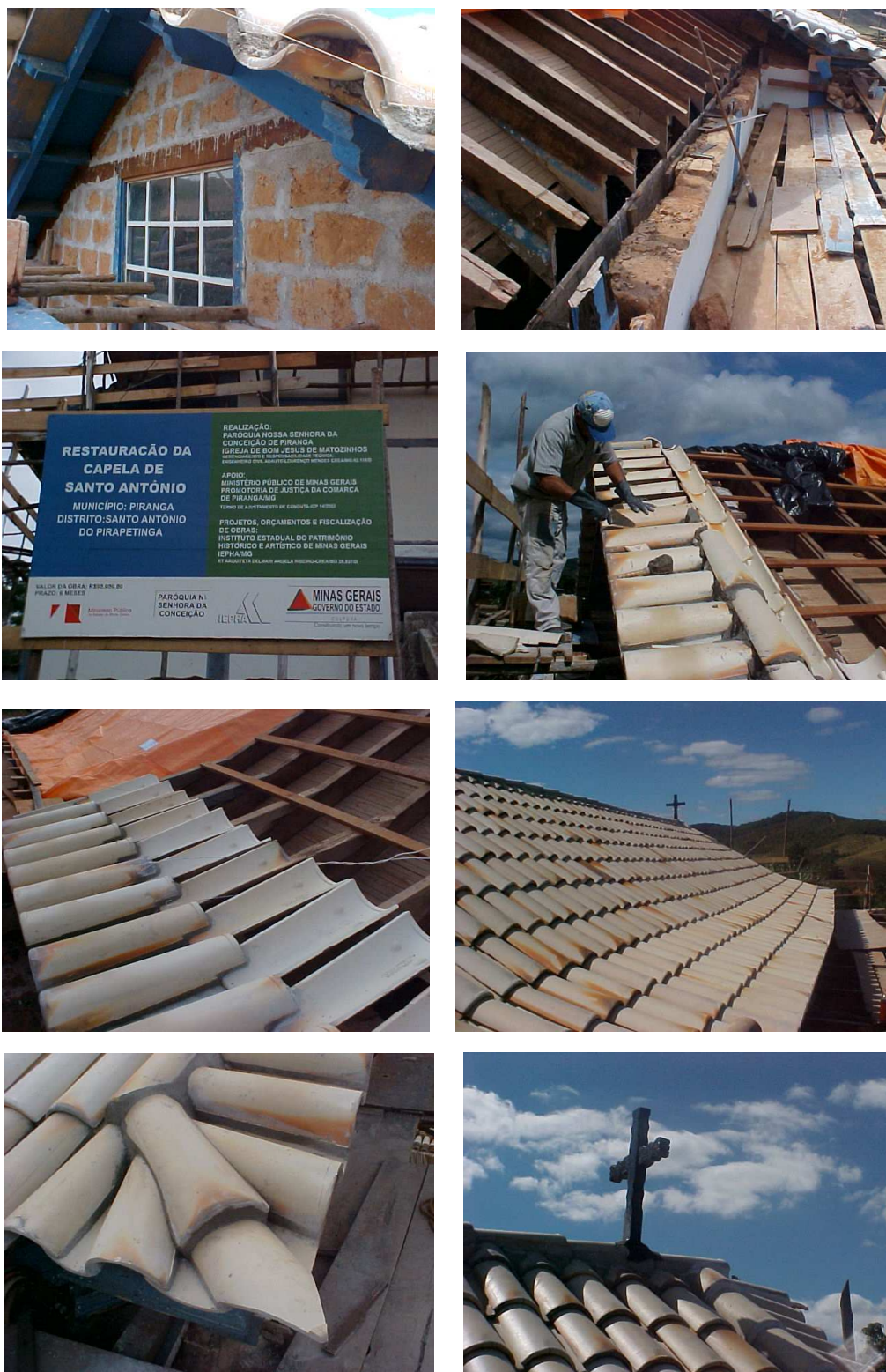


FIGURA 72: Obras da Igreja de Santo Antônio. Reconstrução da alvenaria de adobe da empena do frontispício com substituição de frechal e madre. Vista do frechal totalmente apodrecido e com insetos xilófagos. Placa de obras. Execução dos contrafeitos e colocação de ripas e telhas. As telhas usadas foram compradas durante a restauração do Santuário do Senhor Bom Jesus e guardadas durante cinco anos. Colocação das telhas amarradas com arame galvanizado e emboçadas na área dos beirais e das ponteiras.
 Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 28 junho e 13 julho 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 29 JUIHO 2004



FIGURA 73: Obras da Igreja de Santo Antônio. Vistas de um frechal sendo içado para o andaime para ser colocado arrematando a parede da capela-mor. Foram utilizadas correntes amarradas a uma catraca e a ajuda dos operários para elevarem as grandes peças de madeira.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 29 julho 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 17 AGOSTO 2004



FIGURA 74: Obras da Igreja de Santo Antônio. Detalhe dos cachorros entalhados em peito de pomba. Construção do telhado da tribuna. Vista dos caibros das tribunas. Detalhe dos tirantes e cachorros esculpidos. Detalhe do cruzamento e arremate das cabeças de frechal com cachorro central e arremate da telha em ponta. Vista interna da reconstrução do telhado da tribuna. Reconstrução da alvenaria da empena do frontispício. Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 17 agosto e 02 setembro 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 30 SETEMBRO e 20 OUTUBRO 2004



FIGURA 75: Obras da Igreja de Santo Antônio. Restauração do piso da sacristia. Desmonte do cancelo e do piso de tabuado da nave para substituição de baldrames apodrecidos. Substituição de madre apodrecida e dos marcos da janela. Reconstrução da alvenaria de adobe da capela-mor. Recomposição do reboco. Descoberta de janela entaipada na fachada lateral esquerda (lado da Epístola), na área da capela-mor.
Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 30 setembro e 20 outubro 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 20 OUTUBRO 2004



FIGURA 76: Obras da Igreja de Santo Antônio. Vista de nabo retirado de cava debaixo de esteio já cortado em intervenção anterior. Vista da cava com sapata de concreto no fundo. Esteio escorado com parte apodrecida cortada e substituída por sapata de concreto armado. Parede reconstruída com os adobes originais. Prospecção em todos os esteios pelo lado de fora, execução de escoramento e de cava para retirada do nabo deixado ali na última restauração, execução de uma sapata de concreto armado até a altura do esteio e emendado com placas de ferro. Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 20 outubro 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 04 e 11 NOVEMBRO 2004

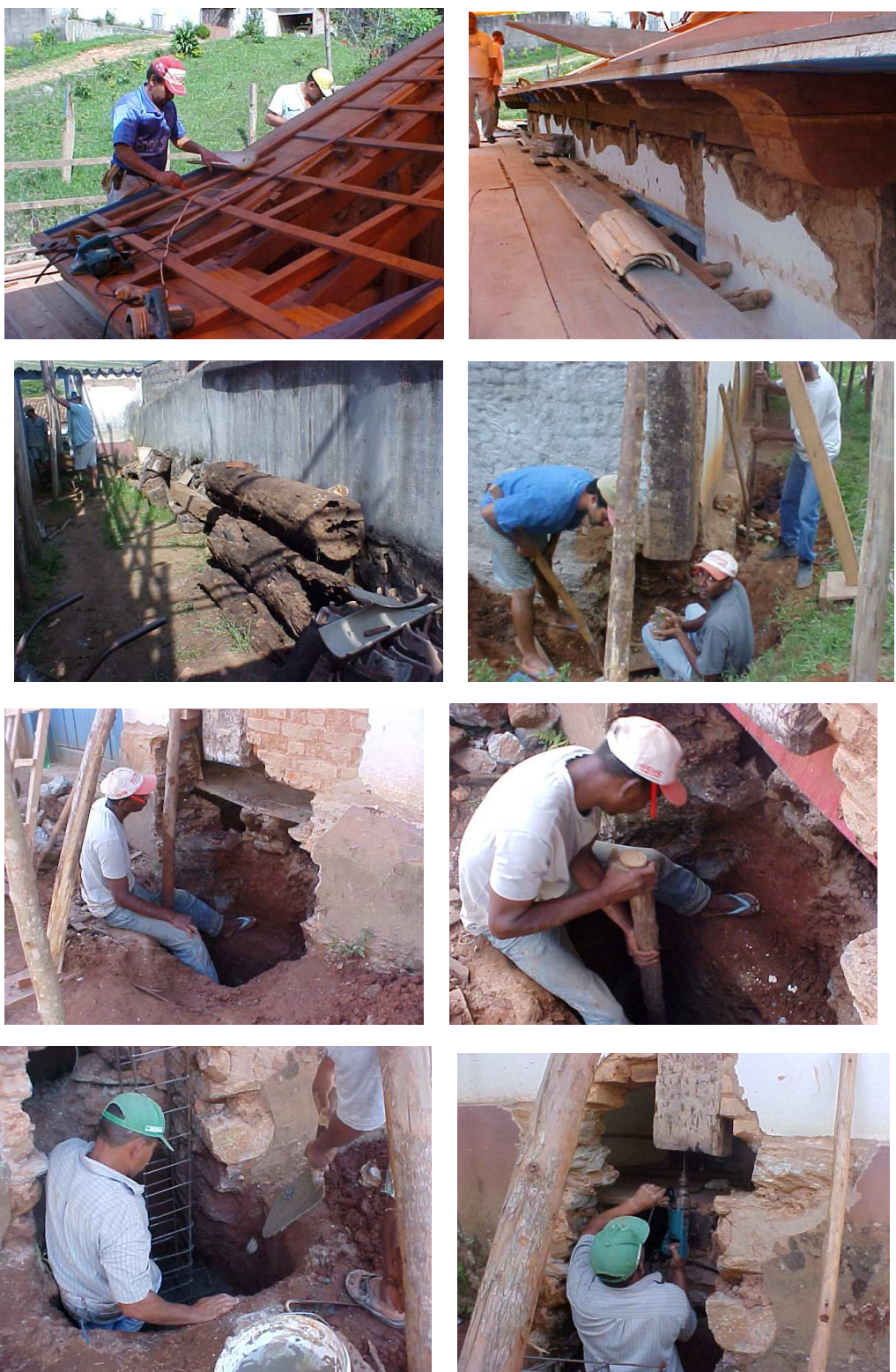


FIGURA 77: Obras da Igreja de Santo Antônio. Detalhe do sistema de contrafeitos do telhado da capela-mor. Vista da cachorrada talhada em peito de pomba. Vista dos nabos retirados do fundo das cavas. Com o esteio escorado e cortado é feita a cava para a retirada do nabo e construção de sapata de concreto armado. Execução de furo no esteio para fixação da ferragem.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 04 e 11 novembro 2004.

OBRAS DA IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – 18 NOVEMBRO e 06 DEZEMBRO 2004



FIGURA 78: Remendo em todos os esteios com execução de sapata de concreto armado unido ao esteio com chapa de ferro. Restauração das esquadrias com substituição de peças de madeira deteriorada. Execução de janela rasgada com guarda-corpo. Execução de reboco sobre alvenaria de adobe.

Fonte: fotos da autora, acervo do IEPHA/MG. Data: 18 novembro e 06 dezembro 2004

**ROMANCE XXVI OU
DA SEMANA SANTA DE 1789**

Lembraí-vos dos altares,
Destes anjos e santos,
com seus olhos audazes
nos mundos sobre-humanos.

*(Haverá sombra e umidade
em vossas pálpebras tristes,
com o céu preso numa grade.)*

Vede esses panos roxos
que envolvem as imagens!
Desaparecem todos
os vultos, em saudade.

*(Lutuoso véu de horizonte
aguarda a fria fadiga
da vossa pálida frente.)*

Recordai pelos ares
o alvo incenso que sobe.
Que diáfana paragem
atingirá quem sofre?

*(Os pensamentos mais puros
estremecerão fechados
por inabaláveis muros.)*

Oh, como é triste a carne,
e triste o sangue, e o pranto
com que Deus se reparte,
incompreendido e manso.

*(Como pedras sem ruído
cairão as vossas rezas
por desertos sem ouvido.)*

Pois o amor não é doce,
pois o bem não é suave,
pois amanhã, como ontem,
é amarga, a Liberdade.

*(Gemei, sobre estes Ofícios,
que eles são, transfigurados,
vossos próprios sacrifícios.)*

CECÍLIA MEIRELES
ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA

5 CONTRADIÇÕES, DIFICULDADES E DIRETRIZES

5 CONTRADIÇÕES, DIFICULDADES E DIRETRIZES

5.1 A sociedade urbana ou a urbanização extensiva

Os estudos dos nossos municípios, além de se voltarem para a análise do tempo histórico, remetem, principalmente, a uma perspectiva geográfica e espacial onde o território é visto como a reprodução (a representação) do social, do econômico, do histórico e do cultural.⁵¹ Para Milton Santos (1999, p.96), *o espaço, é, antes do mais, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global.*

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. (SANTOS, 1996, p. 26)

Da mesma maneira, para Ermínia Maricato (2000): *o espaço urbano não é um mero reflexo da sociedade, mas uma instância de sua reprodução.* Este conceito torna-se básico, portanto, para o entendimento da sociedade atual marcada por um desenvolvimento com características globalizadas e onde a internacionalização da economia; a mundialização da produção; o fetiche da mercadoria; e os novos fluxos de comunicação e de transporte (que derrubaram as fronteiras do espaço e do tempo); transformam o espaço geográfico carregando-o de novo significado.

O espaço da cidade é, portanto, a expressão da práxis social e em cada período histórico ele traduz as relações de produção e de trabalho. A cidade tradicional é definida, de acordo com os estudos dos professores Monte-Mór e Costa (2004, p.26), como o *“locus do excedente econômico, do poder social, econômico e institucional, da “festa” cultural e religiosa; das trocas e espaço de concentração do excedente coletivo e dos elementos estruturadores da formação social.”* Com o capitalismo industrial e a conseqüente produção direcionada principalmente para os centros urbanos, este conceito clássico de cidade desagrega-se, ao mesmo tempo em que são mudados os parâmetros definidores da cidade, que se torna o local da produção e da extração da mais-valia por uma classe privilegiada. Se antes a produção se dava no campo e o excedente alimentava as cidades, com o capitalismo industrial, a própria produção desloca-se para o espaço urbano e determina

⁵¹ Diversos autores tais como: Henri Lefebvre, David Harvey, Edward Soja, Milton Santos, Ermínia Maricato e Roberto Luís Monte-Mór desenvolvem suas pesquisas partindo do princípio de correspondência entre os processos sociais e as formas espaciais. Lefebvre desenvolve a tríade espaço-tempo-sociedade que é reafirmada por Soja e desenvolvida, também, pelos pesquisadores brasileiros.

Na lógica da sociedade urbana de Lefebvre, as cidades, povoações e localidades passam a se localizar nesta linha e se classificam como mais ou menos agrárias ou urbanas. Desta maneira podemos considerar o município de Piranga e seus distritos dentro desse conceito de *sociedade urbana* mas ainda com características agrárias marcantes e estruturantes de longa duração. O entendimento das particularidades agropecuárias locais de Piranga, portanto, só se completa com essa visão crítica de uma *sociedade urbana* globalizada, sujeita, sobretudo, a uma economia exógena.

Dentro do mesmo conceito de *sociedade urbana* de Lefebvre (2004, p.15), Roberto Luís de Melo Monte-Mór (2006^a, p.196; 2006b, p.10; 2006c, p.67)⁵² introduz a denominação de *urbanização extensiva* que designa qualquer espaço onde o homem atualmente se instala, sejam as grandes cidades, as médias ou os arraiais. Para este arquiteto (2006b, p.76), o conceito traduz o processo de produção resultante do confronto do industrial com o urbano onde deixam de existir as fronteiras entre o urbano e o rural. Assim, a *urbanização extensiva* explica o fato das comunidades espaciais pequenas estarem ligadas ao sistema econômico globalizado e dele dependerem para tudo. A economia agrícola ou manufatureira não supre mais as necessidades locais que passam a depender e até mesmo serem espoliadas pelos grandes centros do capital.

Estes lugares da memória: Piranga, Pinheiros Altos, Bacalhau, Mestre de Campo, Manja Léguas, mesmo que apresentem ainda uma identidade baseada no ciclo do tempo natural, de uma economia agropecuária construída por tradições que remontam ao período colonial e por práticas coletivas de um tempo de longa duração, situam-se no tempo presente e recebem a influência de todo o sistema econômico globalizado, esta a dicotomia a ser tratada. Assim, o distrito sede de Piranga e todos os outros distritos e povoados são locais dependentes de uma economia situada nos centros urbanos maiores, sejam eles: Mariana, Ouro Preto, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro e São Paulo. Estes pequenos espaços urbanos inserem-se, atualmente, no modo de produção capitalista vigente e se articulam com os outros centros urbanos maiores nas relações econômicas, políticas, sociais, educacionais, ambientais, históricas, culturais e turísticas. Esse diálogo da dimensão sócio-espacial com o elemento político da prática urbana é que situa essa rede urbana naquilo que Monte-Mór (2006a, p.12) chama de *urbanização extensiva*. Uma urbanização que ocorre fora, além das áreas tradicionalmente urbanizadas, e que apresenta a mesma condição urbano industrial de produção e reprodução, a mesma práxis urbana e o mesmo sentido de modernidade e cidadania. Para Monte-Mór:

⁵² Roberto Luís Monte-Mór adota o termo *urbanização extensiva* a partir de estudos datados de 1994, 1997, 2003 e 2006.

A urbanização extensiva se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial através da expansão da base material requerida pela sociedade e economia contemporâneas e das relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. (MONTE-MÓR, 2006a, p.12)

Essa lógica urbano-industrial é determinante do espaço social contemporâneo. Como afirma Maricato (2000): *O espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica.*

O município de Piranga, por mais que se aproxime pela sua vocação agropecuária de características marcantes do meio rural, sofre toda a influência da economia e da produção contemporânea inserindo-se no predomínio dessa *urbanização extensiva* que atravessa os limites do que conhecemos como cidade para dominar também a área rural. Se por um lado, as características agropecuárias são bem marcantes nestas localidades, por outro, entranha-se pouco a pouco, os elementos estruturantes de uma economia global com os centros de decisão fora de alcance e determinantes de mudanças sociais, culturais e econômicas fundamentais que acabam destruindo as particulares locais. Milton Santos (1978, p.104-105) classifica como *espaço derivado* aquele que não se impõe, onde atuam múltiplas forças externas, que transformam e fragmentam os lugares; e incapacitam os sujeitos locais. Para Santos, nos países subdesenvolvidos,⁵³ *o espaço é derivado*: organizado em relação a interesses distantes e de necessidades exógenas; e dependente de variáveis com escalas maiores do que a do lugar.

Como vimos, no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, o conjunto arquitetônico remanescente do período colonial, formado pelo: Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e as Casas de Romaria; a Igreja de Santo Antônio e as ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário, além do núcleo histórico de Bacalhau, com sua arquitetura vernacular, compõem uma *paisagem cultural* com identidade singular, onde interagem as ações da tradição dos habitantes sobre os bens arquitetônicos que se destacam como patrimônio cultural de Minas Gerais. Se acrescentarmos as idéias de turismo sustentável tão em voga para a revitalização do distrito, como a substituição das funções básicas de hospedagem dos romeiros para atender a um turismo voltado para o patrimônio histórico, pode-se observar claramente a emergência da questão da globalização e da urbanização extensiva como problema a ser pensado para que não aconteçam perdas qualitativas para o patrimônio e a população locais.

⁵³ O termo “*subdesenvolvido*” usado por Milton Santos, em 1978, não se aplica mais. O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, considera de um lado os “*países emergentes e economias em desenvolvimento*” em oposição aos “*países desenvolvidos*”.

Lembramo-nos, como analisou David Harvey (2000, p.103), que a economia globalizada está sempre em movimento, com um tempo de giro às vezes muito rápido, onde o capital procura novos mercados, novos desejos e fluxos e novos espaços, novas fontes de matérias-primas, nova força de trabalho e locais para operações de produção que visam a manutenção da lucratividade. Diante disso, corre-se o risco de um desenvolvimento acelerado quando se pensa em apropriações turísticas e novos mercados para o lazer neste sítio histórico. Torna-se necessário averiguar quem será beneficiado com estes investimentos turísticos e se essa sustentabilidade vai favorecer à comunidade original que, de nenhuma maneira, pode sofrer um processo de gentrificação:⁵⁴ serem substituídas por uma população de maior poder aquisitivo quando houver uma qualificação ou revitalização dos seus espaços tradicionais. O patrimônio imaterial: os cultos, as tradições, a existência cotidiana estão intimamente ligados à preservação dos monumentos e, somente, a comunidade local tem essa vivência e uma tradição de longa duração. Se esta população, de uma maneira ou de outra, for expulsa, perde-se a memória coletiva e a relação de identidade e de culto com o patrimônio local. Sem vivência, os monumentos religiosos tendem a desaparecer ou se transformar em museus. Esta ligação do invisível (a religiosidade) com os espaços de culto, os monumentos tombados e todos os bens materiais integrados ou móveis, como o conjunto de imagens sacras, é que permite a salvaguarda deste patrimônio.

Propomos que as políticas de desenvolvimento para o município, determinadas pela Prefeitura Municipal de Piranga, pelo IEPHA/MG ou pelos órgãos de planejamento, etc. procurem respeitar os valores identitários dessas pequenas comunidades e, principalmente, permitam que a gestão desse patrimônio passe pelas mãos da população local tendo em vista uma escolha consciente do que preservar ou não. A preservação de áreas de produção agrícola e ambiental (e a nosso ver, históricas) assim como o desenvolvimento urbano ordenado, onde se incluem o direito à moradia e à cidade e o direito à memória, prescinde da ação planejadora e fiscalizadora do poder público e, principalmente, de mecanismos participativos (MARICATO, 2000).

Da mesma maneira, o planejamento dos núcleos urbanos e, em especial dos núcleos históricos, realizado com a participação efetiva da comunidade, é essencial para a preservação do patrimônio material e intangível local. Este planejamento, atualmente, é reforçado pela legislação do Estatuto da Cidade que, entre outras determinações, indica a função social da propriedade como um pacto social que define como e para onde a cidade vai crescer. A função social da propriedade fortalece as ações de preservação, que

⁵⁴ Gentrification: processo de substituição de populações originais quando os espaços são requalificados.

possuem caráter público, na medida em que amplia o conceito de propriedade que é particular mas relacionado ao direito que é coletivo.

Os parâmetros da economia solidária podem ser adotados para a manutenção da identidade local. Tendo em vista um outro modo de produzir, a economia solidária tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. É uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano – e não do capital – de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Suas características são: a autogestão; a autonomia de cada unidade ou empreendimento; e a igualdade entre os membros onde todos igualmente são possuidores do capital através do trabalho cooperativo, associativo ou sociedade econômica. As experiências da economia solidária projetam-se no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. Sua finalidade é multidimensional: social, econômica, política, ecológica e cultural na busca da emancipação de trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos históricos. Atua nos setores de artesanato, agropecuária, pesca, coleta e processamento de material reciclável onde todos os que trabalham (e que consomem) são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham (consomem) no empreendimento.⁵⁵ Nas palavras de David Harvey, a síntese do direito à participação:

A idéia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno. (HARVEY, 2000, p.52)

A preservação da riqueza do patrimônio histórico de Piranga, juntamente com a participação efetiva da população local na sua gestão e no planejamento municipal ao lado dos poderes estatais instituídos, resultarão em maiores ganhos para a qualidade de vida da comunidade. Para a gestão do patrimônio tombado é necessária uma agenda que não tenha como parâmetro a política econômica neoliberal; e sim uma política baseada, por exemplo, na economia solidária que tenha como pauta a prevalência do setor público sobre o privado; dos valores coletivos em lugar do individual; e do fortalecimento do Estado em detrimento

⁵⁵ Conceitos extraídos do site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_solid%C3%A1ria Acesso em 06 dez 2007

das forças de mercado (SANTOS, 2008)⁵⁶. Torna-se necessário repensar a questão da sustentabilidade da comunidade e abolir a produção de lucros sempre exógenos que não revertem para os habitantes locais. Pensar os conceitos de economia solidária é adotar, portanto, a possibilidade de sustentabilidade dos distritos e afastar o risco da espetacularização do patrimônio urbano e ambiental e de seu consumo turístico fácil, mas totalmente predatório. Adotar um comércio justo; um consumo consciente do espaço, da própria habitação, dos monumentos, da história; e reverter os lucros para a sustentabilidade local são ações imprescindíveis para a manutenção da qualidade de vida da população e ampliação da cidadania. Preservar os bens culturais materiais e, ao mesmo tempo, os intangíveis, é um caminho a ser trilhado para a manutenção da vida cotidiana e da memória coletiva. Com a frase clássica de Aloísio Magalhães (1985, p.184) adota-se o parâmetro fundamental para as ações de preservação: *a própria comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio*.

5.2 O exemplo de revitalização da Vila Ferroviária de Paranapiacaba

A Vila Ferroviária de Paranapiacaba situa-se no município de Santo André no estado de São Paulo. Seu processo de revitalização e a implantação de seu plano diretor são exemplares tendo em vista que os responsáveis adotam o conceito de *paisagem cultural* extraído da Recomendação nº R (95) 9: sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. O conceito de *paisagem cultural* leva em consideração tanto o patrimônio material, no caso, todo o patrimônio ferroviário da Vila de Paranapiacaba e a sua implantação na riquíssima paisagem natural, como a participação efetiva das ações dos habitantes locais para a preservação dos bens intangíveis.

A minha primeira notícia sobre a cidade de Santo André veio através de uma palestra proferida pelo então Prefeito, Celso Daniel, durante o Curso de Gestão Urbana e de Cidades que aconteceu em Belo Horizonte, na Fundação João Pinheiro. Entre as questões singulares apresentadas sobre a sua política de atuação no município chamou-me a atenção a crítica feita sobre a proposta de se transformar os galpões industriais de Santo André em centros de artesanatos por excelência, proposta comum para todos que trabalham com preservação e revitalização de galpões desativados. Entretanto, quando questionado sobre o assunto, ele irritado respondeu: os galpões têm que voltar a ser galpões industriais,

⁵⁶ Lançamento editorial de um livro do Boaventura de Souza Santos, disponível em: http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14778. Acesso em 19 jan 2008.

ou seja, o que se perdeu em Santo André, foi a própria economia, as indústrias que alimentavam os empregos da população local. Na visão de Celso Daniel interessava muito mais a revitalização das funções dos galpões industriais, ou seja, a retomada da indústria local que, a seu ver, não poderia ser substituída pela confecção artesanal. Esta lição ficou bem marcada, no entanto, em 2002, a morte do Prefeito e o distanciamento entre as informações sobre as suas propostas de governo e as suas ações no município só seriam retomadas muito depois, em outra ocasião.

Em 2006 tive a oportunidade de conhecer a Vila Ferroviária de Paranapiacaba, situada no distrito de Santo André quando ao trabalhar com a preservação do acervo ferroviário de Minas Gerais, representei o IEPHA/MG em um seminário. Na ocasião apresentei informações sobre a política de preservação voltada para os municípios, implantada em Minas Gerais pela Lei nº 12.040 de 1995, hoje, Lei nº 18.030/2009 - ICMS Patrimônio Cultural, experiência única no Brasil que amplia as ações do município e do estado em relação à preservação do patrimônio cultural reconhecido pelas três instâncias: federal, estadual e municipal. Depois de conhecer a Vila de Paranapiacaba convidei a arquiteta Vanessa Figueiredo, representante do Subdistrito de Santo André, para mostrar a sua experiência de preservação no IEPHA/MG. Ela repetiu a palestra sobre a preservação do patrimônio ferroviário da Vila de Paranapiacaba que tinha sido apresentada, também, no Seminário de Preservação Ferroviária no Izabela Hendrix.

Considerando as devidas diferenças e proporções desta experiência que contrasta com as realidades estaduais, territoriais, espaciais, históricas e temáticas dos estados de São Paulo e do caso de Piranga em Minas Gerais aqui estudado, o que chama a atenção na preservação da Vila de Paranapiacaba é a política de preservação que tem como parâmetro central o conceito de *paisagem cultural* e a valorização da população existente no local.

O patrimônio ferroviário da Vila de Paranapiacaba é riquíssimo mas estava desativado em função da venda da Rede Ferroviária Federal – RFSSA, como aconteceu em todo o Brasil. A desativação da rede ferroviária provocou o abandono do rico acervo patrimonial ali existente que constava do espaço urbano e de inúmeras edificações da Vila, do maquinário, de locomotivas e vagões, do acervo de bens móveis e de uma história ferroviária que tinha atingido o seu auge nos séculos XIX e XX em todo o Brasil. A ferrovia, por sua vez, foi privatizada e perdeu sua ligação com o local, manteve-se, porém, o trânsito ferroviário de transportes de cargas da MS Logística entre a capital, São Paulo e a região portuária de Santos e São Vicente no litoral.

As ações para a preservação da Vila, abandonada a sua própria sorte, envolveram diversas facções desde a área de especialistas, arquitetos, professores e alunos da Universidade de

São Paulo, até a Comunidade local e a Prefeitura de Santo André que acabou adquirindo a propriedade. Anos de estudo, processos de tombamento e implantação resultaram numa experiência singular que utiliza o conceito de *paisagem cultural* e envolve tanto os parâmetros culturais, históricos e ambientais quanto os econômicos e sociais para uma política de sustentabilidade local e participação da população na sua gestão.

5.2.1 Histórico da ocupação urbana da Vila de Paranapiacaba⁵⁷

A Vila de Paranapiacaba localiza-se no Estado de São Paulo, no município de Santo André, no limite entre o Planalto Paulista e a Serra do Mar, a 50 km da capital do estado. Paranapiacaba, que na linguagem indígena significa “lugar de onde se vê o mar”, reúne um dos mais expressivos patrimônios culturais ferroviários e naturais do território brasileiro. A Vila reúne um conjunto ferroviário de meados do século XIX de grande importância e um conjunto urbano representativo da arquitetura inglesa implantado nesta época. Destaca-se pelas suas casas de madeira, pelas ruas planejadas da Vila Martin Smith, pela torre do relógio no pátio ferroviário, pelo conjunto de casas do Morro da Parte Alta, pelo movimento dos trens e pela típica neblina. Emoldurada pela Mata Atlântica, é núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo e integra também a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura - UNESCO como uma importante área de conservação ambiental para a humanidade.

Paranapiacaba é, no Brasil, a única vila ferroviária conservada desde a sua fundação e um marco da presença britânica no país. Consta que em 1867, foi construída a Estação Alto da Serra, pela São Paulo Railway, atual Companhia Santos-Jundiaí, dando origem à ocupação desta área pelos ferroviários. A Vila e seu entorno passaram a constituir um território de grande importância histórica e ambiental. Remonta a um período da influência da cultura inglesa, representada pela sua arquitetura, urbanismo e tecnologia implantados em uma porção do território natural brasileiro que é a Mata Atlântica. Em 1946, devido ao fim dos 90 anos de concessão à companhia inglesa, a ferrovia e todo o seu patrimônio foram incorporados ao Governo Federal e, novamente, privatizada em 2007.

⁵⁷ A elaboração do texto que se segue sobre a Vila de Paranapiacaba baseou-se no Termo de Referência para licitação pública nacional na modalidade concurso de projeto para a restauração do Conjunto Clube Lyra da Serra e do primeiro Grupo Escolar em Paranapiacaba Cine-Centro Lyra da Serra, realizado pela Prefeitura Municipal de Santo André do Estado de São Paulo. A principal fonte é o texto de autoria da profa. Dra. Marly Rodrigues, técnica do CONDEPHAAT para a PMSA/Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, Memorial da ZEIPP - Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba, 2006.

As origens da ocupação da Vila estão associadas à construção da ferrovia que, a partir de 1860, ligou o litoral de Santos à capital São Paulo. Para a realização destas grandes obras, foi necessária a construção de alojamentos provisórios destinados ao abrigo dos operários, os quais se instalaram ao longo do leito de implantação da linha férrea. O acampamento conhecido como Alto da Serra, no final das obras da ferrovia, passou a ser utilizado pelos operadores e mantenedores da maquinaria e do tráfego ferroviário e deu início à Vila.

Para vencer a grande altitude da Serra do Mar de São Paulo, sem criar um trecho excessivamente longo, os ingleses da ferrovia São Paulo Railway, em meados do século XIX, adotaram um sistema funicular, hoje conhecido por Primeiro Funicular da Serra construído em Paranapiacaba, subdistrito de Santo André. Um funicular é um carro de cabos que circula sobre carris e a sua principal função é o transporte de passageiros ou carga ao longo de encostas. Uma linha de funicular é normalmente constituída por dois carros puxados por um cabo de aço, um em cada extremo da linha; partem ao mesmo tempo numa linha única, a meio do percurso a linha divide-se em duas permitindo o cruzamento. O nome deriva do latim, *funiculus*, diminutivo de *funis* que significa "corda". Esse sistema vence os quase 800 metros de altitude da Serra por meio de quatro planos inclinados, com 10% de inclinação em cada plano, totalizando um percurso de oito quilômetros. A cada plano, a composição trocava de máquina para prosseguir viagem.⁵⁸

O primeiro núcleo de povoamento mais efetivo denominou-se Vila Velha estabelecido junto ao caminho que mais tarde designou-se Rua Direita, numa ocupação espontânea ocorrida a partir da implantação do canteiro de obras da ferrovia. Neste local, as casas não possuíam recuo de frente e se localizavam na testada dos lotes, os quais eram divididos e distribuídos aos funcionários da ferrovia.

A Vila Martin Smith, por sua vez, é o resultado de um plano urbanístico claro, expresso em ruas largas de traçado ortogonal e regular e organizado pela implantação de edifícios padronizados. Nascida para suprir a demanda habitacional gerada a partir da duplicação do sistema funicular, o projeto de urbanização deste núcleo foi considerado extremamente inovador para a época, contando com um plano hierarquizado de vias principais, secundárias e de pedestres, além de um sistema de saneamento feito por meio de vielas sanitárias. As casas na Vila Martin Smith geralmente encontravam-se recuadas em relação ao alinhamento da rua, possibilitando a existência dos jardins que não eram comuns no início do século, nem mesmo na capital São Paulo.

⁵⁸ WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE – Funicular. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Funicular>. Acesso em 16/07/09.

A Parte Alta da Vila, ou seja, a ocupação do Morro, foi feita em torno da primeira capela onde se ergueram as primeiras casas, inicialmente de pau-a-pique e depois de madeira, inspiradas nas tipologias habitacionais da Vila Martin Smith. A implantação das edificações geminadas, compondo uma única fachada contínua e multicolorida realizou-se em lotes estreitos e alinhados que acompanhavam a morfologia natural do terreno. A Parte Alta é demarcada pelo limite da área reservada à ferrovia e pela linha que acompanha a morfologia natural ao fundo. Neste local instalaram-se as atividades comerciais para a subsistência dos habitantes da Vila.

As construções coloridas e irregulares da Parte Alta ocupam toda encosta formando um tipo de ocupação compacta, densa e visualmente rica que acompanham o perfil da colina. As casas, que assimilam os materiais e técnicas construtivas adotadas pelos ingleses na Parte Baixa, implantam-se na área total dos lotes estreitos. A Parte Alta pode ser subdividida em quatro núcleos com características peculiares: o do conjunto dos sobrados da William Speers; o do conjunto de casas térreas da Rua Rodrigues Quaresma; o Largo da Igreja, que define outra referência importante da Vila de Paranapiacaba; e o restante do conjunto, bastante alterado pelas diversas reformas ocorridas.

A Vila Velha, na Parte Baixa, foi o primeiro núcleo de edificações da ferrovia e caracteriza-se, principalmente, pela permanência da relação dos espaços construídos e espaços livres de edificação. São quatro, os núcleos que podem ser reconhecidos neste setor: o primeiro, de meados de 1900, inicia-se no final da passarela, no largo dos padeiros e vai até as antigas oficinas, possui características organizadas com uma história que pode ser recuperada pelos testemunhos locais; o segundo, ou área do Hospital Velho, possui uma ocupação amorfa e desordenada devido à sua topografia e onde existem grandes terrenos livres de ocupação; o terceiro núcleo apresenta edificações alinhadas, de meados de 1945, com características semelhantes às da Vila Martin Smith; e o quarto núcleo engloba a área das antigas oficinas ferroviárias e do Senai.

A Vila Martin Smith também pode ser dividida em quatro núcleos com características distintas. O primeiro, enquadrado pela Serra do Mar, situa-se numa área de baixa declividade, com traçado regular e ortogonal em quadras retangulares e tem como característica a seqüência de edificações em madeira, com tipologias arquitetônicas pré-definidas. Algumas intervenções e anexos neste núcleo descaracterizam a arquitetura e o urbanismo originais. A área do Castelinho compõe o segundo núcleo e, como esta edificação foi implantada no alto do morro, destaca-se como uma das principais referências na paisagem da Vila de Paranapiacaba. O terceiro e o quarto núcleo correspondem às áreas com traços diversificados daqueles da Vila Martin Smith, mas ainda pertencem aos seus limites.

5.2.2 Os tombamentos da Vila de Paranapiacaba

A Vila de Paranapiacaba com seu patrimônio construído, datado da segunda metade do século XIX, foi tombada pelas três instâncias governamentais, inicialmente pelo Estado de São Paulo (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT - 1987), seguida pela federação (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - 2002) e depois pelo município de Santo André (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - COMDEPHAAPASA - 2003). Além do tombamento da vila, a Resolução Estadual nº 40/85 tomba também a Serra do Mar e de Paranapiacaba num perímetro que inclui a Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba e o Parque Estadual da Serra do Mar, numa iniciativa para a preservação da natureza e manutenção da qualidade ambiental. Em janeiro de 2002, a Prefeitura Municipal de Santo André comprou a vila ferroviária e iniciou um trabalho efetivo para a preservação do seu patrimônio visando seu desenvolvimento social e econômico. Além disso, Paranapiacaba foi incluída entre os cem monumentos mais importantes do mundo pelo World Monuments Fund, uma Organização não governamental - ONG norte-americana que atua na área de preservação do patrimônio histórico e cultural.

Um contexto de degradação crescente do patrimônio da Vila de Paranapiacaba, na década de 1980, dá início a um movimento popular de luta pela preservação da Vila, pela integridade da reserva florestal e pela recuperação do sistema ferroviário. O Movimento Pró-Paranapiacaba, composto pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC e por professores e alunos da FAUUSP iniciaram seus trabalhos de preservação em 1982.

Em 1983, ocorreu o 1º Simpósio Pró-Paranapiacaba, seguido pela criação da Comissão Oficial Pró-Paranapiacaba, iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo André que unia pela primeira vez secretarias municipais, a Rede Ferroviária Federal - RFFSA e o Preserve (órgão responsável pela preservação do patrimônio ligado à história da evolução dos transportes ferroviários). O Processo de Tombamento da Vila de Paranapiacaba pelo CONDEPHAAT iniciou-se, neste ano, culminando, em 1984, com uma minuta de lei que regulamentou a “área de proteção ambiental e de interesse de preservação do distrito de Paranapiacaba” e com a criação da Comissão Especial Pró-Paranapiacaba.

No ano de 1985, diversas iniciativas reforçaram a importância do patrimônio da Vila e sob a organização da Comissão Especial Pró-Paranapiacaba e da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EMPLASA, foi realizado o Seminário Pró-Paranapiacaba. A

Vila passa a ser de interesse para o programa de preservação histórica do Ministério dos Transportes, de acordo com a Portaria nº312 .

Neste mesmo ano, o conjunto da Vila é colocado à venda pela RFFSA, alegando a ausência de recursos para a sua manutenção. O CONDEPHAAT posiciona-se de maneira contrária a essa medida, argumentando que a melhor forma de preservar o conjunto era mantê-lo sob a guarda e propriedade da RFFSA e comprometeu-se a elaborar um plano global para a área.

Este documento abrangeu, além do plano diretor, as diretrizes específicas e os mecanismos de captação de recursos públicos e privados para que fossem permitidos investimentos no núcleo e foi entregue no final de 1986, apoiado em levantamentos históricos e arquitetônicos com a delimitação da área a ser tombada. Não foram produzidos critérios ou diretrizes que diferenciasssem a Vila de outro lugar qualquer e, tampouco, a população moradora foi consultada e envolvida nos destinos da Vila. Deste modo, o processo de tombamento apontava para a necessidade de se considerar diferentes formas de intervenção, porém, não as definia. O dossiê apresentava um ótimo histórico que sustentava o pedido de tombamento concentrado em um levantamento da Parte Baixa, não tendo sido elaborado estudo semelhante para a Parte Alta da Vila, apesar de também integrar o perímetro tombado.

Em 1987, por meio da Resolução Estadual nº 37/87, a Vila de Paranapiacaba e entorno são tombados na esfera estadual pelo CONDEPHAAT, como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico, urbanístico, ambiental e tecnológico. A abrangência da área demarcada para o tombamento denota a preocupação em resguardar ao máximo a Vila e seu entorno.

Compunham a comissão os seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Serviços Urbanos e Transportes; Secretaria de Educação Cultura e Esportes; Secretaria de Obras e Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Santo André – PMSA; Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC; Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EMPLASA; Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb; Câmara Municipal de Santo André; Conselho Estadual de Meio Ambiente; Rede Ferroviária Federal - RFFSA; Programa Preserve; Sociedade Amigos de Bairro de Paranapiacaba; CONDEPHAAT; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP; Departamento de História e Geografia da Universidade de São Paulo - USP; Associação Brasileira de Preservação Ferroviária; Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR e Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

De acordo com a Resolução, a Parte Baixa é tombada pela exclusividade de seu conjunto urbanístico, um dos únicos exemplares no Brasil de núcleo urbano planejado com uso especializado de Vila Ferroviária. A Parte Alta, com ocupação diferenciada, tem um papel

histórico importante como local de comércio e de serviços necessários para todo o núcleo urbano. A linha férrea e seus complementos resguardam remanescentes do antigo sistema funicular, como os 4º e 5º Patamares dos Novos Planos Inclinados da Serra e seus equipamentos, e por esse motivo devem ser preservados. Por fim, a porção de terras que envolve o núcleo urbano da Vila de Paranapiacaba é incluída no tombamento municipal pelo seu estado de preservação e por sua importância ambiental. Essas terras resguardam um conjunto de nascentes do Rio Grande, um dos principais formadores do Braço Rio Grande da Represa Billings, responsável pelo abastecimento de parcela da população metropolitana e propiciadora e mantenedora da fauna e flora locais.

No âmbito federal, o IPHAN inicia o processo de tombamento da Vila em 1985 e finaliza em 2002 (Processo nº 1.252-T-87). A área deste tombamento, direcionado pelo valor histórico do conjunto, está contida e delimitada por poligonal, ressalvados os bens móveis, máquinas, equipamentos, locobreques (máquina do trem puxada por cabos de outra máquina), locomotivas e vagões. No entanto, apesar de não proteger os bens móveis relacionados à ferrovia, a conclusão do processo indica que seja mantida a denominação inicial como “Vila Ferroviária de Paranapiacaba”, a ser inscrita no livro de Tombo Histórico. O perímetro do tombamento circunscreve-se, predominantemente, às instalações que têm relação direta com a ferrovia, excluindo-se a Parte Alta e toda a área natural que envolve a Vila que não tem relação direta com o funcionamento dos planos inclinados e nem com a Vila construída pela ferrovia. Assim, a área tombada na esfera federal resulta bem menor do que aquelas tombadas pelo CONDEPHAAT e pelo CONDEPHAAPASA.

No nível municipal, o tombamento de Paranapiacaba pelo CONDEPHAAPASA foi apresentado em 17 de dezembro de 1996 (Processo nº 56616/96-5). A sua homologação ocorreu em 07 de julho de 2003 após um longo debate sobre a situação fundiária da Vila. A área deste tombamento, maior que aquelas definidas nas instâncias federal e estadual, inclui toda a área urbana da Vila – Parte Alta, Vila Velha, Vila Martin Smith – e o meio ambiente natural que a cerca (o Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba). Foram tombados também a Linha Férrea e seus complementos: as ruínas das pontes da Serra Velha e da Máquina Fixa do 4º Patamar. O grupo de estudos composto por conselheiros e pelo corpo técnico daquele Conselho, especialmente criado para o estudo de tombamento da Vila de Paranapiacaba, informou sobre a necessidade de uma posterior regulamentação das áreas tombadas, observando-se os níveis de proteção de cada área em questão. Portanto, não consta do processo de tombamento a definição dos critérios de intervenção, sendo que cada caso é avaliado isoladamente segundo os pareceres dos conselheiros e do corpo técnico.

5.2.3 O conceito de paisagem cultural

Toda a política de preservação do patrimônio estabelecida para Paranapiacaba orienta-se a partir do conceito de “paisagem cultural”, sistematizado na Recomendação R(95)9 do Conselho da Europa de 1995, que congrega vários aspectos: patrimônio cultural, ambiente, planejamento integrado e participação da comunidade local.

Considera, também, a multidisciplinaridade do patrimônio, agregando conceitos de memória e história aos conceitos da geografia e da antropologia referentes à ação e significado do patrimônio, tais como o de território. Deste, faz parte um espaço imprescindível ao desenvolvimento das formas do viver, à construção da cultura, da memória e da história, o que o torna um lugar onde se criam as referências de identidade individual e grupal que diferenciam os homens culturalmente.

O conceito de paisagem cultural une, portanto, natureza e cultura na medida em que absorve a ação humana como criadora de uma nova natureza, na qual estão representados o domínio da técnica, a capacidade de criação e as relações de trabalho. Tem como perspectiva a construção de um futuro sustentável, onde o uso dos recursos da terra não a esgote e no qual o patrimônio cultural deixa de existir como produto de consumo e deixa de ser instrumento de esgotamento de recursos.

O conceito de paisagem cultural prevê a qualidade de vida, vista desde a década de 1970 como um dos resultados de ações de preservação que de fato consideram o meio ambiente como parte do patrimônio cultural. É um conceito que permite a ação integrada do planejamento e da gestão territorial e cultural com um objetivo comum, a preservação que implica em direcionar a mudança e não impedi-la.

A pesquisadora Marly Rodrigues considera o tombamento, por si só, um instrumento frágil diante da necessidade de proteção do território, e diz que o planejamento que tenha por núcleo a conservação do patrimônio é um instrumento mais adequado ao controle da mudança. Neste sentido, não se trata apenas do planejamento territorial urbano, mas também das atividades econômicas a serem desenvolvidas em uma porção de território considerada como paisagem cultural.

A Recomendação nº R(95) dispõe sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. Considera uma série de documentos e, entre outras disposições:

- Evoca a necessidade de se atingir um equilíbrio harmonioso de relações entre a sociedade e seu meio ambiente, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;

- Constata que técnicas e práticas de produção agrícola, silvícola e industrial referentes à construção de moradias, revalorização, turismo e lazer, assim como as mudanças sócio-econômicas, têm o efeito de modificar a paisagem e ameaçam a existência de áreas de paisagem cultural;
- Observa que a proteção e o realce das áreas de paisagem cultural e a assistência às paisagens para preservar a memória do povo e a identidade cultural das comunidades humanas são fatores de aperfeiçoamento de seu meio ambiente;
- Reconhece o meio ambiente como um sistema dinâmico que engloba elementos naturais e culturais interagindo em um determinado tempo e espaço e passível de ter efeitos diretos ou indiretos, imediatos ou a longo prazo, sobre os seres vivos, as comunidades humanas e sua descendência, em geral;
- Considera a necessidade de serem desenvolvidas estratégias para integrar a evolução orientada da paisagem e a preservação das áreas de paisagem cultural como parte de uma política que abranja a totalidade da paisagem e que estabeleça a proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos e sociais do respectivo território;

(RECOMENDAÇÃO N°R (95) 9)

Em relação à definição de termos, cabe destacar, conforme a Recomendação:

- Paisagem: expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em um determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos. É considerada pelo seu significado cultural quando é percebida por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; e ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.
- Áreas de paisagem cultural: partes específicas da paisagem, delimitada topograficamente, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos.
- Conservação: a aplicação dinâmica das medidas apropriadas, dos pontos de vista legal, econômico e operacional, para preservar determinados espólios da destruição ou deterioração e salvaguardar seu futuro.
- Política paisagística: medidas públicas e privadas que garantam a evolução orientada e a valorização de uma paisagem.
- Poluição visual: degradação ofensiva à visualidade resultante ou de acúmulo de instalações ou equipamento técnico (torres, cartazes de propaganda, anúncios ou qualquer outro material publicitário) ou da presença de plantação de árvores, zona florestal ou projetos construtivos inadequados ou mal localizados.

(RECOMENDAÇÃO N°R (95) 9)

Para Marly Rodrigues, entre os fenômenos que provocam impactos negativos sobre a paisagem cultural estão: o uso insustentável dos recursos naturais; o desenvolvimento descontrolado dos setores da indústria, energia, turismo e lazer; o desenvolvimento urbano insuficientemente planejado e executado; a instalação de grandes construções ou infraestruturas de transporte, sem consideração das características das áreas atingidas; e a negligência sobre a importância da paisagem cultural devido à falta de informação ou educação.

Rodrigues, afirma que as medidas de conservação de áreas de paisagem cultural devem ser planejadas em conexão com diversas políticas, como as econômicas, sociais e culturais. Na adoção de medidas que visam reparar os danos já cometidos contra a paisagem devem-se escolher as que permitam uma ação flexível e de larga extensão. Conseqüentemente, é necessário identificar, avaliar e intervir tendo em conta os múltiplos aspectos da área de paisagem cultural (histórico, ambiental, antropológico, sociológico...), com a participação de especialistas e da comunidade local.

5.2.4 O conceito de paisagem cultural na Vila de Paranapiacaba

Segundo o texto disponibilizado, a Vila de Paranapiacaba reúne os elementos essenciais da paisagem cultural, pois até hoje não perdeu a característica de produto da ação humana intimamente integrada com a natureza, no caso, limitada com o Parque, parte integrante da Serra do Mar. O conjunto Vila, ferrovia e Parque compõem um complexo e único exemplo de ocupação do território, motivada por um fenômeno industrial, o transporte ferroviário, no qual a natureza teve e tem um lugar determinado e integrado às ações culturais.

Para os responsáveis pela Subprefeitura de Paranapiacaba, a resolução de tombamento, documento básico para orientar as ações de preservação, não é suficiente para garantir a conservação. Este patrimônio cultural tem a configuração de uma cidade e como tal precisa ser gerida; contudo, trata-se de uma gestão especial, a de um complexo que não deve ser compartimentado, mas tratado em suas relações, respeitadas as especificidades de cada parte. Neste sentido, as ações precisam ser controladas, tanto quanto possível, de modo a não se perder a herança local, mas também a adaptar-se o local às condições de conforto, e equilíbrio social e econômico.

A junção destas ações – controle da mudança territorial e do uso do solo, consideração de aspectos sociais e econômicos e participação popular - está contemplada no conceito de paisagem cultural no qual o presente deve se unir ao passado por meio de ações planejadas e controladas, visando a sustentabilidade. Com a aplicação do conceito, segundo Marly Rodrigues, dá-se um passo adiante ao adotarem-se instrumentos de planejamento urbano

nas ações de preservação; e o conceito exige o planejamento para se mostrar eficaz. É necessário atentar-se, portanto, para a harmonização entre as ações de preservação urbana, da natureza e o planejamento das atividades econômicas.

A Subprefeitura de Santo André, criada em 2002, foi, então, montada com uma estrutura de cinco departamentos para atender estas demandas de gerenciamento: o Departamento de Meio Ambiente, O Departamento Administrativo, o Departamento de Desenvolvimento Social, O Departamento de Infra-estrutura e o Departamento de Paranapiacaba que possui três gerências: a Gerência de Turismo, a Gerência de Recursos Naturais e a Gerência de Patrimônio e Projetos.

O objetivo da gerência de Turismo é desenvolver o turismo sustentável na Vila de Paranapiacaba, promovendo os produtos turísticos e buscando envolver a comunidade nos projetos, gerando renda através dos serviços criados para atender aos visitantes. Procura-se com diversas ações promover o turismo cultural, o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo de esportes, o turismo de negócios e eventos e o turismo de estudos e intercâmbio.

Em Paranapiacaba, a questão do turismo e da sustentabilidade estão interligados. Chama a atenção, por exemplo, que cada casa foi transformada em pousada com um ou mais cômodos reservados para quartos para a hospedagem dos turistas enquanto que a casa permanece como residência para os habitantes locais. Foram implantados restaurantes, serviços aos turistas, centros de artesanato e o Clube Lyra da Serra funciona como local de encontros, concertos, teatros e seminários.

O objetivo da Gerência de Recursos Naturais é gerir de forma sustentável a área natural protegida que está ao redor da Vila de Paranapiacaba, dentro do município de Santo André, buscando o envolvimento, a participação e o desenvolvimento da comunidade local, em assuntos relacionados a meio-ambiente. No Parque Municipal Nascentes de Paranapiacaba foram desenvolvidas ações de vigilância; de monitoramento e manutenção; ecoturismo; interpretação ambiental com sinalização de trilhas; pesquisa científica; implantação de um centro de visitantes do parque; um plano de manejo; um programa de capacitação de jovens voltados para o ecomercado de trabalho; um programa agente jovem para a formação sócio-ambiental; um programa de formação e qualificação de monitores ambientais com os moradores locais; e o projeto amigos do Parque.

O objetivo da Gerência de Patrimônio e Projetos é implementar e aprimorar ações para preservação do patrimônio cultural e promover a gestão administrativo-financeira dos termos de permissão de uso dos imóveis da Vila de Paranapiacaba de propriedade da Prefeitura Municipal de Santo André. Os principais programas nesta área são: conservação do patrimônio cultural material, ou seja, projetos e obras de restauração, reparação ou

manutenção dos imóveis e requalificação urbana de espaços livres. O programa de manutenção inclui monitoramento das intervenções realizadas nos imóveis pelos permissionários, manutenção dos imóveis institucionais e dos equipamentos urbanos e placas de sinalização turística e a retirada dos anexos precários e irregulares das casas. São realizados: o inventário arquitetônico de todos os imóveis; a fiscalização dos imóveis e das intervenções não autorizadas; um programa de educação patrimonial; a adequação dos espaços para visitação pública; uma pesquisa científica na área de preservação do patrimônio cultural de madeira; um curso de marcenaria e carpintaria; o remanejamento de famílias em situação de risco sócio-ambiental; incentivos à população para a preservação do patrimônio; e mantidas relações institucionais com os órgãos de preservação federal, estadual e municipal.

A gestão administrativo-financeira busca a renovação e o monitoramento contratual dos permissionários, a arrecadação de aluguéis, o atendimento ao público e organiza as licitações públicas para instalação de empreendimentos comerciais ligados à conservação dos imóveis. Executou um cadastro sócio-econômico e cultural de todos os permissionários com informações sobre escolaridade, renda, desemprego, tempo que habita na Vila e vínculo histórico-cultural com a Vila. Controla, também, o uso dos espaços institucionais e a imagem da Vila para propagandas e filmes com a cobrança de taxas que vão para um fundo próprio.

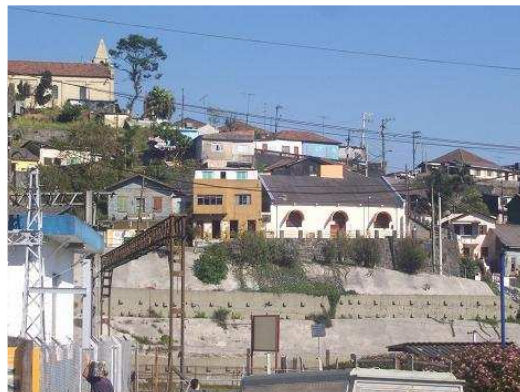
Enfim, o que se busca na gestão da Vila de Paranapiacaba, desde 2004, com o novo Plano Diretor Participativo do Município de Santo André que transformou a região que envolve a Vila em “Zona Turística de Paranapiacaba” e criou a Zona Especial de Interesse do Patrimônio da Vila de Paranapiacaba (ZEIPP), é “*a proteção e a recuperação do ambiente construído e do espaço urbano, a valorização da paisagem e o desenvolvimento sustentável*”, com parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo e diretrizes para a preservação do patrimônio.

Se compararmos esta experiência com os processos de preservação em Minas Gerais, veremos que não possuímos projetos semelhantes e, muito menos, planejamentos urbanos que levem em consideração os parâmetros de preservação cultural e ambiental ao mesmo tempo. Os planos diretores implantados aqui não levam em consideração a realidade e população local e nem a gestão participativa. Não existem programas de preservação e sim restauração de monumentos isolados onde só atuam órgãos técnicos e, raramente, são aproveitadas os recursos e mão de obra das localidades. Realmente, não dá para comparar a gestão da Vila de Paranapiacaba com a preservação do distrito de Bacalhau, a não ser que os parâmetros mudem e sejam implantados os conceitos de *paisagem cultural*. O exemplo existe, basta adaptá-lo à nossa realidade.

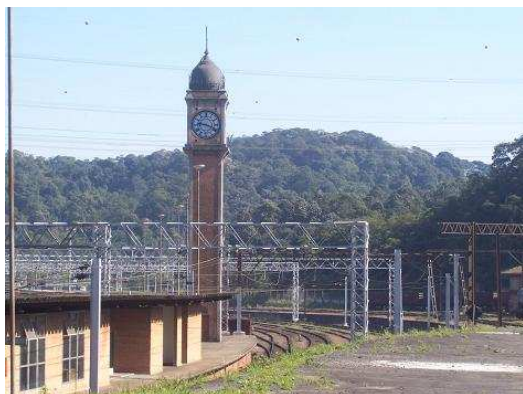
VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA
SANTO ANDRÉ – SÃO PAULO



a)



b)



c)



d)



e)



f)

FIGURA 79: Vila de Paranapiacaba: a) b) Parte Alta da Vila com Igreja dominando a paisagem. c) Vista da torre do relógio no pátio ferroviário. d) Museu funicular e-f) Vagões abandonados. Fonte: fotos da autora, data: 18 setembro 2006.

**VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA
SANTO ANDRÉ – SÃO PAULO**



a)



b)



c)



d)



e)



f)



g)



h)

FIGURA 80: Vila de Paranapiacaba: a) b) Passarelas de pedestres. c) Árvore onde foi rezada a 1ª Missa. d) Museu e) f) Vista geral das oficinas e galpões ferroviários g) h) Conjunto de casas geminadas, atualmente usadas para o comércio de artesanato local.
Fonte: fotos da autora, data: 18 setembro 2006.

**VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA
SANTO ANDRÉ – SÃO PAULO**



a)



b)



c)



d)



e)



f)



g)



h)

FIGURA 81: Vila de Paranapiacaba a) Pousada b) Casas geminadas residenciais c) d) e) Urbanização regular e casas de madeira transformadas em residências e pousadas. e) Restauração de uma das casas de madeira. g) Castelinho antiga residência do Chefe da Estação. f) Conjunto Clube Lyra da Serra.
Fonte: fotos da autora, data: 18 setembro 2006.

ROMANCE LIII OU DAS PALAVRAS AÉREAS

Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Ai, palavras, ai, palavras,
sois de vento, ides no vento,
no vento que não retorna,
e, em tão rápida existência,
Ai, palavras, ai, palavras,
tudo se forma e transforma!

Sois de vento, ides no vento,
e quedais, com sorte nova!

Ai palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Todo o sentido da vida
principia à vossa porta;
o mel do amor cristaliza
seu perfume em vossa rosa;
sois o sonho e sois a audácia,
calúnia, fúria, derrota. . .

A liberdade das almas,
Ai! com letras se elabora. . .
E dos venenos humanos
sois a mais fina retorta:
frágil, frágil como o vidro
e mais que o aço poderosa!
Reis, impérios, povos, tempos,
pelo vosso impulso rodam. . .

Detrás de grossas paredes,
De leve, quem vos desfolha?
Pareceis de tênue seda,
sem peso de ação nem de hora. . .
-- e estais no bico das penas,
e estais na tinta que as molha,
e estais nas mãos dos juízes,
e sois o ferro que arrocha,
e sois barco para o exílio,
e sois Moçambique e Angola!

Ai, palavras, ai, palavras,
íeis pela estrada afora,
erguendo asas muito incertas,
entre verdade e galhofa,
desejos do tempo inquieto,
promessas que o mundo sopra...

Ai, palavras, ai, palavras,
mirai-vos: que sois, agora?
-- Acusações, sentinelas,
bacamarte, algema, escolta;
-- o olho ardente da perfídia,
a velar, na noite morta;
-- a umidade dos presídios,
-- a solidão pavorosa;
-- duro ferro de perguntas,
com sangue em cada resposta;
-- e a sentença que caminha,
-- e a esperança que não volta,
-- e o coração que vacila,
-- e o castigo que galopa. . .

Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Perdão podíeis ter sido!
-- sois madeira que se corta,
-- sois vinte degraus de escada,
-- sois um pedaço de corda. . .
-- Sois povo pelas janelas,
cortejo, bandeiras, tropa. . .

Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Éreis um sopro na aragem. . .
-- sois um homem que se enforca!

CECÍLIA MEIRELES
ROMANCEIRO DA INFONFIDÊNCIA

6 CONCLUSÕES

Piranga, um lugar ainda pouco conhecido e surpreendente, é assim que as pessoas que nunca ouviram falar das riquezas culturais do município voltam admiradas da arquitetura ali encontrada. A proposta deste trabalho foi divulgar o acervo cultural do município e, mais ainda, a importância das ações da Comunidade, principalmente da população de Bacalhau, na participação das obras de restauração e na preservação de seus bens culturais e da sua tradição religiosa.

O relato sobre esta experiência como arquiteta do IEPHA/MG nesta região, foi acrescido da valoração teórica, com o pensamento de Braudel, Harvey, Cauquelin, Mawe, entre tantos outros, que foram fundamentais para recompor a paisagem cultural de Piranga. O abandono de uma metodologia sistêmica ou apoiada em estatísticas nesta pesquisa foi básico para que a impressão sobre a arquitetura e a sua inserção nos pequenos centros urbanos fosse maior do que a constatação de fatos isolados. O conhecimento e o relacionamento com o local e com a comunidade revelam o tom geral do trabalho.

Os processos de tombamento do IEPHA/MG e os documentos do ICMS - Patrimônio Cultural - enviados pelo município ao Instituto foram básicos para a pesquisa histórica. O texto desenvolvido e publicado por Selma Melo Miranda, que apresenta de maneira brilhante toda a arquitetura do Vale do Rio Piranga, foi o ponto de partida para a pesquisa e o conhecimento do patrimônio cultural do município renovado nas diversas vistorias que realizei. Optamos pelo relato da evolução e das intervenções de preservação nesta arquitetura durante todos os anos que trabalhamos em Piranga, particularmente, em Bacalhau e em Pinheiros Altos e, nos últimos tempos, na Capela de Nossa Senhora do Rosário da sede do município. A experiência com as obras tanto do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos como da Igreja de Santo Antônio, em Bacalhau, foram fundamentais. A abundante documentação fotográfica executada durante as minhas vistorias do IEPHA/MG foi apresentada reduzida, assim como os diversos levantamentos arquitetônicos existentes.

Se inicialmente a escolha pelo lado econômico era muito forte neste trabalho, este rumo foi mudado pela orientação dos professores formados pela banca intermediária. Esta crítica levou-nos à valorização do cultural, do social, mesmo sabendo da importância capital para a restauração da arquitetura deste território das questões relacionadas à falta de recursos e à dificuldade para a sua captação. Ao exemplificarmos com a experiência da Vila de Paranapiacaba, resguardadas todas as diferenças, tivemos como objetivos mostrar as

possibilidades de um planejamento global para a salvaguarda tanto da paisagem urbana como da ambiental e dos ganhos para o social e muito mais para as ações de preservação.

Não foram abordados os fabulosos acervos de bens móveis e o de imaginária integrantes das Capelas de Piranga que remontam ao século XVIII e destacam nomes como os do Mestre Piranga, artista pouco estudado mas de grande valor no contexto cultural das artes do setecentos em Minas Gerais. Este conjunto está cadastrado tanto nos processos de tombamento como nas nossas diversas vistorias realizadas aos monumentos e está sendo novamente inventariado pela atual Gerência de Identificação do IEPHA/MG. Fica aberto o campo para pesquisas mais profundas anunciadas nesta dissertação. Ao mesmo tempo, constata-se que muito falta para ser cadastrado, tombado e, principalmente, restaurado do acervo de bens materiais e intangíveis de Piranga que conta com o investimento do município, além das ações do IEPHA/MG, para a sua salvaguarda.

Preservar o patrimônio é uma questão política. As ações voltadas para as pequenas e numerosas edificações religiosas tombadas ainda são insuficientes em relação ao numeroso acervo de bens culturais das diversas cidades de Minas. As legislações são pertinentes mas a busca de recursos é um processo lento e pode ser realizado pela inscrição de projetos nas Leis de Incentivo Cultural onde o IEPHA/MG procura fornecer os projetos mas, dificilmente, se encontram as contrapartidas que dependem de particulares ou das prefeituras municipais para se efetivarem. Faltam equipes técnicas especializadas formadas por arquitetos e historiadores para atuarem com mais eficiência no interior do estado.

Atualmente, os recursos econômicos para obras de restauração são captados com melhores resultados no Fundo Estadual de Cultura – FEC, da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais. Para tanto, é necessário que os projetos de restauração e as planilhas orçamentárias estejam prontos para serem apresentados durante o processo de seleção, o que implica na contratação destes projetos que são caros. Outro problema, que existe em todas as Leis de Incentivo, é a contrapartida exigida para a aprovação dos projetos. As associações com objetivos culturais, dificilmente, possuem recursos para a contrapartida e as prefeituras municipais, por sua vez, não possuem técnicos (arquitetos e restauradores) para executar as obras. Torna-se impossível, às vezes, pela falta de conhecimento técnico, o próprio preenchimento dos formulários das leis. Mesmo assim, com o apoio dos órgãos de preservação, principalmente, do IEPHA/MG, tem-se conseguido captar recursos no FEC e aplicá-los na restauração dos monumentos tombados.

A ação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por sua vez, está sendo exemplar na preservação dos nossos bens que, através de Termos de Ajustamento de Conduta aplicados aos infratores do meio ambiente e do patrimônio cultural, revertem recursos para

as obras de preservação. O atual programa “*Igreja Segura*” reúne através da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico a representação e parceria tanto dos órgãos de preservação federal e estadual como as prefeituras, o IAB/MG, o CREA/MG, o Corpo de Bombeiros e as Arquidioceses e Paróquias que, com a colaboração das comunidades locais, buscam soluções conjuntas para sanar a deterioração dos monumentos. Uma outra fonte de captação é o Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça Federal que aprova diversos projetos culturais em todo o país mas, também, depende da contrapartida das instituições envolvidas.

No ano de 2008, o IEPHA/MG conseguiu recursos orçamentários para a contratação de projetos e investimentos nos bens tombados em diversos municípios mineiros, além dos grandes recursos empregados no Circuito Cultural e na restauração das edificações da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. As obras referentes a estes projetos serão contratadas a partir do segundo semestre de 2009, de acordo com dotação orçamentária já disponível.

Os diversos povoados de Piranga, como tantos outros, caracterizam-se como “*espaços derivados*”, dependentes de decisões externas mas o caso de Bacalhau é uma exceção pois a população local procura cobrar das forças externas a manutenção de seus monumentos. É a própria Comunidade que aciona o Ministério Público, o IPHAN, o IEPHA/MG e seus vereadores, para que seja realizada a restauração das suas edificações religiosas e das Casas de Romaria. Os objetivos, que se renovam a cada ano, são as celebrações do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e a recepção aos milhares de romeiros que se dirigem ao Santuário demonstrando a sua fé.

Em Piranga, através de convênio entre o IEPHA/MG e a Prefeitura Municipal, cadastramos, em 2009, o projeto para finalização das obras de restauração da Igreja de Santo Antônio de Bacalhau no Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e estamos aguardando o resultado do processo. No final do ano, foi contratada a higienização e imunização dos retábulos desta Igreja que serão executados em 2010.

Os projetos de restauração da Capela de Nossa Senhora do Rosário, da sede de Piranga, foram contratados, em 2008, pelo IEPHA/MG e foram finalizados. As obras foram licitadas e serão iniciadas no próximo ano. Foi enviado ao FEC, para captação de recursos, o projeto de restauração dos retábulos desta igreja, numa parceria com o IEPHA/MG e uma Associação da sede de Piranga que, pela primeira vez, está atuando nesta área. Depois de uma audiência pública realizada em Piranga, em dezembro de 2008, o Deputado Estadual Padre João, disponibilizou, através de emenda parlamentar, uma verba no valor de cem mil reais para ser empregada na restauração do Conjunto do Santuário de Bacalhau. Estes

recursos foram disponibilizados para que o IEPHA/MG restaure os sanitários públicos do Conjunto do Santuário de acordo com projeto executado pela equipe do Instituto e em fase de aprovação no IPHAN.

A Prefeitura Municipal de Piranga, na gestão do Prefeito Dr. Eduardo, participa, anualmente, do ICMS – Patrimônio Cultural e consegue uma boa pontuação pelas suas ações preservacionistas, entre elas: o inventário dos bens culturais do município, diversos tombamentos, como o do Prédio da Prefeitura, de Capelas e, inclusive, o do núcleo histórico do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga. Em 2007, aprovou a restauração do Casarão do Cezário Alvim de Pinheiros Altos e executou as obras em 2008 com recursos do FEC. Contratou os projetos, em 2007, de restauração da Capela de Nossa Senhora do Rosário de Pinheiros Altos e, em 2008, captou os recursos para estas obras, também, no FEC. Com os recursos já depositados, iniciou o processo para a contratação das obras de restauração deste monumento que se iniciarão no próximo ano. Em 2008, iniciou as obras de restauração das Casas de Romaria do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos através de convênio com o IPHAN e o Ministério da Cultura.

São muitas as ações de preservação voltadas para o município de Piranga mas, são pontuais e, como vimos no exemplo da preservação e revitalização da Vila de Paranapiacaba, interessa ampliar o campo de intervenção do monumento para o planejamento urbano e territorial, através de um plano diretor que envolva o município como um todo. Levar em consideração o conceito de paisagem cultural, que engloba a preservação do patrimônio cultural e do ambiente natural onde o mesmo se insere e, principalmente, buscar a participação efetiva da comunidade e a sua sustentabilidade, é agir de maneira efetiva para a revitalização dos centros históricos, povoados e distritos.

Concluimos que, atualmente, as Leis de Incentivo Cultural, o Fundo Estadual de Cultura e o ICMS Cultural do estado de Minas Gerais e as ações das diversas instituições são elementos que facilitam a preservação do patrimônio histórico mas ainda são insuficientes em termos de recursos e técnicos para atuar na área de cultura, ainda totalmente desvalorizada. Preservar a paisagem, os bens monumentais ou religiosos, o casario, os traçados urbanos e as tradições das Comunidades originais, é manter a identidade local e aplicar o conceito de paisagem cultural. A proposta é unir preservação do patrimônio edificado e de seus bens artísticos com a manutenção da paisagem natural e as tradições das Comunidades para a sua própria sustentabilidade. Este o exercício, aceitar que as mudanças do futuro convivam com as realizações do passado e que a Comunidade participe como o principal sujeito desta história.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy. Da terra: madeira e barro como suporte para a cor e o ouro. In: *Revista Barroco*, n. 12. Congresso do Barroco no Brasil – Arquitetura e Artes Plásticas (Ouro Preto, 3 a 7 de setembro de 1981). Belo Horizonte: Imprensa Universitária - UFMG, 1982/3. p. 279-283.

ATENAS. *Carta de Atenas*. Escritório Internacional dos Museus; Sociedade das Nações. Atenas: (s.m.), 1931.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. CD-Rom. 232p.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1971. 548 p.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Trad. Glória Lúcia Nunes; Mário Barata. Revisão técnica e atualização em colaboração com o autor. Rio de Janeiro: Record, 1983. v1. 400p. e v2. 206p.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1991. 212p.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995. 344 p.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Seção II. Da Cultura. Art. 215 e 216. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988. 292 p.

BRASIL. *Decreto-Lei 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. In: *Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho, Patrimônio Imaterial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. 208 p.

BRASIL. *Estatuto da Cidade*. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:
<<http://geocities.yahoo.com.br/estatutodacidade/L10257.html>>. Acesso: 17/03/2007.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guinburg e T. C. S. da Mota. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 294p.

_____. A história das civilizações: o passado explica o presente. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 235-289.

BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (Org.). Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Nobel, 1991. 224p.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 150 p.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; MENEZES, Ivo Porto de; ARAÚJO, Jeaneth Xavier de; COELHO, Beatriz; MORESI, Claudina Maria Dutra; *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. 252p.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. 158 p.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007. 196 p.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001. 284p.

CÓDICE COSTA MATOSO: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Organização de FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; Coordenação de CAMPOS, Maria Verônica. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1 984 p., v.2 280 p.

CORONA, Eduardo. LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Artshow Books, 1989. 479p.

COSTA, Heloísa Soares de. MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho. In: *Topos: revista de arquitetura e urbanismo*. 2004. p. 26-33.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Com estudo histórico da Divisão Territorial e Administrativa. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1977. 478p.

COSTA, Lúcio. SUSSMANN, Roberto (Org.) *Obras Completas*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura. Universidade de Minas Gerais, 1961. 202 p.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Orientadora: Adriana Romeiro. 2006. 4 v. 951p.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006. 272 p.

DEL NEGRO, Carlos. *Bi-Centenário de nascimento do pintor Manuel da Costa Ataíde: conferência proferida pelo Prof. Carlos Del Negro da Universidade do Brasil a convite do Exmo. Sr. Arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira*. Mariana: Universidade do Brasil 22/09/1962, p. 75-94.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Parecer sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2003, 13p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 276 p.

HARVEY, David. Espaços urbanos na “aldeia global”: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX. In: *Cadernos de arquitetura e urbanismo: arquitetura*. n. 4. Belo Horizonte: PUC/MG, 1996. p. 171-189.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. 9 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000. 350 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Semeador e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. 1948. 2 ed. p.127-200.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão Européia do Livro – DIFEL, 1960. Tomo II, vol.2. p. 364-412.

_____. Minas e a imposição do estado no Brasil. In: *Revista de História*. N. 50. São Paulo. out/dez 1974. p. 257-273.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS *Diretrizes para proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 2002. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>. Acesso: 10/02/2007.

_____. *Deliberação normativa do Conselho Curador do IEPHA/MG para o exercício de 2003*. Lei 13.803/2000 – Distribuição do ICMS em Minas Gerais, critério patrimônio cultural. Belo Horizonte, 2002. 8 p.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio Cultural Urbano: questões contemporâneas. In: Anais ENCONTRO SOBRE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS, 3: LISBOA: ENCORE, 2003. p.703-711.

JOSÉ, Oíliam. *Indígenas de Minas Gerais – aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Ed. Movimento Perspectiva, 1965. 222p.

LANA, Adriano Silva. *Evolução urbana e arquitetônica de Piranga/MG: investigação do traçado urbano e registro das tipologias arquitetônicas*. 2007. 233f. Monografia (Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica) Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LATERZA, Moacyr. Apresentação. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1991. p. 2-15.

LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 318p.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 5 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. 544p.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1999. 182 p.

_____. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. 182 p.

LE MOS, Carlos Alberto e CORONA, Eduardo. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria Ed. Ltda, 1972. 482 p. il.

LEMOS, Celina Borges (Org.) *Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade: textos reunidos*. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 2004. 384 p.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. 256 p.

MARICATO, Ermínia. Entrevista exclusiva à *Revista CREA- RJ: Revista Ecologia e Desenvolvimento*. nº 85 – Set./out. 2000.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 121-192.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1974, v.1 (Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 27).

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel; Ed. da Universidade de São Paulo, 1991. 144 p.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Trad. Selena Benevides Viana; Pref. Mário Guimarães Ferri; Introdução e notas Clado Ribeiro Lessa. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. 246 p.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. 278 p.

MENEZES, Ivo Porto de. *Manoel da Costa Athaide*. Biografias de Artistas Mineiros. Belo Horizonte: Edições Arquitetura. Universidade de Minas Gerais, 1965. 150p.

MENEZES, Ivo Porto de; CAMPOS, Adalgisa Arantes (Org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2005. 252p.

MENEZES, Joaquim Furtado. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto (a religião em Ouro Preto)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975. 158p.

MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual. Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco. *O papel do Ministério Público na defesa do patrimônio cultural*. Belo Horizonte, 2007. 38 p.

MIRANDA, Selma Melo. Arquitetura religiosa no vale do Piranga, In: *Revista Barroco* n. 13. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, p. 53-96, 1984/5.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006a. 14p. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>> Acessado em: 25 fev. 2007.

_____. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco (Orgs.) *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006b. p. 61-85.

_____. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos A. L. *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006c. p. 185-197.

MORAES, Fernanda Borges de. A urdidura; Por uma espacialização da narrativa histórica. In: *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3 v. il. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 53-59; 110-167 (incluindo mapas e figuras do v. III).

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *As igrejas setecentistas de Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986. 180 p.

PANIZZI, Wrana Maria. Prefácio. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.) *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 09-12.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p.177-213.

PINHEIRO, Otilie Macedo. *Estatuto da cidade: o jogo tem novas regras*. Belo Horizonte: CREA-MG/IAB-MG/SENGE-MG/AMM, 2002, 28 p.

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p.97-123.

RIBEIRO, Delmarí Angela. *Comunidade, tombamento e gestão do patrimônio cultural*. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 67 f., 2003.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. "Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/nº 04/99. In: *Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial*. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho: Patrimônio Imaterial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. 208 p.

ROCHA, José Joaquim da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição Geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e colação de textos: Maria Efigênia Lage e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 228p. 5 mapas em bolso.

SANTO ANDRÉ: Prefeitura Municipal de Santo André, CONDEPHAAT, PMSA/Subprefeitura de Paranapiacaba e Pq. Andreense, Memorial da ZEIPP - Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba, 2006, São Paulo: RODRIGUES, Marly. *Termo de Referência para licitação pública nacional na modalidade concurso de projeto para a restauração do Conjunto Clube Lyra da Serra e do primeiro Grupo Escolar em Paranapiacaba Cine-Centro Lyra da Serra*.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. In: *Um discurso sobre as ciências*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 13-92.

_____. Boaventura analisa Justiça brasileira e defende revolução democrática. In: http://www.agenciartamador.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14778. Acessado em 19/01/2008.

SANTOS, Milton. A especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos. In: *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. Trad. Sandra Lencioni. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 103-111.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 126 p.

_____. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 310 p.

SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951. 211p.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Estudo introdutório: Ronald Polito de Oliveira. Estabelecimento de texto e índices: José Arnaldo Coelho de Aguar Lima, Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998. 448 p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. Formação e desenvolvimento – residências. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. 214p.

_____. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

_____. *Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade; textos reunidos*. Organização de Celina Borges Lemos. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2004. 384p.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897. v.I. p.194-196.

VENEZA. “*Carta de Veneza*”. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios; IIº Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza: ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 1964.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 65-96.

WASHINGTON. *Carta de Washington*. Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1986.

SÍTIOS ELETRÔNICOS:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Belo Horizonte).

Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/?task+home&sec=5>>. Acesso: 14/11/2009.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (Belo Horizonte).

Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/>>. Acesso: 25/01/2009.

Economia solidária

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_solid%C3%A1ria>. Acesso: 06/12/2007.

ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.

Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufmg.br/>>. Acesso: 09/04/2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL.

Disponível em: <<http://www.bn.br/site/default.htm>>. Acesso: 10/02/2008.

Funicular. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Funicular>>. Acesso: 14/03/2009.

GOOGLE EARTH.

Disponível em: <<http://earth.google.com/intl/pt/>>. Acesso: 17/09/2008.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS.

Disponível em <http://www.iga.br/mapas/cqi/iga_000.php>. Acesso: 22/06/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso: 23/06/2007.

INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY

Centre international d'études pour la conservation et la restauration des biens culturels

Disponível em: <<http://www.iccom.org/index.shtml>>. Acesso: 23/10/2008.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES

Conseil International des Monuments et des Sites

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

Disponível em: <<http://www.icomos.org/>>. Acesso: 23/10/2008.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>. Acesso: 17/03/2007.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS

Disponível em: <http://www.igaonline.com.br/mapas/cqi/iga_000.php>. Acesso: 14/03/2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/>>. Acesso: 04/10/2008.

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.

Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/pos/>>. Acesso: 17/03/2007.

RECOMENDAÇÃO R(95)9. Disponível em :

<http://unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/npu/npu_patrimonio/legislacao/internacional/pat_cultural/recomendacoes/num_95_9.pdf>. Acesso: 17/03/2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso: 14/03/2007.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Disponível em: <<http://webpergamum.adm-serv.ufmg.br/biblioteca/php/opcoes.php>>.

Acesso: 10/02/2008.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.ufmg.gov.br>. Acesso: 10/02/2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Disponível em: <<http://www.ufmg.br/>>. Acesso: 25/01/2007.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. (*Ex-votos*). Disponível em:

<<http://www.raizesportugal.com.br/cgomes/exvotos.htm>>. Acesso: 22/01/2008.

APÊNDICES

QUADRO 1: TOPÔNIMOS INDÍGENAS

TOPONÍMIA INDÍGENA	NOME ATUAL	SIGNIFICADO
Aracitaba	Aracitaba (município e rio)	Ara-cy: mãe do dia, aurora – taba: aldeia
Botocudos	Botocudos: grupo indígena de origem ge (Gês = tapuias)	Este gentio ornava os lábios e as orelhas com rodela, ou botoques, preparados em madeira.
Caeté	Caeté (município)	Caá-etê: a mata real, a mata virgem, a folha larga
Caranaíba	Distrito de Glória, município Queluz, atual Conselheiro Lafaiete	Caraná-yba: a palmeira carnaúba
Carandaí	Distrito de Ressaca, paróquia de Prados, no município de Barbacena, incorporado ao município de Queluz	Carandá-y: o rio das carnaúbas, também: bica, cano, calha
Carijós	Índios q/ vieram até a região de Queluz expulsos do Rio de Janeiro, atual Conselheiro Lafaiete (município)	Mestiços nascidos de índios com brancos
Cataguá – Goytacá - Goitacazes	Tribos indígenas	Ca+tu+auá = gente boa (tupi)
Cataguazes	Cataguases (município)	Caá-ta-guá ou cata-guá: o que é cerrado ou do mato ralo
Gualaxo do Sul e Gualaxo do Norte	Rio Gualaxo do Sul Rio Gualaxo do Norte	Iguarachue: poço do carumbá quebrado Iguã: poço, chue: carumbé, rá: quebrado Carumbé: tartaruga que os índios comiam quebrando-lhes a casca
Guaraciaba (antigo Barra do Bacalhau)	Guaraciaba (município)	Guaracy-aba: cabelos ou raios do sol, o cabelo louro
Guarapiranga	Piranga Rio e município (distrito sede)	Guará = vermelho, corado, rubro, ruivo, pardo Piranga = pequeno
Itabira	Itabira (município)	Ita-bira: a pedra levantada ou empinada
Itaubira	Itabirito (município)	Minério de ocorrência local denominado por Eschwege
Itacolomi	Pico do Itacolomi	Ita-curumi: pedra menino, filho da pedra
Itatiaia	Itatiaia (distrito de Ouro Preto)	Ita-tiâi: o penhasco cheio de pontas, a crista eriçada, a pedra que sua
Itaverava	Itaverava (município)	Ita-beraba: a pedra resplandecente, a pedra que reluz, o cristal
Mantiqueira	Serra da Mantiqueira situada nos limites dos estados de MG, RJ e SP	Mã-ty-kyr: cousa que verte ou a vertente; amanty: a chuva goteja ou pinga
Paraibuna (Santo Antônio do Paraibuna)	Juiz de Fora (município) Serra – rio - registro	Pará-ay-ba-una ou parayb-una: paraíba preto ou de águas escuras
Paraopeba	Paraopeba (município) Fazenda – arraial - rio	Pará-u-peba ou pará-y-peba: rio de água rasa

TOPONÍMIA INDÍGENA	NOME ATUAL	SIGNIFICADO
Piracicaba	Rio Piracicaba (município) Rio	Pira: peixe, ci: chegar, caabo: monte Monte em que pára o peixe
Piraguara	Senhora de Oliveira	Pira: peixe, guará: vermelho
Pirapetinga	Povoado	Pirá: peixe; pé=peba: chato; tinga: branco: peixe de água doce, branco e chato
Taquaraçu	Taquaraçu (povoado de Piranga)	Taquar-uçu: a cana grande, a taquara grossa
Tripuí	Ouro Preto (rio e arraial, atual município)	
Xopotó	Rio Xopotó Cipotânea (município)	Nome tapuia Icipo+tagua = cipó amarelo

QUADRO 1: TOPÔNIMOS INDÍGENAS.

Quadro elaborado pela autora.

Fontes: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1971. 548 p.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Com estudo histórico da Divisão Territorial e Administrativa. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1977. 478p.

JOSÉ, Oiliam. *Indígenas de Minas Gerais – aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Ed. Movimento Perspectiva, 1965. 222p.

**QUADRO 2: TOPONÍMIA DAS COMARCAS DE VILA RICA
E DO RIO DAS MORTES**

COMARCA DE VILA RICA (1778)	
TOPÔNIMO 1778	NOME ATUAL
CIDADE	
Mariana (Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo ou Ribeirão do Carmo)	Mariana (município, distrito sede)
VILA	
Vila Rica	Ouro Preto (município, distrito sede)
PARÓQUIAS	
(Nossa Senhora da Conceição de) Antônio Pr. ^a (da cidade de Mariana)	Antônio Pereira (distrito do município de Ouro Preto)
(São José da) Barra Longa (da cidade de Mariana)	Barra Longa (distrito sede)
(Nossa Senhora de Nazaré da) Cachoeira (de Vila Rica)	Cachoeira do Campo (distrito do município de Ouro Preto)
(Nossa Senhora da Conceição do) Camargo (da cidade de Mariana)	Camargos (distrito do município de Mariana)
(Nossa Senhora da Conceição de) Catas Altas (da cidade de Mariana)	Catas Altas (distrito sede)
(Nossa Senhora da Conceição das) Congonhas (do campo) (de Vila Rica)	Congonhas (distrito sede)
Furquim (da cidade de Mariana)	Furquim (distrito do município de Mariana)
(Nossa Senhora do Nazaré do) Inficionado (da cidade de Mariana)	Santa Rita Durão (distrito do município de Mariana)
(Santo Antônio da) Itatiaia (de Vila Rica)	Itatiaia (povoado do município de Ouro Branco)
(Nossa Senhora da Viagem da) Itaubira (de Vila Rica)	Itabirito (distrito sede)
(Santo Antônio do) Ouro Branco (de Vila Rica)	Ouro Branco (distrito sede)
(Nossa Senhora da Conceição do) Piranga (da cidade de Mariana) (Igreja Matriz N. Sra. da Conceição, Capela de N. Sra. da Boa Morte e Capela de N. Sra. do Rosário)	Piranga (distrito sede) (antiga Guarapiranga)
(Nossa Senhora da Conceição do) Prezídio do Cuieté (da cidade de Mariana)	Cuité Velho (distrito do município de Conselheiro Pena)
S. Bartholomeu (de Vila Rica)	São Bartolomeu (distrito do município de Ouro Preto)
S. Caetano (da cidade de Mariana)	Monsenhor Horta (distrito do município de Mariana)
S. José de Barra Longa	Barra Longa (distrito sede)
S. M. ^a dos (índios) Coroados (do Rio Pomba) da cidade de Mariana	Rio Pomba (distrito sede)
S. Sebastião (da cidade de Mariana)	Bandeirantes (distrito do município de Mariana)

(Nossa Senhora do Rosário) Sumidouro (da cidade de Mariana)	Padre Viegas (distrito do município de Mariana)
CAPELAS	NOME ATUAL
Abre Campo	Abre Campo (distrito sede)
Bacalhau (Igreja de Santo Antônio, Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e Capela de N. Sra. do Rosário)	Santo Antônio do Pirapetinga (distrito do município de Piranga)
Barra do Bacalhau	Guaraciaba (distrito sede)
Bento Roiz	Bento Rodrigues (povoado do município de Mariana)
Boa Morte	Boa Morte (povoado do município de Belo Vale)
Boa Vista	Boa Vista (povoado do município de Ouro Preto)
Brumado	Cachoeira do Brumado (distrito do município de Mariana)
Calambau	Presidente Bernardes (distrito sede)
Catas Altas da Noruega	Catas Altas da Noruega
Gravalo	Não identificado, ao norte de Glaura
Lavras Novas	Lavras Novas (povoado do município de Ouro Preto)
Mainarte	Mainart (povoado do município de Mariana)
Manja Legoas (Capela de N. Sra. da Conceição)	Manja Léguas (povoado do município de Piranga)
Mestre de Campos (Capela de São Miguel e Almas)	Mestre de Campos (povoado do município de Piranga)
Miguel Roiz	Miguel Rodrigues (povoado do município de Diogo de Vasconcelos)
Oliveira do Piranga	Senhora de Oliveira (distrito sede)
Passagem	Passagem de Mariana (distrito do município de Mariana)
Pinheiro (Igreja de N. Sra. da Saúde e Capela de N. Sra. do Rosário)	Pinheiros Altos (distrito do município de Piranga)
S. Ant. ^{to}	Não identificado, localizado entre Congonhas e Boa Morte
S. Anna do Dezerto	Santana do Deserto (povoado do município de Rio Doce)
S. Caetano (do Xopotó)	Cipotânea (distrito sede)
S. Francisco de Paula do Ouro Fino	Ouro Fino (distrito sede)
S. Gonçalves	Bação (distrito do município de Itabirito)
S. Jozé do Xopotó	Alto Rio Doce (distrito sede)
S. Sebastião e Almas	Ponte Nova (distrito sede)
S. ^a Rita	Santa Rita de Ouro Preto (distrito do município de Ouro Preto)
S. ^{ra} dos Remédios	Senhora dos Remédios (distrito sede)
S. ^{ra} do Rozario	Não identificado, próximo de Viana e do rio Xopotó, entre Presidente Bernardes e Cipotânea

São Gon. ^{ca} do Tejuco	Amarantina (distrito do município de Ouro Preto)
Soledade	Lobo Leite (distrito do município de Ouro Preto)
Tapera	Porto Firme (distrito sede)
Varge	Vargem (povoado do município de Mariana)
HIDROGRAFIA	NOME ATUAL
Bacalhau, R ^o	Bacalhau, rio (afluente do rio Xopotó / bacia do rio Doce)
Bacalhau, Barra do	Barra do rio
Carmo, Rio do	Carmo, ribeirão do (afluente do rio Casca / bacia do rio Doce)
do Peixe, R ^o	Peixe, rio do (afluente do rio Casca / bacia do rio Doce)
Doce, R ^o	Doce, rio
Gualaxo do Norte, R ^o	Gualaxo do Norte, rio (afluente do ribeirão do Carmo / bacia do rio Doce)
Gualaxo do Sul, R ^o	Gualaxo do Sul, rio (afluente do ribeirão do Carmo / bacia do rio Doce)
Itaubira, R ^o	Itabirito, rio (afluente do rio das Velhas / bacia do rio São Francisco)
Paraúpeba, R ^o	Paraúpeba, rio (afluente do rio das Velhas / bacia do rio São Francisco)
Percicava, R ^o	Piracicaba, rio (bacia do rio Doce)
Piranga, R ^o	Piranga, rio (afluente do rio Xopotó / bacia do rio Doce)
Piranga, Barra do	Piranga, barra do rio
Pirapetinga, R ^o	Pirapetinga, rio (afluente do rio Piranga / bacia do rio Doce)
Velhas, R ^o	Velhas, rio das (bacia do rio São Francisco)
Xupoto, R ^o	Xopotó, rio (afluente do ribeirão do Carmo / bacia do rio Doce)
OROGRAFIA	NOME ATUAL
Alegre, Serra	Não identificado
Itaubira, Pico da	Itabirito, pico do (Serrinhas, serra das)
(representado)	Caraça, serra do
(representado)	Chapada, serra da
(representado)	Matipozinho, serra do
(representado)	Moeda, serra da
(representado)	Onça, serra da
(representado)	Ouro Branco, serra do
(representado)	Serrinhas, serra das

COMARCA DO RIO DAS MORTES (1778)	
TOPÔNIMO 1778	NOME ATUAL
VILAS	
V.ª de S. João	São João Del Rei (distrito sede)
V.ª de S. José	Tiradentes (distrito sede)
PARÓQUIAS	
(Nossa Senhora da Conceição dos) Carijós (da Vila de São José)	Conselheiro Lafaiete (distrito sede)
Igreja Nova (também com o nome de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (da Vila de São João)	Barbacena (distrito sede)
(Santo Antônio da) Itabrava (da Vila de São José)	Itaverava (distrito sede)
(Nossa Senhora da Glória do Caminho Novo) Simão P.ª	Simão Pereira (distrito sede)
CAPELAS	
Espera	Rio Espera (distrito sede)
Noruega	Catas Altas da Noruega (distrito sede)
S. Gon.º da Ponte	Belo Vale (distrito sede)
S. João Baptista	Morro do Ferro (distrito do município de Oliveira)
FAZENDAS	
Juis de Fora	Juiz de Fora (distrito sede)
Mandu	Pouso Alegre
Mathias Barboza ou do Caminho Novo (registro / passagem)	Matias Barbosa (distrito sede)
Ouro Fino (registro)	Ouro Fino (distrito sede)
Paraibuna (registro)	Paraibuna (povoado do município de Simão Pereira)
HIDROGRAFIA	
Piranga, Rº	Piranga, rio (bacia do rio Doce)
Xupoto, Rº	Xopotó, rio (bacia do rio Doce)
OROGRAFIA	
NOME ATUAL	
Canastra, Serra da	Canastra, serra da
Mantiqueira, Serra da	Mantiqueira, serra da

QUADRO 2: TOPONÍMIA DAS COMARCAS DE VILA RICA E DO RIO DAS MORTES.

Quadro elaborado pela autora para mostrar a ocorrência dos topônimos no território próximo à Piranga.

Fontes: Informações extraídas dos Quadros toponímicos organizados pela Arquitea Fernanda Borges de Moraes na sua tese de doutoramento (2006, 450-483) que utiliza como fonte os mapas e textos de José Joaquim da Rocha (1995, 228).

Fonte inicial: ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca de Vila rica / Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas. In: _____. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*; descrição geográfica topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 228p. Mapas (em bolso).

Consultado também: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1971. 548 p.

QUADRO 3
RESUMO CRONOLÓGICO –
SÉCULOS XVII e XVIII em MINAS GERAIS

1693 a 1709	Capitania do Rio de Janeiro
1709 a 1720	Capitania de São Paulo e Minas do Ouro
1720 a 1814	Capitania de Minas Gerais
1690	Câmara Coutinho, governador-geral Fundação de Sabará, MG
1693 – 1695	Achado de ouro abundante em MG
1700 a 1701	“Grande fome que grassou nas minas.”
1711	Criação da Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (atual Mariana) Vila Rica (Ouro Preto) Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará
1713	Criação da Vila de São João Del Rei
1714	Vila Nova da Rainha (Caeté) Vila do Príncipe (Serro)
1715	Piedade do Pitangui
1718	São José de El Rei (Tiradentes)
1730	Minas Novas
1714	Comarca de Vila Rica – sede em Vila Rica Comarca do Rio das Velhas – sede na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará Comarca do Rio das Mortes – sede em São João de El Rei
1720	Comarca do Serro Frio – sede na Vila do Príncipe
1717	1ª Câmara criada nas minas, em Mariana, sendo Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Arraiais subordinados à Vila de Mariana: Passagem, São Sebastião, São Caetano, Furquim, São José da Barra, Sumidouro, Guarapiranga, Camargos, Inficionado, Catas Altas do Mato Dentro, Bonfim do Antônio Pereira, etc.
1753 a 1756	Inúmeras sesmarias na região de Guarapiranga com grandes roças de milho, casas de vivenda, paiol, senzalas, bananais e outras árvores.
1841	Criação da Vila de Guarapiranga com núcleo inicial de 1694
1857	Ponte Nova
1890	Alto Rio Doce

QUADRO 3: RESUMO CRONOLÓGICO – SÉCULOS XVII E XVIII EM MINAS GERAIS

Quadro elaborado pela autora.

Fontes: MORAES, Fernanda Borges de. A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço. São Paulo: USP, 2006 e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1971. 548 p.

QUADRO 4
CRONOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS
DOS MUNICÍPIOS, DISTRITOS E POVOADOS
DA REGIÃO DE PIRANGA

Topônimo inicial	Capela	Freguesia	Vila	Município/Distrito
Bacalhau 1701 e 1706	Santo Antônio	Santo Antônio do Bacalhau 1875 – Não conseguiu instituição canônica		Santo Antônio do Pirapetinga 1911 - Distrito de Piranga
	Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos			
	N. Sra. do Rosário			
Barra do Bacalhau	Capela de S. Ana ou Santana dos Ferros - 1749	Santana - 1832		Guaraciaba 1948 - Município
Barra Longa	Capela de São José da Barra do Gualaxo ou Barra de Matias Barbosa -1729	São José – 1741 e Matriz da Irmandade do Santíssimo Sacramento – 1748 e construção de 1774 1752 – Paróquia colativa		Barra Longa 1938 - Município
Calambau	Santo Antônio do Calambau 1733, outro templo em 1775	1868 Santo Antônio do Calambau, extinta em 1873, Curato em 1868		Presidente Bernardes 1953 - Município
Camargos	1690 – N. Sra. da Conceição			Camargos Distrito de Mariana
Carijós - N. Sra. da Conceição do Campo Alegre dos Carijós	1691 a 1694 – Primeiras bandeiras 1711 - Sesmaria	1709 – N. Sra. da Conceição 1752 – Paróquia colativa		Conselheiro Lafaiete 1790 – Real Vila de Queluz 1866 – Cidade 1934 – Conselheiro Lafaiete
Catas Altas da Noruega	1727	1840		Catas Altas da Noruega 1962 - Município
Conceição do Turvo (mina do Rocha)	N. Sra. da Conceição - 1753	Curato de Conceição do Turvo – início séc. XIX e freguesia em 1865 – Nova Matriz em 1916		1841 – Distrito de Conceição do Turvo Senador Firmino 1938 - Município
Dores do Turvo	1783	1850 e 1873		Dores do Turvo 1953 - Município
Espera	N. Sra. da Piedade da Espera - 1720	N. Sra. da Piedade da Boa Esperança 1850		Rio Espera 1911 - Município

Topônimo inicial	Capela	Freguesia	Vila	Município/Distrito
Guarapiranga	N. Sra da Conceição - 1694	1724 Demolida em nova construção	1841	1868 – N. Sra. da Conceição de Piranga Piranga 1923 – Muda o nome do Município
	N. Sra. do Rosário			
	N. Sra. da Boa Morte ou dos Pardos			
Itaberava	1694 - Capela Santo Antônio 1726 – Igreja Santo Antônio	Matriz – 1752 Reconstruída em 1788		Itaverava 1962 - Município
Lamim	1760 (1ª Capela) e Espírito Santo 1767	1859		Lamim 1840 - Distrito de Queluz 1962 - Município
Mainart				Mainart 1938 - Distrito de Mariana suprimido em 1948. Atual povoado de Mariana
Manja Léguas	Nossa Senhora da Conceição			Manja Léguas Povoado do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, de Piranga
Ribeirão do Carmo ou N. Sra. da Conceição do Ribeirão do Carmo	1698 – Capela de Nossa Senhora da Conceição	1704 - Freguesia 1724 – Paróquia colativa 1745 – Sede do Bispado	8 de abril de 1711	Mariana 1711 - 1ª Vila, 1ª Capital, 1745 - 1ª Cidade 1745 - Sede do Bispado
Mestre de Campos (ou Mestre Campos)	São Miguel e Almas			Mestre de Campos Povoado de Piranga
Oliveira (Oliveira do Piranga)	N. Sra. da Oliveira 1758	N. Sra. da Oliveira 1859		Piraguara 1923 – Distrito de Piranga Senhora de Oliveira 1953 - Município
Ouro Branco	Santo Antônio 1717 a 1779 (tempo de construção)	Santo Antônio – 1724		Ouro Branco 1953 - Município
Tripuí – 1697 Antônio Dias – 1699 Padre Faria Vila Rica do Ouro Preto - 1711	1700 – Igreja N. Sra. do Pilar, reconstruída em 1724 e frontispício de 1848 1727 – Igreja N. Sra. Conceição Antônio Dias, concluída depois de 1760 Igreja de N. Sra do Carmo – 1771 a 1776 – portada e lavabo	1740 – Palácio do Governo 1785 Casa de Câmara e Cadeia – terminada em 1840 – atual Museu da Inconfidência	8 de julho de 1711	Ouro Preto 1711 – Vila Rica d’Albuquerque 1823 – Imperial Cidade de Ouro Preto 1933 – Ouro Preto Monumento Nacional

Topônimo inicial	Capela	Freguesia	Vila	Município/Distrito
Pinheiro (ou Pinheiros) Companhia de Ordenança em 1738	Capela filial da do Sumidouro	Nossa Senhora da Saúde 1867- 1875		Pinheiros Altos 1875 - Distrito de Piranga
	N. Sra. do Rosário			
Ponte Nova	São Sebastião e Almas 1770	1832 e outra Matriz em 1926	1857	Ponte Nova 1866 - Município
São Caetano (São Caetano do Xopotó ou Xopotó) 1703	1757	1857		Cipotânea 1953 - Município
São Domingos	São Domingos - 1754	1881		Diogo de Vasconcelos 1962 - Município
São José do Xopotó (Sesmaria em 1759)	São José 1764	1832	1890	Alto Rio Doce 1890 - Município
Sumidouro	Nossa Senhora do Rosário Colativa em 1752 Rosário dos Pretos 1753	Matriz em 1742 e em 1745 transferida a paróquia para Pinheiro em 1867		Padre Viegas 1948 - Distrito de Mariana
Tapera	N. Sra. da Conceição do Porto Seguro 1753	1877 – Paróquia de N Sra. do Porto Seguro 1942		Pôrto Seguro 1911 – Distrito de Piranga Porto Firme 1953 - Município

QUADRO 4: CRONOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS DOS MUNICÍPIOS, DISTRITOS E POVOADOS DA REGIÃO DE PIRANGA.

Quadro elaborado pela autora.

Fontes: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1971. 548 p.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Estudo introdutório: Ronald Polito de Oliveira. Estabelecimento de texto e índices: José Arnaldo Coelho de Aguar Lima, Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998. 448 p.

ANEXO

Recomendação nº R (95) 9
Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais
como integrantes das políticas paisagísticas

ADOTADA PELO COMITÊ DE MINISTROS EM 11 DE SETEMBRO DE 1995,
POR OCASIÃO DO 543º ENCONTRO DE VICE-MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA
- COMITÊ DE MINISTROS

O comitê de Ministros, nos termos do artigo 15b do Estatuto do Conselho da Europa

Considerando que o objetivo da organização é estreitar a unidade entre seus membros para facilitar especialmente seu progresso econômico e social;

Tendo em vista a Convenção referente à Proteção da Herança Cultural e Natural Mundial, adotada em Paris, em 16 de novembro de 1972;

Tendo em vista o sumário da Convenção Européia sobre Cooperação além-fronteiras entre Comunidades ou Autoridades Territoriais, aberto e assinaturas em Madri, em 21 de maio de 1980;

Tendo em vista a Recomendação n.º R (80) 16 sobre o treinamento especializado de arquitetos, urbanistas, engenheiros civis e paisagistas;

Tendo em vista a Carta Regional Européia sobre Planejamento Espacial, adotada em Torrimolinos, em 20 de maio de 1983, pela Conferência Européia de Ministros Responsáveis pelo Planejamento Regional;

Tendo em vista a Convenção para a Proteção da Herança Arquitetural na Europa, aberta a assinaturas em Granada, a 3 de outubro de 1985;

Evocando a campanha pelas zonas rurais empreendida pelo Conselho da Europa, em 1987 e 1998;

Tendo em mente a Diretiva n.º 337 das Comunidades Européias a respeito da avaliação dos efeitos de alguns projetos públicos e privados sobre o meio ambiente, adotado em 27 de junho de 1985;

Tendo em vista a Convenção Européia para a Proteção de Herança Arqueológica, aberta a assinaturas em Malta, em 16 de janeiro de 1992;

Tendo em mente a Diretiva n.º 43 das Comunidades Européias sobre a conservação de habitats naturais e seminaturais, adotada em 21 de maio de 1992;

Tendo em vista as conclusões da Conferência para as Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992;

Tendo em mente a Regulamentação n.º 2078 das Comunidades Européias, que trata de métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências de proteção do meio ambiente e de manutenção das zonas rurais, adotada em 30 de junho de 1992;

Evocando a necessidade de se atingir um equilíbrio harmonioso de relações entre a sociedade e seu meio ambiente, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;

Constatando que técnicas e práticas de produção agrícola, silvícola e industrial referentes a construção de moradias, revalorização, turismo e lazer, assim como a mudanças sócio-econômicas, têm o efeito de modificar a paisagem e ameaçam a existência de áreas da paisagem cultural européia;

Observando que a proteção e o realce das áreas de paisagem cultural e a assistência às paisagens para preservar a memória do povo e a identidade cultural das comunidades humanas são fatores de aperfeiçoamento de seu meio ambiente;

Reconhecendo que o meio ambiente é um sistema dinâmico que engloba elementos naturais e culturais interagindo num determinado tempo e espaço e passível de ter efeitos diretos ou indiretos, imediatos ou a longo prazo, sobre os seres vivos, as comunidades humanas e sua descendência, em geral;

Considerando a necessidade de serem desenvolvidas estratégias para integrar a evolução orientada da paisagem e a preservação das áreas de paisagem cultural como parte de uma política que abranja a totalidade da paisagem e que estabeleça a proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos e sociais do respectivo território;

Considerando a necessidade de aproximar pesquisa e cooperação entre as diversas instituições europeias atinentes e de coordenar a política local, nacional e interfronteiriça sobre paisagens de maneira mais ligada ao planejamento regional, à política agrícola e silvícola e à conservação da herança cultural e natural no contexto mais amplo de uma política de meio ambiente;

Recomenda que os governos dos Estados-membros adaptem suas políticas para conservação e evolução orientada de áreas de paisagem cultural ao contexto de uma política geral relativa a paisagens, de acordo com os princípios expostos no anexo a esta recomendação.

ANEXO À RECOMENDAÇÃO N.º R (95) 9

Definições

ARTIGO 1

Para os fins desta recomendação, os termos abaixo são empregados nas seguintes acepções:

Paisagem - expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em um determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

Áreas de paisagem cultural - partes específicas, delimitada topograficamente, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos.

Conservação - a aplicação dinâmica das medidas apropriadas, dos pontos de vista legal, econômico e operacional, para preservar determinados espólios da destruição ou deterioração e salvaguardar seu futuro.

Política paisagística - todas as estruturas concorrentes definidas pelas autoridades competentes e relativas a diferentes atividades do poder público, de proprietários de terras e de outros interessados na evolução orientada de uma paisagem e em sua valorização, de acordo com os desejos da sociedade como um todo.

Poluição visual - degradação ofensiva à visualidade resultante ou de acúmulo de instalações ou equipamento técnico (torres, cartazes de propaganda, anúncios ou qualquer outro material publicitário) ou da presença de plantação de árvores, zona florestal ou projetos construtivos inadequados ou mal localizados.

Campo de aplicação da Recomendação

ARTIGO 2

Os princípios expostos nesta recomendação referem-se particularmente à áreas suscetíveis de avaria, destruição e transformação prejudiciais ao equilíbrio do meio ambiente, e dizem respeito especialmente à conservação das áreas de paisagem cultural.

Muitos fenômenos, que têm um impacto nos complexos vínculos existentes entre os indivíduos e seu meio ambiente, promovem degradação física e poluição visual muitas vezes irreversíveis. As causas podem estar em:

- uso insustentável de recursos naturais do solo, subsolo, água e atmosfera;
- desenvolvimento descontrolado dos setores da indústria, energia, turismo e lazer;
- intensificação exagerada e altamente especializada da agricultura e as silvicultura, acompanhada de objetivos que não levam em conta a terra e o despovoamento rural;
- desenvolvimento urbano insuficientemente planejado e executado, sobretudo nas zonas suburbanas;
- instalação de grandes construções ou de infra-estrutura de transportes sem a necessária avaliação a respeito do caráter e da qualidade das áreas em que estão situadas;
- negligência ou inadvertência sobre o valor das paisagens culturais, devidas à falta de informação e educação;

Graças à natureza multidisciplinar dos pontos em comum ao estudo de paisagens, a aplicação de medidas para a conservação e a evolução controlada de paisagem cultural sugeridas nesta recomendação deveria ser planejada em conexão com políticas mais abrangentes para as áreas de paisagem, contemplando todos os interesses do respectivo território: **culturais, históricos, arqueológicos, etnológicos, ecológicos, estéticos, econômicos e sociais.**

Medidas para reparar danos cometidos contra paisagens revelam-se freqüentemente como inadequadas por causa da gravidade dos efeitos prejudiciais e da impropriedade do diagnóstico, da informação, do treinamento e das estratégias de intervenção. Por isso, os procedimentos relativos à identificação e à avaliação, e os meios de intervenção devem permitir uma ação flexível e de larga extensão.

Tendo isso em mente, dada a inseparável natureza dos componentes cultural e natural da paisagem européia, é necessário providenciar meios de identificação, avaliação e intervenção capazes de abarcar todos os aspectos das áreas de paisagem cultural e da paisagem cultural e da paisagem como um todo.

Objetivo da Recomendação

ARTIGO 3

1. Esta recomendação propõe meios teóricos e operacionais para conservação e evolução controladas das áreas de paisagem cultural em cuja estrutura se incluam as políticas se uso da terra e da paisagem como um todo.

Essas políticas expressam determinado número de princípios derivados da tradição dos Estados membros do conselho da Europa na esfera da proteção ambiental a finalidade do desenvolvimento econômico sustentável implicando uma relação harmoniosa entre as necessidades da população, o uso dos recursos naturais e a organização das atividades humanas em determinada área;

a busca de um meio ambiente que contemple tanto a herança cultural quanto a natural e que leve a natureza evolucionária da paisagem como um todo;

a necessária adaptação do desenvolvimento econômico às necessidades de uma sociedade que dê a devida consideração à qualidade das relações humanas e à solidariedade entre os setores da população.

2. A política de paisagens considera e harmoniza os interesses culturais, estéticos, ecológicos, econômicos e sociais. Uma nação concertada das partes envolvidas deveria ser garantida no estágio da identificação do legado transmitido pela paisagem e no planejamento e na implementação de políticas de paisagem. Em virtude da natureza multidisciplinar das políticas de paisagem, a responsabilidade por elas não pode ser imputada apenas aos funcionários encarregados do planejamento urbano ou regional e da política de silvicultura, que são responsáveis pelo controle do território em muitos países. Outros interesses devem também ser incluídos.

3. Esta Recomendação tem dois objetivos:

- estabelecer as linhas de orientação das políticas de paisagem, respeitando e valorizando as identidades européias;
- propor medidas para a conservação e a evolução controlada das áreas de paisagem cultural. As políticas de sua conservação e valorização devem ser partes integrante do planejamento regional e espacial e das políticas de agricultura e silvicultura e adaptar-se à política geral de paisagens em um sentido geral, dais quais é aspecto determinado.

4. As áreas de paisagem cultural nem sempre se constituem apenas de bens culturais, mas de valores paisagísticos que podem necessitar de uma particular proteção legal. Outras categorias de bens paisagísticos merecem proteção específica devido a seu excepcional valor ecológico ou natural.

O processo de identificação e a avaliação das áreas de paisagem natural

ARTIGO 4

1. Uma abordagem multidisciplinar deveria ser adotada, tanto no estágio de identificação das paisagens e de seus componentes quanto no da sua avaliação, o que requer a montagem de documentação capaz de objetivar as medidas a serem tomadas.

Com relação aos procedimentos de identificação de uma paisagem: cabe a cada Estado determinar o nível (local, regional, nacional ou transnacional) em que o processo de identificação deva ser executado;

as operações deveriam ser conduzidas por autoridades competentes e designadas com a assistência de adequados especialistas em diferentes matérias, de acordo com os programas de ação de cada país.

Esses procedimentos de identificação deveriam ser conduzidos:

- sob a responsabilidade das autoridades competentes, no nível territorial apropriado;
- por especialistas independentes designados em vista dos aspectos de que se vai tratar (nos setores de arquitetura, paisagismo, arqueologia, geografia, planejamento urbano, história, etnologia, antropologia, geologia, agronomia, economia, sociologia, ecologia, ciências naturais e direito, por exemplo);
- com a participação da comunidade local:
- membros eleitos e representantes das autoridades envolvidas; representantes das principais categorias profissionais ligadas às atividades sócio-econômicas na área pertinente: fazendeiros, guardas florestais, artífices, industriais e agentes de turismo;
- representantes dos moradores, de associações capacitadas à proteção da herança cultural e natural e outras associações.

2. O emprego de métodos coordenados de identificação entre as diferentes regiões de cada país é desejável para o intercâmbio de informações e para facilitar a implementação de consistentes políticas nacionais de paisagem. Coordenação e provisão de aconselhamento e assistência são incumbências de uma autoridade nacional adequada.

3. Procedimentos de identificação de categorias de paisagens empregados por diferentes países europeus poderiam ser freqüentemente aplicados no contexto de uma cooperação além-fronteiras.

Os procedimentos de avaliação de uma paisagem deveriam:

- ser baseados em uma abordagem ampla e analítica, que leve em conta o papel das diferentes disciplinas envolvidas. Essa avaliação pode ser levada a efeito em nível local, regional, nacional ou internacional;
- visar à divulgação dos valores culturais, históricos, arqueológicos, estéticos, simbólicos, etnológicos, ecológicos, econômicos e sociais que as sociedades atribuem às paisagens em vários níveis territoriais;
- considerar as condições históricas em que a paisagem foi configurada e incluir um estudo detalhado dos atributos culturais e naturais de cada unidade da paisagem, examinada nos termos de um método interdisciplinar de trabalho, que utilize equipamento técnico e científico apropriado;
- ser capaz de delimitar zonas autorizadas para a implementação da conservação legal e/ou procedimentos de controle do solo, por serem "áreas de paisagem cultural", ou no interesse de valores naturais ou ecológicos protegidos por leis específicas;
- ser facilmente compreensíveis e aplicáveis por um grande número de usuários;
- constituir-se em um instrumento fácil de ser utilizado em diferentes situações culturais ou geográficas;
- representar um referencial comum para todas as modalidades de intervenção que possam vir a ser empregadas;
- assegurar a participação efetiva da população nos processos de avaliação e de manejo da paisagem.

Níveis de competência e estratégia de ação

ARTIGO 5

O contexto das políticas de paisagem As estratégias de ação deveriam refletir a mesma abordagem multidisciplinar da identificação da avaliação de paisagens, áreas de paisagem cultural e seus componentes.

Essas estratégias deveriam ser adaptadas dentro da mesma estrutura escolhida para os procedimentos de identificação e da avaliação de paisagens, áreas de paisagem cultural e seus componentes.

Essas estratégias deveriam ser adaptadas dentro da mesma estrutura escolhida para os procedimentos de identificação e da avaliação de paisagens, sujeitas ao direito de intervenção do Estado, sob regras de ação definidas por regulamentos ou decisões administrativas.

Estrutura legal ou reguladora

I. Cabe aos governos nacionais, ou às autoridades responsáveis em Estados com estrutura federal, realizar a necessária provisão institucional (exercendo, por exemplo, a coordenação de um conselho ou câmara multidisciplinar) para a introdução de procedimentos relativos à paisagem e medidas específicas referentes às áreas de paisagem cultural.

II. Convém impedir a proliferação de uma legislação setorial descoordenada e algumas vezes contraditória, que realmente não leva ao estabelecimento de políticas abrangentes de conservação e controle de paisagens. Dependendo da situação em cada Estado:

Estados com legislação insuficientemente coordenada deveriam empenhar-se em simplificá-la ou em torná-la coerente;

Um sistema legislativo unificado, que incorpore os variados aspectos das políticas de paisagem, deveria ser objetivado onde houver lacunas ou quando as circunstâncias justificarem a revisão das leis pertinentes.

Implementação de políticas de paisagem

ARTIGO 6

Princípios gerais

É importante que as políticas de paisagem se inspirem nos princípios do desenvolvimento sustentável enquanto meta, com a adoção de medidas apropriadas para compatibilizar a evolução controlada da paisagem e as mudanças sócio-econômicas que tendem a alterar o meio ambiente.

Tais políticas deveriam corporificar os dados obtidos através da identificação e da avaliação de paisagens em instrumentos legais ou em estratégias oficiais. A propósito, quaisquer políticas formuladas em nível regional, nacional ou internacional que se relacionem a matérias como agricultura, indústria, diversões públicas, turismo e lazer deveriam ser consoantes com as políticas de paisagem formuladas nos mesmos níveis.

Estratégias para controlar a evolução da paisagem

I. Tais estratégias deveriam ser delineadas em nível administrativo, ser conseqüentes aos procedimentos de identificação e avaliação de paisagens e redigidas com a colaboração dos mesmos organismos, sob a supervisão das autoridades responsáveis pelo governo local ou regional da área em questão. Deverão autorizar qualquer desenvolvimento proposto ou previsível e esquemas de exploração e intervenção a serem harmonizados com os interesses da paisagem.

II. Para isso, o alvo das estratégias de evolução controlada das paisagens consiste em identificar, conservar e valorizar as estruturas paisagísticas.

As modalidades de procedimentos de intervenção podem variar bastante, dependendo das diferentes características da paisagem em questão.

III. As estratégias de intervenção podem ser implementadas através de planos paisagísticos formulados para a decisão das associações de operadores econômicos e de residentes, para que se levem em conta tanto os interesses das paisagens locais quanto as medidas de natureza econômica e fiscal.

IV. A realimentação advinda das revisões das estratégias de evolução controlada da paisagem e as medidas que elas necessariamente acarretam deveriam ser incorporadas ao planejamento urbano e às regulamentações estabelecidas para o desenvolvimento regional, de acordo com as posturas da lei municipal e do sistema administrativo de cada país. A experiência obtida pode ser também aplicada à formulação de estratégias subseqüentes ou à revisão das que já existem.

V. As indicações derivadas da avaliação da paisagem deveriam ser levadas em consideração, de forma apropriada, na implementação de medidas legais relativas ao uso da terra e ao planejamento territorial (permissão para construir ou demolir, autorização de trabalho que mude a natureza do território ou altere o meio ambiente) e nos estudos de impacto exigidos pela legislação ou por atos administrativos regionais ou nacionais.

VI. Penalidades civis, administrativas ou criminais podem ser introduzidas em cada sistema legal nacional.

VII. Quando grandes construções ou projetos de desenvolvimento estiverem sendo planejados, é aconselhável proceder a um estudo do impacto para avaliar para seus efeitos nas paisagens afetadas.

Proteção legal e conservação das áreas de paisagem cultural como parte de políticas de paisagem

ARTIGO 7

1. Procedimentos específicos de proteção Assim como se justifica atribuir proteção legal a locais de particular valor ecológico ou natural, as paisagens culturais, tal como definidas no artigo 1 desta recomendação, deveriam ser objeto de medidas específicas de preservação.

À áreas de paisagem cultural que tenham sido catalogadas e selecionadas durante a identificação e avaliação de uma determinada paisagem deveriam ser objeto de medidas específicas de proteção e conservação, baseadas tanto nos procedimentos gerais de uso da terra e de planejamento territorial quanto nas normas setoriais relacionadas à herança cultural. Essas normas serviriam para identificar os sítios a serem protegidos, seja pela definição de zonas adequadas, seja pelo registro desses sítios em listagens especiais. Todas as áreas especificamente protegidas que existam devem ser mencionadas nos documentos de planejamento urbano.

2. Aplicação de medidas específicas de proteção

I. Dependendo do valor das áreas de paisagem cultural protegidas, o projeto de proteção deveria estabelecer a supervisão de uma autoridade responsável no território no que diz respeito à concessão de autorização para construções, demolições ou realização de obras (incluídos projetos de silvicultura, agrícola ou de infra-estruturas) que resultem na transformação das paisagens. Em algumas áreas ou em partes de áreas a proteção pode acarretar a proibição de construir.

II. A gerência exercida em regiões delimitadas pode ser um elemento de política de paisagem implementada em bases multidisciplinares em nível regional ou local. A autoridade central responsável pelas áreas de paisagem cultural em nível nacional pode, no entanto, reservar-se o direito de alterar decisões das autoridades locais nas áreas nas áreas de paisagens culturais de valor nacional ou internacional, para assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a preservação da integridade da área de paisagem cultural e de seu caráter distinto.

3. Medidas específicas para conservação e evolução controlada

I. As áreas de paisagem cultural consistem em recursos sócio-econômicos que podem ser empregados no desenvolvimento local. Trata-se, contudo, de recursos não renováveis e seu uso deve ser planejado no sentido de reservar sua integridade e seu caráter peculiar.

II. O emprego das áreas de paisagem cultural para estimular o desenvolvimento local é mais eficientemente planejado no interior de uma estratégia regional, para evitar a repetição de tipos de desenvolvimento dentro de uma única área. As autoridades locais deveriam trabalhar conjuntamente, nos termos de programas estabelecidos em acordo.

III. Incentivos podem encorajar os usos apropriados de áreas de paisagem cultura, incluído, quando for conveniente, um aumento de investimento público para apoiar a economia local e a criação de empregos, através, por exemplo, de:

a) subsídios ou empréstimos a juros baixos para a manutenção, conservação e valorização da área de paisagem cultural em questão;

b) subsídios para várias iniciativas que encorajem a manutenção de atividades existentes, incluídas as que ajudem a conservar as áreas de paisagem cultural;

c) delimitação e criação de comodidades e infra-estrutura, principalmente nos setores de novas tecnologias, telecomunicações e transportes, compatíveis com a manutenção da integridade da feição da área de paisagem cultural;

d) introdução de medidas a serem tomadas pelos Estados-membros para encorajar as iniciativas das associações privadas no sentido de proteger as áreas de paisagem cultural;

e) esquemas de incentivo no interior de áreas de paisagem cultural que promovam boa conservação e adequadas práticas de manejo em agricultura e silvicultura.

IV. É importante incentivar o acesso público a áreas de paisagem cultural, embora o fluxo de visitantes e turistas deva ser mantido sob controle. As autoridades deveriam promover uma apresentação clara e apropriada da história e da importância de cada local, através de:

a) promoção de projetos de pesquisa e de programas de estudos centrados nos diferentes aspectos do local;

b) cooperação dos departamentos adequados das universidades locais ou dos institutos de pesquisas e das autoridades ligadas à conservação e administração;

c) administração controlada da visita, que encoraje o acesso a locais situados fora das maiores rotas turísticas e que restrinja o número de visitantes a locais que os estejam recebendo número muito elevado;

d) viabilidade do fornecimento de informação adequada e de publicações destinadas aos visitantes.

Informação e incremento da conscientização

ARTIGO 8

É recomendável que os Estados-membros empreendam campanhas de informação e incremento da conscientização às autoridades pertinentes e aos diferentes setores do público envolvidos.

1. Nessa perspectiva, as campanhas podem variar de acordo com as categorias sociais e profissionais a serem atingidos:

I. público em geral;

II. usuários diretos dos recursos naturais do território (fazendeiros, proprietários de terras, industriais, turistas, esportistas, por exemplo);

III. representantes eleitos e autoridades públicas que exerçam responsabilidade local e nacional quanto ao uso da terra, ao planejamento espacial, ou ao desenvolvimento econômico e social;

IV. profissionais e técnicos envolvidos em diferentes campos de atividades que digam respeito à aparência física do meio ambiente.

Os Estados-membros deveriam desenvolver ou ampliar ações que introduzam temas relacionados à dimensão cultural é um aspecto importante do meio ambiente e deveria, sempre que possível, ser integrada ao campo mais amplo da educação ambiental.

2. Os métodos escolhidos para a informação e o incremento da conscientização das partes envolvidas variam de acordo com as características sociais ou profissionais de cada grupo alvo.

Nessa perspectiva, os Estados-membros podem escolher o mais apropriado entre os seguintes meios:

I. material de ampla circulação (cartões postais e folhetos ilustrados que forneçam informação geral sobre os conceitos básicos, as instituições responsáveis e os fenômenos que mais freqüentemente afetem ou ameacem a paisagem);

- II. vídeos e material de propaganda;
- III. trabalhos diversos destinados aos leigos;
- IV. projeções, seminários e conferências;
- V. novas técnicas de informação e comunicação;
- VI. manuais técnicos em geral (pesquisa e estudos aprofundados sobre todos os aspectos da paisagem);
- VII. manuais técnicos especializados (monografias sobre itens específicos da paisagem).

Treinamento e pesquisa

ARTIGO 9

1. A introdução de programas de treinamento e pesquisa deve ser u objetivo fundamental dos Estados-membros. É necessário a graduados pelas universidades ou por outras instituições especializadas, pessoal e profissionais envolvidos no planejamento espacial e do uso da terra, planejamento físico-territorial e uso controlado da terra, para que adquiram o conhecimento e a prática necessários para elaborar projetos de uso da terra e de planejamento territorial ou para executar projetos que atendam às necessidades de mudanças econômicas, sociais e culturais de modo compatível com as políticas de paisagem.

Programas específicos deveriam ser proporcionados a estudantes que desejem trabalhar, e a profissionais já engajados, na conservação de áreas de paisagem cultural e em políticas gerais de paisagem.

Esses programas de treinamento deveriam:

- I. referir-se especificamente às disciplinas relacionadas ao planejamento espacial do uso da terra;
- II. abranger as disciplinas necessárias para a conservação do patrimônio cultural e natural e o controle do desenvolvimento que o afete;
- III. reunir estudantes e professores de diferentes áreas geográficas e disciplinas, respeitando, assim, o princípio interdisciplinar vital para a estruturação de políticas de conservação e controle de paisagem;
- IV. culminar na criação, na Europa, de uma cadeia inter-regional de centros especializados para capacitar estudantes e estagiários ao trabalho, e professores e especialistas que atuem como instrutores para a realização de visitas de intercâmbio.

Cada curso de treinamento deverá compreender uma parte teórica, que consista de aulas ou palestras, e de uma parte prática, na forma de oficinas de trabalho ou de estudos de casos.

2. os programas poderiam adotar o seguinte padrão;

I. Teoria

- a) conhecimento e compreensão de conceitos básicos e de reconhecimento da diversidade de abordagens nas diferentes disciplinas;
- b) história da formação da paisagem e dos fatores que lhe provocam mudanças;
- c) compreensão de como a paisagem tem sido apreendida historicamente e de seu reflexo na sociedade;
- d) história das políticas e da legislação relativa a paisagem nos países da Europa;
- e) informação sobre as fontes e as referências; coleção de referências e sistemas de processamento; sistemas informativos cartográficos, fotográficos ou iconográficos.

II. Prática

- a) técnicas para a análise de paisagens e para a identificação de elementos causais;
- b) sistemas para avaliação da importância da paisagem de um território: técnicas operatórias;
- c) identificação de instrumentos para a proteção, conservação e evolução controlada das áreas de paisagem cultural e para a implementação de políticas de paisagem, tais como planejamento ou controle e da paisagem;
- d) concepção e aplicação de projetos para valorização, manutenção, conservação e restauração de áreas de paisagem cultural e de paisagismo em geral;
- e) programas e seminários de treinamento específico para fornecer aos estudantes alguma experiência de trabalho efetiva nas esferas do uso da terra e do planejamento territorial.

3. Programas de pesquisas deveriam ser organizados e encorajados nas universidades e nas instituições públicas e privadas, para fornecer o conhecimento necessário ao treinamento básico e adicional no campo do patrimônio cultural e natural.

Cooperação internacional

ARTIGO 10

Os Estados-membros do Conselho da Europa deveriam incumbir-se de desenvolver a cooperação internacional com o objetivo de progredir em suas políticas de paisagem, através de um maior intercâmbio de informações e de experiências.

Essa colaboração tanto pode ser:

I. bilateral, através de projetos pilotos transfronteiriços para identificar e controlar a evolução da paisagem, assim como para promover a conservação e a evolução controlada das áreas de paisagem cultural e de seus componentes; ou II. multilateral, no interior das estruturas dos programas de trabalho intergovernamentais mantidos pelas organizações internacionais de que façam parte.

Cooperação multilateral na Europa,

I. pode adotar como propósitos específicos:

- a) a discussão dos objetivos e métodos das políticas de paisagem e das estratégias para a conservação e valorização das áreas de paisagem cultural e de seus componentes;
- b) a harmonização das regras relativas à conservação dos componentes da paisagem, como parte da incumbência de construir uma política abrangente de paisagem baseada no princípio do desenvolvimento econômico sustentável;

II. pode manifestar-se através de:

- a) organização de grupos de trabalho multilaterais para fornecer cooperação e assistência técnicas;
- b) organização de treinamento comum, de campanhas de informação e de conscientização a respeito da conservação e da evolução controladas das áreas de paisagem cultural, como parte de política geral de paisagens.

Fonte: Disponível em

http://unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/npu/npu_patrimonio/legislacao/internacional/pat_cultural/recomendacoes/num_95_9.pdf. Acesso em 17/03/2007.